

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Governador do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande

Vice-Governador do Estado do Espírito Santo
Givaldo Vieira

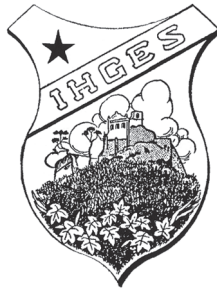
Secretária de Estado da Cultura
Maurício José da Silva

Subsecretário de Estado da Cultura
Joelson Humberto Fernandes

Gerente de Ação Cultural
Rita Sarmiento

Gerente do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
Nádia Alcuri Campos

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Victor Humberto Salviato Biasutti

4º Vice-Presidente: Gelson Loiola

Secretária Geral: Nádia Alcuri Campos

Secretário Adjunto: Vinícius Muline dos Santos

Tesoureiro Geral: Aldo José Barroca

Conselho Fiscal: Fernando Antônio de Moraes Achiamé; Carlos Teixeira de Campos Junior; Humberto Del Maestro; Rogério Zanon da Silveira; Ricardo Brunow Costa e Jadir Peçanha Rostoldo.

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves (coordenador); Adilson Vilaça; Estilaga Ferreira dos Santos; Francisco Aurélio Ribeiro.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: contato@ihges.com.br

www.ihges.com.br

EDITORIAL

É função institucional do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo o cultivo do estudo da História, Geografia e ciências afins, "especialmente no que concerne ao estado do Espírito Santo". Para atingir seus fins, um dos meios preconizados em todos os estatutos por que já se regeu a Casa do Espírito Santo é a publicação da *Revista*, "para divulgação de suas atividades e trabalhos de associados" (art. 1.º; parágrafo único, alínea "b" do Estatuto).

Em que pese ao fato de a divulgação das atividades não se fazer, presentemente, apenas na *Revista*, isto por conta da sua periodicidade, persiste a função do periódico como veículo de divulgação dos trabalhos de associados, e também de não associados, nas áreas de interesse do IHGES. Sob este aspecto, a *Revista*, ao longo de seus sessenta e nove números publicados, vem se prestando não somente a veicular a produção teórica resultante do trabalho de pesquisadores dedicados aos temas pertinentes, como serve, também, de verdadeiro instantâneo do "estado da arte" das cogitações sobre determinado assunto numa dada época. O que ficou bastante claro ao se resgatar, para publicação, o número sessenta e cinco, de 2011, originalmente organizado para publicação no ano de 1949.

No ano de 2013, este sexagésimo nono é o segundo número da *Revista* que pusemos a publicação. O número sessenta e oito, dado a público na sessão solene do mês de junho, tratou-se de número especial, trazendo documentos administrativos da Casa, atas de reuniões ordinárias e sessões solenes e também atos da Diretoria, pelos motivos esclarecidos no editorial. Com o presente número é que vimos cumprir a obrigação estatutária de veicular os trabalhos teóricos dos associados, como preconiza o dispositivo do Estatuto acima referido.

Neste número, à importante produção literária sobre a história política recente do Espírito Santo soma-se trabalho sobre o esquecido

episódio do Cotaxé, parte do contexto histórico-geográfico do Contestado, questão resolvida há exatos cinquenta anos. Neste número também, a demonstrar a diversidade de interesses admitidos nas cogitações da Casa, artigos sobre Arqueologia, teoria literária, meio-ambiente e gastronomia no Espírito Santo, entre outros.

A par de se constituir em obrigação, a publicação de mais um número da *Revista do IHGES* é-nos alvissareiro também por podermos entregar ao público capixaba o resultado dos esforços de quantos se ocupam de lhe fixar a memória e delinear sua identidade.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ARTIGOS

Um Intelectual entre a História e a Nacionalidade | 9

José Octávio de Arruda Mello.

Resgate no Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES | 27

Neide Barrocá Facci, Juliana Aparecida Rocha Luz, Henrique Antônio Valadares Costa e Hiuri Marcel di Baco

Viana e o Pioneirismo da Imigração no Espírito Santo | 53

Gabriel Bittencourt

Desenvolvimento Urbano-Industrial e Transformações Político-Eleitorais, no Espírito Santo: As Campanhas Vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar (1954 e 1962) | 69

Ueber José de Oliveira

O Espírito Santo (1959-1966): Carlos Lindemberg e Francisco Lacerda de Aguiar: Populismo ou Coronelismo? | 95

Jefferson Ferreira Alvarenga

História e Memória: O Livro de Memórias do Senador Eurico Rezende (1963–1978), Entre o Documento, a Narrativa e a Biografia | 117

Levy Soares da Silva

A Criação da CODES no Contexto da Crise do Café: Por uma Reestruturação da Economia Espírito-Santense | 141

Anaximandro Amorim.

A Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Espírito Santo | 163

Gelson Loiola

No ES: Cotaxé, o Movimento de Matriz Messiânica mais longo da História do Brasil | 199

Elio Ramires Garcia

O Perfil Fantasiado de Antônio Conselheiro, o Messias de Os Serões | 215

Jô Drumond (Josina Nunes Drumond)

Reynaldo Santos Neves por Reinaldo Santos Neves: Apontamentos sobre a Autoficção em Sueli: Romance Confesso | 223

Karina de Rezende Tavares Fleury

O Escritor Afonso Claudio (1859-2009): Republicano e Folclorista | 231

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Minha Terra Capixaba, Meu Encanto! | 245

Aldo José Barroca

Unidades de Conservação: A importância de sua criação, preservação e manejo sustentável dentro do Estado do Espírito Santo | 249

Monique Ellen Farias Barcelos e Silvia Tamie Matsumoto

O Tempo Meteorológico: Observações sobre ocorrências de tempestades atmosféricas no Espírito Santo e no Brasil | 263

Ricardo Brunow Costa

Do caso ao descaso: o paradoxo na utilização da arquitetura no ensino de História no Espírito Santo | 277

Bruno César Nascimento

Culinária Capixaba: Mistura de Raças e Sabores. Gastronomia – Culinária Capixaba – Imigrantes | 297

Evandro Ferrari

Redes de Influência: Família e Amizade na Política Capixaba | 309

Geert A. Banck

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Homenagem aos Sócios Falecidos | 345

Discurso de Posse no IHGES | 359

Abertura da Semana de 23 de Maio de 2013 em Vila Velha | 365

ARTIGOS

UM INTELECTUAL ENTRE A HISTÓRIA E A NACIONALIDADE

*José Octávio de Arruda Mello**

No auge do Grupo José Honório, entre 1970 e 90, o patrono reclamou de quem o taxou, em artigo para a Imprensa paraibana, "historiador carioca".

A restrição, constante de carta, da longa correspondência de oitenta e quatro missivas que permutamos, aparentemente não possuía razão de ser.

1.1. Entre o Rio e demais Estados

Em primeiro lugar porque a colaboração de O Norte era enco-miástica, como quase tudo que se escrevia sobre o mestre, na Paraíba.

E, principalmente, porque, se houve estudioso que ressaltou o papel da antiga corte, na História do Brasil, este foi José Honório Rodrigues. A concepção deriva de um de seus livros mais característicos — *Vida e História* (1966, 86) onde as conferências "Características históricas do povo carioca" e "O Destino Nacional da Cidade do Rio de Janeiro" representam autêntico hino à terra do nascimento.

* Historiador de ofício, com graduação pela UFPB, mestrado pela UFPE e doutorado em História Social pela USP. Professor concursado e aposentado pelas UFPB e UEPB, com exercício em Direito no UNIPÊ de cuja Revista do UNIPÊ foi editor de 1996 a 2013. Integrante dos IHGB, IHGP e APL, participou de dezenas de seminários internacionais, nacionais e regionais de História, figurando entre suas obras *Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba*. 1945/64 (2001), *Da Resistência ao Poder – O (P)MDB na Paraíba* (1965/1999), 2010, e *História da Paraíba – Lutas e Resistência* (12a ed., 2013).

Declaradamente, porém, José Honório não era bairrista, ou seja, epígono do regionalismo. Embora refratário à verborragia bahiana, da predileção de Montezuma, em *A Assembleia Constituinte de 1823* (1974), matreirismo mineiro em *Aspirações Nacionais* (1ª ed., 1963), e militarismo gaúcho em *O Continente do Rio Grande* (1954, 1986), Rodrigues teve olhos para o que provinha de positivo dessas e algumas outras unidades da Federação brasileira.

Pernambuco, por exemplo, ocorria-lhe como expressão do radicalismo mameluco de João Ribeiro, daí porque duramente golpeado pelo absolutismo bragantino de Dom João VI e Pedro I. Em São Paulo, cabia-lhe idolatrar os irmãos Andradas, constituindo José Bonifácio na Introdução de *O Parlamento e a Evolução Nacional* (1972), "o grande chefe das forças nacionais"; o tenente general José Arouche de Toledo Rendon; o ituano Paula e Sousa que se opôs ao Ministro da Guerra Joaquim de Oliveira Álvares, e Nicolau de Campos Vergueiro "português mais brasileiro que muitos brasileiros". O ensaio *A Assembleia Constituinte de 1823* (1974) sedimenta essas predileções.

1.2. Um Historiador da Nacionalidade

Em assim sendo, a recusa de historiador carioca, invocada pelo próprio JHR, deve ancorar em outra fundamentação.

A colocação toma-se mais surpreendente porque em *Independência: Revolução e Contra-Revolução* (5 vols., 1975/6) desponta a tese de que a emancipação de 1822 não foi apenas elaborada no, mas financiada pelo Rio de Janeiro, graças ao movimento de sua alfan-dega. Atenta a esse entendimento, constante da entrevista "A guerra da Independência", prestada à revista *Veja*, a historiadora pernambucana Maria do Socorro Ferraz firmou autorizada criação — *Liberals & Liberais* (Guerras Civis em Pernambuco no Século XIX),

1996 — para demonstrar que ao modelo centrossulista, escorado no centralismo esclarecido de José Bonifácio, emergiu o Norte para, sob a liderança de Pernambuco, desfraldar, com Frei Caneca à frente, a bandeira do federalismo, hostil àquela formulação.

Sejamos objetivos: carioca mas não carioquês, sensível ao peso de sua terra mas sem se tomar caudatário dela, José Honório Rodrigues fazia-se historiador brasileiro, ou seja, intelectual da nacionalidade.

Essa auto-compreensão patenteou-se nos debates do TII Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, mediante explícita declaração:

(...) A História combativa não é partidária, não pode ser partidária e aí estou em desacordo com você. Ela combate pela grande causa nacional que não tem partido. Porque a gente pode lutar pelas grandes causas da nacionalidade, sem pertencer a partidos.

Por exemplo, o meu partido é o Brasil — esse é o maior dos partidos. (Palmas). Lutei a vida inteira e me devotei à História do Brasil e se o Brasil vai por esse ou aquele caminho, nós vamos por ele. Portanto, combate pelo Brasil e não por um partido.

Nesse particular, tal como o situamos em *José Honório Rodrigues: Um Historiador na Trincheira* (1994), escrito de parceria com a dra. Lêda Boechat Rodrigues, essa ideia força, emanada de duas expressões — História e Brasil — aparece em grande parte dos títulos da obra rodrigueana.

Com efeito, o termo História, que significa a razão de viver do intelectual, desponta em *Vida e História* (1966, 86), *História e Historiografia* (1970), *História, Corpo do Tempo* (1976) e *História Combatente* (1982), "dedicado a José Octávio de Arruda Mello e seus companheiros de estudos", e *História Viva* (1985).

Outro conceito chave do aparelhamento conceptual honoriano é o de Brasil. Desde um dos ensaios mais característicos — *Aspira-*

ções *Nacionais* (1963) — onde o sentimento pátrio desponta simbolicamente, tal como em *Interesse Nacional e Política Externa* (1966) e *O Parlamento e a Evolução Nacional* (8 vols., 1972), o Brasil vai-se delineando, desde *Civilização Holandesa no Brasil* (1940), até *Brasil e África, outro Horizonte* (3ª ed., 1982), *Conciliação e Reforma no Brasil* (1965, 82) e *História Diplomática do Brasil – 1531/1945* (1995), produzido com Ricardo Seitenfus e Lêda Rodrigues.

Não admira que os conceitos básicos de História e Brasil, roteirizados, respectivamente, por Capistrano de Abreu e José Bonifácio, apareçam fundidos em várias obras. Tal o caso de *História e Historiadores do Brasil* (1965) e os dois títulos honorianos mais salientes — *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica* (4ª ed., 1978) e *A Pesquisa Histórica no Brasil* (2ª ed., 1969), caracterizados, respectivamente, pela densidade e a erudição, assim como complementados pelos sólidos *História da História do Brasil – (1ª Parte, Historiografia Colonial 1979)* e *História da História do Brasil – Volume II – Tomo I – A Historiografia Conservadora* (1988).

Incluídos na série grande formato da coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, esses dois últimos títulos expressam, juntamente com o panfletário *História da História do Brasil – volume II, Tomo II – A Metafísica do Latifúndio: o Ultra-reacionário Oliveira Viana*, que eu e dra. Lêda o contestamos, com o autor ainda vivo, a transição honoriana da História para a Historiografia.

1.3. Da irradiação pelo Brasil

Em José Honório Rodrigues dir-se-ia não se tornar lícito excluir o apreço pelo Rio de Janeiro.

Contudo, mesmo sem renegá-lo, o autor dialeticamente o ultrapassou, datando daí os seguidores que surgiram em todas as

unidades da Federação. São os honorianos. Deles essa mesa redonda constitui singular expressão, uma vez que, nela, Arno Wheling representa o Rio de Janeiro, Miridán Knox Falei o Piauí, Gabriel Bittencourt o Espírito Santo e José Octávio a Paraíba.

Haveria, porém, outros nomes a considerar, numa demonstração de que o zeitgeist honoriano irradiou-se, concretamente, por todo o espaço cultural brasileiro.

Foi assim que no Amazonas sua inspiração fixou-se junto a Arthur César Ferreira Reis e no Piauí em Odilon Nunes cujos estudos espaciais se avantajaram sobre *O Devassamento do Piauí* (1946), de Barbosa Lima Sobrinho. Nesse último Estado, a ação da prof^a Miridán Knox Falci, mesmo no Rio de Janeiro, inclinou, para a vertente honoriana, experimentadas historiadoras como Áurea Paes Pinheiro, versada em arquivos portugueses.

Contudo, o Estado nordestino da predileção historiográfica de José Honório foi o Ceará. É que ali despontaram os dois maiores historiadores do país, com Capistrano de Abreu no plano nacional e o barão de Studart no regional. Tal explica o preparo, juntamente com a companheira Lêda, do *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará* (Do Tomo I ao LXVIII – (1887-1954), reeditado em 2002, pelo Instituto, com apresentação de Geraldo Nobre.

Ao lado deste, revelaram-se, plenos de honorianismo, os cientistas sociais cearenses José Aurélio Saraiva Câmara, autor de modelar biografia de Capistrano de Abreu, João Alfredo Montenegro, com quem tanto me correspondi, o algo paraibano Eduardo Hornaert, coordenador da *História da Igreja no Brasil*, da CEHILA, de cujos dois volumes (1983) JHR foi consultor, e os mais antigos Albano Amora e Paulo Peroba, ressaltados por Paulo Bonavides.

Presidente, durante décadas, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Enélio Petrovich fez-se o comandante da grei honoriana na terra potiguar onde o transcendental Tavares

de Lyra, biografado pela filha, dona Sofia, constituía uma das fixações do casal José Honório e Lêda. Ao lado de Enélio também se filiavam ao GJHR os historiadores Olavo Medeiros Filho, Marlene Mariz e Tarcísio Medeiros, geógrafo Lacerda Felipe, procurador Francisco Nunes, ex-deputado Roberto Furtado e o gigantesco editor Vingt-Un-Rosado Maia. Este, quando do passamento de Honório, cunhou, a 27 de abril de 1987, mensagem que guardamos:

"O Brasil perdeu o grande José Honório Rodrigues. Vai para você a minha visita de solidariedade".

Alagoas, Sergipe e Bahia foram outros Estados em que o pensamento honoriano penetrou intensamente. Por essa condição responsabilizaram-se o casal Douglas (Ivone) Apratto Tenório e o professor Luiz Sávio de Almeida, nas Alagoas, Maria Thetis Nunes e Luiz Antônio Barreto, no Sergipe, e José Calazans, Pinto de Aguiar, Consuelo Pondé, Thales de Azevedo e Luiz Henrique Dias Tavares, na Bahia.

Thetis, embora seguidora de Nelson Werneck e assistente de Cândido Mendes, nunca ocultou vivenciações honorianas. Já José Calazans trabalhou com o mestre, no Rio de Janeiro, onde protagonizou o episódio da gravata em que José Honório, cioso das amizades, reclamou do amigo que não lhe trazia nada, enquanto

— Presenteia com uma gravata esse camarada a quem só conheceu à semana passada ...

1.4. Dos capixabas ao Rio de Janeiro

No Espírito Santo a principal referência honoriana reside em Renato Pacheco, ultrapassado por Gabriel Bittencourt que, pelos exemplo, obra e militância, se converteu em um dos mais completos honorianos de todos os tempos. O atual presidente do IHGES, historiador Getúlio Marcos Pereira Neves, é também seguidor do

mestre da rua Paul Redfern. Rio de Janeiro era evidentemente uma sólida base de José Honório natural e residente da/na Cidade Maravilhosa. O ministro Seabra Fagundes e o jurista Bernardo Cabral, relator da Constituinte de 1988, comandaram extensa rede de aficcionados constante de, entre outros, José Luiz Werneck da Silva, que foi seu aluno, Riolando Azzi, José d'Assunção Barros, que prefaciou a reedição de *História e Historiografia*, pela Vozes (2008), caissais Marcelo (Cibele) de Ipanema e Arno (Maria José) Wheling, do IHGB, cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes, arquivistas José Pedro Esposel e Regina Vieira, economista João Carlos Bezerra de Melo, da ala estatizante do grupo, embaixadores Vasco Mariz, Oswaldo Trigueiro de A. Melo e economista Cleantho de Paiva Leite, historiadoras Miridán Knox Falci, Maria Ieda Linhares e Hildete Pereira de Melo, sendo a primeira piauiense mais ligada à dr^a Lêda, e acadêmicos Murilo de Melo Filho e Alberto Venâncio.

Afora estes, convém não esquecer a eclética Esther Bertoletti, repartida entre a pesquisa e a prática históricas, assim como o marxista Moacyr Werneck de Castro, praieiro e africanista como Honório.

As contribuições desses estudiosos constituíram massa crítica assim definida pelo embaixador Sérgio Corrêa da Costa em *Brasil segredo de Estado* — Incursão descontraída pela história do país (43 ed., 2001):

(...) Basicamente cientista social, a um tempo teórico e militante, José Honório cedo se transformaria em cruzado e apóstolo de uma 'história combatente' movido por um revisionismo veemente. Veemente, porque tudo nele foi afirmação viril e passional.

Deixou não apenas obra extensa e sólida, de projeção internacional, mas seguidores fiéis e discípulos aguerridos que formaram o chamado Grupo José Honório Rodrigues, particularmente ativo na Paraíba.

1.5. São Paulo, Minas e o extremo sul

Algumas instituições surgidas fora do Estado como o ISEB não foram bem aceitas em São Paulo mas esse não foi o caso do Grupo José Honório.

Na chamada terra da garôa esse se viu amplamente prestigiado pelo abalizado sergista José Sebastião Witter e colegas Abgvar Bastos, Luiz Toledo Machado, Henrique Alves, de quem Rodrigues prefaciou *Bibliografia Afro-Brasileira* (1976) e o campineiro Amaral Lapa cuja *Historiografia Brasileira Contemporânea – A História em Questão* (2ª ed., 1981) precisou com exatidão a José Honório e sua coorte.

Também de São Paulo merecem ser invocados os autorizados Carlos Guilherme Mota e Paulo Sérgio Pinheiro, que tanto amplificaram a mensagem honoriana, o historiador social Clóvis Moura, com sua negritude, e o prestativo Roberto Machado de Carvalho, do Instituto Histórico da rua Benjamim Constant. Em Campinas, a contribuição de Odilon N. de Matos registrou fumaças honorianas.

Ainda em São Paulo, o honorianismo cresceu com Raquel Glezer e sua tese de doutoramento *O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues* (mimeo, 1977?), contribuição das historiadoras Ana Maria Martinez Corrêa e Beatriz Cerqueira Leite, aquela da USP e esta da UNESP. E perspectivas do jovem Warney Ribeiro da Silva como, seguramente, o mais capaz de desenvolver os arquivos honorianos repartidos entre os apartamentos de Petrópolis e Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos Avançados, da Pauliceia.

Nas Minas Gerais residia, para recorrermos a linguagem cara aos enxadristas russos, o segundo, isto é, o substituto mais imediato, de José Honório Rodrigues. Trata-se de Francisco Iglesias, autor, desde meados de cinquenta, de estudos e separatas sobre o amigo. Embora discreto, Iglesias pontificava em contexto onde prevaleciam a historiadora Norma Góes Monteiro, o pouco conhecido

Oiliam José cuja *Historiografia Mineira* (1959), editada pela Itatiaia, antecipou várias das inflexões historiográficas de JHR, e o ex-deputado Manoel Conegundes, paraibano de Bananeiras e político em Barbacena.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não podem ser desmerecidos. Isso pela existência, nesses Estados, de Cecília Westphalen no Paraná, Iaponan Soares de Araújo, natural do Rio Grande do Norte, mas radicado no sul, e Walter F. Piazza, em Santa Catarina, e Décio Freitas, Mário Maestri, Luiz Luiz e Ricardo Seitenfus, no Rio Grande do Sul.

Enquanto Seitenfus chegou a completar obra de Honório, juntamente com a dr^a Lêda, os estudos de Décio Freitas aproximaram-se ainda mais do padrão honoriano, em construções como *Palmares, a Guerra dos Escravos* (1981), *O Escravismo Brasileiro* (1980) e *Os Guerrilheiros do Imperador* (1982) nos quais as simpatias, como em JHR, se voltam para os vencidos. À semelhança desse último, Freitas mantém distância dos estancieiros farroupilhas de 1835 a 45 que, conforme Honório, mereceram tratamento mais brando por pertencerem à classe dominante.

1.6. De outros Estados à Paraíba

O acreano Octaciano Nogueira, seu colaborador em estudos do Congresso Nacional, o doutor João Batista Pinheiro, o paraibano Geraldo Ireneu Joffily, cuja esposa, Christine, foi colega de Lêda no STF, e a extraordinária bibliotecária Nilza Teixeira Soares foram, em Brasília, os que mais se aproximaram das formulações honorianas, representando Nilza valioso manancial para estudos de novo tipo. Em Goiás, o honorianismo despontou junto a Paulo Sérgio Moreira e os irmãos Gilberto e José Mendonça Teles, com aquele mais voltado para a cultura e este para a História propriamente dita.

Ainda assim, o Estado do Brasil onde a influência honoriana propagou-se com maior intensidade foi a Paraíba.

Por que isso? — A resposta condiciona-se à situação político-cultural do Estado onde, pela década de sessenta, quando o Grupo José Honório começou a se articular, para fundação em 1967, o ensino da História caíra muito baixo. Isso apesar de tradição historiográfica que remontava a Ireneo Joffily, Celso Mariz, José Américo e Ademar Vidal, impulso pedagógico de Aníbal Moura, gilberteanismo de Pedro Nicodemos e desenvolvimentismo de Lopes de Andrade.

Na Faculdade de Filosofia, da UFPB, onde o movimento de 64 sentou praça, com professora que não hesitava em apelar para verdadeira Inquisição, a prática historiográfica tornara-se predominantemente passadista, factual e rebarbativa. Autores como Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum estavam sendo retirados das prateleiras. Em História do Brasil, o programa encerrava-se com a Proclamação da República por onde deveria começar ...

Fomentado pelos honorianos da primeira hora — Lenildo Corrêa, Plauto de Andrade, Eilzo Matos, Damião Ramos, Marcelo Melquíades, Derivaldo Mendonça, Pontes da Silva, Marília Guedes Pereira, Ednaldo Dias de Barros, Lindberg Farias, Aníbal Peixoto, Otinaldo Lourenço, Marcos Odilon Ribeiro, José Octávio e os campinenses Epitácio Soares, Amaury Vasconcelos e Átila Almeida - o Grupo José Honório representou resposta a essas distorções.

"Substituir os conceitos pelas indicações" tornou-se o lema da confraria para a qual, identificada com a noção de processo, a História, apartada do dogmatismo, voltava-se para o presente como instância crítica deste. Tratava-se, numa palavra, de questionar o movimento de 64, com sua pretensão de oferecer a última palavra em tudo.

Outra característica do Grupo consistiu em retirar a História dos sarcófagos e salas de aula, levando-a para junto à comunidade. A imprensa escrita e falada foi escolhida como agente dessa sistemática.

1. 7. O espírito contra o leviatã

É claro que a reação percebeu o desafio e reagiu. Não por acaso, vários honorianos foram proibidos de lecionar. Seus artigos tiveram dificuldades em chegar a jornais e revistas. Dominada pela tradição, a Universidade Federal da Paraíba fechou-se a quase tudo e principalmente aos integrantes do grupo.

Que mesmo assim perseveraram. Para tanto, a segunda geração honoriana, de, entre outros, Marcos Trindade, José Loureiro, Eulajose Dias de Araújo, Márcia Silva, Humberto Melo, Petrônio Souto, Aécio Aquino, Terezinha Pordeus, Francisco Barreto, Eduardo Raposo, Dejacy Lima e Aloísio José de Sousa, vinculou-se aos setores mais liberais dos Governo do Estado, sociedade civil e Universidade — Tarcísio Burity, Oswaldo Trigueiro do Vale, Raimundo Nonato, João Maurício de Lima Neves, José Medeiros Vieira, Celso de Paiva Leite, Josinw Viana, Lauro Xavier, José Carlos Freitas, Itan Pereira, Linaldo Cavalcante, Berilo Borja, Abelardo Jurema e Antônio Sobrinho para efetivação de publicações, conferências, seminários e simpósios da mais candente atualidade.

Reconhecidos como relevantes certames culturais do Brasil, os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira, empreendidos pelo Governo paraibano, em colaboração com o Grupo José Honório, inseriram-se nesse quadro e motivaram apaixonadas discussões. Sobre a realidade jurídica e político-institucional brasileira, em 1976, a Revolução de 30 e suas projeções históricas em 1978, a História e as Ciências Sociais conexas em 1979, a obra de Gilberto Freyre em 80, a dinâmica dos ismos em 81 e acerca da contribuição de José Honório, quando do falecimento deste, em 1987. A maioria teve suas exposições e debates convertidos em livros.

Outra técnica dos honorianos consistiu em ligar-se aos congêneres de Pernambuco, vários dos quais participantes dos SPCBs.

Enquanto os paraibanos compareciam aos seminários da Fundação Joaquim Nabuco e Cátedra Gilberto Freyre, no Recife, os pernambucanos mais vinculados à obra de José Honório - Amaro Quintas, Mauro Mota, Nelson Saldanha, Vamireh Chacon, Manoel Corrêa de Andrade, José Luiz da Mota Menezes, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Armando Souto Maior, Paulo Cavalcanti e Fernando Spencer — acorriam frequentemente à Paraíba onde, por exemplo, Saldanha e Chacon relacionavam suas Histórias das Ideias com a Historiografia honoriana.

A Paraíba enquanto isso registrava a terceira geração honoriana de Alex Santos, os dois Fernandos, Lyra e Dutra, Agassiz Almeida Filho, Ana Maria Leal, Heitor Cabral, Arion Farias, Jean Patrício, Heriberto Coelho, José Bonifácio Pereira, João Ribeiro Filho, Evaristo Silva, Ana Isabel de Sousa Leão Andrade, Renato César Carneiro, Maria de Fátima Soares e Valdir Porfírio, na maioria ligados à Universidade. Em parte, receberam impulso do historiador e publicista paraibano-pernambucano Fernando Coelho, autor de estudos de recorte honoriano como *Direita Volver — O Golpe de 1964 em Pernambuco* (2004) e *1964 — Golpe de Estado, Ditadura e Guerra Fria* (2010).

1.8. Conclusões — A mensagem honoriana

Torna-se, pois, muito claro que, refletindo pensamento heterodoxo e renovador, as Ciências Sociais paraibanas adquiriram dimensão inteiramente nova, a partir do advento do Grupo José Honório Rodrigues.

A identificação deste para com seu patrono sempre foi indiscutível. Data daí como sentenças do autor de *Aspirações Nacionais* eram levadas ao público. Uma delas, constante do final de *O Parla-*

mento e a Evolução Nacional, opunha-se frontalmente aos regimes de força brasileiros:

(...) Um povo assim democrático apra~de a querer bem a seu Parlamento. Na verdade, a democracia podia se conciliar comífuonarquia representativa. Não se podia conciliar com a ditadura que não faz parte de nossa tradição histórica, tanto que na regência ninguém ousou estabelecê-la.

Essa a razão por que foi na Paraíba que José Honório Rodrigues decidiu firmar seu testamento histórico-político. Tal ocorreu na Assembleia Legislativa, em agosto de 1984, quando do recebimento de cidadania paraibana proposta pelo honoriano Eilzo Matos. Foram suas palavras:

Aproveito essa hora oportuna para afirmar nosso direito, como povo, da Paraíba e do Brasil, ao regime democrático pleno, à supremacia do poder civil, às garantias individuais, às liberdades públicas e às reformas sociais e econômicas que nos tirem do atoleiro em que estamos.

Essas colocações de José Honório continuam, como toda obra, bastante atuais.

Referências Bibliográficas pela ordem das referências, computando-se apenas os não presentes ao texto:

Artigo de Lenildo Corrêa sobre JHR, in *O Norte* de 1977, com contestação apresentada pelo historiador em carta a José Octávio, in *Arquivos de Grupo José Honório Rodrigues*;

OCTÁVIO, José. "O Parlamento na visão de um Historiador da Nacionalidade" in *Revista da Academia Paraibana de Letras*, nº 9, ano XXXVII. J. Pessoa: setembro de 1984.

Entrevista: José Honório Rodrigues - A guerra da Independência, por Benício Medeiros e Maurício Dias, in recorte das páginas amarelas de Veja, presumivelmente de 1975, in Arquivos do Grupo JHR.

As teses da historiadora Socorro Ferraz, contidas no texto, foram complementadas por Evaldo Cabral de Melo in *A Outra Independência – o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.

RODRIGUES, José Honório. Nos debates de "A Tradição, a Memória e a História" in NOGUEIRA, Octaciano et alli – *Brasil, Tempo e Cultura III* (Exposição e Debates). J. Pessoa: DGC/SEC, 1980, p. 236.

Autor dos dois volumes do sólido *Pesquisas para a História do Piauí* (Antenova, 1975), Odilon Nunes publicou em separatas suas discussões com Barbosa Lima sobre o sistema sesmial piauiense. Em conversas com o autor, JHR concedeu-lhe razão.

Conversa telefônica com a historiadora Miridán Knox Falci, João Pessoa-Rio de Janeiro, 7 de março de 2013.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

RODRIGUES, José Honório. "Prólogo" in *História da Igreja no Brasil*, tomo II/I, sob a coordenação de Eduardo Hoonart. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 7/12.

Informação telefônica do constitucionalista Paulo Bonavides, João Pessoa/Fortaleza, fevereiro de 2013.

LYRA, Sofia Tavares de. *O maior e o melhor dos Lyras – Augusto Tavares de Lyra (1872–1958) onde, como e porque*. Editor Borsoi, 1973. Na segunda edição revista e aumentada pela Editora Cátedra, em 1974, a autora retirou o extravagante subtítulo.

MELLO, José Octávio de Arruda. "Sobre Maria Thetis, via Luiz Antônio, novamente em Própria", datilografado, como exposição lida em Seminário de Própria, janeiro de 2012.

_____. "A questão da terra em Canudos - Do Revisionismo de Euclides ao de José Calazans" in *Terra, Revisionismo e Cultura em Euclides da Cunha*. J. Pessoa: UNIPÊ, 2009.

BITTENCOURT, Gabriel. *Espírito Santo – Alguns Aspectos da Inde-*

pendência 1820/1824, 2.^a ed., Vitória: IHGES, 1985, com apresentação de José Honório Rodrigues.

AZZI, Riolando. *A Interpretação da História do Brasil, segundo José Honório Rodrigues*, como separata de *Síntese Política, Econômica, Social* (SPES), número 14, pp. 111/152.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *História e Liberalismo*. Rio de Janeiro: 1988, contendo discurso de posse no PEN Clube, em 25 de novembro de 1987.

CASTRO, Moacir Werneck de. "Um historiador na trincheira" in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 10 de outubro de 1994.

MOTA, Carlos Guilherme, prefácio ao livro de JHR, organizado por Lêda B. Rodrigues – *Ensaaios Livres*. S. Paulo: Imaginário, 1991.

WITTER, José Sebastião. "Mestre José Honório Rodrigues. Um Historiador na Trincheira" in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, n.º 155 da PUC de Campinas, dirigida por Odilon Nogueira de Matos.

MATOS, Odilon Nogueira de. "José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira" in *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: n.º 23, ano III, junho de 1971.

SILVA, Warney Ribeiro da. "Ressuscitando José Honório Rodrigues: Arquivos Pessoais e a História do Brasil" e "Catálogo de Assuntos do Fundo JHR", ambos datilografados e de 2007 contendo o primeiro estudo "O 1.º Colóquio José Honório Rodrigues" realizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, com a participação dos honorários Carlos Guilherme Mota, Raquel Glezer, José Sebastião Witter, Martha Rosseti Batista, Paulo Sérgio Pinheiro e Beatriz Cerqueira Leite.

IGLÉSIAS, Francisco. "O historiador José Honório Rodrigues" in UH Cultura, Coluna "Livros" como suplemento literário do jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, domingo, 11 de novembro de 1976. "A História no Brasil", in *História das Ciências no Brasil*, coordenada por Mário Guimarães FERRI e Shogo MOTOYAMA. São Paulo: EPU, (Editora Pedagógica e Universitária), EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo),] 979. E ainda "José Honório e a Historiografia brasileira" in *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, dirigida pela historiadora Norma Góes Monteiro, v. 2, n. 2, jul/dez 1987, p. 5/10. Iglesias também

abordou Honório em artigos para a revista campineira de Odilon Nogueira de Matos.

RODRIGUES, José Honório e SEITENFUS, Ricardo A. S., in *Uma História Diplomática do Brasil 1531-1945*, com organização de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Entrevista com a arquivista Ana Isabel Andrade, J. Pessoa, março de 2013, com longas considerações sobre dona Nilza e Regina Vieira.

MOREYRA, Sérgio Paulo. "O Processo de Independência em Goiás" in MOTA, Carlos G. *1822 – Dimensões*. S. Paulo: Perspectiva, 1972. Das monografias que tematizaram a Independência, nas diferentes províncias brasileiras, José Honório chamou-me a atenção para o estudo goiano.

MELLO, José Octávio de Arruda. "Da FAFI ao CCHLA em cinquenta anos de história e recordações" in FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e FERNANDES, David (orgs.). *UFPB 50 anos*. J. Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

Promovidos pelo Governo do Estado, com apoio do Grupo José Honório Rodrigues, os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira motivaram as publicações *Brasil, Tempo e Cultura* (1978), *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30 – Exposições e debates do II SPCB* (1979), *Brasil, Tempo e Cultura III – História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira* (1980) e *Viagem ao Universo de Gilberto Freyre – Brasil, Tempo e Cultura IV*, 1983, sendo que os de 1984 e 87, não publicados, foram incorporados aos arquivos do GJHR. Assinalados pela participação dos maiores cientistas sociais brasileiros do tempo, os SPCBs registraram a presença, por três vezes, de José Honório Rodrigues a avaliação de cuja obra foi dedicada a edição de 1987.

Com organização e prefácio, notas e traduções de Lêda Boechat Rodrigues, a Academia Brasileira de Letras publicou em 2000 e 2004 a (Nova) *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Ambas constituem indicativos para caracterização dos honorianos, em sua maioria estrangeiros. A figura central do segundo tomo, posfaciado por Vamireh Chacon, é a do pernambucano Amaro Quintas.

SALDANHA, Nelson. *História das Ideias Políticas no Brasil*, 2ª ed., Brasília: Senado Federal, 2001.

CAVALCANTI, Paulo. O Caso eu Conto como o Caso Foi, 4º vol. *A Luta Clandestina*. Recife: Guararapes, 1985.

SOUTO MAIOR, Armando. "José Honório Rodrigues: O Homem e a Obra" in *Clio*. Revista do Curso de Mestrado em História da UFPB, nº 10. Recife, 1988.

RODRIGUES, José Honório. "Paraíba e Historiografia" in da SILVA, Pontes, e ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, 400 Anos*. J. Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

PINTO, Sérgio de Castro (editor) e MELLO, José Octávio de Arruda (coord.). Edição Especial do Suplemento Literário Correio das Artes de *A União*, dedicado aos setenta anos de José Honório Rodrigues, em 18 de setembro de 1983, com estudos de, entre outros, Oswaldo Trigueiro de A. Mello, Francisco Iglesias, Lenildo Corrêa, Luiz Toledo Machado, Abguar Bastos, Aécio Aquino, Nelson Saldanha, Agnaldo Almeida e longa entrevista de JHR a seu discípulo José Octávio. Na reedição do suplemento, um mês depois, poema do governador Ernani Sátiro, constante da primeira edição, foi substituído por artigo do sociólogo Clóvis Moura, referente a José Honório e a negritude.

RESGATE NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DOS NEVES SÃO MATEUS, ES

*Neide Barrocá Faccio**

*Juliana Aparecida Rocha Luz**

*Henrique Antônio Valadares Costa**

*Hiuri Marcel di Baco**

Resumo: O Programa de Resgate Arqueológico do Sítio Arqueológico dos Neves, localizado no Município de São Mateus, ES, teve por objetivo a obtenção de informações sobre a população indígena evidenciada na cultura material contida nos registros arqueológicos. A incorporação desse material à memória regional e nacional é extremamente valiosa, em virtude das características evidenciadas no sítio e as lacunas existentes na memória histórica regional. O Sítio Arqueológico dos Neves foi classificado na Tradição Aratu, contudo verificamos a presença de traços da Tradição Tupiguarani, na cerâmica, o que sugere alguma forma de contato entre os grupos dos troncos Macro Jê e Tupi.

Introdução

O Sítio Arqueológico dos Neves situa-se na zona leste do município de São Mateus, litoral norte do Estado do Espírito Santo, no circuito da bacia do Rio Cricaré ou São Mateus, micro-bacias do córrego do Chiado e Pedra D'Água. Está localizado em ampla

* Neide Faccio é professora da UNESP de Prudente-SP e do Programa de Pós-graduação do MAE/USP, arqueóloga, Livre Docente, Doutora e mestre em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

* Juliana Luz é arqueóloga, mestre em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Doutoranda em Geografia pela UNESP de Prudente-SP.

* Henrique Costa é arqueólogo, membro suplente do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo e mestrando do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

* Hiuri di Baco é arqueólogo, mestre e doutorando pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

planície de areais, isto é, terrenos arenosos que se estendem a partir da Pedra D'Água até a Praia de Guriri, na faixa de sedimento quaternário (Figura 1).

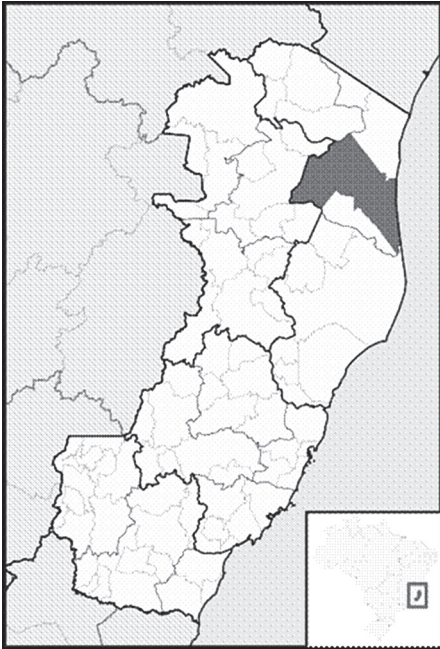


Figura 1: Micro região de São Mateus, ES.

O Sítio dos Neves encontrava-se em situação de alto risco e em avançado estado de degradação, em virtude da implantação, sobre a área, de um loteamento irregular. A abertura de buracos profundos para instalação das fundações das casas evidenciou grande quantidade de urnas funerárias em cerâmica, que foram assistematicamente retiradas, destruídas ou possivelmente vendidas. O material arqueológico resgatado, durante o trabalho de campo, encontra-se sob a

guarda do Museu Municipal de São Mateus, ES.

No decorrer desse trabalho, foram resgatadas três urnas inteiras com tampa e duas fragmentadas, além de fragmentos de vasos cerâmicos, pesos de rede, material malacológico, pedras lascadas e polidas que estavam distribuídos de forma esparsa pela área, do sítio. Concomitante ao trabalho de escavação, foi realizada uma prospecção, na área do lote 15, e um diagnóstico interventivo amostral para o restante da área do sítio, com o objetivo de apresentar as condições de conservação e de risco do Sítio dos Neves, bem como para garantir a salvaguarda de urnas funerárias aflorando à superfície de terreno urbano. Para isso, foi necessária a colaboração dos

moradores locais, que permitiram a entrada da equipe de arqueologia em seus quintais.

Apesar de o estudo do material resgatado no Sítio dos Neves, São Mateus, ter sido apenas iniciado, foi possível observar que apresenta características singulares. Isto porque, embora classificado na Tradição Aratu, a cerâmica apresenta motivos plásticos, ainda que em pequena quantidade, comuns na cerâmica da Tradição Tupiguarani. Diante da presença dessas características, pode-se aventar a hipótese de que o grupo indígena que, no passado, habitou o Sítio Arqueológico dos Neves (índios do tronco linguístico Macro Jê), manteve contato com grupo indígena de outra etnia (do tronco linguístico Tupi).

Histórico do Sítio Arqueológico dos Neves, ES

Até o momento, desconhecemos a existência de publicações de caráter científico sobre a área do Sítio Arqueológico dos Neves. Contudo, existem inúmeras publicações com caráter de divulgação, nos jornais *A Tribuna do Cricaré* (São Mateus, ES) e *A Gazeta* (Vitória, ES). Além dessas publicações com caráter de divulgação, para a reconstituição da história do sítio contamos com os recursos da história oral, bem como com a documentação oficial, utilizada no intuito de garantir o salvamento do Sítio dos Neves. Nesse sentido, faremos uso do que temos disponível.

No dia 5/7/2005, o jornal *A Tribuna do Cricaré*, de São Mateus, ES, publicou a manchete: Comerciante Encontra Urnas Indígenas na Pedra d'Água. A matéria informava que o comerciante Paulo Sérgio Neves tinha encontrado...

[...] seis urnas funerárias indígenas quando fazia escavações para o alicerce de uma casa, em terreno às margens da estrada do Nativo, na Pedra D'Água, a

menos de um quilometro da Rodovia Othovarino Duarte Santos. A descoberta aconteceu entre quinta-feira e domingo. Três urnas em forma de pote estão quase inteiras e são mantidas guardadas na varanda da casa dele, anexa ao local. Uma tem cerca de 40 centímetros de altura por 30 de diâmetro, outra mede 45 cm por 40 cm de diâmetro. A maior tem 1.16 metros por 80 cm de diâmetro, com uma parte superior (tipo tampa) de 50 cm. "Achamos primeiro uma urna menor que continha os ossos de crânio. Quando fomos fazer a outra lateral do alicerce, numa distância de dois metros, encontramos a urna maior, onde estava a ossada completa de corpo com arcadas dentárias e uma pedra esculpida, parte de uma machadinha" — relata Paulo Sérgio Neves. As outras três, quebradas, estão sendo 'montadas' [...] "Quando eu encontrei a urna maior, tive o maior cuidado. Retirei toda a areia ao redor e de dentro com a mão, evitando usar a enxada ou pá" (TRIBUNA DO CRICARÉ, 2005).

No dia 6/7/2005, o jornal *A Gazeta* de Vitória, ES, apresentou uma a manchete: Comerciante acha urnas funerárias indígenas no quintal de casa. Tratava-se de uma urna funerária de 1,5 metros de comprimento, com ossos humanos no seu interior. Segundo depoimento do Senhor Eliezer Ortolani Nardoto, responsável pelo Museu Histórico de São Mateus, "esse foi o principal achado do município, que foi colonizado há mais de 470 anos" (A GAZETA, 2006).

Nessa reportagem, o comerciante, Paulo Sérgio Neves, 38 anos, declarou que "cinco urnas já foram doadas para o Museu de São Mateus", que no dia 5/7/2005 "recebeu muitas visitas de pessoas interessadas em ver os objetos" (A GAZETA, 2005).

Segundo o jornal *A Gazeta* Vitória, ES:

Paulo encontrou os potes cerâmicos quando preparava a fundação de uma pequena casa, nos fundos da própria residência. O pote maior, que,

para ser retirado inteiro, foi necessário cavar um buraco com aproximadamente três metros de profundidade. Os vasos começaram a ser achados no último dia 30 (A GAZETA, 2005).

De acordo com o mesmo jornal:

A maior urna funerária encontrada em São Mateus tem mais de 1,5 metros de altura e continha vários ossos diferentes, indicando que um corpo inteiro estava dentro do pote. Havia três camadas distintas de areia, envolvendo a ossada. Quando o pote foi aberto, houve uma pequena explosão, que assustou os moradores. Dentro do pote maior também havia uma pedra de uma machadinha e pedaços de madeira semelhantes a uma lança. Nas urnas menores, que estavam todas equidistantes uma das outras, havia apenas ossos do crânio (A GAZETA, 2005).

Em 06/08/2005, o jornal *A Gazeta*, de Vitória, publicou a manchete: *Polícia Federal Mapeia Sítio Histórico em São Mateus — Alerta de Acordo Com os Policiais Federais: É Crime Vender Peças Encontradas em Sítios Históricos*. Nesta reportagem, encontramos o seguinte relato:

Os policiais da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico estiveram na casa do comerciante Paulo Sérgio, no bairro Pedra D'Água, onde foram encontradas várias urnas com ossadas, indicando que o local já foi um cemitério indígena. De acordo com o agente Samuel MacDowell, a PF pretende intensificar as investigações no município que vem apresentando vários relatos de achados arqueológicos. Tivemos informações de que já ofereceram dinheiro ao senhor Paulo Sérgio pelas peças achadas. Este material pertence à União e vendê-lo é crime [...] Só no quintal do comer-

ciante já foram achadas 13 peças, algumas com ossos dentro. A maioria já está em exposição no Museu Municipal. (A GAZETA, 2005).

Em entrevista, o Sr. Eliezer Ortolani Nardoto, responsável pelo Museu de História de São Mateus, ES, afirmou que:

no início do mês de julho de 2005, fez comunicado por telefone ao IPHAN a respeito da presença de urnas indígenas no terreno do Sr. Paulo Sérgio Neves, informando que o material retirado do sítio estava guardado no Museu Histórico de São Mateus e que orientou o proprietário do terreno a interromper a construção até que o IPHAN tomasse as providências necessárias (NARDOTO, 2006).

Dessa forma, no período de julho de 2005 a agosto de 2006, notícias sobre Sítios dos Neves foram veiculadas nos jornais *Tribuna do Cricaré* de São Mateus e *A Gazeta* de Vitória, SP.

Nesta ocasião, a 21ª IPHAN encaminhou uma notificação extrajudicial para o Senhor Paulo Sérgio Neves, proprietário do lote 37 da Estrada do Nativo, localizado no Bairro Pedra d'Água, Município de São Mateus, Espírito Santo, onde está localizada parte do Sítio Arqueológico dos Neves. A referida notificação tratava da determinação de imediate paralisação de toda e qualquer atividade danosa ao Sítio Arqueológico dos Neves.

Segundo Eliezer Ortolani Nardoto:

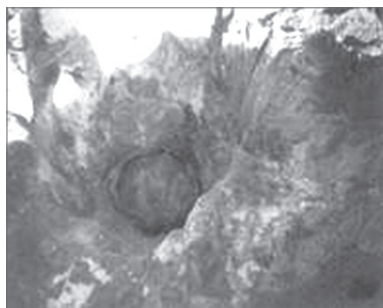
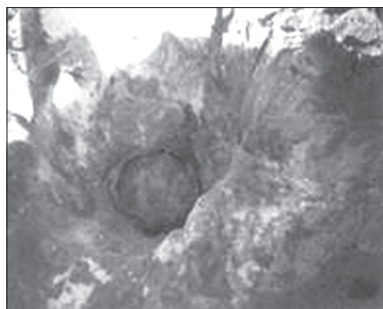
Nesta data, os técnicos do IPHAN orientaram a comunidade sobre a proibição de venda ou destruição do patrimônio arqueológico e sobre um plano emergencial de salvamento do sítio. Os técnicos do IPHAN fizeram uma visita ao Museu Municipal de São Mateus e solicitaram que o museu fosse oficializado junto à prefeitura, a

fim de torná-lo entidade jurídica e que fosse providenciado um espaço para receber o material arqueológico (NARDOTO, 2006).

No dia 9/7/2005, o jornal *Tribuna do Cricaré* publicou reportagem com a manchete: "Urnas indígenas ficarão em São Mateus". Nesta matéria, Teresa Carolina Frota de Abreu, Superintendente Regional do IPHAN informou que a municipalidade, como é o caso de São Mateus, pode solicitar a guarda das peças, e que para o IPHAN, é interessante que os achados permaneçam no seu local de origem.

No período de 2005 a 2006, os achados do Sítio dos Neves e a consequente divulgação em jornais resultaram no interesse da população, inclusive de pessoas interessadas em comprar as urnas funerárias. Esse fato é relatado por moradores do Bairro Pedra D'Água e na ocasião foi comunicado ao IPHAN, que acionou a Polícia Federal.

Os moradores do Bairro Pedra D'água apresentaram fotos do momento da retirada das urnas dos quintais. Contudo, não foi possível relacionar as notícias de jornais ou as fotos com as vasilhas expostas no Museu Histórico



Figuras 2 a 4: Urna funerária em processo de escavação. Bairro Pedra D'Água de propriedade de Paulo Sérgio dos Neves.



Figuras 5 a 7: Vasilhas retiradas do solo de um dos terrenos do Bairro Pedra d'Água e fragmentos de urnas com morador local.



de São Mateus, ES (Figuras 2 a 7).

O quadro 1 é apresenta os materiais do Sítio dos Neves informando na imprensa local (São Mateus) e de Vitória, ES.

Quadro 1: Materiais Informados Para o Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES

5/7/2005 Fonte: Jornal Tribuna Cricaré (São Mateus, ES)	6/7/2005 Fonte: Jornal A Gazeta (Vitória, ES)	6/8/2005 Fonte: Jornal Tribuna Cricaré (São Mateus, ES)	18/7/2006 Fonte: Jornal Tribuna Cricaré (São Mateus, ES)
-6 urnas; - 1 tampa de urna; - 1 lâmina de machado; fragmentada; - pedaços de madeira; - ossos.	- 13 urnas; - ossos.	-13 urnas; - ossos.	-15 urnas (6 doadas ao Museu e 9 permanecem enterradas).

Fonte: Jornais *Tribuna do Cricaré* e *A Gazeta*.

Constituem o material resgatado do sítio, ou localizado para resgate, pelo menos 15 urnas, uma tampa, uma lâmina de machado polida, pedaços de madeira e ossos. Ainda segundo as fontes apresen-

tadas nesse histórico, das 15 urnas resgatadas ou evidenciadas, cinco foram doadas para o Museu Histórico de São Mateus (TRIBUNA DO CRICARÉ, 2005), outras duas, que estavam sendo coladas por Paulo Sérgio Neves, foram doadas também para o museu em 30/08/2006.

O último achado no Sítio Arqueológico dos Neves ocorreu em julho de 2006. Trata-se de uma grande urna funerária, também doada ao Museu Histórico de São Mateus, ES. Dessa forma, o Sr. Paulo Sérgio Neves doou para o Museu Histórico de São Mateus seis urnas inteiras ou parcialmente inteiras e duas urnas fragmentadas, perfazendo um total de oito urnas. Podemos concluir que, pelo menos sete urnas, ainda estão na área do sítio, lote 15, atualmente desapropriado, aguardando as ações do plano de salvamento arqueológico do Sítio dos Neves.

O Museu Histórico de São Mateus, ES

O Museu Histórico de São Mateus, ES, está instalado em um prédio datado de 1.765, onde funcionou a Casa da Câmara e a cadeia (NARDOTO, 1999). A construção é de alvenaria de pedra com argamassa de areia, óleo de baleia e cal (**Figura 8**).

O Museu Histórico do Município de São Mateus conta com um



Figura 8: Museu Histórico de São Mateus, ES, 2006.

acervo arqueológico proveniente de alguns dos sítios arqueológicos presentes no município. Esses sítios foram evidenciados de forma fortuita por moradores do município, que entraram em contato com Eliezer Ortolani Nardoto, historiador e responsável pela luta em favor da preservação e manutenção do patrimônio arqueológico existente em São Mateus, ES.

As peças existentes no Museu, na maior parte dos casos, são resultado de doação e foram retiradas das áreas de seus sítios arqueológicos de modo assistemático. Dessa forma, as peças expostas contêm o nome do sítio ao qual pertencem, mas não o mapeamento de sua posição na área ou de sua relação com a localização de outras peças.

As peças ocupam uma das salas térreas e da frente do Museu Histórico de São Mateus. O curador do Museu Eliezer Ortolini Nardoto fez a limpeza das peças e as organizou em vitrines, identificando os objetos pelo nome do sítio. Podemos afirmar que as peças em exposição permitem que a população de São Mateus e turistas conheçam um pouco da pré história do município.

Além das peças em exposição, outros fragmentos de cerâmica estão acondicionados em polionda, em outra sala ou reserva técnica. Esse material também apresenta boas condições de preservação.

Apesar de sabermos da importância e necessidade de se realizar a curadoria dos materiais existentes no Museu Histórico de São Mateus, proveniente do Sítio Arqueológico dos Neves, esse procedimento não foi o objetivo desta primeira etapa da campanha de salvamento do plano emergencial do Sítio Arqueológico das Neves, proposto pelo IPHAN.

Segundo os dados coligidos para a realização do histórico do Sítio dos Neves, pelo menos oito urnas foram doadas para o Museu (seis inteiras e duas quebradas) e nove ainda se encontram enterradas na área do sítio aguardando o resgate. As **figuras de 9 a 15** mostram as vasilhas cerâmicas de contexto funerário em exposição



Figuras 9 a 11: Urna funerária com tampa. Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus ES, 2006.



Figuras 12 a 14: Urna funerária com tampa. Sítios Arqueológico dos Neves, São Mateus ES, 2006.



Figura 15: Urna funerária. Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES, 2006.

no Museu Histórico de São Mateus.

Essas são informações coligidas durante essa campanha de trabalho, realizada em agosto de 2006, junto ao Museu Municipal de São Mateus, ES. Certamente, o material arqueológico presente no Museu merece um projeto específico de curadoria e análise.

O Sítio dos Neves

O Sítio Arqueológico dos Neves pode ser classificado, como ra-

zoavelmente conservado, com um tanto das estruturas arqueológicas passíveis de recuperação "*in situ*" (MORAIS, 1990), no entanto, em parte esse sítio se encontra destruído.

A parte razoavelmente conservada apresenta alterações significativas na camada superficial; as camadas mais profundas foram afetadas por sulcos de erosão e por alicerces de edificações. A parte destruída teve como causa a exploração comercial de areia. Não se pode precisar, no atual estágio da pesquisa, a extensão da área destruída do sítio, mas ao que tudo indica ainda resta muito para ser investigado.

O processo de destruição do sítio não foi encerrado, ele continua ativo. Não há na área, atualmente, a exploração comercial de areia, muito embora ela continue, porém em menor escala. Aliado a esse fator de destruição, junta-se o fato de o sítio estar localizado em área de um loteamento urbano. Dessa forma, as construções de fossas sanitárias e residências vão sendo implantadas, paulatinamente, sobre os vestígios arqueológicos.

Além da destruição que vem ocorrendo na área do Sítio Arqueológico dos Neves, também é preocupante o destino dado às peças encontradas casualmente pelos moradores do bairro. Durante as entrevistas realizadas com seus moradores, ouvimos comentários de que peças arqueológicas haviam sido retiradas e vendidas.

Quanto a isso, Renfrew e Bahn expõem que:

El tipo más lamentable de danos es el que producen deliberadamente los excavadores furtivos, interesados solo en encontrar objetos vendibles de gran valor y bastante despreocupados por la pérdida de información que se produce cuando los hallazgos están separados de su contexto original. Muchos de estos saqueadores utilizan detectores de metales incluso en yacimientos protegidos por la ley (RENFREW e BAHN, 1998, p. 501).

As peças encontradas e retiradas do solo pelos moradores do

bairro, segundo relatos, já tiveram diferentes destinos: desde terem sido reutilizadas no cotidiano doméstico, até a quebra acidental e descarte; foram entregues ao Museu Histórico de São Mateus; ou vendidas; guardadas em casa e reenterradas para evitar problemas como o da desapropriação do lote.

Observamos, porém, que quando as peças são reutilizadas ou guardadas em casa, não há conservação por parte de seus donos.

Design do Trabalho de Campo

O design do trabalho de campo procura mostrar os principais procedimentos na área do Sítio Arqueológico dos Neves, bem como a paisagem do entorno. Para organizar os trabalhos, na área do Sítio Arqueológico dos Neves, a área do Bairro Pedra D'Água foi dividida em quatro setores.

O setor 1 compreende a área localizada ao Sul do Córrego da Abissínia e o setor 2 compreende a primeira linha de lotes ao norte desse mesmo Córrego. O setor 3 compreende a Estrada do Nativo. A segunda e terceira linha de lotes estão localizadas após a referida estrada.

Os setores 2 e 3 compreendem lotes, onde a construção de casas é frequente mas, de forma geral, a fisionomia original do relevo está preservada, pois nesses setores não ocorreu exploração de areia. O setor 4 compreende uma área loteada clandestinamente, deixando a fisionomia do relevo totalmente alterada, em função da exploração de areia na área.

Analisando o setor 4, a partir do setor 3 avistamos uma grande cratera aberta pela exploração de areia, onde a cada dia mais uma casa é construída. O setor 4 está desprovido de infra-estrutura básica, sendo que seus moradores buscam água para beber a longas distâncias em garrafas pet.

A **figura 16** mostra a localização dos quatro setores em que o

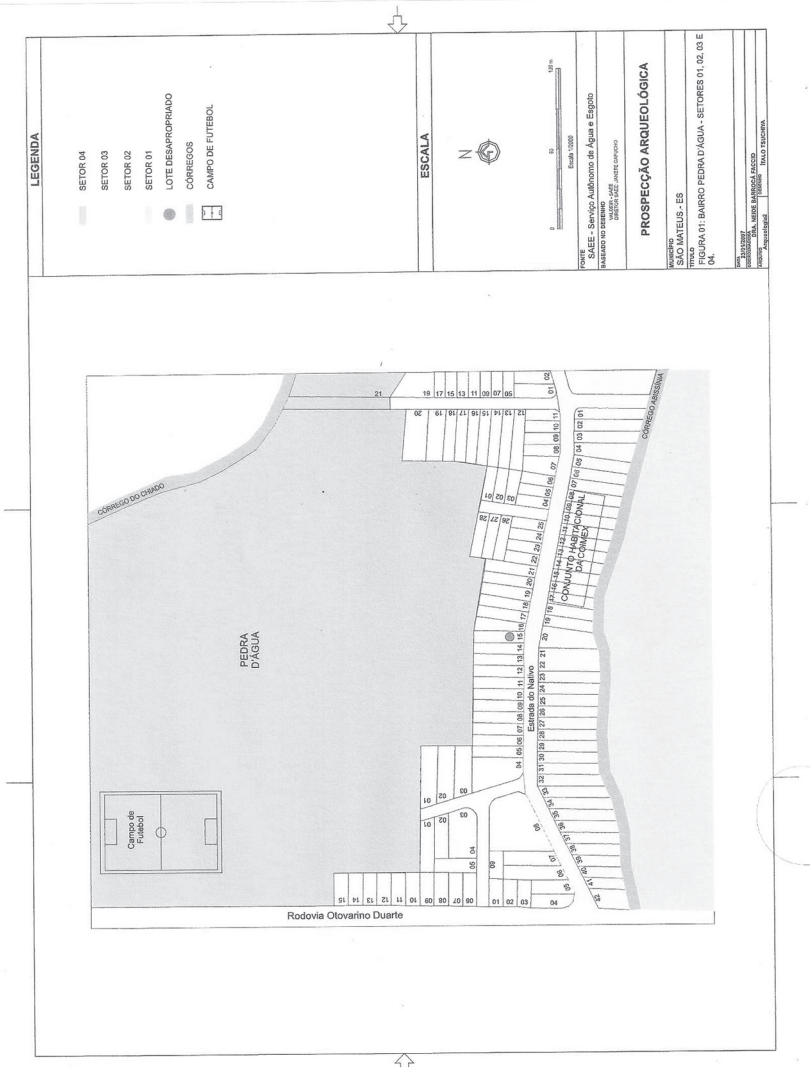


Figura 16: loteamento e localização da área pesquisada.

Bairro Pedra d'Água foi dividido.

Além da vistoria que contemplou o caminhamento, com observação da superfície, também foram escavadas seis sondagens com escavadeira de mão, na área do setor 1. Os cortes foram aprofun-

dados até um metro, equidistantes a cada 50 metros. As escavações desses cortes resultaram negativas para a presença de vestígios arqueológicos. O setor 1 apresenta as feições de relevo conservadas.

Verificamos, dessa forma, que o Córrego da Abissínia, provavelmente, constitui um dos limites da área do Sítio Arqueológico dos Neves, haja vista que, após o córrego, nenhum vestígio arqueológico foi observado, em superfície.

No setor 2, nos lotes residenciais, excluindo a área de inundação do Córrego da Abissínia, verificamos a ocorrência de fragmentos de cerâmica distribuídos de forma esparsa e pouco frequente na superfície. Nessa área, verificamos fragmentos cerâmicos em seis dos 15 lotes vistoriados, sendo que a frequência variou de um a seis fragmentos por lote.

Nos demais lotes do setor 2, utilizados para pastagem, a cobertura

de gramínea impediu um diagnóstico conclusivo a respeito da presença de vestígio arqueológico (Figuras 17 e 19).

Devido aos objetivos desta primeira etapa do programa de salvamento do Sítio Arqueológico dos Neves, a prospec-



Figuras 17 a 19: Setor 2. Lote residencial utilizado para pastagem. São Mateus, ES, 2006.



Figuras 20 a 22: Setor 2. Lote residencial com pastagem. São Mateus, ES, 2006.

ção intensiva, com a escavação de um maior número de cortes de verificação não foi realizada para nenhum dos setores previamente definidos.

No setor 3, temos o lote 15, desapropriado pela Prefeitura Municipal de São Mateus, de onde foram retiradas cinco urnas inteiras (ou parcialmente quebradas) e duas fragmentadas, nos anos de 2005 e 2006. Nessa área, realizamos prospecção e resgate de quatro urnas funerárias.

O primeiro procedimento adotado na área do setor 3, lote 15, foi a limpeza. A área estava sem cerca e coberta de lixo residencial, entulho de construção e gramíneas.

Concluída esta etapa, localizamos duas urnas, que o arqueólogo João Luiz da Cunha Teixeira havia começado a escavar, em 2006. As urnas estavam cobertas por uma lona, aguardando permissão do IPHAN para a continuidade do trabalho de escavação. Essa área foi denominada: área de decapagem 1.

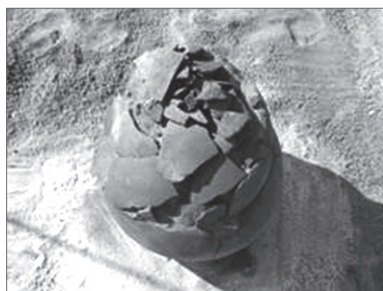
Quando iniciamos a limpeza da área de decapagem 1, verificamos pela consistência do sedimento, que a área havia sido escavada

de 30 a 40 centímetros de profundidade.

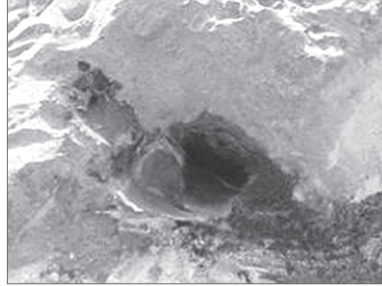
Após a retirada do sedimento solto, já com a área quadriculada (quatro metros quadrados), foi iniciada a decapagem para retirada das urnas. A decapagem foi feita por níveis artificiais de cinco centímetros, com peneiramento de todo sedimento retirado da área. Quando iniciamos a decapagem para a retirada do sedimento solto, tivemos a impressão de que uma terceira urna, provavelmente, fora retirada do local, certamente não pelo arqueólogo que iniciou os trabalhos na área, porque pequenos fragmentos de ossos, um dente e um fuso de cerâmica estavam misturados aos fragmentos da tampa de uma das urnas da área de decapagem 1. Também verificamos que nessa área os sedimentos estavam soltos e visivelmente fora da posição original.

Pelo histórico do sítio, é provável que todas as urnas contivessem ossos em seu interior. As urnas denominadas de 1 e 2, nesta pesquisa, estavam com as tampas quebradas e o sedimento dentro delas não havia sido mexido (**Figuras 21 e 22**). Desta forma, os minúsculos fragmentos de ossos (pó) e o dente evidenciado anteriormente, muito provavelmente são provenientes de outra urna, retirada da área anteriormente (**Figuras 23 a 24**).

Ampliamos a área de decapagem 1, na posição sul — dois metros e meio e na posição oeste — seis metros. As **figuras 25 e 26**



Figuras 23 e 24: Urnas 1 e 2 respectivamente, após decapagem. Área de decapagem 1. Verifica-se a presença das tampas fragmentadas. No entorno da urna 2, ainda pode ser verificada a presença dos fragmentos de borda da tampa em posição original. Sítio Arqueológico dos Neves.



Figuras 25 e 26: Fundo de uma vasilha, provavelmente, de uma terceira urna. Área de decapagem 2. Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES, 2006.



Figuras 27 e 28: Área de decapagem ampliada verifica-se o trabalho de retificação do perfil para controle da estratigrafia. Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES, 2006.

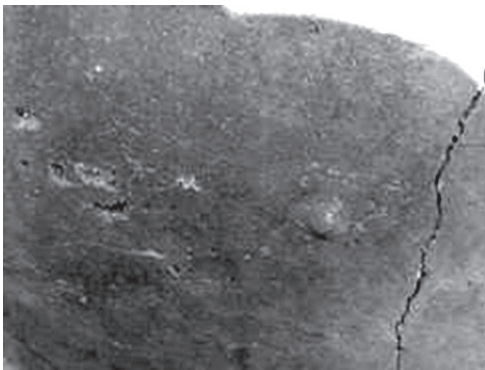


Figura 29: Detalhe do alicate em forma de mamilo presente na urna 1. Área de decapagem 1, Sítio Arqueológico dos Neves, São Mateus, ES, 2006.

mostram a área de decapagem 1 ampliada.

Na área ampliada não foi encontrado nenhum vestígio arqueológico. Dessa forma, resolvemos ampliar ao norte, por mais dois metros.

Na urna 1, da área de decapagem 1, verificamos a presença de um

único alicate em forma de mamilo (Figura 29).

Durante o processo de retirada dos fragmentos de tampa, de

cima das urnas com peneiramento dos sedimentos, verificamos a ausência de qualquer vestígio arqueológico nesses sedimentos. Após a retirada das tampas, foi iniciado o trabalho de decapagem dentro das urnas com peneiramento do sedimento.

Nesse trabalho de decapagem da parte interna das urnas 1 e 2, verificamos a presença de ossos em processo de decomposição acelerada e alguns dentes. No perfil realizado na área de decapagem 1, verificamos camada de solo escuro entre os 35 e 45 centímetros, mas essa espessura varia em apenas alguns metros de distância. Essa diferença talvez possa ser explicada pela ação recente do homem na área.

Ainda no setor 3, lote 15 abrimos a área de decapagem 2. Nessa área, evidenciamos dois potes pequenos com tampa. O sedimento no interior dos potes não continha ossos. Provavelmente, as peças foram usadas como urnas funerárias, mas os ossos devem ter-se decomposto. Entre as urnas, foi evidenciado um fragmento de quartzo branco (**Figuras 30 e 31**).

Nessa área de decapagem 2, observamos, mais uma vez, que as vasilhas inteiras estão localizadas abaixo do nível do solo antropogênico (camada preta); em contrapartida, os fragmentos de vasilhas estão sempre localizados no nível do solo antropogênico, conforme verificamos durante as escavações de sondagens. Esta si-



Figuras 30 e 31: Urnas funerárias evidenciadas na área de decapagem 2 do Sítio dos Neves. As tampas sobre as urnas estavam fragmentadas e com raízes dos pés de amoras plantados sobre elas. São Mateus, ES, 2006.

tuação pode ser explicada pelo fato de que as peças inteiras foram enterradas a uma profundidade que varia de 40 a 70 centímetros da superfície da área do sítio.

Nos setores 1, 2 e 4 realizamos um diagnóstico interventivo amostral, tendo em vista os poucos dias destinados ao trabalho de campo, e o fato de ser o setor 3 o alvo da etapa de campo de agosto de 2006.

Nas áreas dos setores 1, 2 e 4 encontramos fragmentos de cerâmica, uma pedra polida, um fuso, um caramujo, mas nenhuma urna funerária.

Foram escavadas 739 sondagens. Os materiais arqueológicos foram encontrados à profundidade de 1 a 30 centímetros, ou seja, na área do nível de solo antropogênico. Já o material evidenciado abaixo dos 30 centímetros está ligado a enterramento ou à perturbação antrópica atual.

Na **figura 32** podemos verificar a distribuição dos 116 cortes que apresentaram material arqueológico no setor 3, dos 739 escavados.

Considerações Finais

A área do Sítio Arqueológico dos Neves está localizada nos limites de um loteamento clandestino urbano, onde construções, reformas e retirada de areia são frequentes há décadas. Os impactos são intensos, constantes e irreversíveis, sendo que o resgate parcial do material arqueológico em situação de risco deve ser considerado como uma das medidas de um plano de resgate que aborde a área do sítio como um todo.

As intervenções na área do Sítio dos Neves possibilitaram o conhecimento de aspectos importantes da cultura das populações que desenvolveram suas atividades na área.

A delimitação da área do sítio em tela só será possível com a realização de uma prospecção arqueológica. Propomos, também,



Figura 32: delimitação e decapagem do sítio arqueológico.

que seja implantado um trabalho de educação patrimonial no Bairro Pedra d'Água, tendo em vista o fato de que os moradores não sabem reconhecer o patrimônio arqueológico existente em suas propriedades, principalmente quando ele está presente na forma de fragmentos de cerâmica. É comum os moradores confundirem

fragmentos de cerâmica com entulho de construção recente.

Diante de tal contexto, verificamos a necessidade de um programa contínuo de Resgate e Educação Patrimonial, no intuito de preparar a população para lidar com a preservação do patrimônio arqueológico de sua própria região.

A história de São Mateus é conhecida por meio de documentos textuais esparsos e por tradição oral. Contudo, esta é a história de poucos. A continuidade da pesquisa na área do Sítio dos Neves deve contribuir para o conhecimento de aspectos da História local e da Arqueologia, bem como da preservação e promoção do patrimônio arqueológico local e regional.

Estas são as primeiras reflexões, colocadas para a área do Sítio dos Neves. Sabemos, contudo, das inúmeras possibilidades de análise e interpretações que o sítio e os materiais evidenciados suscitam.

As análises preliminares indicam que existem evidentes influências da cultura indígena tupinambá impressa na cerâmica da Tradição Aratu possibilitando diferentes formas de interpretação. As análises estatísticas dos materiais evidenciados no sítio, certamente ajudarão a entender a variabilidade do material, cruzar variáveis e classificar os tipos e classes de artefatos.

Até o momento, podemos atestar a presença de uma grande aldeia Aratu com urnas piriformes, ovóides e globulares de contorno direto e, muito raramente, infletido. Predominam os lábios arredondados.

Apesar de a análise dos atributos tecnológicos não terem sido objeto dessa etapa da pesquisa, pode-se perceber o uso da técnica de manufatura acordelada, queima incompleta, uso de argila com conteúdo de carbono e antiplástico mineral.

Quanto às características decorativas, verificou-se a presença, em pequena quantidade, do corrugado, inciso, digitado e roletado. A decoração ocorreu somente nas bordas dos vasos, nunca na peça inteira. O material cerâmico em sua maioria é do tipo liso e apre-

senta bom alisamento em ambas as faces.

Verificamos, também, dois tipos de aplique nas paredes das vasilhas do Sítio dos Neves. Um em forma de mamilo, presente de forma única na parede de urna piriforme de contorno direto (na área de decapagem 1). Outro em forma de "V" presente, também de forma única em vasilha de forma cônica, contorno direto, usadas como tampa de urna (na área de decapagem 1). Não foi possível identificar a função desses apliques.

A tampa da vasilha fragmentada sobre a urna, por vezes dá a impressão de que seriam apenas fragmentos cobrindo a urna. Contudo, pelo histórico das urnas e análise da disposição dos fragmentos, inclusive de bordas contornando a urna, não fica dúvida de que se tratava de tampa fragmentada e não de fragmentos cerâmicos sobre a peça.

As vasilhas inteiras do Sítio Arqueológico dos Neves, até o momento conhecidas e resgatadas, foram encontradas em contexto funerário. As peças fragmentadas de cerâmica e as pedras (polidas e lascadas) foram encontradas em área de mancha preta, ou seja, na área da provável habitação.

A análise da disposição da mancha preta e das urnas funerárias nos leva a concluir que o espaço de habitação também foi utilizado para enterrar os mortos, mas os enterramentos estão sempre abaixo da mancha preta ou em áreas onde tais manchas não estão presentes.

Referências Bibliográficas

ABREU, T. C. F. *Entrevista realizada em 27 de agosto de 2006.*

A GAZETA. *Polícia federal mapeia sítio histórico em São Mateus: alerta de acordo com os policiais federais, é crime vender peças encontradas em sítios históricos.* Vitória, ES, p. 6, 2005.

_____. *Comerciante acha urnas funerárias indígenas no quintal de casa.*

- Caderno Cidades, Vitória, ES, 6.jul.2006 p. 8.
- _____. Potes indígenas, *Caderno Cidades*. Vitória, ES, 6, jul.2005, p.8.
- MORAIS, 1990. Arqueologia de Salvamento no Estado de São Paulo. *Dédalo*, São Paulo, v. 28, p.195-205, 1990.
- NARDOTO, E. O. *Entrevista concedida no dia 28 de agosto de 2006*.
- _____. *São Mateus: História, Turismo e Cultura*. 9ª Edição, ES.
- _____. *Paisagem de São Mateus*. São Mateus 2004.
- NARDOTO. & LIMA.H. *História de São Mateus*. São Mateus ES, 2001.
- PEROTA. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do estado do Espírito Santo. *PRONAPA, Resultados Preliminares do 5º ano, 1969-1970*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, nº 26. 1969/70, p;127-140.
- _____. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. *PRONAPA, Resultados Preliminares do 4º ano, 1968-1969*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, nº 15, 1971:149-162.
- PETROBRÁS & AMBIENTAL NORTE. Levantamento arqueológico na área do programa de 'levantamento sísmico 3D - norte do Campo de Fazenda Alegre' – (3D – Norte FAL), Apresentado à PETROBRÁS – E & P - ES. *Relatório Final, Ambiental Norte Ltda./ Petrobrás UM-ES*, 1999.
- _____. Levantamento arqueológico na área do programa de 'levantamento sísmico 3D Norte Extensão ES', Apresentado à PETROBRÁS – E & P - ES. *Relatório Final, Ambiental Norte Ltda./ Petrobrás UM-ES*, 2001.
- _____. Levantamento arqueológico na área do programa sísmico 3D norte ES. *Relatório Final, Ambiental Norte Ltda./ Petrobrás UM-ES*, 2000.
- PETROBRÁS & SCIENTIA. *Salvamento arqueológico do Sítio Arqueológico POR-1, São Mateus, ES*. Relatório Final, SCIENTIA./ Petrobrás - ES, 2005.
- PROUS. *Arqueologia Brasileira*. Editora UnB. Brasília, 1992.
- RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueología: teorías métodos y práctica*. Madrid: akal ediciones, 1998, 571 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *de Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- SÁ, Men de. Carta enviada ao Rei em 1560. In: SILVIA CAMPOS: *Crônica da Capitânia de São Paulo Jorge dos Ilhéus*. Imprensa Vitória, Salvador, p. 59-60, 1947. In TEIXEIRA, J. T. de – *História do Estado do Espírito Santo*. Fundação Cultural do Espírito Santo, Vitória, 1975, 1947.
- SCIENTIA. *Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus ES*, 2005.
- TEIXEIRA, J. L. da C. & C. P. *Levantamento arqueológico na área do Programa "Levantamento Sísmico 3D – Norte do Campo de Fazenda Alegre" – (3D – Norte FAL)*. *Relatório Final*. São Mateus, 1999.

TEIXEIRA, J. L. da C. *Levantamento Arqueológico na área do "Programa Sísmico 3D Norte" – ES. Relatório Final*, Linhares, Ambiental Norte, 2001.

_____. *A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do Norte Capixaba – Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

_____. *Perspectivas sobre a cultura Tupinambá no Norte Capixaba. XII Congresso da sociedade de Arqueologia Brasileira*. Resumos, São Paulo, 2003.

_____. *A malha paralela 3D como plano de amostragem em levantamento regional. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Resumos, São Paulo, 2003.

_____. *A malha paralela, o software Surfer 8.0 e a arqueologia da paisagem na Planície Litorânea do norte Capixaba. XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Resumos, São Paulo, 2003.

TRIBUNA DO CRICARÉ, *Comerciante encontra urnas indígenas na Pedra d'Água*. São Mateus, ES, 5.jul.2005.

_____. *Técnicos do IPHAN chegam amanhã para analisarem fósseis*. São Mateus, ES, 3.jul.2005, p. 3.

_____. *Urnas indígenas ficarão em São Mateus*. São Mateus, ES, 9.jul.2005.

VIANA E O PIONEIRISMO DA IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

*Gabriel Bittencourt**

Resumo: O tema imigração tornou-se imprescindível ao estudo da formação espírito-santense, sendo o principal objeto do presente estudo o de apresentar o início da imigração para o Espírito Santo, concentrado na área de Viana, o primeiro projeto organizado de colonização sistemática para a região capixaba. Tema também que pretendemos abordar a partir do substrato representado pela estrutura e posse da terra e da carência da mão de obra, na conjuntura da agrícola do século XIX.

Assim sendo, o marco inicial da pesquisa pode ficar localizado desde o início do século XIX quando começam a ganhar corpo os decisivos esforços para a dilatação da fronteira agrícola do Espírito Santo por meio de projetos sistematizados de introdução de colonos estrangeiros em levas organizadas. Enquanto o limite término pode ficar fixado tomando-se em consideração as últimas levas de imigrantes aqui aportados ainda no mesmo século pela expansão dos novos núcleos criados para além da região do Santo Agostinho onde se localizaram os demais grupos étnicos em expansão pela região capixaba devido às políticas públicas que levaram ao impacto causado pelas grandes correntes migratórias na Província do Espírito Santo.

No Espírito Santo, a despeito da conjuntura favorável à agroindústria açucareira, a princípio, os pioneiros não pareciam muito interessados e/ou capitalizados para fomentar a agricultura de exportação. As perspectivas da exploração mineral era a grande expectativa entrevista. As tentativas das expedições nesse sentido, porém, conforme os cronistas contemporâneos esbarraram em obstáculo intransponível à época na visão dos colonizadores: a resistência tapuia — que na região capixaba ainda permaneciam no litoral.

* Professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (aposentado), ex-professor da UFES. Doutor em Ciências Jurídicas e Livre Docente em História da UGF. Membro do IHGB, Presidente de Honra do IHGES e Presidente da AEL.

Os próprios jesuítas, aliás, os mais poderosos e esclarecidos empresários da capitania, não se atreveram a interiorização. Ao abrirem as fazendas de Muribeca, Itapoca e Carapina, fizeram-nas no litoral, ou nas suas proximidades, como em Araçatiba, em Viana.

Por outro lado, a descoberta de ouro em grande escala nos fins do século XVII e início do XVIII, paradoxalmente, constituiu-se em um empecilho para essa interiorização. Entre as repercussões da grande exploração do ouro colonial nesse momento, coube ao Espírito Santo apenas a construção e remodelação das fortificações de Vitória, a ampliação do destacamento militar e, política continuada no governo de d. João V, ante a proibição rigorosa da abertura de estradas ou caminhos que ligassem o litoral capixaba à rica "Capitania das Gerais". Medidas e estratégias adotadas pela metrópole, temerosa de ataques estrangeiros e, sobretudo, do contrabando pelo litoral espírito-santense; que terminou isolado entre o Atlântico e a hinterlândia proibida.

Nesse contexto passou o século XVIII, com o Espírito Santo sob o governo dos capitães-mores, como que transformado em posto militar, isolado do crescimento regional e sob o domínio da Coroa. Situação adversa que só será revertida na conjuntura de transmigração da Corte, sobretudo com o redirecionamento da política joanina, preocupada em favorecer o povoamento e melhorar as comunicações.

A presença da Corte no Rio de Janeiro, a seguir, e os atos administrativos de D. João, criaram uma estrutura autônoma, de caráter metropolitano, que irá promover, do ponto de vista jurídico, o encerramento da fase colonial; nomeando o príncipe regente o primeiro gabinete no Brasil. Este gabinete que também era composto por D. Rodrigo de Souza Coutinho (depois conde de Linhares) para os Negócios Estrangeiros e da Guerra, estabeleceu a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, para a qual foi nomeado

o desembargador Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral da Polícia do Brasil (que se destacará por seu empenho para uma política governamental de colonização)¹. Nesse contexto, a proibição de abrir caminhos para o interior, renovada sucessivamente de 1725 a 1758 manteve seus efeitos para o Espírito Santo, até a virada do século; quando o rio Doce, oficialmente, começou a ser experimentado como via natural de comunicação, já no governo Silva Pontes (1800).

Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, nascido em Mariana (MG), foi o primeiro a tomar posse como governadora do Espírito Santo, encerrando a era dos capitães-mores. Em outubro do mesmo ano, depois de vencer 40 léguas, a canoa e cavalo, chegou à cachoeira "das Escadinhas", assinando ali o histórico ato com vistas ao estabelecimento da navegação pelo rio Doce. Ato este que teve também o efeito nefasto da "cessão de centenas de milhares de km² a Minas Gerais", embora o documento firmado pelos governantes não se destinasse a definir as fronteiras geográficas das capitânias em questão.²

De qualquer forma, a abertura do rio a navegação, considerada imperativa do povoamento do médio e alto vale do Doce, estacionou ou, até mesmo, decaiu, com a recessão da mineração.

Silva Pontes foi substituído pelo fidalgo, major Manuel Vieira de Albuquerque Tovar, que continuou concentrando esforços estatais na ilusória navegação, ante a recomendação de d. João que determinara aos governantes da capitania abrissem estradas e tornassem navegável aquela artéria. Assim sendo, limitou-se este a reconstruir a aldeia de Coutins, antes destruída pelos indígenas, rebatizando-a com a denominação de Linhares, toponímico também em homena-

¹ GARCIA, Rodolfo A. A. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500-1810*; prefácio de Afonso de E. Taunay/e/Josué Montello. 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1975, 1975. p. 160-161.

² DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965, p. 118.

gem a d. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, supracitado. A decisiva ligação do Espírito Santo-Minas Gerais, porém, só ficará de fato concretizada no governo Rubim (1812-1819).

Capitão de mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, valido da Corte, íntimo do conde de Linhares e sobrinho do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana, muito bem explorou essa circunstância pessoal em benefício de sua administração, no exato momento da separação oficial do Espírito Santo do governo da Bahia.

Foi nesse governo que se iniciou, de fato, o movimento migratório sistemático para a região capixaba; com a instalação de casais de açorianos mandados virem pelo intendente Viana para a "Colônia de Santo Agostinho", depois Viana; e dos primeiros imigrantes ibéricos de origem espanhola, fixados estes às margens do rio Doce.

No Brasil, ainda no século XVIII, esse sistema de povoamento, denominado "colonização", desempenhou papel destacado na ocupação da ilha de Santa Catarina, parte do Rio Grande do Sul.³

Mais tarde, no período joanino e no Império, ele se fez presente em diferentes regiões do país, sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná e no Espírito Santo, num processo que se estende até as primeiras décadas do século atual.

Com os tratados de 1810, assinados com a Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos ao norte do Equador, estas novas tentativas foram realizadas, na expectativa da criação de um "campeinato" à europeia, independente dos latifundiários, e assentado na pequena propriedade. É desse movimento, portanto, que data a colônia de Viana, no Espírito Santo, (1813), fundada junto ao córrego Santo Agostinho. Local em que 30 casais de açorianos ficaram estabelecidos, subsidiados com passagens e mesadas que

³ OBERACKER JR., C. H. "A colonização baseada no regime da pequena propriedade". In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, v. 5, p. 220-244.

lhes permitissem sobreviver nos primeiros dois anos. Foi daí que se lançou o movimento de colonização numa segunda etapa da imigração capixaba.⁴

Experiências semelhantes seriam feitas na embocadura do Itajaí às vésperas da Independência. Colônias agro-militares, de etnia alemã, foram situadas ao longo do caminho para a fronteira sulina: Santo Amaro e Itapecirica em São Paulo (1829), Rio Negro (1829) entre o Paraná e Santa Catarina, São Pedro de Alcântara (1828) próximo de Florianópolis, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara (1826) próximas a Torres e, principalmente, a "Colônia Alemã de São Leopoldo" (1824), a mais bem sucedida, em homenagem a imperatriz, próxima a Porto Alegre. Colônias. Data ainda desta primeira fase a instalação da colônia de Nova Friburgo (RJ), que correspondia ao padrão ideal do novo tipo de colonização.

Recebiam os colonos, inicialmente, propriedades de 70 a 75 ha (São Leopoldo), depois reduzidas para 50 e, mais tarde, para 25 ha. Recebiam, também, subsídios na forma de ferramentas, animais domésticos e alimentos, ficando as colônias sob a direção de um inspetor, que superintendia os imigrantes e seus trabalhos. Os lotes eram em número equivalente ao mesmo das famílias assentadas, ao longo das picadas ou linhas, em torno de uma sede (patrimônio, no Espírito Santo e em Minas Gerais), que era a área destinada à futura vila. Esta ficava dividida em ruas e quadras com lotes especiais para a administração, igreja, escola, cemitério, entre outros. Nas picadas, onde se alinhavam os terrenos, eram eles geralmente estreitos e de bom comprimento, medindo em São Leopoldo 220 x 3.300 m. Dessa forma, cada colono residia a poucas centenas de metros uns dos outros; diferindo, portanto, daqueles povoamentos europeus inspi-

⁴ BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização – O Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987, p. 35-36.

radores da colonização no Brasil, onde o agricultor vivia nas aldeias e, somente em casos excepcionais, em quintas individuais.⁵

No, Espírito Santo, ao governador Rubim não deve ter escapado que o problema da colonização estava, também, intrinsecamente ligado à solução da infraestrutura viária. Depois de exaustivos estudos, muitos realizados pelo próprio governador, em agosto de 1814, dá início a construção da estrada para Minas, no escopo da ligação Vitória-Mariana e Vila Rica, na extensão de 72 léguas.

Rubim designou o capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro, oficial da tropa de pedestres sediada em Vitória, a execução do projeto. Matas fechadas, serras íngremes, vales profundos e retorcidos, trilhados por botocudos, tudo foi superado pela Comissão da Estrada — que a concluiu em 1820, quando desceu a primeira boiada de Minas Gerais, em 22 de julho daquele ano.

Embora despertasse entusiasmo pela aspiração secular da sua realização e apesar dos incentivos concedidos pela Coroa, a "Estrada Nova do Rubim", denominação que tomou então, não conseguiu atrair a preferência do comércio mineiro. O alto custo operacional da mesma estrada, que exigia guarnições militares a cada três léguas para "defesa contra os botocudos", terminou por inviabilizar o projeto de manutenção, ao menos nos moldes em que fora proposto. Além do que, não havia consumo para todo gado descido de Minas Gerais. Tanto que, uma década depois, em 1830, o governo provincial do Espírito Santo desativou as guarnições que mantinha nos quartéis, pelo movimento reduzido daquela artéria.⁶

Heribaldo Lopes Balestrero, na sua importante obra: *Subsídios da história e geografia do Município de Viana* aborda a história de

⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975. 5 v. II, p. 126-128.

⁶ DERENZI, op. cit., ib. ibid.

Viana, a primeira colônia sistematicamente organizada no Espírito Santo e sua evolução, desde 1813, a partir da antiga Fazenda do Borba do futuro Coronel de Milícias Inácio Duarte Pereira Carneiro, o mesmo construtor da estrada para Minas Gerais, antes referido.

Situada a cerca de vinte quilômetros da ilha de Vitória, suas terras foram divididas em cinquenta lotes de 112 braças (2,2 m.) de testada e 500 braças de fundo, onde se fixaram os casais de açorianos, vindos para o Brasil dentro da nova política imigratória de Portugal, sob as ordens do desembargador do Paço e Intendente de Polícia de d. João.⁷

Aos colonos, que contavam com o apoio do Governador Rubim, além dos terrenos, foram doadas, casas, ferramentas, carros de bois e cavalos. A vila na qual se construiu também a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, imbricou-se ainda a citada *Estrada do Rubim*.

Esta estrada, que tomou a denominação de S. Pedro de Alcântara, depois da Independência, em homenagem ao Imperador, não deixou de cumprir importante papel na marcha para o oeste espírito-santense, apesar das críticas do abandono a que se ateuve durante algum tempo. Foi pela antiga Estrada do Rubim, que desceram boa parte dos mineiros em busca de esconderijo na floresta ou, ainda, atraídos pelas terras virgens agricultáveis na justa medida da dinâmica econômica do café provincial; juntando-se eles aos baianos que, com seus escravos, já haviam se localizado, em épocas bem anteriores, às margens do lendário Cricaré; seguidos também pelos fluminenses e paulistas, localizados no sul do Espírito Santo, à proporção que as melhores terras de suas províncias iam se tornando domínio particular dos grandes senhores.

⁷ BALESTRERO, Heribaldo L. *Subsídios para o estudo da geografia e da história do Município de Viana (Jabaeté) E. Santo*. Vitória: s/ed. 1951.

Foram a esses verdadeiros desbravadores do interior capixaba que se se juntaram, mais tarde, os imigrantes europeus não lusitanos, em um vasto programa de incremento à mão-de-obra e ao povoamento, reiniciado em 1846. Ano em que ficou instalada a Colônia de Santa Isabel, com 163 prussianos, em continuidade à Colônia de Viana, justamente às margens da Estrada São Pedro de Alcântara.

O sistema de *colonização* apresentou em muitos casos bons resultados, converteu-se noutros verdadeiro fracasso. O desprezo ao trabalho manual que campeava no país em breve contagiou os imigrantes que, instalados nas matas, distantes dos mercados, terminaram conduzidos ao emprego do escravo ou à ociosidade nas zonas urbanas.⁸

Ao que parece, este primeiro movimento de colonização iniciado por d. João VI, terminou no fim da década de 1820. Com a abdicação de D. Pedro I, o nativismo vencedor demonstrava até mesmo uma atitude xenófoba, julgando prescindir da imigração estrangeira. A lei de 15 de dezembro de 1830 chegou a proibir categoricamente ao governo geral, quaisquer despesas com a imigração e a colonização. Desse modo, por mais de dez anos, ficou praticamente interrompida a corrente da imigração iniciada no período, pois eram poucos os colonos que vieram espontaneamente.

Mas o programa implantado não podia ser suprimido. Instalara-se irreversivelmente no país, no contexto da transição para o trabalho assalariado. As condições econômicas da nação exigiam a promoção e cultivo de extensas zonas do território nacional à margem da grande lavoura e a ela vinculada, com vistas ao abastecimento e formação de uma mão-de-obra de reserva não escrava.

Uma política imigratória pelo sistema de parceria ficou estabelecida em paralelo a um ativo desenvolvimento do tráfico interno de escravos. Mas os abusos e incidentes ocorridos nas fazendas de

⁸ OBERACKER JR., op. cit., p. 220-244.

café resultaram na má fama das condições do trabalho imigrante no Brasil, e repercutiu de tal maneira na Europa que o governo da Prússia proibiu pelo Regulamento Von der Heyt, o aliciamento de colonos para o Brasil. Minado pelas suas próprias contradições o sistema de parceria perdeu prestígio rapidamente.

O abandono da parceria não chegou a arrefecer o ímpeto da imigração no Brasil. A baixa oferta de uma mão-de-obra interna tornara o trabalho imigrante a mais importante via para a solução do problema da "falta de braços". Assim, a parceria foi sendo substituída na fazenda de café por outro mecanismo: o do "colonato" — que consistia num sistema misto de pagamento e de renda — que oferecerá melhor resultado.

É dentro desta conjuntura de escassez da mão-de-obra escrava, na crise da transição para o trabalho livre, que entendemos, também, o incentivo à pequena propriedade no Brasil. A mão-de-obra imigrante para as fazendas tinha, naturalmente, a preferência dos proprietários necessitados de braços, que primavam pelo imediatismo da solução do problema, mas o "plano" da colonização, que assentava o imigrante em núcleos de pequenas propriedades, poderia resolvê-lo de forma mais concreta, embora em longo prazo. Ou seja, devido à prolificidade da família imigrante, dos núcleos coloniais logo sairiam os trabalhadores que a lavoura necessitava. Além do mais, havia a possibilidade de tornar a imigração muito mais atraente para o Brasil, oferecendo ao trabalhador, ávido de terras, desde logo a possibilidade de se tornar proprietário.⁹

Até então, toda história da evolução fundiária brasileira estará baseada na doação de sesmarias, desde os primórdios da ocupação portuguesa, "sem foro nem direito algum", apenas com a obrigação

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo, Brasiliense, 1976, p. 189-190.

de pagar à Ordem de Cristo o dízimo dos produtos da terra, conforme a estruturação do sistema em Portugal.¹⁰

Na prática, as condições peculiares do Estado lusitano fazia com que a distribuição do solo conduzisse, inevitavelmente, à pequena propriedade ou até mesmo ao minifúndio. No Brasil, ao contrário, sobrava terra e faltando gente, não havia porque restringir as áreas solicitadas — gerou uma imensa liberdade na concessão de sesmarias. Áreas imensas de quatro, cinco, dez, vinte léguas, muitas vezes em quadra, isto é, 16, 100 e mais léguas foram doadas no século XVI.

Na ausência de uma adaptação da legislação ao Brasil, na medida em que se teimou em transplantar a velha legislação à colônia, o sistema ficou fatalmente condenado ao fracasso.

A Independência, não trouxe nenhuma modificação a esse panorama, em que pese, fato quase inédito, a política da regência e reinado de D. João VI preocupado em abrir estradas, melhorar as comunicações entre as capitanias, favorecer o povoamento e a doação de sesmarias. Ficando o tema relegado a plano secundário quando o país entrou na "roda viva" da conjuntura conturbada do 1º Reinado; caracterizada pela dissolução da Constituinte, Revolução do Equador, Guerra da Cisplatina e, a seguir, a Abdicação. Situação que permaneceu durante toda a Regência e a Maioridade, somente se cogitando do assunto no final da década de 1840. D. Pedro, aliás, chegou a baixar Resolução, em 17 de julho de 1822, suspendendo "todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral e Legislativa." Enquanto na Regência, o Ato Adicional, aprovado em um período de pressões contra o tráfico de africanos, não deixará de consagrar à necessidade do destino da terra a formação de nú-

¹⁰ COSTA PORTO. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília : Universidade de Brasília, (s/d).

cleos coloniais agrícolas, em que pese o interesse da grande lavoura, que voltará a predominar de feição absoluta.¹¹

Somente em meado do século XIX, no bojo da "Lei de Terras", de 1850, é que virá melhor disciplinamento do problema fundiário brasileiro, criando-se, inclusive, possibilidade, de fato, da extensão do direito à propriedade ao colono lavrador, nacional ou estrangeiro.¹²

Essa lei fixou, em termos legais, o conceito de terras devolutas e, por conseguinte, estabeleceu seu disciplinamento, pondo termo à linha paternalista inaugurada no século XVI, proibiu sua aquisição por outro título que não fosse a compra. A partir daí, e definitivamente, ninguém mais poderia receber terras de sesmarias no Brasil.

Por terras devolutas entendiam-se as que não se achasse no domínio particular, por qualquer título legítimo e as que não estivessem ocupadas por posseiros, mesmo sem título legal, que as legitimariam a partir daí.

A lei de terras visava também proteger o simples posseiro e o "sesmeiro" irregular "dando-lhes meio de adquirir o domínio pleno da terra, pela legitimação da posse ou revalidação da data.", minimizando os conflitos que se avolumavam.¹³

Logo, a pequena propriedade, organizada de forma sistemática, tem no Brasil uma história que pouco transcende ao século XIX. Quase nunca houve a preocupação da repartição equitativa da terra entre nós. A riqueza fundiária enquistou-se nas mãos de uma minoria de afortunados e ousados proprietários de bens e escravos, ligados à pecuária e à grande lavoura. De sorte que, em 1865, constava que 4/5 do solo agricultável estava nas mãos desses mesmos proprietários. Sobrando ao governo apenas a quinta parte das terras para

¹¹ (Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834, Art. 11 § 5º.)

¹² (Lei n.º 601, de 18 de agosto de 1850)

¹³ COSTA PORTO, op. cit.

distribuir em pequenas propriedades — geralmente afastadas dos cursos d'água, das estradas, do litoral, e dos centros populacionais.

Para superar os problemas impostos à colonização e oferecer uma base mais segura e permanente, no sentido de promover a colonização espontânea, os núcleos coloniais, fundados pelo governo ou com seu incentivo deveriam localizar-se em lugares adequados, de solo fértil, clima satisfatório e facilidades de comunicação; tanto pela proximidade de rios navegáveis como pela abertura de estradas. O objetivo era que tais núcleos servissem de pontos de apoio aos agricultores europeus, com vistas à atração de novos imigrantes que, certamente, prefeririam comprar terras onde já estivessem estabelecidos seus parentes e compatriotas.¹⁴

No sentido de atrair para o Império do Brasil aquela parte da população europeia disposta a emigrar em busca de melhores condições de vida, celebra o governo contratos com companhias particulares, que ficavam obrigadas à introdução de determinado número de imigrantes, sob a condição prioritária de agricultores. Assegurando-se-lhes liberdade de escolha dos núcleos e províncias para se localizarem, assim como transporte gratuito até os locais escolhidos. E o governo ficou autorizado a pagar aos empresários aliciadores uma quantia determinada por imigrante introduzido, a título de subvenção.

O projeto apresentou, no entanto, graves dificuldades, com ônus às vezes inúteis para a fazenda pública, que era responsável pelo suprimento dos colonos durante o período de carência. É que os aliciadores para reunirem grandes contingentes de imigrantes faziam promessas que não podiam cumprir; atraindo, muitas vezes, indivíduos sem a menor afinidade ou até mesmo capacitação física

¹⁴ BRASIL. (Ministério da Agricultura). Ministro, 1872 (Barão de Itaúna). *Relatório...* 1872. AN-RJ

para o trabalho agrícola. O "restolho" da população, conforme Tomás José Coelho de Almeida, titular da pasta da Agricultura, que se recusava a assinar novos contratos para introdução de novos colonos estrangeiros, em 1876.¹⁵

No Rio Grande do Sul, entretanto, a expansão da "Colônia Alemã de São Leopoldo" e o aumento da população imigrante encetou mesmo o parcelamento espontâneo de muitas sesmarias que seus proprietários lotearam e venderam aos numerosos descendentes dos primitivos imigrantes e às novas levas de alemães, que já não mais encontravam lotes disponíveis nas colônias oficiais¹⁶. Entre 1824 e 1889, 97 colônias particulares foram criadas no Rio Grande do Sul, as quais se somaram outros centros de irradiação de origem governamental. Movimento que ficou engrossado, depois de 1870, pelos imigrantes italianos, que irão ocupar as colônias de Caxias, D. Isabel, Conde d'Eu, e inúmeras outras. Muitas particulares, no planalto gaúcho. Colônias que formaram a base para a colonização da hinterlândia de Santa Catarina, Paraná, e Oeste paulista.¹⁷

A grande maioria dos imigrantes chegados, porém, fixar-se-ão nas fazendas como simples trabalhadores rurais. Sobretudo nas regiões em que a grande lavoura dominava de forma absoluta, como em São Paulo, onde nunca se cuidará da organização de núcleos coloniais de pequenas propriedades em escala apreciável. O sistema de colonização terá mais sucesso no Sul do país e no Espírito Santo.

De relevância equivalente às três províncias sulinas, somente no Espírito Santo tornou-se a colonização um fator de expressão regional. Uma área, a semelhança do extremo sul, muito atrasa-

¹⁵ BRASIL.(Ministério da Agricultura). Ministro, 1876 (Tomás José Coelho de Almeida). *Relatório...* 1876. AN-RJ.

¹⁶ OBERACKER JR., op. cit., p. 220-244.

¹⁷ Id. Ibid.

da em seu desenvolvimento econômico na época colonial¹⁸. Entre as colônias de imigrantes do século passado no Espírito Santo, a partir do núcleo de Viana, destacou-se, como vimos o de Santa Isabel, fundada às margens da antiga *Estrada do Rubim*, em 1846. Posteriormente criou-se Santa Leopoldina, em 1856; e Rio Novo, em 1861. Estas, as principais colônias capixabas do século XIX, nas quais foram assentados alemães e suíços e, em menor escala, holandeses e franceses. Muitos removidos de núcleos coloniais de outras regiões. Movimento que será engrossado depois de 1874 pelas levas sucessivas de italianos, que predominarão sobre as demais etnias; em escala ascendente até a República.¹⁹

Curiosamente, devido às condições peculiares do Espírito Santo, que só no meado do século, graças à cafeicultura, conhecerá maior dinâmica econômica, a maior parte da produção das pequenas propriedades coloniais será também representada pelo café; contrariando suas congêneres do Sul do país, via de regra não integradas na linha de produção da grande lavoura tropical de exportação. Explique-se no caso capixaba pela insipiência da economia provincial cujo marasmo anterior não dera margem à criação de um mercado local, ainda que diminuto, mas capaz da absorção da produção dos núcleos coloniais; ou ainda pela ausência de uma infraestrutura de transportes, só incrementada, aliás, a partir desse movimento imigratório; ou mesmo, fato raro, pela inexistência de uma forte oposição da grande lavoura aos núcleos de colonos proprietários, na medida em que os grandes fazendeiros, estabelecidos nos vales plenos da província, não se sentiam incomodados pela pequena propriedade colonial, localizada esta, via de regra, nas vertentes montanhosas do território capixaba.²⁰

¹⁸ BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização*, op. cit.

¹⁹ Id. *Ibid.*

²⁰ Id. *Ibid.*

O mecanismo da colonização capixaba, no entanto, não devia diferir das demais áreas subsidiadas nos anos 1870. No caso dos núcleos particulares, por conta do contratante alinhavam-se os gastos relativos à propaganda, ao transporte, e ao assentamento dos colonos nas localidades acordadas. Também os encargos relacionados às obras de infraestrutura indispensáveis aos estabelecimentos agrícolas; bem como a abertura de crédito com vistas à aquisição de equipamentos e utensílios, e mesmo aos meios de subsistência do imigrante, durante certo período de carência. As terras e financiamentos seriam amortizados por unidade e não podiam exceder a 20% do rendimento da terra ou ganhos proveniente de serviços executados pelos colonos. Também os juros não poderiam ser superiores a taxa legal de 6% a.a., com carência de três anos para início do pagamento. Em contrapartida, fixou o governo prêmio de Rs 200\$000 por imigrante introduzido (maior de dez anos). À empresa aliciadora ficava garantida, também, a preferência para exploração mineral e florestal e para compra de terras "[...] para abertura de estradas, construção de caminhos de ferro, para operações industriais e comerciais ligadas ao serviço e interesses mais imediatos da empresa colonial."²¹

Mas a pequena propriedade no Brasil, fundamentada na colonização estrangeira, pela sua própria natureza, restringiu-se a áreas relativamente pequenas; permanecendo a economia latifundiária a predominar sobre o pequeno agricultor que, salvo exceções, não encontra ambiente propício na grande lavoura. Contudo, na área cafeeira em especial, no deslocamento constante da lavoura, ela irá deixando para trás terras já cansadas e já imprestáveis para as grandes lavouras. É nestas terras depreciadas que muitas vezes se instalam as pequenas propriedades das categorias mais modestas

²¹ BRASIL (Ministério da Agricultura). Ministro, 1871 (Francisco do Rego Barros Barreto).

da população rural. Diferentemente do Sul, que, embora num movimento lento, mas regular, sem a concorrência das grandes lavou-
ras absorventes, a pequena propriedade foi alargando sua área de
expansão.

Viana, conquanto o príncipe de Wied Neuwied, em visita ao
local, em 1817, tenha colhido muitas reclamações de seus mora-
dores, o povoamento e a produção agrícola não chegou a estagnar.
Em 1824 contava apenas 287 habitantes, mas em 1871 já eram cerca
de cinco mil, vivendo nos chamados "sertões de Santo Agostinho".
Expressivo aglomerado urbano do Espírito Santo.

DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-ELEITORAIS, NO ESPÍRITO SANTO: AS CAMPANHAS VITORIOSAS DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR (1954 E 1962)

*Ueber José de Oliveira**

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar as transformações verificadas no *modus operandi* das campanhas, dos arranjos políticos bem como das relações de poder inerentes aos pleitos eleitorais, no Estado do Espírito Santo, observando a confluência entre as novas tecnologias da informação e as práticas de propaganda política a partir da década de 1950. O foco são as campanhas exitosas de Francisco Lacerda de Aguiar, vencedor das disputas majoritárias em duas oportunidades – 1954 e 1962 –, que fez uso de estratégias comunicacionais de grande efeito, observadas como decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado, de alguma maneira no poder desde os idos de 1908.

Palavras-chave: Campanhas eleitorais; mídia; desenvolvimento urbano-industrial.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar as transformações verificadas no *modus operandi* das campanhas, dos arranjos políticos bem como das relações de poder inerentes aos pleitos eleitorais, no Estado do Espírito Santo, observando a confluência entre as novas tecnologias da informação e as práticas de propaganda política a partir da década de 1950. Parte-se do pressuposto de que tal processo ocorre no bojo da atualização histórica vivenciado no mesmo período no qual, a partir das razões de Estado, se implementaram

* Doutor em Ciência Política – Ufscar e Mestre em História Social das Relações Políticas – Ufes.

iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, comercial e financeiro, que implicaram em transformações na ordem estabelecida, proporcionando mudanças na hegemonia, em que elementos próprios do mundo urbano passaram a prevalecer sobre elementos da cultura política rural.

Para compreender tal fenômeno e contexto, elencamos como foco as campanhas exitosas de Francisco Lacerda de Aguiar, vencedor das disputas majoritárias em duas oportunidades — 1954 e 1962 — quando fez uso de estratégias comunicacionais de extraordinário efeito, decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado, de alguma forma no poder desde os idos de 1908.

Ao final do artigo, corroboramos a tese levantada por Rubim (2000), segundo a qual este momento, em que as campanhas eleitorais adquiriam traços de um estágio mais avançado, foi abortado pelo Golpe de 1964 e pelo regime dele decorrente. Todavia, ao promover uma purgante política no âmbito das telecomunicações, fundamental para o êxito do seu projeto de *Integração Nacional e Desenvolvimento Econômico, o Regime de Exceção*, contraditoriamente, proporcionou as condições sócio-tecnológicas para o desenvolvimento, já na *Nova República*, daquilo que Rubin (2004) cunhou de Idade Mídia.¹

Partindo dessas considerações, o texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, são abordados alguns antecedentes históricos do tardio e retardatário processo de industrialização do Espírito Santo. Nesse sentido, analisar-se-á aspectos

¹ Segundo o autor, na realidade contemporânea, há uma dependência recíproca entre mídia e política. Nesse sentido, a mídia passa a ocupar um espaço muito importante na sociedade, transferindo para a política as lógicas de funcionamento que incidem na produção midiática, levando ao processo de espetacularização da política.

da fragilidade econômica do Estado do início da sua colonização, passando pela fase em que o café desponta como base da estrutura econômica, no século XIX, até o momento em que tal produção se esgota, já em meados do século XX.

Em seguida, no segundo item, as atenções estarão voltadas para a análise da perpetuação de algumas formas tradicionais de fazer política, como consequência do tardio e retardatário desenvolvimento econômico do Estado. Neste tópico, analisar-se-á as primeiras transformações verificadas no âmbito das atividades políticas ante o desenvolvimento urbano-industrial e das primeiras confluências das novas tecnologias da informação com algumas mudanças nas formas de realizar campanhas eleitorais, no Espírito Santo, a partir das décadas de 1950 e 1960. Nessa análise, é *mister* compreender, mesmo que de modo sumário, as campanhas vitoriosas de Francisco Lacerda de Aguiar ao Governo do Estado — 1954/1962 — ante-sala daquilo que se poderia denominar de *Campanhas Eleitorais Modernizadas*². Este tópico se encerra com a interrupção do curso democrático, decorrente da instauração do Golpe Civil-Militar de 1964.

Na terceira parte, procura-se analisar aspectos da política de comunicação verificada no contexto do Regime Militar e, em seguida, no quarto tópico do trabalho, apresenta-se o desenrolar desse processo na configuração político-eleitoral da *Nova República*. E por fim, são tecidos alguns comentários em termos de considerações finais, seguidos das referências bibliográficas.

² Uma *Campanha Eleitoral Modernizada* é caracterizada pela utilização conjunta de uma série de recursos: complexas análises de pesquisa, utilizando os mais avançados programas de computador existentes na época, marketing político-eleitoral, contratação de profissionais especializados em cada área, apelo ao recurso sedutor-emotivo, estratégia centrada no programa eleitoral de rádio e televisão e todo um conjunto de técnicas e procedimentos modernos de comunicação (CASSUNDÉ, 2008).

Antecedentes históricos dos processos de industrialização e urbanização do Espírito Santo.

O Espírito Santo é um estado da Região Sudeste, cuja área é de 45,7 mil Km², o que equivale a 0,53% do território brasileiro. Sua população atual é estimada em 3.408.365³ habitantes, distribuídos em 78 municípios. Apesar de estar situado na região com maior prosperidade econômica e ao lado dos três principais estados do país, o Espírito Santo ainda não ocupa uma posição tão privilegiada. Sua participação no PIB⁴ nacional representa apenas 1,95%, se posicionando em 13º lugar no ranking nacional, enquanto os seus vizinhos de região, SP, RJ e MG ocupam o 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente.⁵

Por suas próprias características socioeconômicas, o Estado não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo suas tendências de industrialização tardia e retardatária (SIQUEIRA, 2001). Talvez em decorrência de sua inexpressiva força política dentre as demais unidades da Região Sudeste, o Espírito Santo passava despercebido no grande mapa do Brasil e era alijado das decisões da política e economia nacional. Essa situação levou o Estado, nas palavras SIQUEIRA (2001), a ficar numa uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina. Da mesma forma, não participava da capitalização do sul nem das reivindicações do nordeste.

³ Estimativas IBGE, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2009.

⁴ PIB significa Produto Interno Bruto, e represente a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

⁵ Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN Coordenação de Economia e Desenvolvimento Núcleo de Contas Regionais, 2004. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 15 Jun. 2009.

Para a compreensão dessa realidade e de suas complexidades, é fundamental recuar no tempo e indagar sobre as circunstâncias que a precederam, isto é, a aspectos da formação econômica, política e social do estado, uma vez que é nela, de modo especial no século XIX, que se encontram os pressupostos elementares que servirão para o melhor entendimento da dinâmica econômica, industrial e política do Espírito Santo.

Alguns relatos de viajantes traçam um quadro sombrio acerca do Espírito Santo no século XIX. Segundo o francês August de Sant Hilaire, que por aqui passou nesse período, a capitania era [...] isolada, pobre e nada, por assim dizer, nela atraí[a] os estrangeiros [...]. Acerca da população, o tom da exposição de Sant Hilaire também não era nada lisonjeiro: [...] é fácil observar que a população da Província do Espírito Santo é fraca por que tais operações [carga e descarga de navio] são extremamente morosas [...] As águas que bebem [...] os colonos podem concorrer para a magreza, a palidez, ar lânguido que se observam na sua maioria, privando-o da energia necessária à nossa espécie [...] (SANT HILAIRE, Apud SALETTO, 1996, p. 26).

Mesmo atento ao fato de que o discurso do viajante pode estar entorpecido do etnocentrismo típico daquele século, o que faz transparecer certa dose de exagero, não se pode invalidar totalmente suas considerações. Isso porque o Espírito Santo no século XIX, de fato, não havia avançado muito no que tange ao processo colonizador. Isso ocorreu, em parte, por ocasião do impedimento em estabelecer contato com a região mineira no século XVIII, uma vez que a Coroa Portuguesa, tentando impedir o contrabando do ouro, impôs uma legislação que proibia a construção de estradas no interior de seu território. A colonização se tornava ainda mais complicada diante de o estado ainda possuir, no século XIX, uma população indígena que, desde o período colonial, resistia tenazmente a tal processo.

Assim, a população capixaba era pequena, aproximadamente 35 mil habitantes segundo o censo de 1824, dos quais cerca de 38% eram escravos, chegando à época da independência tendo sido colonizada apenas uma estreita e descontínua faixa litorânea (SALETTTO, 1996a; SALETTTO, 1996b).

Tabela 1 - População do Espírito Santo

ANO	Nº de Habitantes	Hab. Por Km
1824	35.352	0,70
1856	49.092	0,98
1872	82.137	1,92
1890	135.997	3,17
1900	209.783	4,90
1920	497.328	10,67
1940	750.107	17,51

Fonte: Vasconcelos, Inácio de Acioli. Memórias Estatísticas; Censo Provincial de 1856, Recenseamentos nacionais.

Economicamente, o Espírito Santo esteve baseado até meados no século XIX na cultura da cana de açúcar, atividade que vivia em um quadro de estagnação permanente, devido aos baixos preços do produto no mercado internacional desde o século XVII e havia, também, uma pequena produção de farinha de mandioca, ambos comercializados com o Rio de Janeiro e Bahia.

O marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café. Iniciada em 1810, essa produção se tornou, dentro de poucos anos, a base da economia do Espírito Santo atraindo para si todas as forças da província. Ele aparece na pauta de exportação de 1826 e 1827 na pequena quantidade de 150 arrobas e que, segundo Saletto (1996), era plantado nas imediações de Vitória. Mas não demorou muito para que a produção ganhasse proporções comerciais, o que veio a ocorrer em 1840, a partir da sua expansão pelo litoral próximo da capital, procurando morros e encostas.

Na região Sul, penetrou os vales dos rios Itabapoana e Itapemirim. Pela proximidade com a capital do Império (Rio de Janeiro), essa região foi povoada por fluminenses e também por mineiros, que foram ocupando terras antes dominadas por indígenas. Assim, a ocupação da região sul no século XIX difundiu a grande propriedade nos moldes escravistas, presentes nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (TEIXEIRA JR., 2002).

Na região norte também se observa um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, que começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das suas fazendas.

Das três regiões apontadas acima, a mais próspera era o Sul, centralizada em Cachoeiro de Itapemirim. Num certo sentido, a economia dessa região era um prolongamento da economia cafeeira da região fluminense, cujo sistema financeiro e comercial esteve inteiramente ligado. Deste modo, grande parte do café produzido na região não era escoado pelo porto natural de Vitória, mas sim, pelo Rio de Janeiro. Muito pouco se dirigia a capital capixaba, dificultando ainda mais o incremento interno das receitas do Estado. Vitória, neste momento, era uma cidade nitidamente burocrática, seu comércio pouco, ou em quase nada, incrementava as receitas estaduais. Sem as mínimas condições de salubridade e de higiene, não raras eram as epidemias e as doenças tropicais diversas, como, por exemplo, a febre amarela. Sem muitas ruas calçadas, não era difícil ver a gente miúda cheia de bichos-do-pé (RIBEIRO, 2008).

Tal estrutura só veio sofrer alteração no decorrer do século XX. Os limites desse trabalho não permitem que se aprofunde essa discussão, bastando apenas assinalar três momentos que representaram iniciativas de mudança qualitativa no que tange a industrialização e desenvolvimento do Estado, que de algum modo impactaram os campos político e social: o primeiro foi o governo Moniz Freire (1892/1896); o segundo foi a era Jerônimo Monteiro (1908-1912); e

o terceiro grande momento foi aquele ocorrido a partir das décadas de 1950 e 1960, inaugurado pelo Governo Jones dos Santos Neves.

As campanhas exitosas de Francisco Lacerda de Aguiar no Espírito Santo (1954 e 1962)

Como salientado, a estrutura agrário-exportadora só foi modificada a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a economia passou por uma intensa transformação, provocando mudanças radicais no quadro socioeconômico estadual. O tardio processo de industrialização do Espírito Santo foi impulsionado simultaneamente ao programa de erradicação dos cafezais (1964 a 1968), que reduziu em cerca de 70% a área plantada, num total de 300 milhões de pés erradicados, o que provocou um impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas, que se dirigiram para as grandes cidades, em sua maioria para a Grande Vitória (cerca de 120 mil) (RIBEIRO, 2005).

Todo esse processo foi levado a cabo por uma nova geração de formuladores de projetos desenvolvimentistas que começa, sobretudo, com o Governo Jones dos Santos Neves (1943-1945/1951-1955)⁶. Segundo o historiador Renato Pacheco (PACHECO, apud MEDEIROS, 2002), o governo Santos Neves demarcou a história capixaba entre antes e depois dele. Esta importância atribuída ao ex-governador deve-se ao seu audacioso projeto desenvolvimentista, o qual pode ser vislumbrado em uma de suas mais célebres ex-

⁶ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma como interventor entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, retornou ao Palácio Anchieta para o seu segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1950 e 1954.

pressões: Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia.

Com esta expressão e com este espírito, o governo Jones fincou as raízes do desenvolvimento capixaba. Segundo Zorzal e Silva (1995), o governador tinha o planejamento como linha mestra para viabilizar sua ação administrativa. Inspirado pelo que na Europa se convencionou chamar de *welfare state*, foi este governo que instituiu o Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo. Nele, concentrou investimentos em várias áreas, tais como no aparelhamento e ampliação do porto de Vitória; aumento do suprimento de energia elétrica (Usina Rio Bonito); ampliação de vias rodoviárias (neste aspecto, foram criados mais de 150 Km de estradas, tendo pavimentado 100 Km com asfalto quando todo o Brasil só possuía 2.500 km de estradas pavimentadas); além de construção de pontes, prédios públicos, e obras urbanísticas em geral na cidade de Vitória. Com estas e outras ações, o governo Jones introduzia o processo de mudança em uma economia que era totalmente agrícola para direcioná-la nos rumos da industrialização.

Os governadores que se seguiram não deram continuidade às ações jonistas. Entre vários fatores, vale dizer, que o setor agrário ainda permanecia hegemônico não permitindo, com isso, a implementação de um projeto de cunho mais urbano-industrial, mesmo na segunda gestão Jones dos anos 1951-1954. Isso só ocorreria a partir de meados da década de 60, na Gestão daquele que é considerado o principal herdeiro de Jones, Christiano Dias Lopes (1967-1971).

Pereira (2004) e Silva (1995) defendem a tese de que o atraso do Espírito Santo em se inserir no processo de industrialização do Brasil foi um dos grandes responsáveis por manter a principal marca de sua estrutura político-partidária: o caráter profundamente oligárquico. Isso é corroborado pelo fato de que, até o atual momento, mesmo com o grande processo de urbanização pelo qual o Estado passou,

mais da metade do eleitorado capixaba se encontra no interior, ou seja, o tipo de distribuição geográfica do voto contribui para a manutenção de certos expedientes tradicionais da política brasileira.

Dessa forma, qualquer partido ou grupo político que desejasse obter as condições de conquistar índices majoritários deve ter a capacidade de agregar os votos no interior, coisa nem sempre fácil de se conseguir por elementos ideológicos. Na prática, a principal estratégia para se formar um bloco hegemônico, ao longo do tempo, foi a articulação de alianças entre lideranças locais dos municípios mais importantes (SILVA, 1995).

Em outras palavras, o desenho de partido e de processo eleitoral que se institucionalizou no Espírito Santo permaneceu pautado em lideranças cujos interesses são eminentemente pessoais, ou seja, o projeto pessoal se sobrepõe ao coletivo.

O estudo realizado por Silva (1995) a respeito da necessidade de se articular com líderes locais para angariar os votos do interior do Estado é exemplar. Ela defende a tese de que o Espírito Santo, que teve sua ocupação iniciada no século XVI, pelos lusitanos, teve muitas dificuldades de integrar suas quatro principais regiões, a da capital e suas imediações, o sul, o norte, e a região serrana. Segundo a interpretação da autora, com o passar do tempo, interesses muito divergentes estabeleceram-se em cada uma delas: a aristocracia cafeeira do sul; pequenos proprietários enquadrados numa agricultura familiar e imigrantes alemães e italianos na região serrana, a elite comercial e os burocratas na capital, aos quais se uniriam mais tarde os madeireiros e cafeicultores. Com essa divisão, a estabilidade política do Estado dependeria da capacidade de se articular com esses grupos locais, com seus respectivos interesses.

No regime democrático dos anos 1945-1964, objeto de estudo de Silva (1995), foi o PSD o partido que mais teve a capacidade de aglutinar essas diversas forças em disputa. Nas duas vezes em que

o partido saiu perdedor no período, exatamente em 1954 e 1962, quando Chiquinho⁷ foi eleito, a derrota ocorreu, entre vários fatores, por conta de conflitos internos envolvendo Carlos Lindemberg e o ex-interventor de Vargas, Jones dos Santos Neves, que foram os dois principais elementos protagonistas da luta pelo controle da sigla.

As outras legendas importantes, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não conseguiram aglutinar os grupos que faziam oposição ao Partido Social-Democrático (PSD). A UDN ficou sendo o segundo partido mais forte e o PTB, que foi criado aqui no Estado por um oficial da Polícia Militar, o que lhe deu um perfil conservador desde o início, não conseguiu lograr o mesmo êxito do partido em nível nacional (PEREIRA, 2004).

Assim, a política capixaba na chamada *República Democrática* (1945-1964) ainda era marcada por altíssimo grau de pragmatismo e fisiologismo. Todavia, o intenso processo de desenvolvimento industrial e urbano (iniciado ainda na Era Vargas – 1930-1945), com repercussões igualmente intensas no Espírito Santo, passou a minar essas estruturas políticas tradicionais.

Tal desenvolvimento, levado adiante nas décadas seguintes, trouxe profundas transformações no campo da política e, por tabela, na fisionomia do eleitorado. A interpretação que classificava o eleitor como ignorante e desinformado perde sentido com as elevações dos níveis de escolaridade da população. A sociedade brasileira tornara-se mais complexa e hierarquizada, havia deixado de ser enquadrada no binômio senhor de terras e seus dependentes. Como se sabe, no período anterior a 1930, as eleições baseavam-se em inúmeros expedientes, como fraudes, falsificação de assinaturas, alterações de atas eleitorais (instrumento de falsificação cha-

⁷ Chiquinho era o apelido dado ao ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, figura extremamente carismática do cenário político capixaba.

mado de *bico de pena*), dentre outros (NICOLAU, 2004). Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais: foi criado o voto secreto (criado na Constituição de 1934, mas só entrou em vigor depois de 1945); as mesas receptoras e comissões legislativas perderam a atribuição de apurar os resultados eleitorais; foi criada a justiça eleitoral, esfera independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e apurar os votos.

Também contribui para a diminuição do controle do chefe sobre o eleitor o fomento dos meios de comunicação, que proporcionaram uma maior circulação de informações acerca de política, tomando corpo, no âmbito das campanhas eleitorais, a centralidade da mídia como elemento de mediação, o que alterou o modo de fazer política, já que seus agentes tiveram que amoldar-se à linguagem radiofônica e televisiva e ao uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e específicas, sob pena de situarem-se em oposição marginalizada no jogo político (RIBEIRO, 2004).

Deste modo, a evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de comunicação abriram as portas para a utilização cada vez mais ampliada da propaganda, com o intuito de promover imagens de candidatos diante do eleitorado. Inicia-se, assim, no Brasil, algo que já vinha ocorrendo nas áreas mais desenvolvidas do mundo: a utilização da propaganda como forma de divulgar ações políticas.

Se a história mundial apresenta alguns exemplos do uso de meios propagandísticos na política, como Goebbels, na Alemanha; Eisenhower, nos Estados Unidos, também há casos nacionais que, sem dúvida, marcaram época, tais como Getúlio Vargas (1930-1945), Juscelino Kubitschek (1955) e Jânio Quadros (1960). Em todos eles, é possível identificar traços que caracterizam alterações qualitativas no modo de fazer campanhas eleitorais. Um caso interessante ocorreu em terras capixabas entre as décadas de 1950 e

1960: refiro-me à campanha de Francisco Lacerda de Aguiar que em dois pleitos — 1954 e 1962 — utilizou sacadas de comunicação de alto efeito, decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado.⁸

Chiquinho, como popularmente conhecido, pertenceu ao PSD até momentos antes do pleito de 1954, partido que abandonaria para se candidatar ao Governo do Estado pela *Coligação Democrática*, quando se saiu, pela primeira vez, vitorioso. Lacerda de Aguiar era fazendeiro de Guaçuí, sul do Estado, e iniciara sua carreira política em meados da década de 1920, quando atuou, juntamente com sua família, no processo de emancipação do Município. Posteriormente, em 1936, fora eleito vereador pelo PSD, sigla criada durante o Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) para dar sustentação aos interventores varguistas nos Estados. Após a redemocratização ocorrida em 1945, voltou a ingressar no PSD, partido do qual só se desligou em 1954. Além disso, Chiquinho foi interventor de Guaçuí (1945 a 1947), depois Prefeito eleito da mesma cidade (1947 a 1950) e Deputado Federal (1950 e 1954) (SILVA, 1995).

Antes da campanha para Governador em 1954, Lacerda de Aguiar era praticamente desconhecido no Estado como um todo. Isso porque todas as suas atividades políticas, econômicas e sociais eram realizadas na região sul do Espírito Santo e no Estado Rio de Janeiro*. Aliás, antes de eleito, em 1954, não conhecia a região norte capixaba e havia estado apenas umas quatro vezes na Capital (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 2010). Assim, sua formação política estava muito mais impregnada de padrões verificados na então capital

⁸ Para maiores esclarecimentos ver: MEDEIROS, Rogério. *Kinkas: o detonador de oligarquias*. Século Diário, Vitória, p. 24-26, abr. 2002.

* Chiquinho foi, ainda, na juventude, jogador de futebol e de basquete do Clube de Regatas Flamengo.

federal (Rio de Janeiro) cujas ramificações chegavam muito mais facilmente à região sul, especialmente Cachoeiro de Itapemirim, que, embora decadente nesse período, ainda representava um dos principais centros urbanos do Espírito Santo.

Quanto à sua formação, embora de origem aristocrática e conservadora, Chiquinho acabou tendo contato, por laços matrimoniais, com concepções mais liberais e mais à esquerda, uma vez que se casou com Zélia Vianna, filha de Geraldo Vianna, membro do antigo Partido Republicano do Espírito Santo, na década de 1920. Desse partido, Chiquinho se tornou dissidente para integrar as fileiras da Aliança Liberal em 1930. Além dessas influências, também passou a conviver com correntes de pensamento mais à esquerda, pela relação que estabeleceu com duas tias de sua esposa — Emilianiana e Zinha Êmile — sendo a primeira mais liberal e a segunda, D^a Zinha, co-fundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Guaçuí, em 1935, e do Partido Comunista da Cidade, em 1945.

Segundo opinião de Silva (1995), da qual compartilhamos, o fato de Chiquinho ter convivido na família com diversas correntes políticas, muitas das quais diametralmente opostas, contribuiu para que ampliasse seus horizontes, o que, no limite, acabou imprimindo ao seu perfil maior flexibilidade de posições. Isso o levou, num ambiente fragmentado politicamente, marcado pela massificação da política e cristalização do padrão populista típicos da democracia do pós-guerra, a ampliar seus arcos de alianças e a obter êxitos eleitorais. Essa pode ser uma das explicações para a capacidade de aglutinação das diversas forças políticas do Estado reunidas na chamada *Coligação Democrática*, bem como para as duas vitórias que obteve sobre o todo poderoso PSD (1954 e 1962).

Além disso, no mesmo pleito de 1954, enquanto a cisão no PSD se mostrava cada vez evidente, se cristalizou um pólo aglutinador das oposições existentes desde 1947, reunidas na que ficou conhe-

cida como *Coligação Democrática* (PR, PSP, UDN, PDC, PRP, PRT) que acabou se fortalecendo, levando à vitória de Francisco Lacerda de Aguiar (vulgo Chiquinho). Inicialmente esse elemento aglutinador foi o PR, liderado por Atílio Vivácqua, passando, a partir do pleito de 1954, a ser o PSP encabeçado por Asdrúbal Soares e, nas disputas seguintes, por Raul Gilberti, além, é claro, da própria figura de Lacerda de Aguiar que com o tempo se tornou o principal elemento catalisador da Coligação Democrática.

Assim, no ano de 1954, Chiquinho concorreu ao governo contra o candidato governista Eurico de Aguiar Sales, do PSD, que contou com o apoio daquele que representava a maior liderança política do estado, do então *todo poderoso* Governador Jones do Santos Neves (1950-1954) e de todo o aparato estatal, além do apoio do principal veículo de imprensa do Estado, o *Jornal A Gazeta*.⁹

No início da campanha de 1954, tudo levava a crer que a oposição continuaria sua sequência de derrotas verificadas nos 40 anos anteriores, em perda de pleitos com alguns dos seus grandes quadros políticos, tais como o renomado Senador Atílio Vivácqua, só para

⁹ O *Jornal A Gazeta* foi fundado em 1928. Como era comum na época, permaneceu durante muito tempo atrelado a uma ou outra corrente ideológica. Em 1930, defendeu abertamente a Aliança Liberal em oposição ao Governo de Washington Luiz e em apoio ao governo instalado após a Revolução de 1930. Em 1945, o jornal foi adquirido pelo fazendeiro Eleosipo Cunha, colocando o jornal a serviço da União Democrática Nacional (UDN) e da candidatura de Eduardo Gomes (UDN), à Presidência da República. Após a derrota de Eduardo Gomes no pleito, Eleosipo Cunha resolve vender o jornal. Nesse contexto, impõe a condição de que só não venderia para membros do PSD. O jornal foi vendido em 1949 a um grupo que se fez passar como empresários. Mais tarde descobriu-se que, na verdade, tal grupo tratava-se de um disfarce para encobrir os verdadeiros compradores: integrantes do PSD, tendo a frente o então Governador do Estado Carlos Lindemberg. A partir de então, o jornal passou a ter a família Lindemberg como acionista majoritário, passando a ser o veículo de comunicação oficial do PSD até 1964 (CASSUNDÉ, 2008).

ficar em um exemplo. Ninguém esperava que a vitória oposicionista viria logo com o desconhecido *Chiquinho* que concorreria com um candidato com muito mais peso e circulação política, que já havia ocupado importantes postos da burocracia estatal e em vários níveis, como Secretario Estadual de Educação e da Cultura no período do Estado Novo, Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Deputado Federal na legislatura iniciada em 1950, e mais à frente, no governo de Juscelino Kubitschek, a direção da Superintendência de Moeda e Crédito (órgão que tinha as mesmas funções que hoje tem o Banco Central do Brasil) e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1957), entre vários outros cargos.

A transformação de um desconhecido fazendeiro de Guacuí, sul do Estado, de formação extremamente conservadora e oriundo da região mais elitista do Espírito Santo, em um fenômeno eleitoral e de massas deveu-se à utilização de sofisticadas e inovadoras técnicas de comunicação, as quais são creditadas a um indivíduo que é visto como o primeiro a desempenhar a função, em terras capixabas, daquilo que muito tempo depois deu-se o nome de *marqueteiro político*. Trata-se de Joaquim Leite de Almeida, também conhecido como *Kinkas*, um capitão do Exército, que coordenou a campanha de Chiquinho.

Segundo Medeiros (2002), o "slogan bem bolado pelo Capitão Joaquim, secundado por uma *musiquinha* que virou sucesso, letra dele, sacudiu o eleitor acostumado a meros discursos de palanque". Tal slogan, de fato, era bastante popular: "*Chiquinho vem aí*". E a música, uma novidade no que tange à sua utilização em pleitos, proporcionada pelo avanço nos meios de comunicação de massa, dizia o seguinte: "*Chiquinho é amigo do povo trabalhador / o povo quer Chiquinho para governador / Chiquinho vem aí/o povo quer Chiquinho para governador*" (MEDEIROS, 2002). A *musiquinha*, com sua linguagem fragmentada, superficial, com versos simples e,

portanto, de fácil memorização, se tornou enorme sucesso e passou a ser cantada em todo Estado.

Nota-se, com essa ação da campanha de *Chiquinho*, uma nítida atitude de aproximação com as massas. Tal postura vem no bojo da constatação, observada por Kinkas, de que era necessário quebrar a ideia corrente na época, segundo a qual para "[...] ser político de sucesso, era imprescindível ter o termo *Doutor* na frente do nome [...]" (JOAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 24).¹⁰

Além disso, tal atitude ocorreu em decorrência da ampliação do sufrágio, que criou a necessidade de mergulhar na malha social no sentido de angariar os votos necessários para a vitória nas urnas. Em outras palavras, as campanhas eleitorais exigiam cada vez mais adequação dos discursos e das ações dos candidatos aos anseios latentes do povo, que naquela circunstância já estava [...] enjoado de tanto *Doutor* e o negócio era construir uma figura popular, já que os adversários eram os próprios doutores [...]. E mais, [...] que a gente iria levar o *Chiquinho* para perto do povão, coisa que o PSD não fazia, ganhando suas eleições na base de chefe político do interior [...] (JOAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 25), conforme apontado no tópico anterior.

Sobre o lançamento do nome de *Chiquinho* no período que antecedeu ao pleito, Kinkas dá um depoimento muito interessante:

Os homens não queriam aprovar. Queriam Dr. Chiquinho vem aí. Afinal, diziam ele, o Chiquinho que eu tinha inventado, em verdade era um rico fazendeiro do sul do Estado, de tradicional família paulista [...]queriam mesmo era Dr. Fran-

¹⁰ Esta e outras citações são oriundas do depoimento do próprio Joaquim Leite de Almeida, dado a Rogério Medeiros, as quais integram a matéria *Kinkas: o detonador de oligarquias*, publicada em 2002, na *Revista Século Diário*. Vitória, p. 24-26, Abr. 2002.

cisco Lacerda de Aguiar como era o seu nome real. Antes que o Chiquinho voltasse a ser Dr. Francisco, eu mandei pichar o Estado todo de 'Chiquinho vem aí' [...] Foi um imenso impacto. Todo mundo queria saber quem era o tal do Chiquinho. Uns acreditavam que era um cantor. Outros, um produto estético [...] (JAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 25).

Como a elite do sul ainda tinha o Rio de Janeiro como centro econômico e cultural, e raramente vinha a Vitória, a coordenação de campanha de Chiquinho decidiu lançá-lo numa região em que era totalmente desconhecido: Colatina, no norte do Estado:

Fomos de trem para Colatina para fazer o comício. Levamos uma caravana imensa e com todos os líderes da oposição. Foram Oswaldo Zanelo, Floriano Rubim, Argilano Dario, meu pai, Lourival de Almeida, Clóvis Stenzel, que era um grande tribuno. Foi um espetáculo político que o povo não estava acostumado a ver. O pessoal do PSD fazia campanha bem distante do povo. Eu arrumei logo gente pra carregar o Chiquinho nas costas. O público explodiu [...] (JAQUIM LEITE DE ALMEIDA apud MEDEIROS, 2002, p. 25).

Segundo o depoimento do mesmo Joaquim Leite, depois do lançamento da candidatura realizada em Colatina, a comitiva de Chiquinho seguiu para Vitória. Nesta ocasião, o coordenador da campanha lançou mão de outra novidade em se tratando da confluência entre novas tecnologias da informação e práticas de propaganda política, conforme se pode constatar abaixo:

[...] viemos para Vitória para fazer um comício na Praça oito. Aí eu já tinha arrumado em Campos, no Estado do Rio, um carro propaganda. Era um carro grandão, cheio de alto-falantes [...] Uma novidade para época [...] tinha colocado

também um avião, um teco-teco, rodando a cidade com uma faixa de *Chiquinho vem aí* [...].

Sobre a postura adotada pelo candidato Chiquinho, em buscar uma maior proximidade com as massas com o corpo-a-corpo, atitude que, embora já existente no plano nacional, no Espírito Santo representava também uma novidade, Kinkas relata o seguinte:

Levamos Chiquinho para os bairros para fazer um corpo-a-corpo. Tenho certeza que foi o primeiro corpo-a-corpo que se fez no Estado. Foi quando ele começou a correr os bairros da Grande Vitória, principalmente com a musiquinha que eu fiz: *Chiquinho vem aí/ o povo quer Chiquinho para seu governador* [...] O povo veio para o comício cantando a musiquinha. [...] Aliás, essa frase era obrigatoriamente o arremate de todos os discursos no palanque do Chiquinho. Daí para a frente ninguém segurou mais o Chiquinho. Era chegar em qualquer lugar do Estado e o povo carregar o homem nos braços. Isso correu por minha conta, já que eu era o responsável pela campanha do Chiquinho [...].

A campanha, portanto, embora com um candidato conservador, representante da aristocracia rural do sul do Estado, ganha um semblante de modernidade graças à utilização muito eficiente das técnicas instrumentos comunicacionais trazidos pelo desenvolvimento industrial, associada a um comportamento mais adequado à democracia de massas cristalizada com o desenvolvimento urbano. Já o candidato da situação Eurico Sales, membro do grupo do Governador Jones, tido como um dos políticos mais progressistas do Espírito Santo e até do país, não conseguiu expressar tais qualidades na campanha, permanecendo a verve aristocrática do candidato, ante o elemento novo, representado pela figura construída de *Chiquinho*.

Não se pode afirmar que essas inovações e essa postura na campanha foram as únicas responsáveis pela vitória de Chiquinho no pleito de 1954. Entretanto, é impossível negar a importância de tais estratégias no sentido de dar notoriedade a um candidato que, no início do processo eleitoral, era inexpressivo e desconhecido. Estas ações, quando relacionadas ao supramencionado *racha* no PSD, mais a oposição intransigente do legislativo enfrentada pelo Governador Santos Neves, e a incapacidade de transferir as suas realizações para o candidato Eurico Sales em termos de decodificação em discurso em discurso de campanha, culminou com a vitória da oposição com Francisco Lacerda de Aguiar, que obteve 95.389, o que representou 55,2% dos votos válidos, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Resultados das eleições para Governador - 1954

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Eurico Sales	PSD/PDC/UDN	44,8	77.467
Francisco Lacerda de Aguiar	Col. Dem. (PSP/PTB/PR/PRP)	55,2	95.389
Votos Brancos	-	2,1	3.734
Votos Nulos	-	2,0	3.665
Total de Votos Válidos		100	172.856
Total de Votos apurados		100	180.255

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Chiquinho governou o Estado entre os anos de 1955 e 1958. Apesar de sua gestão não ter sido bem avaliada, voltaria a se candidatar em 1962 contra o próprio Jones dos Santos Neves. Em virtude de sua grande popularidade e da retomada da mesma postura da campanha de 1954, de aproximação das massas e uso dos meios de comunicação, voltaria a vencer.

Sobre o segundo pleito, é importante salientar que, a partir dos anos finais da década de 50, acentuava-se, paulatinamente, o aparelhamento do PSD por elementos representantes dos setores mais

industrializantes, neste momento respaldados pela fortalecida Ala Moça. Por conta disso, indicou Jones dos Santos Neves como candidato ao Governo em 1962, no último pleito da dita República Populista. Durante as conversações, cometeu uma série de erros, entre os quais o de fechar os espaços e não abrir diálogo mais flexível com o PSP, partido que demonstrou ser o fiel da balança do jogo político capixaba, naquela circunstância, cujo controle havia passado para Raul Gilberti que, além de preferido do então Governador Carlos Lindenberg em concorrer ao pleito, era importante figura política do Município de Colatina, norte do Estado, à época uma das regiões mais dinâmicas política e economicamente do Espírito Santo.

Ao fim das articulações, o PSD havia angariado apoio apenas do nanico PTN, que acabara de ser formado a partir de uma dissidência do PTB liderada por Floriano Rubim. Todas essas questões levaram à recomposição da Coligação Democrática, inclusive com o PSP e à consequente vitória de Francisco Lacerda de Aguiar contra o candidato pessedista, Jones dos Santos Neves. Os dados dessa eleição encontram-se na tabela a seguir.

Tabela 3 – Resultados das eleições para Governador - 1962

Candidato	Partido	%	Votos Válidos
Jones dos Santos Neves	PSD	48,0	105.586
Francisco Lacerda de Aguiar	PSP (Col. Dem. PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB)	52,0	114.673
Votos Brancos	-	8,8	21.773
Votos Nulos	-	2,6	6.554
Total de Votos Válidos		100	220.259
Total de Votos apurados		100	248.586

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Apesar de representativo o êxito eleitoral contra um candidato do peso de Santos Neves em 1962, a campanha de 1954 foi importantíssima, pois marcaria um novo tempo da política capixaba, uma

vez que inseria o Estado naquilo que vinha ocorrendo nos grandes centros a mais tempo. Além disso, foi neste pleito que caiu o governo do PSD que governava o Estado por meio da alternância do próprio Santos Neves e Carlos Lindemberg, tidos como legítimos representantes e herdeiros da oligarquia dos Monteiro, cuja ascensão remete aos idos de 1908. Assim, podemos afirmar, e de maneira inequívoca, que *Chiquinho*, em termos de campanhas eleitorais, marcou a história do Espírito Santo entre antes e depois dele.

Considerações finais

O Regime Militar implantado em 1964 interrompeu o curso democrático iniciado em 1945. Mediante o autoritarismo, a censura e a repressão, objetivou conter o avanço da conjuntura anterior marcada pela ampla mobilização política e social. Para legitimar-se, a ditadura criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais. Pode-se dizer que a ditadura começou com a o AI-01 e a sua escalada rumo ao autoritarismo puro coroou-se com o AI-05. Nesse sentido, os fenômenos político-eleitorais que ganharam expressão a partir da década de 1950, ocorridos na esteira do intenso processo de desenvolvimento industrial e crescimento urbano, que no caso do Espírito Santo se deu de modo tardio e retardatário, não foram seguidas pelo contínuo processo de aperfeiçoamento do sistema eleitoral e dos demais elementos que compõem o conjunto de regras democráticas. O Golpe de 1964 e a ditadura dele emanada impôs severas restrições interrompendo o ciclo democrático vigente desde 1946. Contraditoriamente, a política de tecnologia das comunicações, desenvolvida pelos governos militares, acabou criando as condições sócio-tecnológicas para o advento daquilo que se convencionou chamar de *Campanhas Eleitorais Modernizadas*, o que

veio a ocorrer somente no período pós-abertura política guardando, deste modo, íntima ligação com a retomada plena das eleições diretas, o que se consolidou somente no final da década de 1980.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Edusc, 2005.

CASSUNDÉ, Ronaldo Luiz. *A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. *Um olhar crítico sobre a evolução da economia capixaba nas últimas décadas: uma análise a partir das teorias de desenvolvimento regional e de estatísticas de inovação*. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor&cultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O novo arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o "medo" como estratégia política. In. RUBIN, A. A. C. *Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004.

FICO, Carlos. *O Grande irmão: da operação broder San aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. *Século Diário*. Vitória, p. 24-26, Abr. 2002.

NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-*

- 1990). In. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro (Org.). *Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições*. Vitória: Grafitusa, 2010.
- LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.
- PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano*. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à "primeira grandeza": o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 A 1896)*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa*. Vitória: CST, 2005.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos*. Sociol. Polít., Curitiba, n. 22, p. 25-43. 2004.
- RUBIM, Antônio Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.
- RUBIM, Antônio Canelas. *Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004a.
- RUBIM, Antônio Canelas. *Visibilidades e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura*. In: RUBIM, A. C. *Eleições presidenciais em 2002: ensaio sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004b.
- SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996a.
- SALLETO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996b.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio Janeiro: Zahar, 2000.
- SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. Vitória: Edufes, 2001.

VIEIRA, José Eugênio. *A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992*. Vitória: Vida Editora, 1993.

O ESPÍRITO SANTO (1959-1966): CARLOS LINDEMBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR: POPULISMO OU CORONELISMO?

*Jefferson Ferreira Alvarenga**

Resumo: Este artigo destina-se a discutir preliminarmente como emergiu novas práticas políticas no Espírito Santo, entre os anos de 1959 a 1966, enfatizando duas lideranças políticas, a saber: Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar. A questão central que se coloca, é se essas duas lideranças usaram práticas populistas, ou práticas coronelistas para alcançarem a direção executiva estadual. Ou seja, qual a forma de relação que se estabeleceu entre a sociedade capixaba e aquelas lideranças políticas entre a década de 1950 a 1960. Levando em consideração que o estado passava por uma transição de sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Nossa hipótese é que houve a existência de uma experiência de participação popular das massas populares urbanas e rurais. Isto é, tais lideranças usaram práticas convidativas para atingir um público heterogêneo socialmente.

1. Coronelismo versus Populismo

Apesar de não haver um estudo profundo sobre o coronelismo no Espírito Santo, esse modelo político sempre esteve presente na política estadual da Primeira República. Isso, segundo aos estudos de Marta Zorzal e Silva (1986), e João Gualberto Vasconcelos (1995), que demonstram com propriedade a existência desse padrão político no estado.

Do nosso ponto de vista, entendemos o coronelismo, igualmente a Vitor Nunes Leal (1997), em geral esse modelo político pode ser definido:

* Possui Mestrado em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006).

[...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência de poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o "coronelismo" é sobretudo [sic] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 40).

Desse modo, Leal (1997) considera que a existência do coronelismo depende uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais, que constituem o poder privado. Dessa maneira, as relações verticais eram sempre manipuladas por um chefe local e, na maioria das vezes, esse chefe estabelecia o seu controle no meio rural, onde se concentrava a maior parte do eleitorado. Mas, nem sempre o coronel estava na zona rural, ele poderia ser um médico, advogado, ou um burocrata especializado que, como chefe local, obtinha somas consideráveis de votos de cabresto (LEAL, 1997, p. 41).

De acordo com Raymundo Faoro (1997), o coronelismo é um fenômeno político que participa da estrutura patrimonial, que aproveita das ligações pessoais formadas por uma rede de clientela, com a finalidade de obter as benesses públicas (FAORO, 1997, p. 631). Ademais, o coronel utilizava seus poderes públicos para fins par-

ticulares, misturava a organização do Estado a seus próprios bens pessoais, fazendo emergir, assim, o filhotismo¹ e deste, o mandonismo², o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle do coronel levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos, cargos esses que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

O populismo, por sua vez, é um fenômeno político, no qual há a ampliação do espaço para a participação popular na arena política, assim, a liderança política deve aumentar o espaço de abrangência eleitoral. Na verdade, o voto de cabresto, é insuficiente para tais lideranças, pois eles devem conquistar um número consideráveis de eleitores para atingir o êxito político, além disso, num Estado populista, a liderança passa a ser confundida com o próprio poder estatal, é a ele que são levadas novas demandas sociais, como habitação, saúde, saneamento básico, etc.

Ademais, numa experiência populista sempre há uma crise de hegemonia das oligarquias, seja uma crise social, ou crise econômica, as oligarquias tendem a diminuir seu espaço de influência, isso resulta no aumento de atuação do líder populista. Isso se soma a uma experiência da participação popular, ou mesmo a ampliação universal do voto, caracterizando assim um caráter ambíguo dos movimentos populistas, já que as lideranças tendem a apoiar, em

¹ Para Leal, o filhotismo são favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. Geralmente, esses favores são destinados aos amigos do Coronel, ou aos seus eleitores (LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3.º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.60).

² Para Leal, o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários: "*para os amigos pão, para os inimigos pau*". As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais (Ibid., p.61).

um primeiro momento, tanto as oligarquias em declínio, como novos segmentos sociais populares, e empresariais, que também tendem a sustentá-lo no poder.

Numa experiência populista há uma ampliação da heterogeneidade social, no qual os diversos grupos tendem a disputar o espaço político, ou se inserir nele. Por isso, a base social de apoio ao líder, é de suma importância, geralmente uma liderança se apoia em diversos segmentos sociais, mas sua base principal de sustentação de poder, sempre será as massas populares urbanas, rurais, ou ambas.

Outrossim, em geral, nas experiências populistas há uma característica importante, que são as migrações do campo para cidade, como também a introdução do capitalismo industrial, ou seja, opera-se na sociedade uma transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Essa transição tem como consequência o inchaço urbano, dessa forma os novos atores sociais passam a reivindicar a participação popular, e cidadania. Na realidade, ocorre uma dupla significação ao mesmo tempo em que há pressão por participação popular, também há um controle do líder sobre as massas, mesmo que não seja absoluto.

Por fim, o líder utiliza uma relação sentimental de aproximação com as massas populares, por meio do carisma. Assim, o líder passa a ser visto como alguém que se possa confiar, alguém próximo das massas populares. Isso resulta em uma ligação pessoal e sentimental, que confere ao líder uma significação.

2. A Experiência da Participação como Sustento da Mobilização Popular

As mudanças socioeconômicas ocorridas no Espírito Santo a partir da década de 1950 e 1960 modificou o quadro político. São

importantes transformações, como as migrações campo-cidade, o capitalismo industrial que adentrava em pequenos passos na economia capixaba, e a crise da cafeicultura, iniciada em 1955. A presença de novos atores sociais na arena política do Espírito Santo levou o Partido Social Democrático (PSD) a repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958. Assim, o partido buscou incorporar a massa popular em sua campanha política, como uma forma de participação popular. Dessa forma, o partido, que tinha perdido as eleições de 1954, articulou-se em torno de uma reestruturação da Direção Executiva Estadual. Uma das consequências dessa articulação foi a decisão pelo apoio da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência, especialmente por causa da promessa do candidato de solucionar a questão dos limites com Minas Gerais. Acerca da reestruturação do PSD, Almeida (2010) descreve:

[...] Na convenção do PSD, em março de 1955, Carlos foi eleito presidente do diretório regional e a direção executiva também foi totalmente renovada. Decidiu-se que o partido apoiaria a candidatura de Juscelino Kubitschek, candidato do PSD à presidência da República na eleição daquele ano (ele prometera solucionar a questão dos limites entre Minas e Espírito Santo, ainda pendente). Em 1956, o partido elaborou um programa de ação, aprovado na reunião de maio, tendo como metas a reorganização e reestruturação de todos os diretórios regionais e subdistritais, criando-se departamentos (feminino, estudantil, de assistência social e trabalhista); regime de concentrações municipais com a presença de elementos mais destacados do partido, debatendo-se e apreciando-se os problemas na localidade ou zona onde se efetuar a concentração; apoio integral e decidido aos verdadeiros líderes partidários, numa tarefa de colaboração partidária, moral e humana para que defendam e estabele-

çam os legítimos postulados do Partido Social Democrático [...] (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Essa reestruturação partidária do PSD nos leva a entender que o partido visava modificar suas práticas políticas. Suas lideranças políticas percebiam as mudanças sociais que o Brasil e o Espírito Santo sofriam, em outras palavras, percebiam um aumento da pluralidade de segmentos sociais. Assim, foi decidida, pelo partido, a criação dos subdiretórios partidários, na Grande Vitória e nos municípios do interior do estado. Tais subdiretórios colocavam frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Vale ainda destacar que, na maioria das formações desses subdiretórios, havia a presença de Carlos Lindenberg.

Os subdiretórios não só foram criados nas áreas rurais, mas também nos principais bairros da Grande Vitória. Consoante o jornal *A Gazeta*, os locais principais onde o PSD formou os subdiretórios foram Santo Antônio, Inhanguetá, Ilha do Príncipe, Maruípe³, Gurigica, IBES⁴, Caratoíra, Mulembá, Paul, Bonfim, Forte de São João, Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Santa Lúcia, Goiabeiras, Alto Lage, Vila Rubim, Aribiri, Ataíde e Itaquari. Também foram fundados subdiretórios no interior do estado, como os de Linhares, Guaçuí, e o Distrito de Marilândia (Colatina).

Segundo o Jornal *A Gazeta*, a criação desses subdiretórios era realizada com a participação de numeroso grupo de moradores locais, que não só ajudavam a criá-los, mas também a mantê-los. Nesses locais, o povo das regiões periféricas da capital e as populações do interior do estado eram convidados a participar da política

³ Maruípe era considerado um bairro populoso e operário. "PSD amanhã em Maruípe. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1957."

⁴ Populoso bairro. "PSD leva (hoje) ao IBES seu programa de trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 19 jan. 1957."

e do partido. Em muitos casos, o próprio PSD, liderado por Carlos Lindenberg, oferecia condução para moradores de outros bairros, a fim de assistirem à fundação de um subdiretório num bairro mais distante⁵. Segundo Almeida (2010), desde o início do ano de 1957, Lindenberg fazia a trajetória de ajudar a fundar subdiretórios nos bairros de Vitória (ALMEIDA, 2010, p. 373).

A caravana da Vitória⁶ do PSD foi responsável por vários comícios no interior do Estado e nos municípios da Grande Vitória. A campanha foi organizada, ao contrário das eleições de 1947. Sendo assim, nenhum município ficou sem comício, começando por Alfredo Chaves.

A propaganda política veiculada por Carlos Lindenberg era que a administração pública precisava ser salva do *caos adminis-*

⁵ Programa Dia 18 - Reestruturação do sub-diretório [sic] do Forte de São João com cerimônia que se realizará na sede da Associação Atlética São João; Dia 19- Reestruturação do sub-diretório [sic] do bairro do Senhor do Bonfim, na residência do Sr. Aristóbulo Bezerra; Dia 23 - Às 9 horas, missa na Igreja Matriz de Vila Velha em ação de graças pelo transcurso da data consagrada ao povoamento do solo capixaba; Nota: haverá condução, com saída às 8 horas, partindo da porta do partido; Comício monstro em Santo Antônio: No dia 25, às 20 horas, será realizado o comício monstro no bairro de Santo Antônio, com a presença dos representantes pessedistas no Senado Federal [sic], Câmara Federal [sic], Assembleia Estadual e Câmara de Vereadores [sic], além de líderes nacionais que virão abrilhantar a festividade. Nota: Haverá ônibus com destino a Santo Antônio, sendo 2 de Vila Velha e IBES, 2 partindo da sede e 2 partindo da zona norte, compreendendo Maruípe, Gurigica, Mulembá, etc. Os ônibus têm sua saída marcada para as 19 horas. Dia 26 - Sessão de encerramento: No dia 26, às 20 horas, ocorrerá a sessão de encerramento no Teatro Glória, presidida pelo senador Carlos Lindenberg, em presença de convidados especiais e, para seu maior brilhantismo, facilitando o comparecimento de todos, serão colocados ônibus especiais, partindo dois veículos de Santo Antônio, 2 de Vila Velha e IBES e 8 da zona norte, a fim de fazer a concentração na praça Costa Pereira. Os diretórios interessados em condução para seus membros deverão comunicar-se com a direção do partido, a fim de estabelecer horários e outros pormenores ("Semana pessedista a Convenção estadual. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 14 mai. 1957").

⁶ Amanhã à noite na Ilha do Príncipe a Caravana da Vitória. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 5 jul. 1958

trativo. Lindenberg colocava-se como o único capaz de salvar a administração pública, por meio de trabalho e honestidade. O jornal *A Gazeta* de 25 de maio de 1958 evidencia esse fato. Na entrevista, Carlos Lindenberg destaca que:

[...] Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar: Prometemos uma administração digna, capaz e consciente, sem favoritismos nem conveniências pessoais, mas tendo como fundamento ordem aos negócios públicos e a disciplina no governo e, não como base, interesse coletivo [...].⁷

Na manchete do jornal de 15 de julho de 1958 é ressaltado que Lindenberg: "[...] É o único capaz de consertar isto. 'A opinião pública já encontrou o melhor slogan publicitário para Carlos Lindenberg — Um programa de trabalho, trabalho e trabalho' [...]"⁸

Na convenção ordinária de 28 de janeiro de 1958, em Vitória, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato do partido para disputar a sucessão estadual. A candidatura seria homologada em convenção posterior e os demais cargos da chapa também preenchidos na ocasião, porque o partido acreditava na necessidade de formar alianças (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do lado situacionista, a Coligação Democrática (PSP, PTB, PRP, PR, UDN)⁹ vivia um clima de tensões e conflitos por causa de heterogeneidade de interesses existentes entre os partidos.

⁷ Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que u ma boa administração não possa ou não deva realizar. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 25 mai. 1958.

⁸ "É o único capaz de consertar isto. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 15 jul. 1958."

⁹ Partido Social Progressista (PSP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Republicano (PR); União Democrática Nacional (UDN).

O saldo desses conflitos foi o rompimento do governador Francisco Lacerda de Aguiar com a Coligação, que seria diluída, não conseguindo unir forças para enfrentar o PSD. Dessa maneira, os partidos da Coligação Democrática, que estavam fragmentados, lançaram candidaturas próprias, enquanto o PSD lançou Carlos Lindenberg como candidato e uniu-se ao Partido Social Progressista (PSP), tendo Raul Gilberti como candidato a vice-governador na chapa.

Lacerda de Aguiar¹⁰, que havia rompido com a Coligação Democrática, ficou indiferente aos rumos das eleições de 1958. Mesmo assim, o jornal *A Gazeta* continuava a fazer várias críticas ao seu governo, sobretudo sobre o *caos administrativo*. Conforme Almeida (2010):

[...] Em 29 de junho de 1958, na festa de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Lindenberg e Waldemar de Andrade foram visitar o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, que apresentava uma exposição de trabalhos dos alunos. Chiquinho estava presente. Apesar dos ataques no Senado,

¹⁰ Waldemar de Andrade relata que houve um encontro na tarde de 28 de junho de 1958, data em que o Brasil conquistou a Copa do Mundo, em sua casa, em Cachoeiro, entre Lindenberg, em campanha para o governo, e o governador Lacerda de Aguiar. Este propôs não se afastar do governo para ser candidato ao Senado, impedindo a ascensão do vice-governador Adwalter Ribeiro Soares que favoreceria a candidatura de Floriano Rubim a governador, conforme declarações destes em comício em Baixo Guandu, e que foram gravadas. Na visão de Waldemar, a proposta de Chiquinho facilitaria a eleição de Carlos ao governo e de Eurico Sales ao Senado pelo PSD. Em troca, Chiquinho queria ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas da União, "pois iria se dar uma vaga segundo estava certo". Carlos repeliu tal acordo por ser ético e por Eurico, então ministro da Justiça, não estar presente à reunião. Waldemar telefona então a Eurico no Rio, e este consegue do presidente Kubitschek a promessa do cargo no TCU para Chiquinho, que não se afasta do governo. Mas Eurico não se interessou pela candidatura ao Senado, e "parece-me que a vaga no Tribunal não se deu, e a promessa do presidente ficou sem sentido" (ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 374).

Chiquinho nunca deixara de falar com Carlos. Waldemar propôs: "Carlos, vamos conversar com Chiquinho? Coitado, ele está tão sozinho, um governador tão só. Vamos?"

Os três ficaram conversando até 23h30m, quando se encerrou a exposição. À saída,

Waldemar tocou na questão da sucessão: "Chiquinho, como é que você está arrumando a eleição, hein?" Ele respondeu: "Doutor Waldemar, já tenho os meus planos feitos. Se eu perder essa eleição, deixo este estado ingovernável. Ninguém vai poder governar depois de mim." "Chiquinho, não diz isso. Você não pode fazer uma coisa desta." "Pode escrever. Vou fazer, se perder" (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), o quadro político-eleitoral esteve polarizado em três blocos políticos: A aliança PSD/PSP: Carlos Lindenberg (candidato a Governador) e Raul Gilberti (vice-governador); a aliança UDN/PRP: Eurico Rezende (Governador) e Atilio Vivácqua (vice-governador); PTB: Floriano Lopes Rubim (governador) e Arnaldo Pinto de Andrade (vice-governador) (SILVA, 1986, p. 342).

A plataforma de governo dos candidatos foi também diferenciada. Carlos Lindenberg defendia que o PSD deveria salvar o Estado do caos administrativo em que fora colocado pelo governo Lacerda de Aguiar (1955-1958). Lindenberg se colocava como o único governante capaz de equilibrar as contas públicas e recuperar a administração pública do caos em que se encontrava. Floriano Lopes Rubim levou para os palanques o discurso trabalhista do PTB. Por isso, centrou seu discurso principalmente nos aspectos nacionalistas da política econômica. O partido defendia, também, a criação de condições para industrialização no estado, e prometia livrá-lo da cafeicultura. Por fim, Eurico Resende pautou sua plataforma no discurso contra o caos administrativo em que se encontrava a administração pública (SILVA, 1986, p. 343-346).

Tabela I. Resultados Eleitorais para Governo do Estado em 1959

CANDIDATO	VOTOS
Floriano Lopes Rubim (PTB)	26,20%
Eurico Rezende (UDN/PRP)	26,50%
Carlos Lindenberg (PSD/PSP)	47,30%

FONTE: SILVA, 1986, p. 346

Nas eleições de 1962, o quadro eleitoral seria muito semelhante ao das eleições de 1954. O PSD enfrentou a Coligação Democrática (UDN, PRP, PTB, PDC, PRT, PTN e PSB)¹¹. Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), a novidade desse pleito foi uma grande quantidade de migrantes das áreas rurais que se instalaram na Grande Vitória, como efeito da crise do café (SILVA, 1986, p. 391). No interior do PSD, era muito clara a divisão entre elites cafejeiras e elites industriais, que ganharam força com a emergência da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), as elites industriais se solidarizaram com Jones dos Santos Neves, enquanto as elites cafejeiras se solidarizaram com Carlos Lindenberg¹² (SILVA,

¹¹ União Democrática Nacional (UDN); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹² Relata Carlos Lindenberg: [...] "Antes de deixar o governo fui a Colatina conversar com Raul Gilberti, vice-governador. Disse-lhe que o partido queria meu nome como candidato a senador; desde que ele permanecesse como governador. Raul respondeu que iria cumprir as obrigações de vice-governador, estava no cargo para isso. Daí a alguns dias, ele afirmou que assumiria o governo. Confessei meu remorso em deixar o governo e ele ficar sem cargo político durante quatro anos. Raul afirmou que eu poderia ficar tranquilo quanto ao futuro dele. No dia 27 de fevereiro, o partido se reuniu para escolher o candidato e eu fui escolhido. Raul me disse que o Sr. Asdrúbal Soares, interventor do PSD, havia ido a São Paulo pegar credenciais. Se isso não acontecesse, ele ficaria comigo. Fiquei aguardando a resposta do PSD. No dia 25 telefonei de novo para Colatina, e ele me disse que viria a Vitória no dia 27, com a resposta. Apareceu às 9 horas no palácio, afirmando que não iria assumir o governo porque era candidato a governador. 'como, Dr. Raul?', eu perguntei, 'o Sr. não assumiu o

1986, p. 392). A princípio, a afirmação da autora parece coerente, mas, como veremos, Carlos Lindenberg tinha a concepção, como liderança política, de que o estado deveria tomar rumos diferentes dos da monocultura do café.

Na reunião da comissão executiva do PSD, realizada em janeiro de 1962, Jones dos Santos Neves¹³ foi indicado para candidato ao governo do Estado. Porém, a contragosto de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg¹⁴, que desejava que seu sobrinho, Carlos Lindenberg Von Schilgen concorresse ao pleito.

Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg fizeram diversos comícios pelo interior do estado, bem como pela região da Grande Vitória. Santos Neves era muito enfático quanto ao destino de ser governador do estado. Em publicação do jornal *A Gazeta*, ele afirmava: "[...] Vim para vencer com o Espírito Santo ou para com ele perder [...]"¹⁵. De outro lado, Carlos Lindenberg renunciou ao governo para se candidatar ao senado, o que de acordo com ele foi um erro.¹⁶

compromisso de assumir o governo, eu renunciando?' 'É', ele respondeu, 'mas agora sou candidato. O Sr. é culpado porque disse em Colatina ao Sr. Piccim que eu era seu candidato e lá em Colatina lançaram minha candidatura. Agora eu sou candidato'. Afirmei que realmente eu havia dito aquilo ao Sr. Piccim" [...] (As confissões de Carlos Lindenberg. *Espírito Santo Agora*. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973).

¹³ "Juscelino congratula-se com o PSD pela homologação da candidatura de Jones. *A Gazeta*, Vitória, p.01, 12 mai. 1962".

¹⁴ Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 432, nota 11. Relata o autor: Logo depois, Cristiano Dias Lopes Filho e Parente Frota comunicaram a Carlos que iam apoiar o nome de Jones dos Santos Neves (então diretor, no Rio de Janeiro, do Banco Operador) como candidato. Carlos lhes disse: — Eu acho que ele não é o candidato ideal. Gosto muito de Jones, é meu amigo, sempre foi muito correto comigo. Mas eu acho que da maneira como ele deixou o estado, perdendo as eleições para Chiquinho e passando todo esse tempo fora, não é conveniente ele ser candidato; — Não, doutor Carlos, nós estamos trabalhando para ver isso; — Vai ser uma eleição muito difícil; — Não vai ser não, doutor Carlos. Segundo Marta Zorzal e Silva, o Depoimento de Carlos Lindenberg: [...] "Os amigos dele (Jones dos Santos Ne-

As principais regiões visitadas por Jones dos Santos Neves foram: Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Nova Venécia, Santa Maria de Jetibá, Castelo, Vitória, Guaçuí, Muqui, Anchieta, Alfredo Chaves, Mantenópolis, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Domingos Martins, São Roque e Afonso Cláudio.

A campanha eleitoral de Jones dos Santos Neves não fugiu da proposta de seu primeiro governo, o discurso sobre o progresso era inevitável num Brasil que a cada dia se tornava mais industrial. Dessa forma, Santos Neves propunha a recuperação de sua antiga proposta de se criarem condições de infra-estrutura para instalação de indústrias no estado (SILVA, 1986, p. 402).

Do lado oposicionista, a Coligação Democrática (PSP, PTB, PR, PRP, e parte da UDN) ganhou o reforço da ampliação da experiência populista pelo Brasil. Naquele momento, o Espírito Santo configurava-se como um estado que continha um número maior de

ves) vinham tentando desde muito tempo. E eu dizia que não era possível. Vamos acabar com esse negócio de Carlos e Jones, Jones e Carlos. Chega. Vamos colocar outro candidato. Os dois que conversavam comigo, Cristiano (Cristiano Dias Lopes Filho) e Frota (Cel. José Parente Frota), e levaram o nome de Jones outra vez para o partido. Eu os aconselhei a não fazer isso, porque eles estavam criando um problema para Jones e para o partido (SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986, p 397).

¹⁵ "Jones: 'Vim para vencer com o Espírito Santo ou para com ele perder'. A *Gazeta*, Vitória, p.01, 28 fev. 1962".

¹⁶ Relata Carlos Lindenberg: — De toda essa minha vida de político, só me arrependi de um ato político, que foi a renúncia. Até hoje tenho arrependimento daquele ato porque acho que cometi quase um crime com o povo do Espírito Santo. Porque entreguei o estado a alguém que não merecia esse cargo. Me dá até hoje um aperto no coração quando lembro que cometi esse ato contra os interesses do Espírito Santo, eu achava que o estado nunca me perdoaria por ter cometido aquele ato. Muitos amigos insistiram para que eu continuasse. Mas gente do partido queria que eu renunciasse e acabei cometendo essa asneira (As confissões de Carlos Lindenberg. *Espírito Santo Agora*. Vitória, n.º 5, p. 54-60, mar. 1973).

pessoas nas cidades, diferente dos pleitos anteriores a 1958. Além disso, a coligação contava com seu candidato Francisco Lacerda de Aguiar¹⁷, que introduzira a prática populista no Espírito Santo. No pleito de 1962, ele manteve os mesmos parâmetros que haviam direcionado a vitória eleitoral em 1954.

Mais uma vez, *Chiquinho* usou a propaganda política como forma de acesso à direção administrativa do Estado. Na verdade criou-se um "*mito Chiquinho*"¹⁸ diante das classes populares. Sua personalidade era ligada a bondade, a uma pessoa amiga dos desprotegidos da "*raia miúda*"¹⁹. Ele se colocou como homem humilde, homem rural e amigo, e isso encontraria recepção e identificação no seu próprio meio. Sobre a campanha, Lacerda de Aguiar explica como era sua forma de fazer política, bem como relata que seguia a instrução de um amigo da câmara federal:

[...] olha – Chiquinho, se o comício tiver muito bêbado e muita gente no palanque, é vitória certa. Uma vez em Colatina queriam tirar um bêbado do palanque. Quando não tinha bêbado nos meus comícios mandava pegar no botequim da esquina. A minha campanha era simples, não atacava ninguém. Conversava com a multidão. Tinha boa equipe de oradores: Oswaldo Zanello, Setembrino Pelissari, Floriano Rubim, Moreira Camargo, Joaquim Leite, José Cupertino, Élcio

¹⁷ Entrevista de Setembrino Pelissari: - Na véspera do casamento do filho Renato, foi marcado um ato em que foram buscá-lo no aeroporto com um carro conversível emprestado, seguido pela população. Foi feito um comício na Praça Oito. Chiquinho atravessou a Avenida Jerônimo Monteiro carregado nos braços do povo. A campanha para seu retorno começa aí (LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. *Francisco Lacerda de Aguiar*. Vitória: Contexto, 2007, p.50).

¹⁸ Cf. SILVA, M. Op. cit., p. 400, nota 15.

¹⁹ Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

Cordeiro. Uma vez o Adhemar de Barros assistiu um comício meu, e ficou impressionado.²⁰

Setembrino Pelissari relata que: "[...] Chiquinho nunca atacava, mas sempre se dizia vítima de ataques. Isso sensibilizava o povo que tende a se colocar do lado das vítimas por solidariedade. Além de tudo, afirmava que perdoava todos os seus inimigos [...]".²¹

Como as demais lideranças populistas do Rio de Janeiro e São Paulo, ele elaborou *slogans* que aproximavam sua imagem das massas populares. Então, sua imagem começou a ser associada ao homem do povo, com frases como "*Chiquinho vem aí*", no pleito de 1954, ou "*Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para governador*", no pleito de 1962. Essa ligação fez com que o povo se aproximasse do líder carismático, como relata o próprio Lacerda de Aguiar: "[...] Mas quando cheguei a Vitória foi uma apoteose. No dia do comício, os governistas encheram de água a Praça Oito, mas o povo foi lá e surgiu um slogan: '*Chiquinho até debaixo d'água*' [...]".²²

Chiquinho ficou em evidência justamente pelo fato de o jornal A Gazeta publicar reportagens depreciativas sobre seu primeiro governo (1955-1958). Dessa maneira, o povo observava a ação do PSD como uma forma revanchismo, o que possibilitou a Lacerda de Aguiar colocar-se como vítima da perseguição do jornal. Por outro lado, isso também criou uma empatia do povo com o candidato, por isso a Coligação Democrática criou o slogan: "*Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para Governador*".

A campanha de Francisco Lacerda de Aguiar também foi semelhante àquela de seu primeiro pleito. Em geral, suas metas estavam direcionadas às classes populares urbanas e ao pequeno produtor rural. Numa imagem patriarcal, Lacerda de Aguiar transferia ao elei-

²⁰ Ibid.,

²¹ Ibid.,

²² Ibid.,

torado uma representação de um Estado de *amor e tranquilidade*, ou mesmo um Estado assistencial, protetor, sem os impedimentos da burocracia racional e impessoal (SILVA, 1986, p. 403). Assim, a propaganda política da Coligação Democrática foi mais eficaz diante do eleitorado, já que propunha a participação dos mais humildes na política. Chiquinho conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular confundia-se com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos²³ (SILVA, 1986, p. 405). O próprio Lacerda de Aguiar, em depoimento, afirma:

[...]- Eu ia lá todos os sábado (morros), era o meu quartel general. Saía do carro particular e ia conversar com o povo. Saber das coisas. Quando chegava abria o porta-malas do carro e dava balas e cadernos, comprados com meu próprio dinheiro. Às vezes a coisa ficava difícil e eu tinha de tomar café com todo mundo. Tomei tanto café nos meus anos de governo que hoje não tomo de jeito nenhum.²⁴

²³ Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 405, nota 15: Joaquim de Almeida depõe: [...] As campanhas do Chiquinho foram feitas em cima dos chamados comícios relâmpagos (eu fui o introdutor dessa forma aqui em Vitória) realizados por correigionários em vários pontos da cidade em torno da estratégia pessoal de Chiquinho. O Chiquinho, por exemplo, se ele viesse fazer um comício em Vitória, e o comício estava marcado para depois de amanhã, ele passava três dias em Vitória. Durante esses dias, prévios ao comício, ele passava visitando todos os bairros de Vitória, casa por casa, convidando para o comício no dia "X", na Praça Oito. Com essa visitação, ele levava um papo com o pessoal, tornava-se próximo, amigo. E convidava, pessoalmente, cada um, dizendo: - Oh! hoje à noite quero ver você lá no comício! A mesma estratégia era utilizada no interior [...]. Também Setembrino Pelissari expressa: [...] A campanha de 1962, praticamente, realizou-se com a mesma estratégia utilizada em 1954. A diferença era que, agora, os meios de comunicação de massa já estavam atuando. Já existia a televisão, a TV Vitória, do João Calmon, que era do PSD. Ela abrangia só a Grande Vitória, mas era onde o eleitorado estava mais concentrado. A televisão estava a favor do Jones, que era candidato contra Chiquinho. Essa televisão castigava muito o Chiquinho. Nós então, nos comícios, colocávamos que Chiquinho, mais uma

Setembrino Pelissari também depõe:

[...] em Vitória, os principais redutos políticos dele (Lacerda de Aguiar) eram os bairros de Maruípe e Santo Antônio onde o ex-governador era carregado frequentemente pelo povo. "A ideia de nos prejudicar dizendo que Chiquinho era da raia miúda (massa popular) só nos deu vantagens."²⁵

Nas campanhas de 1954 e 1962, Lacerda de Aguiar usava o jingle como forma de convidar as massas para a participação política, mas também para vincular a sua imagem a de um homem popular:

[...] Chiquinho vem aí/Chiquinho já ganhou/Pra governador. Chiquinho andou a pé, Andou de Bonde, andou de trem. Apertou a mão do preto, de branco apertou também. Chiquinho é amigo do povo trabalhador. O povo quer Chiquinho/ Para seu governador (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 25).

[...] ô, ô, ô, ô/ Chiquinho vai ser governador!/ Chiquinho é bom, trabalhador e popular,/ E vem disposto a trabalhar!/ Chiquinho Aguiar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.35).

[...] Chiquinho outra vez/ Ganha eleição/ O povo quer Chiquinho/ Bem no coração. Chiquinho, se sai às ruas/ Sorrindo e a cumprimentar,/ O povo, respondendo, vai dizendo: Chiquinho!/ Chiquinho vai voltar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.51).

[...] O povo pediu, tanto,/ que ele voltou./ O Dr. Chiquinho será governador! Viu!/ É popular!/
vez perdoava os adversários. Sem ódio e sem rancores o Chiquinho ia voltar, não ia perseguir ninguém. O funcionário podia ficar despreocupado, podia votar em quem quisesse, não tinha problema [...].

²⁴ Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

²⁵ *Ibid.*,

Cem por cento sim senhor!/ sempre foi um grande amigo do lavrador. O povo pediu, tanto,/ Que ele voltou!/ O Dr. Chiquinho será governador!(LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.61).

Os resultados eleitorais do pleito de 1962 apontaram a vitória do candidato Francisco Lacerda de Aguiar.

Tabela II. Resultados das Eleições de 1962

Candidato	Votos
Francisco Lacerda de Aguiar	114.586
Jones dos Santos Neves	105.673
Branco	21.763
Nulos	6.564
Total	248.586

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

Tabela III. Principais Cidades Votantes

Francisco Lacerda de Aguiar	Votos	Jones dos Santos Neves	Votos	Votos em Branco	Votos Nulos	Total
Vitória	15.100	Vitória	12.569	1.024	372	29.065
Cachoeiro de Itapemirim	7.365	Cachoeiro de Itapemirim	8.678	1.131	278	17.632
Colatina	10.807	Colatina	9.265	2.316	481	22.869
Espírito Santo	9.179	Espírito Santo	6.778	1.189	79	17.225
Cariacica	5.165	Cariacica	3.060	542	284	9.051
Viana	585	Viana	496	138	35	1.254
Serra	1.730	Serra	1.187	294	84	3.295

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Conclusão

A pergunta inicial deste artigo sugere a existência de uma nova realidade política no estado do Espírito Santo entre as décadas de

1950 a 1960. Se o coronelismo reflete uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais, no qual esses detém uma quantidade considerável de voto de cabresto, a fim de elegerem seus candidatos. O mesmo não acontece entre os anos de 1959 a 1966, quando houve a formação de uma nova relação política baseada na ampliação da experiência de participação popular, além da modificação do modelo político no estado.

Esse novo modelo é resultado de mudanças macroestruturais no estado, como as migrações campo-cidade, as transformações capitalistas, e a crise do café iniciada a partir de 1955. Tal crise além de criar uma crise social de grandes proporções, também efetivamente diminuiu hegemonia das elites cafeeira, o que possibilitou a emergência de um novo modelo político ligado as massas populares rurais e urbanas.

Por isso, o Partido Social Democrático (PSD) resolveu repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958, desse modo, o partido buscou incorporar a massa popular em sua campanha política, como uma forma de participação popular, utilizando um mecanismo de criar subdiretórios na região da Grande Vitória e nos municípios do interior do estado, assim, tais subdiretórios passaram a colocar frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Na verdade, os populares não só ajudam a criar os subdiretórios, mas também a mantê-los. Isso reflete que as lideranças do PSD foram obrigadas a dirigir-se aos bairros populares, a fim de conquistar o voto popular.

Por outro lado, a Coligação Democrática ligada ao candidato Francisco Lacerda de Aguiar usou a propaganda política como forma de acesso ao êxito eleitoral. Na verdade criou-se um *mito Chiquinho* diante das classes populares. Sua personalidade era ligada a bondade, a uma pessoa amiga dos desprotegidos da *raia miúda*. Ele se colocou como homem humilde, homem rural e amigo. Como

um homem do povo, Chiquinho nunca atava ninguém, mas sempre se dizia vítima de perseguição política, principalmente do PSD.

Além disso, Chiquinho que era uma personalidade patriarcal, transferia ao seu eleitorado, a configuração de um Estado de amor, paz e tranquilidade, dessa forma o líder carismático se aproximou do povo. Chiquinho conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular confundia-se com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos.

Coronelismo ou populismo no Espírito Santo? A pergunta nos leva a uma resposta imediata, no populismo diferente do coronelismo, é necessária a participação popular. Como vimos, as lideranças políticas como Lindenberg e Lacerda de Aguiar objetivaram conquistar a massa popular do interior e da Grande Vitória, tornaram carismáticos e convidativos, pois eles aproximaram do povo, não numa forma aliciadora, mas numa forma convidativa, tanto que aquelas lideranças foram até ao povo, na realidade eles seduziram a massa popular, por meio de novas práticas políticas e políticas públicas. Enfim, entendemos que no estado do Espírito Santo, entre as décadas de 1950 a 1960, surgiu um novo modelo político, o populismo, que convocou as massas para a participação popular.

Referências

- ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3.º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

O Espírito Santo (1959-1966): Carlos Lindemberg e Francisco Lacerda de Aguiar: Populismo ou Coronelismo?

MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina: El problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986.

VASCONCELOS, João Gualberto. *A invenção do coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: SPDC/UFES, 1995.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O LIVRO DE MEMÓRIAS DO SENADOR EURICO REZENDE (1963–1978), ENTRE O DOCUMENTO, A NARRATIVA E A BIOGRAFIA

Levy Soares da Silva

Resumo: Nesse trabalho nos propomos a analisar o livro de memórias escrito pelo político capixaba Eurico Vieira de Rezende ao final de sua carreira política, utilizando-nos da metodologia da análise do discurso na busca da compreensão dos elementos motivadores à escrita de uma obra desse modelo e as suas consequentes implicações para a História do Espírito Santo e para os capixabas, em se tratando de algo que se refere à história capixaba recente. Assim, por meio dessa análise pretendemos alcançar a mentalidade do político, e consequentemente de sua geração, enquanto ator ativo dos fatos que narra e descreve no livro, des-cortinando a complexa fronteira existente entre a História e a Memória.

Palavras-chave: História Política. Memória. Livro de Memórias.

Introdução

Na História do Brasil, verificamos ser algo recorrente a eterna luta entre a Memória e a História, a disputa entre o conhecimento e o esquecimento, a batalha pela apropriação do discurso dominante oferecido de modo generalizante a grande maioria da população que, comumente despreparada, não passa as informações que recebe por um crivo analítico e acaba por assumir um indesejável papel secundário na sociedade, num lugar passivo e alienado, propiciando a manutenção da existência das classes dominadas e dominadoras.

Nesse trabalho nos propomos a analisar o livro de memórias escrito pelo político capixaba Eurico Vieira de Rezende ao final de sua carreira política, utilizando-nos da metodologia da análise do discurso na busca da compreensão dos elementos motivadores à escrita de uma obra desse modelo e as suas consequentes implicações para a própria História do Espírito Santo e para os capixabas,

em se tratando de algo que se refere à história capixaba recente. Assim, por meio dessa análise pretendemos alcançar a mentalidade do político, e conseqüentemente de sua geração, enquanto ator ativo dos fatos que narra e descreve no livro, descortinando a complexa fronteira existente entre a História e a Memória.

História e Memória: A Vida Política de Eurico Rezende

Eurico Vieira de Rezende nasceu em Ubá — Minas Gerais em 1918, no Espírito Santo cursou a Faculdade de Direito e tornou-se advogado, professor, inspetor de ensino e procurador do Estado do Espírito Santo, ingressou na política pelo partido União Democrática Nacional — UDN e foi eleito deputado estadual em 1950, sendo reeleito para o mesmo cargo em 1954, foi líder da UDN na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. A atuação parlamentar de Eurico Rezende foi aprovada pelos capixabas que, em 1962, o elegeram senador e o reconduziram ao mesmo cargo em 1970, inicialmente foi vice-líder da UDN e em seguida, com a extinção desse partido, foi vice-líder da agremiação política a qual passou a pertencer, a Aliança Renovadora Nacional — ARENA, no Senado Federal. Em 1978, durante o governo do presidente Ernesto Geisel, Eurico Rezende tornou-se o líder do governo no Senado e nesse mesmo ano obteve a sua indicação para ser governador do Estado do Espírito Santo (1979-1983), por meio de sufrágio indireto da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, esta que viria a ser a sua última eleição não foi chancelada pelos capixabas, pois desde 1966 as eleições para o cargo de governador foram tornadas indiretas no Brasil.

Depois de ter ocupado relevantes cargos políticos, Eurico Rezende poderia ter encerrado a sua vida na política junto com o final de seu mandato de governador, pois se trata do ápice de carreira

para um político regionalista se tornar chefe do executivo estadual. Entretanto, no último ano de seu mandato como governador havia a expectativa de que Rezende fosse candidatar-se ao Senado, o que acabou não ocorrendo, tendo cumprindo o seu mandato completamente. No ano de 1994, o ex-governador voltou a disputar uma eleição concorrendo a uma das duas vagas ao Senado, não obteve sucesso e não foi eleito, esse seria o seu último pleito eleitoral, pois Eurico Vieira de Rezende faleceu em Vitória, no ano de 1997.

Certamente que com uma trajetória política duradoura o político capixaba teria muito o quê registrar na forma de livro. Geralmente um político em fim de carreira escreve uma autobiografia ou se deixa ser biografado, com o texto previamente aprovado, ou escreve um livro de memórias, essa última opção já não é mais tão comum, e menos ainda é a publicação de um diário, como ocorria antigamente quando alguns políticos registravam rotineiramente os acontecimentos do poder na forma de um diário. A opção pela autobiografia e, mais ainda, pela biografia transmite ao leitor a sensação de que o livro foi escrito com isenção e de forma inocente, ou seja, apenas para contar alguns acontecimentos permeados pela trajetória de vida sem qualquer intencionalidade, no caso da biografia o argumento aparece quase incontestável, pois afirma-se que nem mesmo foi o político que escreveu aquelas páginas. Porém, nenhuma dessas modalidades de escrita é tão simples assim, mas, ao contrário, são muito complexas, posto que "o papel aguenta qualquer ideia, sofre calado qualquer discussão e jamais se rebela contra a pena do autor, contra os dedos do digitador ou contra a tinta rápida da impressora" (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 18). Assim, levando o título de autobiografia, biografia ou memória o livro acaba sendo categorizado como sendo a narrativa da vida de uma pessoa, ou seja,

Há os mais diferentes tipos de biografia, desde um rápido (ou não) percurso da vida do biografado

(às vezes, um político, um intelectual, um líder religioso, identificados em dicionários e enciclopédias no estilo mais tradicional, em geral em sequência cronológica, célebre, com datas importantes e indicando obras de apoio) até o tipo mais ambicioso, como 'um mergulho na alma' do biografado (em geral narrado sob forma temática). Podemos esquematizar de forma simples três tipos, segundo finalidade e grau de elaboração:

1. O artigo de dicionário biográfico: um breve resumo da vida de uma pessoa pública, por vezes famosa;
2. A monografia de circunstância: elogios fúnebres ou ligados a uma circunstância particular (breves, muitas vezes presentes na imprensa escrita);
3. A biografia 'científica' ou dita 'literária': obras mais importantes, com preferência narrativa e finalidade histórica, que trabalham com documentação numerosa e variada (BORGES, 2011, p. 212/213).

No ano de 1988, o político Eurico Vieira de Rezende publicou um livro onde registrava fatos de sua longa carreira política, o título não deixava dúvidas quanto a sua finalidade: "Memórias", ou como categorizado na classificação acima, uma monografia de circunstância. A publicação foi feita pelo Centro Gráfico do Senado Federal, tendo Eurico Rezende cumprido dois mandatos de senador pelo Estado do Espírito Santo nessa casa parlamentar, outros livros escritos pelo político também foram publicados por essa mesma via¹, mas sendo esse de caráter pessoal é a única que viabiliza a análise das interseções entre a História e a Memória na medida em que "[...] uma vida individual imbrica-se com os grandes acontecimentos de sua época, e a

¹ Ao longo de sua carreira política Eurico Rezende publicou os seguintes trabalhos: Debate Nacional; Abutres da Habitação; Brasília, Transporte Coletivo; A Revolução e o Brasil; A Revolução e o Ensino; A Revolução em Debate (Temas e Teimas); Vereador, esse Injustiçado; Espírito Santo e a Constituição; BID e o Brasil; Professor de Direito.

presença de todo o tipo de fatos (políticos, econômicos, culturais etc.) é percebido na vida da pessoa" (BORGES, 2011, p. 221).

O livro de memórias escrito por Eurico Rezende, como não poderia deixar de ser, acaba relacionando memória, cultura e poder, pois estes são elementos que conduzem naturalmente uma narrativa de vida como a que ele se propôs a fazer, assim é preciso esclarecer que:

Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos, etc.). Existe uma memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado (VON SIMSON, 2003, p. 1).

Dessa maneira, ao descortinarmos, isto é, analisarmos e interpretarmos uma memória individual necessária ou inevitavelmente acabamos por atingir uma compreensão maior, a saber, a mentalidade do grupo social ao qual o indivíduo pertencia, ou seja, conseguimos desnudar o macro a partir do micro, partindo do específico para o geral, pois "o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento" (LE GOFF, 2003, p. 426).

Inicialmente a análise técnica do livro nos permitiu avaliar que o livro não contém o tradicional prefácio e nem mesmo uma apresentação, estes foram substituídos por uma carta recebida por Eurico Rezende vinda de Gustavo Capanema ex-ministro da Educação, elogiando a sua atuação parlamentar, seguido a isso imediatamente vem a introdução, escrita pelo próprio autor. O livro foi dedicado a sua esposa, a sua mãe, aos filhos, a família, aos amigos e aos que o

elegeram. A publicação acentua o caráter de corolário de encerramento da carreira política, ou seja, não havendo mais a pretensão de retorno a vida pública era chegado o momento de escrever os seus registros pessoais para a posteridade, fazendo um balanço de sua atuação política e registrando os fatos e acontecimentos vividos e protagonizados. Nesse sentido, o livro pode ser encarado também como fonte, sofrendo o devido processo de análise crítica, pois "fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num *diálogo* entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas" (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 13), mas, principalmente, por que:

No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu.

Mas, de forma não tão evidente, a biografia tem sido considerada uma fonte de conhecimento do ser humano: não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempo diferentes (BORGES, 2011, p. 215).

Nesse sentido, conseguimos categorizar e validar a fonte que selecionamos e utilizamos na elaboração deste trabalho de acordo com os nossos objetivos, demonstrando a sua importância e vitalidade documental para ofertarmos uma análise adequada do documento em si e uma interpretação possível para a compreensão dos elementos do seu contexto histórico de produção e as suas consequentes implicações para o público leitor.

História e Política: As Memórias de Eurico Rezende

Procedendo a leitura e análise do livro, um fato nos causou surpresa e estranhamento ao mesmo tempo, Eurico Rezende em seu livro simplesmente nada fala acerca de seu governo e tampouco de sua atuação como deputado estadual, o silêncio brutal sobre essa fase de sua vida política frustrou as expectativas do pesquisador que esperava encontrar no texto as impressões pessoais do ex-governador sobre o período de sua chefia do executivo estadual. A explicação para tal condução por parte do autor surge na medida em que:

[...] os fatos passam por uma seleção permanente, pois não há outra forma para narrar uma vida a não ser *seleccionando o que nos parecer significativo*. Essa escolha (que um teórico chamou de 'faxina', pois é o descarte de um 'lixo' indesejado) já é uma certa forma de interpretação, ou seja, uma atribuição de sentido (BORGES, 2011, p. 220/221, grifos da autora).

Não obstante o político vai além e poda ainda mais as memórias que registra no livro, pois não cobre integralmente o que restava de sua vida política, a saber, os dois mandatos como senador, restringindo os registros apenas ao primeiro e mais especificamente a sua atuação perante a elaboração da Constituição de 1967. Os silêncios que, enquanto pesquisadores, como sabemos também precisam ser analisados e interpretados, nomeadamente na lida com as fontes para evitar o reflexo da antiga prática de que "[...] ao historiador caberia um silêncio respeitoso diante de suas fontes inquestionáveis, [quando, na verdade, é imperioso] o arbítrio total do historiador e a subjetividade absoluta da construção histórica" (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 22) e, além disso, "a sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de *aproveitar ausências e vazios*

com os quais ele depara em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-los" (BORGES, 2011, p. 221, grifos da autora).

Na introdução do livro, Eurico Rezende procura justificar a incomum situação, dando relevo a sua atuação como parlamentar: "desenvolvi intensa, extensa e vigilante atividade parlamentar e legislativa" (REZENDE, 1988, p. 17), ou seja, o que mereceu destaque do autor foi o que ele considerou como sendo a sua contribuição mais relevante em termos políticos, mas não apenas isso, pois ao não falar do seu governo está implícito a busca pelo esquecimento de um mandato que foi mal avaliado pelos capixabas. E acena o seu livro como sendo realmente a incontestada verdade através da imparcialidade e impessoalidade, pois diz que "nada foi romanceado, diminuído ou aumentado" (REZENDE, 1988, p. 19), além de registrar que o livro está laureado por ampla documentação², portanto, ao leitor restaria apenas a leitura atenta e passiva. Dessa maneira, o livro de memórias de Rezende é válido enquanto fonte para o estudo do passado desde que "[...] analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita" (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 24), além de ser preciso compreendê-lo enquanto forma de "buscar a autenticidade e a verdade da vida pelo registro de sua passagem e de seus fluxos" (SALIBA, 2011, p. 311).

O contexto de publicação do livro de memórias de Rezende também não pode passar despercebido, o livro foi lançado num momento de intenso trabalho da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Assim, Eurico Rezende explica a sua publicação:

Neste livro transparece momento relevante para a minha vida e o meu destino. [O livro] [...] se refere

² A documentação a que se refere Eurico Rezende é na maioria trechos das suas propostas de emendas constitucionais, além de alguns recortes de jornais e algumas cartas, mas que para ele assumem a face da prova inquestionável, ou seja, a verdade e não uma versão/registro possível dos fatos.

ao período relativo à elaboração da vigente Constituição compreendido entre 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967, embora, por vezes, teça comentários que ultrapassam esse espaço de tempo, para melhor compreensão das matérias, suas implicações e seus desdobramentos. Essa elasticidade conduz a assuntos genéricos no campo constitucional e político (REZENDE, 1988, p. 17/18).

Dessa maneira, Rezende faz um contraponto entre o que podemos chamar de político tradicional versus o político novo surgido com a Nova República, isto é, com o efetivo processo de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985 com o fim do Regime Militar (1964-1985), obviamente que ele demonstra que pertence ao grupo dos políticos tradicionais e não sinaliza que fosse preciso uma nova Constituição para o Brasil, sendo a de 1967, da qual participou da elaboração, suficiente para o país. Mas, os tempos mudaram e a realidade de 1967 não era a mesma que a de 1988. Esses fatores também são utilizados pelo autor como justificativa ao momento de publicação do livro, posto que:

A velocidade dos acontecimentos e o emocionalismo reinantes nestas duas últimas décadas [1970-1980], sem se falar nas frequentes distorções, criaram obstáculo a uma ótica mais penetrante, capaz de reverter conceitos e preconceitos quanto a fatos e seus personagens.

Por isso as revelações, que a prudência aconselhava fossem mantidas nos escaninhos do tempo, somente agora são postas diante da análise, sobretudo daqueles que, pela desinformação ou por colocações genéricas, não mediam ou avaliavam, convenientemente, a minha personalidade e conduta política, naqueles tempos de excepcionalidade (REZENDE, 1988, p. 19/20).

Além disso, o livro também figura como uma prestação de contas a opinião pública, justificado pelo fato de que legalmente

presidente, governadores e prefeitos prestam contas aos respectivos legislativos, logo os parlamentares devem obrigatoriamente prestar contas ao povo sobre a sua atuação durante o mandato. É interessante perceber que Eurico Rezende ao guiar as suas memórias para este campo isenta-se de no livro prestar contas sobre o seu governo por entender que o fez ao legislativo estadual quando chefiava o executivo, ou seja, a quem o devia quando no cargo, restando, portanto, apenas e tão somente, a prestação de contas enquanto parlamentar e legislador "[...] principalmente numa época em que tanto se fala em 'mudanças' e 'transparências'" (REZENDE, 1988, p. 20).

Ao longo do livro de memórias o autor traça um posicionamento de ambiguidade sobre o Regime Militar, por ele considerado como Revolução, pois ora registra o seu apoio ao movimento, mas também faz inúmeras ressalvas com relação aos desenvolvimentos do mesmo movimento. Escrevendo e publicando o seu livro num momento de grande criticidade da sociedade em relação aos militares, esperava-se que Eurico Rezende assumisse um posicionamento de total condenação aos mesmos, porém, isso não ocorre, em primeiro lugar porque o político demonstra não ter pretensões de disputar outras eleições e, portanto, não temer o julgamento dos eleitores e em segundo lugar porque condena ao longo do livro os políticos que inicialmente defenderam os militares na política e que voltaram atrás em sua opinião para se manterem na política evitando o julgamento dos eleitores e dissociando a sua imagem pessoal do Regime Militar, reitera, assim, o autor ser um dos raros políticos fiéis as suas ideias e ideais. Destarte, compreendemos o livro de memórias do político capixaba no esteio de que o documento não é apenas:

[...] um vestígio do passado, mas um produto do passado, ou seja, produzido por relações de força assimétricas, desiguais sempre, de um passado

agônico, irregular e contingente. [...] aguardando o acalanto da decifração, o fervor da leitura e a aventura da interpretação (SALIBA, 2011, p. 317/318).

Prosseguindo em sua narrativa memorial enquanto parlamentar Rezende computa as responsabilidades do Regime Militar ao governo federal, procurando isentar o Congresso Nacional, o qual ele integrava, na medida em que diz que:

[...] O sistema de exceção não foi administrado pelo Congresso Nacional [do qual ele, como senador, fazia parte]. A responsabilidade, exclusiva e dinâmica, era de quem tinha o comando Executivo da Nação, de modo concentrador. [...]. [Mas,] ratifico minha opinião integralmente favorável à Revolução, pois, diante do estado de coisas então reinante, sua eclosão correspondeu ao interesse nacional (REZENDE, 1988, p. 24).

Nesse sentido, percebemos a grande estratégia de Rezende, pois ao começar a registrar sua brilhante e profícua atuação parlamentar em detrimento da sua desgastante atuação governamental a sua intenção foi, naturalmente, deixar para a posteridade uma memória positiva, ou seja, calando-se sobre o governador e priorizando o parlamentar a impressão natural que ficaria ao leitor é a de que quem foi bom parlamentar deve ter sido, conseqüentemente, ótimo governador, por ter sido um grande político. Mas, evidentemente, que ao priorizar a sua atuação parlamentar a intenção era se desviar de sua atuação como governador, uma vez que no primeiro caso foi bem avaliado e no segundo não. Assim, Rezende trabalhou em seu livro na busca por gratidão e reconhecimento, se não por seu governo, mas por sua atuação parlamentar em favor do Espírito Santo, o que agiria de modo compensador, pois "delegado popular de um pequeno Estado, discricionado de força política ponderável, era necessário o

meu esforço pessoal para compensador tal deficiência de estrutura. Empenhei-me, ávida e profundamente" (REZENDE, 1988, p. 27).

Dessa maneira, Eurico Rezende demonstra que os capixabas devem-lhe reconhecimento, posto, sobretudo, a sua atuação na elaboração da Constituição Federal de 1967 quando "[...] estava diante de mim [senador Eurico Rezende] a oportunidade histórica de vincular-me e, comigo, o Espírito Santo, ao mais importante documento de um País" (REZENDE, 1988, p. 27). O senador capixaba havia assumido o cargo de vice-presidente da Comissão Constitucional Mista, para ele um cargo de alto relevo, que se sobrepôs ao de governador que assumiria posteriormente entre 1979 e 1983.

Não se pode deixar de reconhecer a expressividade numérica da atuação de Eurico Rezende com relação à Constituição de 1967, pois como consta no livro: *A Constituição do Brasil ao alcance de todos* (Paulo Sarasate)³, dos parlamentares que tiveram emendas aprovadas o senador capixaba foi o recordista com 34 dispositivos que passaram a compor a Carta Magna. Além disso, Rezende faz questão de registrar que "honra-me, também o reconhecimento de que entre as emendas aprovadas e de maior importância figuram as de minha autoria [...]. Ofereço esta conquista ao nobre povo capixaba, que me concedeu a honrosa oportunidade de representá-lo no Congresso Nacional" (REZENDE, 1988, p. 45/46). Ao mesmo tempo em que molda a imagem do político atuante e, portanto, útil, associa a essa imagem a figura do político devotado aos seus eleitores, ao seu povo e eternamente agradecido.

Sendo que Eurico Rezende registra que a fase política mais importante de sua vida foi a sua atuação como senador, nomeadamente na elaboração da Constituição de 1967, uma parte significativa de seu

³ SARASATE, Paulo. *A Constituição do Brasil ao alcance de todos*: história, doutrina, direito comparado e prática da Constituição Federal de 1967. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

livro de memórias é preenchida com os comentários referentes às suas emendas constitucionais, o próprio autor comenta brevemente 23 das 34 emendas aprovadas e uma reprovada, na busca pela demonstração da integralidade profícua do seu trabalho senatorial no Congresso, já que o placar não deixa dúvida de sua eficiência parlamentar.

Algumas emendas comentadas por Rezende merecem o destaque e a análise por pretenderem, de algum modo, refletir propriamente o caráter e atuação do político, registrando as suas qualidades e que marcaram a sua memória, numa delas diz:

Lembro-me das vigorosas pressões que os governadores do meu partido fizeram contra minha emenda [sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM], que lhes retirava das mãos um poderoso instrumento de manobra política. Mas venceram o bom senso e a isenção. [...]

A emenda tinha — e alcançou — o objetivo de institucionalizar o dever da Administração Federal de amparar os programas de atendimento regional, tarefa indispensável em nosso País, sabidamente possuidor de regiões desigualmente desenvolvidas, mas com potencial para, recebendo investimentos tecnicamente aplicados, chegar a um 'status' econômico harmônico ou, pelo menos, razoável (REZENDE, 1988, p. 48/49).

Esse tipo de descrição memorial gera ao leitor a imagem de um político honesto, combativo, destemido, fiel aos seus princípios e aos seus ideais e enfrentador no cumprimento do dever, além, é claro, de ser um político que não apenas os seus concidadãos, mas mesmo os brasileiros podem, e devem, se orgulhar de ter tido no Congresso Nacional. Isso ocorre, pois:

O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com

o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. [...]. Este facto tem necessariamente consequências no discurso produzido. Estes lugares estão *representados* nos processos discursivos em que estão postos em jogo (os lugares) estando lá rigorosamente *presentes*, mas transformados. Tanto a situação do locutor como a do destinatário afectam o discurso emitido de A para B (BARDIN, 2004, p. 214-215, grifos da autora).

Na busca pela consolidação dessa imagem Eurico Rezende ainda demonstra ao leitor que não foi submisso ao governo militar, como poderia parecer por sua ligação política ao mesmo, e que respondeu as pressões governamentais sobre as suas emendas, visto que "aduzi que, na qualidade de advogado, meu dever era cooperar, da melhor maneira possível, para termos uma Constituição, se não perfeita, pelo menos aproximada dessa qualidade" (REZENDE, 1988, p. 66).

Em seu livro de memórias, Rezende poderia ter registrado todas as emendas de sua autoria que foram aprovadas para a Constituição de 1967, havia espaço e páginas suficientes para tal feito, entretanto, justifica o autor que:

Outras emendas, de minha autoria, foram aprovadas. Mas reproduzi, apenas, quantas são bastantes para comprovar a dimensão da árdua e exitosa tarefa que realizei na elaboração constitucional, cumprindo o dever imposto pelas urnas do meu Estado. Não basta ao homem público ser parlamentar. Impõe-se-lhe, também, a obrigação de ser legislador. E para ter esta condição não é suficiente a 'palha das palavras', mas — isto sim — o 'grão dos fatos', que significa estudo, pesquisa e tenacidade, sobretudo quando se trata de representante de um Estado de escassa densidade política (REZENDE, 1988, p. 106).

A opção de Rezende por delimitar metodologicamente o seu livro, isto é, incluindo nele apenas a ilustração e os comentários das emendas que considerou como sendo as mais relevantes não foi feita apenas por esse fato. Também não é suficiente considerar que o autor optou por não tornar a leitura cansativa e preferiu inserir outros aspectos de sua carreira política ao invés de só se fixar na questão da proposição das emendas. O que não podemos perder de vista é que:

Qualquer análise documental não pode [...] ignorar o fato de que a História se tornara um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado, geralmente para agradarem a si próprios (SALIBA, 2011, p. 319).

Sendo assim, o senador capixaba reconhece a posição secundária do Estado do Espírito Santo na Federação Brasileira, mas que ele fez a parte dele na busca pela correção desse fator. Logo, Rezende demonstra que foi político exemplar e integral em suas funções parlamentares e legislativas e que fez a diferença por um Estado inexpressivo como o Espírito Santo. Nesse sentido, Rezende surge como representante de um político ideal, fiel ao povo e ao partido, íntegro e honesto, um tipo raro e em extinção com redemocratização, mas que por sua atuação no Congresso Nacional o povo capixaba o deveria entronizar e ser eternamente agradecido. Entretanto, "a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens" (LE GOFF, 2003, p. 477).

Feitas as devidas considerações sobre a sua carreira política de senador, Eurico Rezende passa a buscar em suas memórias pavimentar alguns trechos aleatórios, mas representativos, de sua vida de modo

a explicitar ao leitor a sua trajetória. Sobre os momentos iniciais de 1964, diz que "[...] nem a memória nem a consciência me acusavam de haver praticado qualquer ilicitude — patrimônio que deixo para a minha família, paraninfado pela coerência na minha carreira política e pela austeridade na vida pública" (REZENDE, 1988, p. 77). E demonstrando que sempre agiu corretamente, não apoiou, necessariamente, todos os atos do governo militar, acabando, por isso mesmo, tendo atritos com os integrantes do 3.º Batalhão de Caçadores⁴ por discordar de atos de abuso de poder e de ilegalidade cometidos naquele local e por seus integrantes, logo os militares "[...] passaram a investigar minha vida pregressa, tentando, em vão, encontrar base para vingar-se. [...]. Não me restou outra alternativa senão enfrentar a situação e considerar aqueles militares meus inimigos" (REZENDE, 1988, p. 76/78). Isso porque, segundo Rezende,

Minha fidelidade ao liberalismo e o meu respeito e solidariedade aos democratas não se manifestaram apenas na conduta que tive no curso dos governos revolucionários e, sobretudo, na elaboração constitucional de 1967. Estão registrados, quer em passado remoto, quer em época recente, antes de encerrar minha carreira eleitoral (REZENDE, 1988, p. 85).

Assim, fundamenta-se como democrático histórico lembrando que foi contra o Golpe do Estado Novo em 1937, quando tinha apenas 19 anos, era estudante e foi preso na ocasião. Apesar do silêncio de Rezende sobre sua atuação como deputado estadual e como governador do Espírito Santo, o autor se auto-credencia para analisar a situação política do Brasil no momento em que escrevia as suas memórias, com a autoridade de quem encerrava uma carreira po-

⁴ Localizado na cidade de Vila Velha, a partir de 1973 passou a se designar 38º Batalhão de Infantaria.

lítica ilibada. Inicialmente condena a troca de partido sem razão idônea, quando diz que "a 'debandada' começou, aliás com bastante ímpeto, na campanha presidencial de 1984/1985" (REZENDE, 1988, p. 121). E pôde concluir,

Com a consciência tranquila, ontem, como hoje, conferindo meu comportamento [...], a vida partidária brasileira não é séria. O carreirismo, a conveniência pessoal, o fisiologismo e a ingrati-dão têm sido a sua índole e a sua marca. E assim caminha o Brasil, onde a credibilidade dos políticos vai-se negativando celeremente, dando a aparência de uma regra geral e, com isso, envolvendo nessa enxurrada, injustamente, homens públicos dignos da delegação que receberam e que permanecem fiéis ao seu partido (REZENDE, 1988, p. 122/125).

Do discurso analítico de Rezende podemos apreender que a sua crítica foi feita com ele já estando fora da vida política, portanto, uma crítica a uma classe política que lhe é posterior, subtende-se que ele não fazia parte desse novo ramo de político quando era político. Além disso, Rezende desdenha, uma vez que, sem mandato demonstra que não participaria da política na Nova República, justamente pelos desvios negativos da política que acabam atingido aqueles que, como ele, foram infatigáveis homens públicos.

Eurico Rezende reconheceu em suas memórias que na sua geração havia políticos ruins, mas que sob o contexto da redemocratização na década de 1980 a situação acerca disso generalizou-se e diz que:

No atual momento brasileiro [década de 1980], estamos vivendo um fenômeno que atesta a falta de apreço à dignidade partidária e, consequentemente, à pureza do regime democrático. [...]. Vivemos a era, não da conquista limpa do apoio popular, porque — quase regra geral — não te-

mos mais eleição e, sim leilão eleitoral. [...]. Jamais deixei de denunciar o poder econômico em nosso cenário eleitoral (REZENDE, 1988, p. 128/137/139).

A ambiguidade de Rezende volta a aparecer quando fala das eleições, tendo afirmado e reafirmado ser democrata, o seu posicionamento com relação à chancela do povo aos seus representantes aparece de uma forma não convencional, isto é, ao se falar em democracia a associação ocorre simultaneamente com a eleição via sufrágio universal. Porém, o raciocínio de Eurico Rezende com relação a isso ficou registrado assim em suas memórias:

Devo reafirmar que sempre fui favorável à eleição direta, embora admita, em situações especiais, o sufrágio indireto. [...]

Em tese, tanto a opção direta como a indireta são democráticas. A segunda é solene e a primeira é festiva... (REZENDE, 1988, p. 141/142).

Essa dupla validação que Rezende oferece as eleições se justifica pelo fato de que o próprio foi eleito pelas duas vias, pois ao longo da maior parte de sua carreira política foi eleito pelo sufrágio universal, mas a sua eleição para governador do Espírito Santo ocorreu pelo sufrágio indireto, tendo sido eleito em 1978 pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, como ocorria desde 1966, o que, para ele, em nada altera o processo democrático da escolha dos representantes do povo, ou seja, o processo foi legítimo. Apesar de ter feito parte de ambos os sistemas de eleição, nos quais se elegeu, Rezende não se furta a condená-lo ao dizer que:

Não se pode falar em democracia plena num país sem se conhecer o seu mecanismo partidário de escolha de candidatos aos cargos eletivos.

O nosso [o brasileiro] sempre foi autoritário e, permanentemente, autoritário.

Seja-nos lícito sustentar a tese de que, no Brasil, a vontade popular não é soberana. É condicionada (REZENDE, 1988, p. 144).

A atuação do senador Eurico Rezende combativo e lutador volta a aparecer em suas memórias quando ele não deixa de registrar que foi "[...] dentre todos os membros do Congresso, o primeiro a articular, no seio do Governo, a decretação da anistia" (REZENDE, 1988, p. 188), que obviamente não conseguiu levar a diante, mas o registro mereceu destaque por parte do autor para ilustrar, mais uma vez, o senador que não era submisso e que não temia o governo militar na busca pela defesa dos direitos do povo brasileiro, ou seja, um elemento raro não apenas naquele momento, mas como em toda a História Política do Brasil. O problema é que "até os nossos dias 'história e memória' confundiram-se praticamente e a história parece ter-se desenvolvido 'sobre o modelo da rememoração, da *anamnese* e da memorização'" (LE GOFF, 2003, p. 474), portanto, registros como estes pretendiam a submissão do leitor, isto é, apenas o consumo daquilo que foi escrito pelo autor, a simples memorização e não a análise crítica, intencionalmente.

O político Eurico Rezende no decorrer do seu livro deixou bem claro que apoiou o Regime Militar, aceito por ele como Revolução, apesar de condenar certos atos e desvios do governo militar. Mostrando-se grato a esse governo Rezende transfere ao povo capixaba o dever de reconhecer e também ser grato ao Regime Militar pelas pretensas benesses alcanças pelo Espírito Santo sob esse governo, fazendo um balanço e chegando a conclusão de que se o mesmo foi positivo e negativo, a balança pendeu muito mais para o primeiro, devendo-se ignorar o segundo, impondo que:

Não se esqueça jamais da obra histórica, que resgatou o Brasil da deflagração de consequências imprevisíveis e representou o grande avanço do nosso desenvolvimento.

Particularmente o Espírito Santo tem deveres de gratidão para com o período administrativo iniciado em 2 de abril de 1964. [...] passamos realmente a pertencer à Federação, tratados em pé de igualdade com as demais Unidades congêneres. [...]. Por isso, fico com a maioria esmagadora dos seus acertos [do Regime Militar] e com a minoria inevitável dos seus erros (REZENDE, 1988, p. 215).

Encerrando o seu livro de memórias Eurico Rezende finaliza-o com um tom melancólico e pessimista ao dizer que "o que vale [...] é atentar para a gravíssima e letalizante crise que compõe a nossa amargura nas inquietações da atualidade nacional. Encaremos firmemente o seu porvir" (REZENDE, 1988, p. 215/216), mas, ao mesmo tempo aponta uma solução possível para os problemas: o seu retorno à política, isto é, dos políticos que ele categorizou como tradicionais ao parlamento e aos executivos municipais, estaduais e federal. De fato na eleição de 1994, Eurico Rezende candidatou-se ao cargo de senador pelo Espírito Santo, um cargo que já havia ocupado durante dois mandatos, mas o povo capixaba não mais o elegeu, este foi o último pleito que o político capixaba disputou e o primeiro em que não obteve o sucesso de ser eleito para o cargo que pretendia. Provavelmente o povo capixaba compreendeu que a grande contribuição política de Eurico Rezende já havia ocorrido, conforme ele mesmo fez questão de registrar e demonstrar em seu livro de memórias. Nesse sentido, a análise do livro de memórias nos permitiu "[...] compreender melhor a relação sujeito-objeto ao mostrar a importância da 'dominância subjetiva': *aceitar a subjetividade* não quer dizer submeter-se a um subjetivismo, mas perceber e aceitar que, por trás do discurso historiográfico, há um sujeito que o produz" (BORGES, 2011, p. 220, grifos da autora).

A produção de um livro de memórias não é uma ação sem objetivos, não é um ato sem intencionalidades, trata-se de uma produção

que reflete uma determinada personalidade, a mentalidade de uma sociedade e o reflexo de um contexto delimitado no tempo e no espaço, a sua importância, como a de qualquer outra fonte, reside na linha de permitir ao historiador ofertar uma interpretação adequada do passado a sociedade do presente, numa busca perene onde "documentos, alfarrábios e relíquias compõem santuários de diversos passados, fugas do presente, preservação da saudade e da esperança, teatro de memórias, dramatização de passados pessoais e coletivos e resgates do luto e da lembrança após a morte" (SALIBA, 2011, p. 325).

Considerações Finais

A fronteira que existe entre a História e a Memória é uma constante, a sua análise e interpretação precisa, necessariamente, ser realizada cuidadosamente. Nesse trabalho analisamos o livro de memórias escrito, no ano de 1988, pelo político capixaba Eurico Rezende como balanço de sua vida pública e encerramento de sua atividade política, que acabou não se concretizando naquele momento, pois anos depois ainda disputou o pleito para o Senado sendo, porém, pela primeira vez, não eleito pelo povo capixaba para o cargo que disputava e falecendo algum tempo depois, sem retornar, de fato, a política.

O registro da memória é seletivo assim como os fatos escolhidos para serem narrados num livro de memórias, pois o autor prioriza o que lhe enaltece e descarta o que lhe parece desnecessário registrar ou que possa vir causar constrangimento ou, como é mais comum, que faz-se necessário esquecer. No caso do livro de Eurico Rezende pudemos perceber o foco em sua carreira de senador e a tentativa de se esquecer do mandato de governador, uma vez que no primeiro caso teve uma atuação considerada relevante e no segundo foi detentor de péssima avaliação por parte dos capixabas.

Depois de analisarmos o livro de memórias de Eurico Rezende compreendemos que este político pertencia a um grupo que se considerava de políticos tradicionais e profissionais, um modelo de homens públicos que entrou em extinção com a redemocratização do Brasil com a chamada Nova República, sendo substituídos por políticos sem ética e moral e interessados apenas no desenvolvimento pessoal e sem qualquer compromisso com o povo. Assim, percebemos a construção de uma memória coletiva, onde Rezende e os políticos de sua geração deixavam a vida política à força, pois demandava-se a oxigenação da classe política por novas gerações, estes políticos, entretanto, saíam ressentidos e exigiam, através de biografias e memórias, o eterno agradecimento do povo brasileiro por seus feitos legislativos como forma de reconhecer as respectivas atuações parlamentares incomparáveis.

Referências Bibliográficas

FONTE

REZENDE, Eurico Vieira de. *Memórias*. Centro Gráfico do Senado Federal: Brasília, 1988.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandes e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. Contexto: São Paulo, 2011.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. Contexto: São Paulo, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Edunicamp, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: aventuras mo-

História e Memória: O Livro de Memórias do Senador Eurico Rezende (1963-1978), Entre o Documento, a Narrativa e a Biografia

dernas e pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. Contexto: São Paulo, 2011.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. *Augusto Guzzo – Revista Acadêmica*. N. 6. São Paulo: Faculdades Integradas Campos Salles, 2003.

A CRIAÇÃO DA CODES NO CONTEXTO DA CRISE DO CAFÉ: POR UMA REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA ESPÍRITO-SANTENSE

*Anaximandro Amorim**

Resumo: Este artigo tem por objetivo tratar da criação do Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A) no contexto da erradicação dos cafezais, no Espírito Santo, principalmente a segunda e última, nos anos 1966/67. Para isso, trata da instalação da Codes (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo), antiga denominação do Bandes; traça antecedentes históricos; indica matérias jornalísticas da época; e conclui que o Bandes foi criado para compensar as perdas com a erradicação dos cafezais.

Palavras-chaves: Bandes, Codes, erradicação dos cafezais.

1. O Plantio do Café no Espírito Santo

O Espírito Santo teve suas primeiras tentativas de povoamento com o início da colonização portuguesa. Os primeiros núcleos de colonização, adstritos ao litoral, eram baseados na agricultura de subsistência. Fatores diversos, tais como relevo acidentado, florestas densas e a hostilidade dos índios, dificultavam a interiorização dos colonizadores pelo território da antiga capitania, o que impediu por longos anos que a ocupação econômica da área se realizasse efetivamente. Os ciclos econômicos que predominaram no país durante a época colonial tiveram, assim, uma importância de pequeno destaque na terra capixaba (RELATÓRIO: 1970, p. 1/1). Além disso, as barreiras impostas pelo sistema colonial, cuja estrutura, de caráter unilateral, produziria uma conjuntura sempre favorável à metrópo-

* Graduado em Direito pela UFES, pós-graduado em Direito do Trabalho pela Escola da Magistratura do Trabalho (EMATRA - 17ª região). Membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

le, pela incapacidade do homem local, que jamais tivera oportunidade de gerir seu próprio negócio, contribuiu para agravar o atraso econômico do Espírito Santo (BITTENCOURT: 1985, p. 90).

O Vale do Rio Doce se apresentava como sendo o único meio natural por onde a colonização pudesse alcançar a *hinterlândia*:

Era lógico de se esperar que este fosse o caminho de escoamento do ouro retirado das minas gerais, o que sem dúvida deixaria um resultado positivo para a colonização da capitania. Todavia, a Coroa Portuguesa tinha interesse em manter inexplorada esta região, para que pudesse constituir-se em obstáculo natural ao desvio do ouro e à penetração de aventureiros na área aurífera. (RELATÓRIO: 1970, p. 1/1)

É esse o contexto que antecipa os primórdios da cultura cafeeira no Estado. De fato, é difícil reconstituir os primeiros passos da cafeicultura no Espírito Santo. Em 1811, já existia em pequena escala. Não devia ser considerável, já que a região era escassamente povoada e em atraso com relação às províncias vizinhas. Além disso, ressentia-se a economia da região, baseada no açúcar, da total dependência do Rio de Janeiro para exportação (BITTENCOURT: 1985, p. 75). E foi do Rio de Janeiro que os cafezais se irradiaram para o Espírito Santo.

Impedido de explorar seu próprio território, durante a fase colonial, o Espírito Santo, paradoxalmente, criara condições ideais para que, a partir da segunda metade do século XIX, houvesse a expansão da cafeicultura pelas terras virgens e desabitadas da província (BITTENCOURT: 1985, p. 76). Dessa forma, a cafeicultura passa a substituir os canaviais, tornando-se, progressivamente, a principal atividade absorvedora dos capitais disponíveis. Segundo alguns historiadores, o primeiro plantio foi realizado em Linhares, região norte do Estado (CAFEICULTURA: 2012). A atividade

cafeicultora não se traduziu nesse início em um novo padrão de desenvolvimento econômico, mas em uma substituição interna da cultura canavieira. A partir daí, o café foi conquistando, progressivamente, áreas antes cultivadas com cana-de-açúcar, reproduzindo toda a estrutura produtiva da cultura anterior, qual seja o regime escravocrata e a grande propriedade monocultora.

Conseqüentemente, a expansão da cafeicultura em nosso Estado foi tamanha que, apenas entre 1852 e 1862, a exportação deste produto passou de 95.053 arrobas para 223.442 arrobas. No mesmo período, a exportação de açúcar caiu de 117.021 arrobas para 30.053 arrobas (CAFEICULTURA: 2012). Com o tempo, a cafeicultura se implantou vigorosamente no Espírito Santo, onde prevaleciam terras mais baratas, em sua maior parte ainda devolutas, e com florestas de difícil penetração.

A cultura do café repetiu, no Espírito Santo, o que tinha induzido em outras regiões por onde passou: geração de excedentes econômicos que possibilitavam o investimento em outros setores da economia como ferrovias, estradas, navegação, bem como a fixação de numerosos núcleos de imigrantes (CAFEICULTURA: 2012). Nesse contexto, destaca-se o governo de Francisco Alberto Rubim (1812-1819), que ficaria marcado por sua grande operosidade. Além da concretização da tão esperada estrada para Minas Gerais, e da instalação da Colônia de Viana, em 1813, foi em seu governo que se recomendou a substituição, pelo café, das mamonas dos quintais de Vitória (BITTENCOURT: 1985, p. 75).

A infraestrutura capixaba, no entanto, se apresentava completamente deficiente face a essa nova dinâmica, proveniente da cafeicultura. Como quase todas as unidades agrícolas produtivas estavam situadas às margens dos rios, praticamente as únicas vias de penetração, sobressaíam canoas e, no máximo, lanchas, como veículos de transporte. (BITTENCOURT: 1985, p.76). Assim, o

café foi decisivo para a modificação deste panorama e, apesar de sua incidência no Espírito Santo desde os primeiros anos do século XIX, ele só ganharia importância a partir de sua propagação para o norte, onde os cafeicultores encontrariam uma região praticamente intocada ao cultivo, com a presença, apenas, de uma pequena agricultura de subsistência:

No Espírito Santo, na medida em que o café dilatava sua fronteira agrícola, monopolizava também a área ocupada pela cana que, por sua vez, terminava, praticamente, por ceder todo seu espaço. Surgira uma verdadeira "febre" de plantar café. Até os pequenos lavradores abandonaram as culturas, ocasionando uma alta considerável dos gêneros alimentícios. Face à conjuntura econômica, não só o Espírito Santo apresentava condições apropriadas à lavoura de café, estimulado pela demanda internacional, como a crise nacional de mão de obra contribuía para sua implantação em substituição à cana e outras culturas que não conseguiam arcar com os custos da produção. Destarte, os cafezais aumentaram continuamente na região capixaba, chegando a atingir até mesmo São Mateus, no extremo norte da província fazendas produziam cerca de trinta mil arrobas de café por ano, embora o sul apresentasse as melhores perspectivas à produção (BITTENCOURT: 1985, p. 77).

1.1. A Pujança da Era Cafeeira na Economia Capixaba

A pujança do café se viu nitidamente no aparelhamento da capital. De fato, desde 1878, Vitória passou a contar com iluminação a gás, além de telégrafo elétrico (BITTENCOURT: 1985, p. 89). Tal pode ser constatada graças ao superávit do café, em uma série histórica:

A receita provincial, deficitária, que em 1824 não passava de 46:231R\$852, alcançou a RS 1:963\$767 em 1869, subindo a 235:099\$661, no ano seguinte; chegando quase a atingir a casa dos dois mil contos de réis em 1878 (1.804:827\$535). Sem dúvida, em tudo isso havia a participação ativa do café. A produção agrícola da província no período 1881/82 seria avaliada em 3.854:070\$517, e a safra de 1885/86, 5.127.818\$499, valores muito superiores, por exemplo, aos de algumas províncias não cafeeiras como a do Amazonas e a do Piauí: 277:169\$225 e 14.566\$427, respectivamente. (BITTENCOURT: 1985, p. 78)

Destarte salientar que da quase total ausência de infraestrutura viária e urbana, a província chega à República contando com inúmeras estradas que a cortavam em várias direções, inclusive interligando os núcleos de colonização europeia (BITTENCOURT: 1985, p. 89), importantes no cultivo da planta. Percebe-se, assim, que houve um formidável crescimento material no Espírito Santo, no fim do período provincial, proporcionado pelo café.

1.2. As Crises Econômicas e o Impacto na Dinâmica Cafeeira

Com o início da República, o Brasil enfrentou uma crise de superprodução de café o que, por conseguinte, fazia com que os cafeicultores brasileiros enfrentassem uma grave crise em relação ao preço de seu produto. A cotação do café no mercado mundial caía vertiginosamente, custando o equivalente a quatro vezes menos que o praticado pelos produtores. Vigorava o sistema político do "Café com Leite" e os cafeicultores, preocupados com o excedente da produção e ligados ao Governo Federal, pressionaram para garantir seus lucros.

Frente a tal situação, o governo brasileiro resolveu se articular e criar medidas para que pudessem valorizar o preço do café no mer-

cado mundial. Assim, Jorge Tibiriçá, Francisco Sales e Nilo Peçanha, governadores respectivamente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se reuniram na cidade de Taubaté, interior de São Paulo, em fevereiro de 1906 para firmar um acordo de valorização do produto. O presidente então era Rodrigues Alves, a quem estava condicionada a aprovação do acordo assinado entre os governadores no dia 26 de fevereiro (GASPARETTO: 2012). Segundo o que ficou estabelecido no chamado Convênio de Taubaté, o governo brasileiro compraria o excedente da produção de café para que a quantidade disponível no mercado fosse suficiente para garantir o preço do produto, e a usar os estoques como instrumento para controle das quedas e oscilações nos preços dos produtos (origem do estoque regulador), além de impedir novos plantios. Isto garantia o lucro dos cafeicultores, que mesmo no momento de crise continuaram produzindo em larga escala (BITTENCOURT: 1985, p.18).

O Convênio de Taubaté representou a primeira intervenção oficial em defesa do café (BITTENCOURT: 1985, p.19). Nos anos seguintes, o Governo Federal tomou iniciativas no mesmo sentido: as primeiras intervenções ocorreram nos governos de Epitácio Pessoa (1919–1922) e Arthur Bernardes (1922–1926), firmando-se depois como uma política oficial de valorização permanente do produto. E apenas depois de 1930 foram criados os organismos federais para o setor. Naquele ano surgiu o Conselho Federal do Café e, em 1923, o Departamento Nacional do Café (DNC), de portas abertas até 1946. Durante todo o período, a ação federal visava a expandir as exportações, erradicar algumas áreas de cafezais e eliminar excedentes de produção que eram comprados e, se necessário, incinerados, para manter os preços. Entre 1931 e 1940 foram queimadas 71 milhões de sacas, suficientes para atender ao consumo mundial da época por três anos (BITTENCOURT: 1985, p.19).

A medida foi adotada pelo governo brasileiro e criou novos problemas. Para garantir a compra do produto o Estado brasileiro

precisou contrair vários empréstimos para dar conta da aquisição do produto até 1924, quando foi criado o Instituto do Café de São Paulo que realizava a aquisição de forma indireta. Além disso, a execução de tal política fez com que se estendesse uma cultura econômica baseada em um único produto na pauta de exportação.

O Convênio de Taubaté fez com que o ciclo cafeeiro resistisse até a crise de 1929, quando o *crack* da Bolsa de Nova Iorque fez despencar o preço internacional do produto. Em 1930, o preço da saca valia pouco mais da metade de seu valor de 1928. Em 1931, desceu a cerca de 40%, permanecendo nesses níveis durante muitos anos. Só em 1947, após o término da II Guerra Mundial, é que os preços voltariam aos níveis de 19 anos antes (BITTENCOURT: 1985, p. 18). A produção brasileira atingira então 20 milhões de sacas de 60 quilos em 1906-1907, e as exportações foram de 130 milhões de sacas entre 1901 e 1910. Contudo, a queda vertical dos preços (que despencaram de 252 libras-ouro/saca entre 1891 e 1900, para 187 libras-ouro/saca na década seguinte), fez minguaarem receitas obtidas com as exportações, que desceram de 4,6 milhões de contos de réis, de 1891 a 1900, para 4,1 milhões na década seguinte (BITTENCOURT: 1985, p. 18).

O Governo Federal deixou de intervir no mercado a partir de 1946, com o fechamento do DNC. Entretanto, uma nova crise mundial levou à criação, em 1952, do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com a determinação de reassumir o controle sobre a produção. Mais tarde, após uma crise mundial de superprodução, em 1957, os países produtores e os grandes consumidores criaram o "Acordo Internacional do Café" (1962), que estabeleceu cotas de exportação para os países membros (BITTENCOURT: 1985, p. 19). Desde 1950, a importância do café para a economia brasileira, tem decrescido sensivelmente. Uma das consequências da crise mundial de 1957 foi o início da produção do café solúvel. A participação do café, nas exportações nacionais diminuiu, em meados dos anos 1970.

1.3. A Economia Espírito-Santense e a Crise do Café

A fragilidade da estrutura econômica brasileira, caracterizada pela monocultura de exportação de produtos tropicais, evidenciava-se sensivelmente ao sabor do mercado internacional, quando o café chegava a apresentar 94,33% das exportações capixabas no período (BITTENCOURT: 1985, p. 116). Nos últimos anos do século XIX, o período de 1895 a 1899 fora de longos recursos. O preço do café ocasionou o aumento da produção, mas o produto já apresentava os primeiros sinais de desgaste. Assim, havia a necessidade de modificação da base agrícola, uma vez que as técnicas improdutivas, a carência de braços e capitais, geravam uma produção de baixa qualidade, sobretudo no Espírito Santo, agravando ainda mais a situação.

A cultura do café tendia a ser desestimulada pelos governantes estaduais, salvo nas zonas férteis e de facilidade e baixo custo de transporte. Em face ao problema, a atenção dos novos governos republicanos vai procurar fixar-se também em outros setores, visando a diversificação econômica. No Espírito Santo, porém, o café continua sendo o principal produto econômico, ainda que haja registros de uma tentativa de diversificação econômica. Assim, por exemplo, em 1909, a atividade madeireira é que parece ter sido incrementada, atingindo o resultado da "exportação", neste ano, a 93:783\$871, e no ano seguinte 110:633\$055 (BITTENCOURT: 1985, p. 116/7).

A crise da cafeicultura dos anos 1930, posterior ao *crack* da Bolsa de Nova York, trouxe à tona a fragilidade da economia estadual e, a partir daí, começaram a ser pensadas políticas visando a diversificação produtiva. No entanto, o desempenho da cafeicultura brasileira e capixaba apresentou uma tendência ao crescimento da produção entre 1938 e 1968. Até meados da década de 50, a produção de café mantém-se estabilizada no patamar de 1,7 milhão de sacas de 60 kg. Dois fatos favorecem uma intensificação no plantio

capixaba e nacional nessa década: entre 1950 e 1954 houve preços compensadores em função da elevação dos preços internacionais e entre 1954 e 1957 tem lugar uma política cambial de desvalorização da moeda nacional que aumentou a remuneração dos produtores, provocando aumento da produção nacional e estadual (CAFEICULTURA: 2012).

Porém, os anos 1960 se mostraram dramáticos para a cafeicultura, pois, por um lado, aprofunda-se a crise do café, com preços declinantes e, por outro, a debilidade do setor industrial e das demais atividades urbanas, incapazes de suplantar a queda da atividade econômica advinda da crise cafeeira, configurando, no caso espírito-santense uma situação sem precedentes na história. No período de 10 anos (1958-1968), a produção anual capixaba decresce cerca de um milhão de sacas (CAFEICULTURA: 2012).

Segundo dados do período, ao todo, até 1966, foram erradicados 167.000 ha de cafezais, significando um total de 45% do café existente em 1966. Isso acarretou a liberação de 50.000 empregos rurais e conseqüentemente marginalização de 150.000 habitantes rurais (16% de mão de obra agrícola no Estado), além de uma redução da safra de café em 336.000 sacas beneficiadas (22% da média do período 1964/1967), gerando um decréscimo de NCr\$ 38.568.580,00, a preço de 1967, da renda do café para o produtor primário (17,7% do produto agrícola estimado para 1967) (RELATÓRIO: 1970, p. 1/5)

Em 1962, o plano elaborado pelo GERCA — Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — instituído por autoridades governamentais do Instituto Brasileiro do Café (IBC), é posto em prática, prevendo uma erradicação dos cafezais situados fora do zoneamento agrícola (regiões inaptas para o café) e que representassem produtividade inferior a 6 sacas beneficiadas/1.000 pés, considerada antieconômica. Tal política teve maior impacto no Estado

do Espírito Santo, provocando uma profunda crise social, devido, principalmente, ao problema do desemprego no setor agrícola, provocando o êxodo de famílias para as cidades. Assim:

Dentro deste quadro era lógico esperar uma crescente perda de dinamismo da economia espírito-santense ao longo do tempo. A rentabilidade da cafeicultura, por outro lado, tendia sempre a um menor nível devido ao esgotamento constante dos solos e ao atingimento das últimas reservas de novas fronteiras agrícolas, para onde os cafezais pudessem ainda se expandir em terras virgens de produtividade maior. A orientação da política do IBC, nos anos mais recentes, entretanto, com a intensificação das restrições impostas aos cafés de tipo inferior (predominantes no Espírito Santo) e, principalmente, o programa de erradicação de lavouras levado a efeito pelo GERCA em sua segunda fase no período 1966/1967, trouxe a precipitação da crise que irrompeu de modo catastrófico a economia regional (RELATÓRIO: 1970, p. 1/5).

Alarmados, as autoridades do Governo Estadual e o empresariado em geral, passaram a pressionar os órgãos Federais para um acordo entre o Governo Estadual e IBC, de auxílio à retomada da atividade econômica estadual. É nesse contexto que nasce a CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A).

2. A Criação da CODES

2.1. Antecedentes Históricos

A CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A) começou a ser pensada ainda no Governo Rubens Rangel, mas

com a colaboração do governador eleito Christiano Dias Lopes Filho, no final do ano de 1966. Ela tem sua origem na confluência de duas iniciativas, explicitadas em estudos da época, quais sejam, "O Programa de Diversificação no Espírito Santo", elaborado pelo IBC/DAC em novembro de 1966 e "Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo", elaborado para a FIES na mesma época. A iniciativa do IBC concretizou-se em 21 de dezembro de 1966, com a assinatura do ACORDO IBC/GERCA — Governo do Espírito Santo, objetivando, segundo cláusula terceira do documento, a "estruturação de uma entidade autônoma que se incumbisse da coordenação e financiamento de Projetos de Desenvolvimento e para a construção de um Fundo de Desenvolvimento" (RELATÓRIO: 1970, pp. 2/1 – 2/2).

Em 20 de janeiro de 1967, foi enviada pelo então recém empossado governador, à Assembleia Legislativa, uma mensagem propugnando pelo projeto da criação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, com o capital inicial de NCr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) (FILHO: 1968, p. 22/23), com o objetivo prioritário de criar novas fontes de renda nas áreas de diversificação agrícola em que incidira a erradicação do café e, concomitantemente, desenvolver a industrialização dos setores primário e secundário, mediante projetos, fomento e financiamento da iniciativa privada. O clima era de muita expectativa, como se pode auferir pela crônica da época:

O insatisfatório desenvolvimento regional levou o Govêrno (sic) ora empossado, logo após eleito, a uma série de estudos sôbre (sic) a fórmula a ser adotada para impulsionar o progresso do Estado, de molde a colocar a altura das nossas necessidades, acompanhando, quando nada, o crescimento vegetativo da população, fornecendo, mutuamente, mais alimentos, mercado e trabalho e possibilidades, também, de expansão.

A análise então efetuada constatou que a renda per capita do Espírito Santo, entre os quinquênios (sic) 51-55 e 61-65, se manteve estagnada e mesmo declinante a despeito da produção cafeeira ter-se mantido dentro de níveis anteriormente registrados e até ter experimentado um certo crescimento.

A preponderância do café na economia estadual e o fato de não experimentar ela um crescimento necessário nos anos de estabilidade da economia cafeeira leva qualquer um à conclusão de que agora, com a erradicação, a economia regional tende a se deteriorar com a ocorrência de fenômenos sérios, decorrentes da liberação da mão-de-obra rural tradicionalmente voltada para a agricultura.

(...)

Reveste-se assim de excepcional importância para o futuro do Espírito Santo a criação da CODES (...) e o incremento das atividades desenvolvimentistas que se fundam, inicialmente, em órgão de efetiva capacidade de estímulo ao crescimento regional, de que antes não dispunha o Governo (sic). O ato do Governador Christiano Dias Lopes é assim a consequência (sic) natural do trabalho de preparação a que se entregam, dando ao Espírito Santo real possibilidade de avanço econômico e social (A GAZETA: 1967, p. 1/2).

A Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), criada pela Lei 2.279, começou a funcionar em 20 de fevereiro de 1967. Passando à condição de agente financeiro do IBC/GERCA, a CODES ficou incumbida de promover a aplicação de recursos destinados a substituir a cultura cafeeira por outras, no Estado, dentro de um plano de diversificação agrícola, previamente estabelecido para o exercício de 1967, com os recursos de 11 bilhões de cruzeiros. O Estado detinha o controle acionário pela subscrição mínima de 51% das ações. Até outubro daquele ano, a CODES viu aumentar 8

vezes o seu capital inicial, fazendo com que o Governo do Estado aumentasse a sua participação acionária, até NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos). Naquele 1967, o Governador enviou à Assembleia Legislativa a Mensagem 2.149, que foi convertida na Lei 2.320, de 26 de dezembro (FILHO: 1968, p. 23).

2.2. A Criação da CODES

A 1.º de fevereiro de 1967 foi sancionada a Lei Estadual nº 2.279, autorizando a criação da CODES, e a 20 de fevereiro lavrou-se a escritura pública de sua constituição, arquivada a 16 de março na Junta Comercial, sob o número 19.633. O parágrafo único do art. 12 da Lei 2.279 e o inciso IV da Escritura atribuíram à Diretoria Executiva a administração da CODES em caráter provisório, até o dia 21 de junho de 1967 (CODES: 1967, anexo p. 10), contando com Carlos Arthur Gehardt Santos como seu primeiro presidente.

A primeira tarefa a que se dedicou a Diretoria do ACORDO foi abrir concorrência, proceder ao julgamento e contratar firma especializada para a estruturação e implantação da CODES, como se auffle da crônica da época:

Dentro de alguns dias, a firma contratada para proceder à organização da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, fará a entrega do seu trabalho, já em fase de conclusão após estudos preliminares. Paralelamente já está iniciado o estudo de melhoria das condições da agricultura espírito-santense, contatado pela CODES, de acôrdo (sic) com informações do engenheiro Arthur Carlos Gerardt Santos, Diretor-Presidente do órgão. (O DIÁRIO: 1967, p. 1)

A firma contratada foi a SPL Serviços de Planejamento Engenheiros e Economistas Associados, que elaborou um documento em dois tomos chamado "Estrutura e Implantação", traçando as principais diretrizes da futura companhia. Nessa fase inicial, foi realizado concurso público para admissão nos quadros da companhia, tanto de nível médio quanto superior:

Encerraram-se anteontem as inscrições para ingresso de funcionários na Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo, segundo informação concedida por porta-vozes daquele órgão. As mesmas fontes informaram que cêrca (sic) de 40 pessoas inscreveram-se para as funções administrativas, enquanto 80 deram seus nomes para pleitear as funções de nível superior. Os candidatos serão agora submetidos a testes vocacionais, de conhecimentos gerais e a entrevistas pessoais, que variarão de acôrdo (sic) com as funções para as quais estejam inscritos. A triagem de (...) será realizada em datas que serão oportunamente anunciadas pela direção da Companhia. (...) (O DIÁRIO: 1967, p.1)

A primeira diretoria (definitiva) da CODES contou com os seguintes nomes: Carlos Arthur Gehardt Santos (Diretor Executivo); Lélío Rodrigues (Diretor Técnico) e Haroldo Brunow Fontecelle da Silveira (Diretor Financeiro). Curioso notar que Arthur Gehardt não foi, em princípio, o primeiro nome pensado pelo então Governador Christiano Dias Lopes Filho, como se depreende dos jornais da época:

GOVÊRNO (SIC) FORMA EQUIPE...
(CONCLUSÃO DA 1a. PÁG.)

oferecerão em Palácio uma recepção as pessoas de sua relação.

(...)

OUTROS CARGOS

(...)

CODEES (sic) (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo) – Sr. Jones dos Santos Neves. (A TRIBUNA: 1967, p.1, grifo nosso)

O capital da Companhia, fixado inicialmente em NCr\$ 500.000,00 sofreu ampliações sucessivas até o último aumento para NCr\$ 15.000.000,00 como preparação para a sua transformação em Banco de Desenvolvimento. Destaque-se aqui o esforço do Governo Estadual que, a despeito da crise financeira que atravessa, subscreveu quase a totalidade desse capital (RELATÓRIO: 1970, p. 2/1, 2/2).

A Companhia nasceu da premente necessidade de dotar o Estado de um instrumento capaz de planejar e de coordenar a mobilização e a aplicação de recursos locais, nacionais e externos, visando à aceleração de seu processo de desenvolvimento econômico. Segundo o próprio Governador Christiano Dias Lopes Filho, em discurso de instalação da CODES:

(...) Reconhecemos que chegamos um pouco atrasados na montagem dessa estrutura porque, talvez, o Espírito Santo se não é o último, é um dos últimos estados do país que colocam seu esquema de esforços para o desenvolvimento sobre (sic) o controle (sic) incomum de orientação de um órgão especializado.

Paraná, Goiás, Alagoas, Sergipe, Ceará, alcançaram nesses últimos quatro anos — experimentaram nesses últimos quatro anos — um surto de desenvolvimento, porque passaram, entregaram ao comando de uma companhia nos moldes da que estamos instalando hoje toda (sic) a programação, orientação e a ordenação de seu esforço (sic) desenvolvimentista.

O Espírito Santo não podia continuar no sistema

de improvisações. O nosso mundo empresarial precisava mudar a maneira de enfrentar seus próprios problemas e de dialogar com o Poder Público, em termos (sic) de incentivos para nossas empresas (sic). Mas não, não tinham a condição para este diálogo, porque o Estado nada tinha para lhes dar, se não benefícios fiscais e incentivos de pequena monta. (A GAZETA: 1967, p. 3)

Na concepção geral da estrutura da CODES, previu-se a criação de empresas subsidiárias que viessem complementar sua ação uma vez que uma Companhia de Desenvolvimento, pelo fato de possuir maior flexibilidade e campo de ação que ultrapassasse os limites de uma instituição financeira, não poderia se enquadrar no regime das companhias de crédito e financiamento. Entre suas operações, contavam-se atividades não financeiras, aplicações não resgatáveis e operações outras, peculiares a instituições de fomento, que se chocavam com as normas e a sistemática instituída pelo Banco Central.

Assim, cuidou-se de se instituir a CODES-CRED – Crédito, Financiamento e Investimentos S/A, para atuar no setor financeiro, devidamente ajustada às normas da legislação específica do BACEN à época. Constituída em outubro de 1967 por escritura pública lavrada em 24/10/67, com capital de NCr\$ 500.000,00, elevado, um ano depois, para NCr\$ 1.000.000,00, com participação acionária do Banco do Estado do Espírito Santo S/A, a CODES-CRED foi regularizada em dezembro, com a obtenção da Carta Patente A Carta Patente, de n.º A 67/3.605, de 07/12/67. Ela tinha por finalidade primordial se valer de todos os mecanismos possíveis da lei de mercado de capitais e dos incentivos fiscais, para reter recursos no Espírito Santo (FILHO: 1968, pp. 22/23).

À CODES-CRED coube uma larga faixa de atuação, em operações de crédito direto ao consumidor com recursos captados pela colocação de Letras de Câmbio, compra e venda de ações e repasse de recursos de

entidades financiadoras como BNDE ou BNH e fundos especiais de financiamento (FINAME, FUNDECE, FIPEME, REINVEST e outros). A criação da CODES-CRED representou, para o sistema financeiro estadual, um importante avanço, propiciando, mediante a colocação de letras de câmbio, a captação e retenção de poupanças locais, em favor da aplicação em atividades de interesse do Estado.

3. O Triênio da CODES e o Café para a Economia Capixaba

3.1. A Tentativa de Diversificar o Setor Agrícola

Em 1960, a agropecuária representava 42% do PIB do Espírito Santo, a indústria 5% e o setor de serviços 53%. O efeito devastador da erradicação já pode ser sentido em 1970, quando a participação da agricultura passou para 21%, a indústria para 13% e os serviços para 66%. Em 1980, 15%, 36% e 49%, respectivamente (CARDOSO: 2011, p. 9).

No biênio 1966/67, portanto, época de criação da CODES, os efeitos da erradicação do período podiam se traduzir nos seguintes números: erradicação de 167.000 ha (45% da área total de café existente em 1966); liberação de 50.000 empregos e consequente marginalização de 150.000 habitantes rurais (20% da mão de obra agrícola do Estado em 1966); redução da safra de café em 336.000 sacas beneficiadas (22% da média do período 64/67); decréscimo de NCr\$ 38.568.580,00, a preços de 1967, da renda do café para o produtor primário (16,9% do PBA apurado para 1967) (ESPÍRITO SANTO: 1969, p.1)

Para compensar a economia agrícola do Espírito Santo desses prejuízos, foi elaborado, pelos estudiosos da CODES, um "Plano de Diversificação da Agricultura", que consistia em buscar alternativas

outras que o café, sem se descuidar do setor primário. O plano propunha, graças ao estímulo do crédito e da garantia de compra, as seguintes metas de produção e recuperação de emprego de fatores e de renda, ainda para o ano de 1967:

Culturas	1.000 ha	Toneladas	Emprego	Valor (NCR\$ 1.000,00)
Arroz	46,8	70.182	18.715	12.819,60
Feijão	73,7	36.855	12.285	15.208,60
Batata	5,0	35.000	2.500	3.600,00
Cebola	2,0	12.000	1.000	7.000,00
Alho	1,0	5.000	500	6.000,00
TOTAL	128,5	159.037	35.000	44.628,20

(Fonte: ESPÍRITO SANTO. PLANO DE DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – SÍNTESE. Vitória/ES, setembro de 1969, página 2).

O financiamento ao Plano de Diversificação, atingiu, em três anos (1967 a 1969, ou seja, triênio de funcionamento da CODES), os seguintes montantes (em preços de 1967):

Áreas de aplicação	NCR\$ 1.000,00
Pré-investimentos	3.195,90
Inversões em Infraestrutura	8.200,00
Despesas de custeio	3.600,00
Dispêndio total (3 anos)	14.995,90
Transferências financeiras (giro anual)	64.220,20
TOTAL	44.628,20

(Fonte: ESPÍRITO SANTO. PLANO DE DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – SÍNTESE. Vitória/ES, setembro de 1969, página 2).

Outrossim, a despeito da erradicação do biênio 1966/67, pelo IBC/GERCA, o Governo Estadual não se limitou apenas ao Plano de Diversificação como alternativa de recuperação da economia agrícola do Espírito Santo. Outros programas, estudos e projetos foram conduzidos, tais como:

A – Programa de Desenvolvimento de Pecuária de Corte nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Es-

pírito Santo submetido ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e contratado em 06/69 com o Banco Central, representando uma aplicação, em 3 anos [1969 a 1971], de US\$ 5.000,00 nos municípios do Norte do Estado. Embora significando aumento de renda, esse programa (...) [teve] efeitos negativos sobre o nível de emprego rural.

B – Plano de Renovação da Cafeicultura do IBC/GERCA desde 01/68, objetivando o plantio de 50.000 ha de café em 3 anos [1969 a 1971] e pleiteando uma dotação de NCr\$ 5 milhões e um financiamento de NCr\$ 50 milhões, com 5 anos de carência e 10 de amortização (...).

C – Difusão de Silvicultura nas propriedades rurais: graças aos empreendimentos de larga escala da Aracruz Florestal S/A e da DOCEMADE, acrescidos das iniciativas decorrentes da Lei n.º 5.106 e da Portaria nº 201 do IBDF, (...) [com] um ritmo anual de 8.000 ha reflorestados. Essa escala já (...) [viabilizou] a implantação no Estado de uma indústria de celulose de mais de 1.000t/dia (...).

D – Difusão da Fruticultura no Estado (sobretudo banana, abacaxi, citrus e fruteiras de clima temperado) (...). Consideradas as condições topográficas do Estado, a fruticultura (...) [representava], junto com o café e o reflorestamento, uma solução agrícola mais adequada, embora de prazo de maturação bem superior ao do Plano de Diversificação.

E – Recuperação e colonização da área de Surucacá: (...) [dispunha] o Estado, no litoral dos municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus, de uma extensão de 180.000 ha de terras planas e de alta fertilidade, embora inundadas. Em articulação com o IBRA, DNOS e CVRD, o Governo do Estado, (...) [propôs-se] recuperar a área em etapas sucessivas, para nela concentrar em caráter permanente as culturas temporárias que o Plano de Diversificação pretende dinamizar. (ESPÍRITO SANTO: 1969, pp. 3/4)

A lei 5.106 de 2 de setembro de 1966 (que facultava aos contribuintes do Imposto de Renda deduzirem, de até 50% do imposto devido, as importâncias aplicadas em reflorestamento), e a Portaria 784 de 24 de janeiro de 1969 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (que tornava obrigatório o plantio de novas essências florestais às empresas que utilizassem a madeira como matéria prima), foram os instrumentos que possibilitaram o desenvolvimento das atividades no Estado. Já como BANDES, a instituição abriria, em 1970, uma linha de financiamento para antecipação de despesas em reflorestamento naquele ano, com vistas à dedução prevista na Lei 5.106, para incentivar a atividade no Espírito Santo e fixar o máximo possível de incentivos fiscais em favor do Estado em complemento aos estímulos criados pelo FUNRES (DL 880/69) (RELATÓRIO: 1970, p. 1/15).

Ainda na época da CODES, foi lançado um "Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte", que abrangia áreas contíguas dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, beneficiando extensa área do Espírito Santo, compreendendo cerca de 20 municípios, incluindo toda a Zona Norte, Serra dos Aimorés (à época, região contestada entre Minas Gerais e Espírito Santo), Baixo Rio Doce e parte das zonas serranas e centro de Vitória. O programa previa a aplicação de NCr\$ 23.000.000,00 no Espírito Santo, incentivando a atividade criatória para minimizar os efeitos acarretados pela erradicação de café (RELATÓRIO: 1970, p. 1/15).

3.2. A Transformação da CODES em BANDES

A criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES) em substituição à CODES se deu pela Lei Estadual n.º 2.413 de 20/06/69. A partir da concessão pelo Banco Central da Car-

ta Patente I – 333, de 11/12/69, o BANDES teve seu funcionamento autorizado passando a substituir definitivamente a CODES, o que ensejou um aumento de capital de até Cr\$ 15.000.000,00, como providência preliminar à sua adaptação à nova instituição financeira. A necessidade de se criar no Espírito Santo uma instituição financeira especializada voltada para os problemas do desenvolvimento capixaba, e o atendimento à Resolução n.º 93 de 26/08/68 do Banco Central que recomendou a transformação das Companhias de Desenvolvimento em Bancos Especializados, motivaram tal transformação (RELATÓRIO: 1970, p. 2/3).

4. Conclusão

Do exposto, nota-se que o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) nasceu num contexto de aguda crise econômica, além de ser criado como mecanismo para solucionar essa mesma crise, motivo que fortaleceu e solidificou a instituição como uma referência no panorama econômico capixaba.

Referências Bibliográficas

- BANDES. *Plano de Ação 1975/1979*. Vitória, agosto de 1975.
- BANDES. *Relatório 3 anos da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo*. Vitória, 1970.
- BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- BITTENCOURT, Gabriel. *Indústria: A modernização do Espírito Santo*. 1.ª edição. Prefeitura Municipal de Vitória, 2011,
- CARDOSO, Gilson Domingues. *BANDES 1967/2011: uma odisseia especial*. Vitória, abril de 2011.

CODES. *Estruturação e Implantação*: documentos básicos - Volume I, s/l: SPL Serviço de Planejamento Engenheiros e Economistas Associados, 1967.

CODES. *Estruturação e Implantação*: documentos básicos - Volume II, s/l: SPL Serviço de Planejamento Engenheiros e Economistas Associados, 1967.

Constituída ontem a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo. *A Gazeta*, Vitória: 21 de fevereiro de 1967, p. 3.

COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL. *A Origem do Café no Brasil. Cafeicultura*. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3903>. Acesso em: 11/04/12

ESPÍRITO SANTO. *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola*: síntese. Vitória: setembro de 1969

FILHO, Cristiano Dias Lopes. *Um Estado em marcha para o Desenvolvimento*. Vitória, 1968

Firma organizará CODES. *O Diário*, Vitória: 03 de março de 1967, p. 1.

Governo (sic) forma equipe. *A Tribuna*, Vitória: 29 de janeiro de 1967, p. 2.

Inscrição de funcionários da CODES terminou anteontem com grande afluência. *O Diário*, Vitória: 02 de março de 1967, p. 1.

JÚNIOR, Antonio Gasparetto. *Convênio de Taubaté*. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/convenio-de-taubate/>. Acesso em: 12/05/12.

A DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Gelson Loiola*

Resumo: Desde os primórdios da humanidade as informações sempre foram necessárias e imprescindíveis para o sucesso em qualquer atividade, e ao elaborar esta pesquisa sobre a atividade de informações na antiguidade, no Brasil e na Polícia Militar do Espírito Santo, bem como toda a sua evolução desde a inclusão embrionária, com mais ênfase após o movimento revolucionário de 1964, abordando sua implantação, composição e transformação em todos os setores a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, até o ano de 2013, este autor e o IHGES tem a honra de prestar uma homenagem a todos os policiais militares que executaram, e que executam diuturnamente no anonimato, a atividade velada na Diretoria de Inteligência da Corporação Policial Militar do Estado do Espírito Santo, ação imprescindível para a proteção da sociedade capixaba contra os diversos delitos que interferem diuturnamente na segurança de todos.

Palavras-chave: Polícia Militar: Atividade de Informação, 2ª Seção, Serviço de Inteligência, Diretoria de Inteligência, história e memórias.

A Origem do Sistema de Informação

O ser humano, desde o seu surgimento, sempre foi encontrado em estado de convivência, e segundo Martins Fontes, em sua obra intitulada *Terras da Fantasia*, onde diz que, *o homem obedece ao espírito gregário, é um ser que vive em bandos, como os pássaros*, e isto é ponto pacífico em todas as doutrinas e teorias, em síntese, afirma Aristóteles que *o ser humano é um animal social*, só se torna humano em sociedade, e, também, *um animal político*, pois tende a se organizar para

* Coronel da reserva da PMES, escritor, pesquisador, professor e bacharel em Direito, especialista em Ensino Superior, membro do Instituto Histórico e Geográfico do ES.

sobreviver, e para a sobrevivência são necessários todos os tipos de informações possíveis, ponto fundamental para a evolução a o sucesso das pessoas físicas e jurídicas que compõem a sociedade mundial.

A necessidade das informações é bem antiga, e a sua credibilidade é de grande importância, pois, se não for segura e confiável pode resultar em um engano comprometedor, conforme revelam os primeiros registros bíblicos, em gênesis 3: 1-6, quando a astuta serpente revela a Eva que se comesse da árvore do meio do Jardim do Paraíso, não morreria porque, *Deus sabe que no dia em que dele comerdes se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal*. Diante da informação, Eva apanhou e comeu o fruto proibido, bem como, ofereceu a Adão, que também o comeu, o que resultou em suas expulsões do paraíso.

Um dos primeiros dados relacionado com as informações na antiguidade é comentado por John Hughes-Wilson, um autor em tempo integral e radialista especializado em assuntos militares e históricos e inteligência, que se aposentou em 1994, como um coronel no Staff Política Internacional da OTAN [Bruxelas], conforme consta do site <http://www.rusi.org/about/staff/ref>, onde ele afirma que Já havia relatos sobre a atividade de inteligência no Egito dos faraós e um dos primeiros registros de relatório de inteligência produzido remonta há cerca de 3.000 anos antes de Cristo, e consta de um documento emitido para o Faraó por uma patrulha da fronteira sul do Egito, onde é informado que *"encontramos o rastro de 32 homens e 3 jumentos"*.

Também é na Bíblia Sagrada que vamos encontrar o que podemos considerar o primeiro pedido de busca da história da humanidade, quando o Senhor Deus disse a Moisés: *Envia homens a explorar a terra de Canaã, que hei de dar aos filhos de Israel. Enviareis um homem de cada tribo patriarcal, tomando todos entre os príncipes (num.13: 1-2)*. Moisés escolheu os 12 espiões conforme ordenara o Senhor Deus, e os instruiu a percorrerem montanhas, vales, cidades

e aldeias e observarem os aspectos de defesa, a agricultura, o tipo de habitantes, as construções, o solo, a hidrografia, a vegetação etc.

A missão durou quarenta dias, sendo que os doze espões retornaram, e forneceram informações detalhadas sobre a terra espionada, sendo que, apenas dois deles não ficaram desanimados com os dados levantados.

Outra abordagem bíblica vem do Livro de Josué, 2: 1, onde consta: *"Josué, filho de Num, despachou de Setim secretamente dois espões: 'Ide, disse-lhes ele, e examinai a terra e a cidade de Jericó'",* e os espões apesar de descobertos contaram com a ajuda de uma mulher da vida e conseguiram escapar, Levando as informações a Josué.

Os espões também são citados na obra de Sun Tzu, 500 a. C. (1997, p. 105 e 111) quando ele diz: *"o conhecimento das disposições do inimigo só pode ser conseguido de outros homens [...] só são averiguadas por espões, apenas por eles",* e acrescenta, *"os espões são os elementos mais importantes de uma guerra, porque neles repousa a capacidade de movimentação de um exército",* é lógico que existem outros fatores que também são muito importantes em um conflito.

Sun Tzu classifica os espões em cinco categorias. O espião local (recrutado entre os habitantes de uma localidade), o espião interno (recrutado entre os funcionários do inimigo), o espião convertido (recrutado dentre os espões do inimigo), o espião condenado (recrutado dentre os seus próprios espões traidores), e o espião sobrevivente (os introduzidos dentro das tropas regulares para obterem informações sobre o inimigo), assim, todas as informações obtidas pelas cinco variedades de espões são importantes para o sucesso das operações.

Nicolau Maquiavel também escreveu sobre a arte da guerra, onde discorre sobre regras gerais da arte de guerrear, e de certa forma, lembra a obra de Sun Tzu quando afirma: *"aquele que, na guerra, for mais vigilante a observar as intenções do inimigo e mais empenho puser na preparação do seu exército, menos perigos correrá*

e mais poderá aspirar à vitória". E ainda orienta: "quando, durante o dia, quiseres verificar se algum espião se introduziu no acampamento, faz com que cada soldado recolha ao seu alojamento", uma forma inteligente de apanhar alguém que não pertencia ao contingente de seu exército.

O Sistema de Informação no Brasil

Desde a ocupação do território brasileiro por Portugal á partir de 1500, é lógico que todas as informações sobre a nova terra eram muito importantes, e o primeiro documento contendo informações sobre o Brasil é a Carta de Pero Vaz de Caminha, que descreve com bastantes detalhes as características gerais sobre a Terra de Santa Cruz, mais tarde, Brasil.

Não temos dúvida de que no período imperial havia uma rede de informantes, inclusive, historicamente, tais informes nem sempre continham dados verdadeiros, pois, às vezes eram plantados como informações objetivando interesses políticos e pessoais.

Como exemplo, podemos nos reportar a Pirassinunga (1958, p. 20), que cita um fato envolvendo os Jesuítas que desempenhavam um papel importante na Colônia brasileira, ocasião em que o Marques de Oeiras, futuro Marques de Pombal, envia uma carta ao Conde da Cunha com a seguinte informação: "[...] *mandando precaver-se como já estivesse em guerra com a Inglaterra, porque tudo demonstra que os jesuítas estão patrocinados pelos ingleses e estes ou abrirão luta franca ou disfarçada [...]*", logicamente, visando alertá-lo a respeito de se prevenir contra futuros ataques marítimos a serem realizados pelos ingleses com apoio dos jesuítas, aos quais acusava de estarem trabalhando no sentido de conscientizarem aos colonos e indígenas a promoverem uma revolução interna no Brasil.

Em virtude da citada informação, o mesmo autor afirma que, em 3 de Setembro de 1759 foi promulgado pelo rei de Portugal, D. José I, o Alvará Régio determinando a expulsão dos integrantes da Companhia de Jesus, no reino de Portugal e seus domínios, assim, os Jesuítas são expulsos de todas as terras sob o domínio Português, é lógico, inclusive do Brasil.

Segundo vários autores, o primeiro Serviço Nacional de Informações do Império do Brasil foi criado por Dom Pedro I em 1821, voltado exclusivamente à Segurança Nacional de Defesa, que inclusive iria influenciar na criação de instituições semelhantes no país.

No Período Republicano brasileiro, após a proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, o sistema de informações demora a ser rearticulado, e só vai ser restabelecido através do Decreto n.º 17.999, de 29 de novembro de 1927 quando presidente do Brasil, Washington Luís P. de Souza, instituiu o Conselho de Defesa Nacional, com a incumbência de nos termos do art. 2.º, reunir-se tendo *"por fim, somente em ordem consultiva, o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bellica e moral, relativas à defesa da Pátria"*. O citado Conselho se torna o órgão de informação brasileiro, porém, fora da esfera policial, mas vinculado aos ministérios militares, principalmente, ao Exército Brasileiro que nos termos do art. 8.º, onde dispõe que: *"Todos os papeis, arquivo e mais objectos do Conselho ficarão sob a guarda e responsabilidade do Estado Maior do Exército, que os classificará"*, inclusive, além dos ministros da Guerra e da Marinha, integram permanentemente, o citado Conselho de Segurança Nacional, os chefes do Estado Maior da Marinha e do Exército Brasileiro.

Após as revoluções de 1930 e 1932, o Brasil inicia uma nova fase política sob o governo provisório de Getúlio Dornelles Vargas, que através do Decreto n.º 23.873, reorganiza o Conselho de Defesa

Nacional, ampliando a sua competência sobre os assuntos relacionados com as informações, conforme dispõe o § 3.º do art. 2.º:

O Conselho da Defesa Nacional pode convocar quaisquer personalidades militares ou civis, inclusive representantes de empresas de caráter privado, que, por sua competência em qualquer assunto, sejam suscetíveis de prestar-lhe informações ou assistência que julgue necessária.

Autoriza ao Conselho de Defesa Nacional a convocar qualquer pessoa para prestar informações, ou seja, ser interrogado sobre qualquer assunto.

Uma nova modificação na norma relacionada com o Conselho de Defesa Nacional vai ser instituída após o fim da 2.ª Guerra Mundial, pelo presidente Eurico Gaspar Dutra que através do Decreto-lei n.º 9.775, de 6 de setembro de 1946, onde o órgão passa a denominar-se de Conselho de Segurança Nacional presidido pelo chefe do executivo brasileiro, presidente Eurico Gaspar Dutra e constituído pelos ministros de Estado, chefe do Estado Maior Geral, chefes dos Estados Maiores do da Marinha (Armada), do Exército e da Aeronáutica, com a finalidade de estudo das questões relativas à segurança nacional.

A Secretaria Geral é composta por três seções, sendo que a 2.ª Seção é chefiada por um tenente-coronel ou equivalente auxiliado por quatro oficiais adjuntos (dois Majores e dois Capitães), dos quadros das Forças Armadas (Marinha, Exército ou Aeronáutica), sendo atribuída à citada 2ª Seção, a missão de organizar e dirigir o "*Serviço Federal de Informações e Contra-Informações*" (SFICI), na estrutura do Conselho de Segurança Nacional, responsável em cuidar das informações no Brasil.

É o presidente Eurico Gaspar Dutra que através do Decreto n.º 27.583, de 14 de dezembro de 1949, aprova o primeiro Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança

Nacional (R.S.I.S.N.), o qual classifica os assuntos da documentação em ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado. O citado Regulamento que inicialmente é aplicado somente aos assuntos de interesse nacional, passa a ser aplicado por determinação do Decreto n.º 27.930, de 27 de março de 1950, pelo art. 1.º, "*a todo assunto e matéria de caráter sigiloso, inclusive quando não interessar diretamente à segurança nacional*", ou seja, todas as informações sigilosas passam a ser importantes.

O serviço de informações brasileiro somente começa a ser estruturado dentro do sistema policial pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, conforme consta da Wikipédia, quatro funcionários brasileiros, um coronel, um major, um capitão e um delegado de polícia, são enviados aos Estados Unidos da América (EUA) para fazer um treinamento na Central de Inteligência Americana (CIA), e no Departamento Federal de Investigação (Federal Bureau of Investigation – FBI), e após retornarem, ativaram o Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI).

Visando a preparação de pessoal para a área, o presidente Juscelino Kubitschek, cria através do Decreto n.º 43.810, de 29 de maio de 1958, o Curso de Informações (CI), na Escola Superior de Guerra (ESG), sob a direção de oficial-general das Forças Armadas ou por civil de categoria correspondente (art. 2º).

Em 6 de dezembro de 1958, Juscelino faz publicar o Decreto n.º 45.040, aprovando o novo Regulamento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, onde o "*Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – (SFICI)*", é composto por uma Chefia (chefe adjunto-assistente, assessores e, quando necessário, turmas de trabalho); uma Subseção de Exterior (SSEX); uma Subseção de Interior (SSIN); uma Subseção de Segurança Interna (SSSI) e Subseção de Operações (SSOP), e, em 1959, institui a Junta de Coordenadora de Informações (JCI), que funcionariam até meados de 1964.

O Golpe Militar de 1964 e as Informações no Brasil

Em 20 de março de 1964, com a edição da Lei n.º 1.997, o Governador Francisco Lacerda de Aguiar em seu segundo mandato (1963 a 1966), reorganiza a PMES e autorização para a criação de Unidades Especiais, e no Estado Maior Geral da Corporação, consta um capitão chefe da Seção de Informações denominada de EM/S-2.

Nos 1.º e 2.º Batalhões de Infantaria (Btl Inf), temos no efetivo previsto em cada Unidade, um 1.º tenente, oficial de informações (S-2), sendo que a nova lei autoriza também, a criação de um Batalhão de Polícia, nos seguintes termos:

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 86 – Para atender as necessidades impostas pelas atividades da Polícia Militar e de acordo com seu efetivo, a Tropa, [...], fica assim constituída e alterada, na forma do artigo 56 desta lei, por ato do Poder Executivo:

I – [...]

II – Unidades e Subunidades Especiais:

a) – Um Batalhão de Polícia (Incorporado);

(Boletim Diário da PMES n.º 70, de 13. 04.1964).
(grifo nosso).

Assim, surge a primeira unidade da PMES, com a simples denominação de BATALHÃO DE POLÍCIA, o único batalhão com a especialidade na execução privativa da atividade ostensiva policial, o qual passa a ter seu quadro orgânico um setor voltado para as informações, no Estado Maior do Batalhão, um 1.º tenente, oficial de informações (S-2), e a criação do PELOTÃO DE INVESTIGAÇÕES estruturado com Comando, Grupo Auxiliar, **Centro de Informações**, Seção de Telefonia e Sinalização e Seção de Administração, composto por um efetivo previsto de um 2.º tenente comandante, dois 2.º sargentos, dois 3.º sargentos, seis cabos e cinco soldados, totalizando dezesseis integrantes.

O Centro de Informações do Pelotão de Investigações tem o efetivo previsto com um 3.º sargento chefe, um cabo e um soldado criptógrafos e um soldado mensageiro, e não é de imediato organizado, logicamente em virtude da necessidade de arregimentar elementos qualificados e instruí-los para a execução das atividades.

Após o golpe militar de 31 de março de 1964, o governo militar passa a dar maior importância às informações e as contra informações, principalmente na segurança nacional interna, de modo que, pela Lei n.º 4.341, de 13 de junho de 1964, o presidente interventor, Humberto de Alencar Castelo Branco, cria o Serviço Nacional de Informações (SNI), que absorver o SFICI e a JCI, e passa a funcionar sob a égide do Conselho de Segurança Nacional.

Um novo Regulamento para a Salvaguarda de assuntos Sigilosos (RSAS) é aprovado pelo Decreto n.º 60.417, de 11 de março de 1967, pelo presidente Castelo Branco, revogando pelo art. 4.º, o primeiro RSAS instituído pelo Decreto n.º 27.583, de 14 de dezembro de 1949.

A reestruturação do Estado Maior Geral (EMG) nas Corporações Policiais Militares brasileiras e de suas respectivas Unidades, vem por determinação contida no Ofício Circular n.º 74 – E/3 – Brasília – DF, de 2 de junho de 1970, da Inspeção Geral das Polícias Militares, através da Nota de Instrução n.º 2/70, instituindo as seguintes Seções do Estado Maior do Comando Geral e das Unidades das Corporações Policiais Militares:

Comando Geral	Unidades
PM/1 1.ª Seção	P/1 1.ª Seção
PM/2 2.ª Seção	P/2 2.ª Seção
PM/3 3.ª Seção	P/3 3.ª Seção
PM/4 4.ª Seção	P/4 4.ª Seção
PM/5 5.ª Seção	P/5 5.ª Seção

(as) GEN BDA AUGUSTO DE OLIVEIRA PEREIRA –IGPM (BD n.º 098, de 17.06.70).

Estas designações passam a ser utilizadas pelas seções de Estado Maior, que em linhas gerais são encarregadas dos seguintes assuntos: PM/1 – pessoal e legislação; PM/2 – Informações e contra informações; PM/3 – Ensino, operações e Instrução; PM/4 – logística e estatística; PM/5 – Assuntos civis; e posteriormente, seriam acrescentadas as PM/6 – Planejamento administrativo e orçamentário.

Visando a preparação de pessoal especializado para suprir a execução das atividades de informação e contrainformação no Brasil, o presidente Emilio Garrastazu Médici através do Decreto n.º 68.448, de 31 de março de 1971, cria a Escola Nacional de Informações (EsNI), com sede em Brasília, Distrito Federal, subordinada diretamente ao chefe do SNI.

A escola foi montada com auxílio da Agência Central de Informações (CIA) dos Estados Unidos da América (EUA), e conforme o art. 9.º da norma criadora, a Escola Nacional de Informações passaria a funcionar a partir do ano de 1972, com a finalidade de:

Preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do Sistema Nacional de informações; cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações; realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações.(art. 2.º).

Quanto a direção da EsNI, foi estabelecido pelo art. 3.º, que o presidente da República nomearia o diretor da Escola Nacional de Informações dentre os oficiais gerais da ativa das Forças Armadas, do posto de general de brigada ou equivalente, e que conforme dispôs o art. 5.º, todos os cursos e estágios relacionados com o sistema de informações, em funcionamento em outras unidades de ensino, passam a ser absorvidos pela EsNI. A composição do quadro de pessoal da Escola Nacional de Informações, conforme

o disposto no art. 6.º, contaria com funcionários da administração federal, das forças armadas, das administrações estaduais e municipais, e de entidades privadas.

As Informações na PMES e no Brasil

Na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, a estruturação de um Serviço de Informações mais abrangente foi organizada pelo governador Elcio Álvares, com a sanção da Lei n.º 3.044, de 31 de dezembro de 1975, dispôs sobre a organização básica da PMES, através da inserção no Estado Maior Geral (EMG), da 2.ª Seção (PM/2), responsável pela execução das atividades de informações na PMES, nos seguintes termos:

Art. 11 – O Estado-Maior é o órgão de direção geral responsável perante o Comandante Geral pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Corporação. [...]

Parágrafo único – O Estado-Maior fica assim constituído:

- [...].....;
- Seções do Estado-Maior;
- 1.ª Seção (PM-1): assuntos relativos à pessoal e legislação;
- 2.ª Seção (PM-2): assuntos relativos a informações;
- 3.ª Seção (PM-3): assuntos relativos à instrução, operações e ensino;
- 4.ª Seção (PM-4): assuntos relativos à logística e estatística;
- 5.ª Seção (PM-5): assuntos civis;
- 6.ª Seção (PM-6): assuntos relativos a planejamento administrativo e orçamentação. (grifo nosso).

A 2.^a Seção (PM/2) do Estado Maior Geral (EMG) da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), com esta nova denominação passa a ser o órgão do EMG da Corporação incumbido do planejamento, execução, controle e fiscalização das atividades de informações de interesse dos governos Estadual e Federal.

Cerca de uma década depois, após o "Movimento das Diretas", tem início a redemocratização do país, e ainda pela forma indireta é eleito, Tancredo de Almeida Neves, porém, no dia 14 de março de 1985, um dia antes da posse, adoece, é internado, o que leva ao vice-presidente José Sarney, a assumir provisoriamente, no dia 15 de março de 1985, a Presidência da República. Na mesma data é nomeado para o cargo de ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general de Exército, Ivan de Souza Mendes. No dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves vem a falecer, e José Sarney assume em definitivo o cargo de presidente da República Federativa do Brasil.

A primeira decisão importante ocorre no dia 8 de maio de 1985, quando o congresso nacional aprova emenda constitucional que acabava com alguns vestígios do Regime Militar, reestabelecendo em destaque, a eleição direta para a escolha do presidente da República, além de outras medidas importantes no cenário político.

Para que a redemocratização se tornasse efetiva e mais abrangente, no dia 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney envia ao Poder Legislativo Federal, a Emenda Constitucional n.º 26, que convocava a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte para elaboração de uma Carta Magna para o Brasil. A emenda constitucional é aprovada no dia 22 de novembro de 1985, e a Assembleia Nacional Constituinte é eleita em 15 de novembro de 1986, sendo empossada somente no dia 1 de fevereiro de 1987, quando inicia a elaboração da nova Constituição da República Federativa do Brasil.

Promulgada a nova Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, no que diz respeito às informações, em seu art. 5.º, inciso XIV,

assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando esta for necessária ao exercício profissional.

Conforme consta do site da ABIN, no governo do Presidente José Sarney um grupo de trabalho composto por integrantes da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, e da Escola Nacional de Informações, elaborou o manual de Informações do SNI, aprovado pela Portaria n.º 36, de 1989, que além das várias regulamentações, redefine os conceitos doutrinários para as Informações no Brasil, em dois aspectos básicos: "*Informação – voltada para a produção do conhecimento*" e "*Contra Informação – voltada para a salvaguarda do conhecimento*". Já quase no fim do governo Sarney, formou-se um novo grupo de trabalho, com o objetivo de identificar as virtuais necessidades de aperfeiçoamento da finalidade, organização e da atuação do Serviço Nacional de Informações no Brasil.

No dia 15 de março de 1990, assume a presidência da República, Fernando Collor de Mello, eleito pelo voto direto, ocasião em que deixa o cargo de ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Ivan de Souza Mendes, que o dirigiu durante todo o governo Sarney (1985-1990), e Collor começa a cumprir uma promessa de campanha, que era de extinguir o Serviço Nacional de Informações (SNI), instituído no governo militar.

É assim que vai surgir o termo "*inteligência*" em substituição ao de "*informações*", a partir de 12 de abril de 1990, quando Collor de Mello sanciona a Lei n.º 8.028, que reorganiza a Presidência da República e os Ministérios, criando pelo art. 1.º, parágrafo único, letra (c), "*como órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República: 7. a Secretaria de Assuntos Estratégicos*", estruturada nos termos do art. 16, com as seguintes atribuições:

A Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a finalidade de exercer as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho de Governo, desen-

volver estudos e projetos de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território e opinar sobre o seu efetivo uso, fornecer os subsídios necessários às decisões do Presidente da República, cooperar no planejamento, na execução e no acompanhamento de ação governamental com vistas à defesa das instituições nacionais, coordenar a formulação da Política Nacional Nuclear e supervisionar sua execução, salvaguardar interesses do Estado, bem assim coordenar, supervisionar e controlar projetos e programas que lhe forem atribuídos pelo Presidente da República, tem a seguinte estrutura básica:

I – **Departamento de Inteligência;**

II – Departamento de Macroestratégias;

III – Departamento de Programas Especiais;

IV – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações;

V – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos.

(grifo nosso).

A nova legislação extingue pelo art. 25, I "*os cargos de Ministros de Estado Chefe: d) do Serviço Nacional de Informações*", e pelo art. 27, o Serviço Nacional de Informações, substituído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O termo "inteligência" fica mais evidente, quando da publicação do Decreto no 99.373, de 4 de julho de 1990, que aprova a estrutura regimental da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e dispõe no art. 11, que: "*ao Departamento de Inteligência (DI), compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar a 'Atividade de Inteligência'*", e no art. 12, que o seria gerido por um diretor, e compõe-se de:

I – Gabinete;

II – **Divisão de Inteligência Interna;**

III – **Divisão de Inteligência Externa;**

IV – **Divisão de Contra-Inteligência;**

V – [...]..... (Grifos nossos).

Na composição do Departamento de Inteligência surge uma divisão que insere a expressão "*contra inteligência*" em substituição ao termo "*contra informações*".

O presidente Collor, sanciona a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a qual "dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados" do Brasil, e, em consonância com o art. 5.º, inciso XIV da Constituição Federal, o art. 4.º da citada legislação estabelece que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

O acesso aos documentos públicos é assegurado plenamente a todos (art. 22), que as categorias sigilosas seriam fixadas por decreto (art. 23), e que são originalmente sigilosos os documentos que coloquem em risco a segurança nacional e os direitos de proteção da imagem, intimidade, vida privada e da honra das pessoas (§ 1.º). Restringiu as informações relacionadas à segurança da sociedade e do estado pelo período máximo de 60 dias (§ 2.º), e os relacionados com a imagem, a vida privada etc., por 100 anos a contar da data de suas produções, e que, qualquer instância do Poder Judiciário poderia determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso que for favorável ao direito de defesa (art. 24).

Após a cassação do presidente Fernando Collor de Mello, assume o governo brasileiro, o presidente Itamar Franco, e através da

Lei n.º 8.490, de 1992, de 19 de novembro de 1992, reorganiza a estrutura da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecendo nos termos do art. 1.º, letra "c", n.º 1, como órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a qual compete nos termos do art. 10:

[...] coordenar o planejamento estratégico nacional, promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, [...], tem a seguinte estrutura básica:
I – Subsecretaria de Planejamento Estratégico;
II – Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos;
III – **Subsecretaria de Inteligência**;
IV – Centro de Estudos Estratégicos. (grifo nosso).

Inserese na competência da SAE, além das anteriormente elencadas, a de coordenar a formulação e acompanhar a execução da política nuclear do governo brasileiro, e conforme constatei, no mesmo dispositivo modifica-se a estrutura básica que era composta por departamentos, passando a compô-la por subsecretarias, instituindo assim pelo inciso III a "*Subsecretaria de Inteligência*". No dia 1.º de janeiro de 1995, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso baixou a medida provisória n.º 813, onde pelo art. 5.º resume o texto relacionado com a competência da SAE, estabelecendo que:

À Secretaria de Assuntos Estratégicos compete promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, executar as atividades permanentes necessárias

ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional, tendo como estrutura básica:

I – Gabinete;

II – Subsecretaria de Inteligência;

III – [...]..... (grifo nosso).

Conforme constatei, no mesmo dispositivo legal, restringe-se a competência da SAE, e mantém no inciso II a "*Subsecretaria de Inteligência*". Pelo art. 18 da citada Medida Provisória, transfere a competência da SAE para a Secretaria de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento, e, por consequência, pelo art. 21, extingue o cargo de secretário de Inteligência, transformando-o em cargo de subsecretário de Inteligência, e pelo art. 23, extingue o cargo de ministro de Estado chefe da SAE da Presidência.

No dia 31 de janeiro de 1997, a PMES tem uma dupla perda quando foram covardemente assassinados por narcotraficantes os 2.º sargento PM Sebastião Ferreira Bezerra e o cabo PM Ruy Barbosa, agentes do Serviço Reservado da 2.ª Seção do 1.º Batalhão de Polícia Militar sediado em Vitória, capital do Estado, quando faziam intimações no morro do Forte São João, o fato da forma como ocorreu, provocou verdadeira comoção social.



Dois anos depois, é enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Henrique, o projeto de Lei de n.º 3.651/ 1997, que dispõe sobre proposta de instituição do Sistema Brasileiro de Inteligência e a criação da Agência Brasileira de Inteligência. O projeto recebeu diversas emendas e, em 1998, ainda dependia de "*pareceres das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação*", conforme relatório da Câmara dos Deputados para finalizar o processo legislativo e submetê-lo a aprovação.

Nasce a Diretoria de Inteligência da PMES

A instituição no país de um Sistema Brasileiro de Inteligência e a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) já era discutida no Congresso Nacional, e era apenas uma questão de tempo, então, o governador do Estado do Espírito Santo resolveu antecipar-se aos fatos, e através do Decreto n.º 4.328-N, de 28 de agosto de 1998, que modificou os art. 3.º e 11, do Decreto 3.317-N, de 24 de fevereiro de 1992, cria no Quadro organizacional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, a Diretoria de Inteligência nos seguintes termos:

Art. 3º – São órgãos de Direção Setorial:

a) a Diretoria de Pessoal (DP);

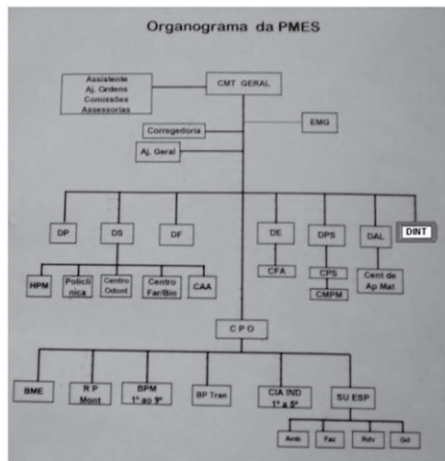
b) [...].....;

g) **a Diretoria de Inteligência (DInt).**"

Art. 11 – A Diretoria de Inteligência (Dint.), é o órgão de direção setorial do sistema de inteligência da PMES, incumbindo-lhe o planejamento, execução, controle e fiscalização das atividades de inteligência de interesse da Corporação. (grifo nosso).

A Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo pela competência a ela atribuída pelo Decreto n.º 4.328, de 28 de agosto de 1998, substituiu a 2.ª Seção do Estado Maior (PM/2) da Corporação, ao mesmo tempo em que substituiu o termo "informações" pelo termo "inteligência".

O primeiro diretor de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo foi o coronel PM João Carlos Batista, que nomeado, assumiu o cargo no dia 17 de setembro de 1998. Após mais de um ano e meio depois da criação da Diretoria de Inteligência da PMES, o presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sanciona a Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999, instituindo o Sistema Brasileiro de Inteligência, nos seguintes termos: "Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional", e pelo § 1º do art. 1º dispõe que "o Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana", respeitando e preservando as normas constitucionais e ordinárias, bem como, todos os termos internacionais que se relacionem com o Brasil, sendo que o § 2.º do citado artigo, conceitua a inteligência no contexto das informações como sendo:



A atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

E no § 3.º do mesmo art. 1º, a Lei nº 9.883/99, temos a conceituação de contra inteligência como sendo a atividade que objetiva anular por uma ação contrária a inteligência desfavorável. Pelo art. 3º da citada legislação, o presidente Fernando Henrique Cardoso cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), como órgão do Sistema Brasileiro de Inteligência e de assessoramento direto ao presidente da República, com a missão de *"planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País"*, nos termos das exigências constitucionais e das demais legislações.

Para gestão do órgão, nos termos do art. 11, são criados os cargos de diretor-geral de exclusiva nomeação pelo presidente da República e aprovação pelo Senado Federal, e diretor-adjunto da ABIN. E no que diz respeito à relação da ABIN com os demais setores, pelo art. 10, estabelece que *"somente poderá comunicar-se com os demais órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios"*, com o conhecimento prévio do diretor-geral, ou um seu delegado, obviamente, se tratasse de contato com a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, provavelmente, seria através de um delegado do órgão lotado em um escritório da ABIN sediado no Estado. Assim, a Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999, extingue o Serviço Nacional de Informações, o SNI, substituindo-o pela Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN.

A Diretoria de Inteligência passa a ter um novo diretor, quando assume o cargo o coronel PM José Cláudio Lira, no dia 24 de feve-

reiro de 2000, em substituição ao coronel PM João Carlos Batista. O coronel Lyra permanece a frente da Diretoria de Inteligência até o dia 12 de fevereiro de 2001, quando é substituído no cargo pelo coronel PM Fernando Antonio Araújo.

Com a edição da Medida Provisória n.º 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, a Agência Brasileira de Inteligência deixa de ser nos termos do art. 3.º, um Órgão de Assessoramento para ser um Órgão da Presidência da República.

O coronel PM Júlio Cesar Lugato é nomeado para o cargo de Diretor de Inteligência da PMES, e assume o cargo no dia 21 de março de 2002, em substituição ao coronel PM Fernando Antonio Araújo.

A Portaria n.º 319-R, de 18 de julho de 2002, aprova o Regimento Interno da Diretoria de Inteligência, regulando as atribuições do órgão, enquanto que a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, conforme estabelecera a Lei n.º 9.883/99, somente é regulamentada através do Decreto n.º 4.376, de 13 de setembro de 2002, que pelo art. 2.º amplia o conceito de inteligência como sendo:

A atividade de obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

E conceitua a contra inteligência como sendo:

A atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.

O coronel PM Julio Cesar Lugato é substituído no cargo de diretor de Inteligência da PMES, pelo coronel PM João Batista de Oliveira no dia 10 de janeiro de 2003, e permanece no cargo até o dia 10 de julho do mesmo ano, quando passa a responder pelo cargo de diretor de Inteligência, o coronel PM Roberto Luiz Francisco, que fica a frente do órgão até o dia 6 de novembro de 2003, quando é substituído no cargo pelo coronel PM Orlady Rocha Filho.

Ao longo dos anos seguintes, o Decreto 4.376/02, seria modificado pelo Decreto n.º 4.872, de 6 de novembro de 2003 que tem uma maior abrangência na regulamentação da ABIN, e posteriormente, em menor escala, pelos Decretos n.º 5.388, de 7 de março de 2005.

Depois de longo período a frente da Diretoria de Inteligência, o coronel PM Orlady Rocha Filho deixa o cargo, sendo substituído pelo coronel PM Moacir Provedel, em 13 de março de 2006, o qual permanece à frente do órgão até o dia 12 de abril de 2006, quando é substituído pelo coronel PM Adilson Silva Tolentino, porém, o coronel PM Tolentino permanece por pouco tempo no cargo, sendo substituído no dia 8 de junho de 2006, pelo seu antecessor, o coronel PM Moacir Provedel, que assume o cargo pela 2.ª vez.

Um novo diretor de Inteligência é nomeado para substituir o coronel PM Provedel no dia 8 de junho de 2007, ocasião em que assume ao cargo, o coronel PM Carlos Eduardo Marques Magnago.

O distintivo da Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Espírito Santo é aprovado pela Portaria n.º 449-R, de 20 de setembro de 2007, com as seguintes características heráldicas:

1. Elementos

– **A Coruja:** Também chamada de "águia da noite". Por possuir uma alta capacidade de ver no escuro, a coruja é considerada o símbolo da sabedoria, da vigilância e da meditação que atravessam a escuridão da ignorância e desvendam questões obscuras; está associada à clarividência



(ver o que os outros não veem e escutar o que os outros não escutam). Dentre os animais, as aves têm a melhor visão e dentre estas, a coruja tem a melhor visão noturna e também a melhor audição. Devido a essas características, a coruja é tida como o principal símbolo do serviço de inteligência.

– **O Mapa do Estado do Espírito Santo:** Representa o território espírito-santense, área na qual a Diretoria de Inteligência da PMES estende sua rede de informações e desenvolve suas atividades.

– **A Rede:** Composta por um ponto maior e por sete pontos menores, representando a Agência Central (Diretoria de Inteligência), localizada geograficamente na RMGV, e todas as demais Agências do SIPOM (Sistema de Inteligência da Polícia Militar), espalhadas pelo Estado. Cada ponto menor apresenta-se ligado exclusivamente ao ponto maior, tal como as Agências se vinculam à Agência Central. Os pontos menores são em número de sete, fazendo alusão aos sete princípios da atividade de inteligência (Oportunidade, Segurança, Objetividade, Controle, Imparcialidade, Simplicidade, Amplitude).

2. Cores

– **Vermelho, azul e branco:** Fazem referência às cores presentes na comenda José Carlos Lindenberg, concedida à Diretoria de Inteligência pelo Governador José Inácio Ferreira, em 2002.

- Preto: Faz alusão ao fato das atividades de inteligência serem desenvolvidas de forma velada, oculta aos que não devem ter acesso ao conhecimento produzido.

– **Amarelo:** Presente nas letras da palavra "DINT" e nos olhos da coruja, estabelecem relação entre o trabalho da Diretoria de Inteligência e a visão aguçada necessária para desenvolvê-lo.

Ato contínuo, pela Portaria n.º 450-R, de 20 de setembro de 2007, é aprovado pelo comandante geral da PMES, o Regimento da

Atividade de Inteligência no âmbito da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, conforme a seguinte publicação:

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 2.º, do RCGPM, aprovado pelo Decreto n.º 3.666-N, de 17 de março de 1994,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Aprovar o novo Regimento da Atividade de Inteligência na PMES (RAI/PMES), conforme anexo a esta portaria.

Art. 2.º - Para efeito de fazer cumprir o presente Regimento, os responsáveis por quaisquer violações às normas nele prevista ficam sujeitas às sanções disciplinares previstas no RDME.

Art. 3.º - Atribui-se ao Regimento da Atividade de Inteligência da PMES a classificação sigilosa confidencial, de acordo com a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá novas providências, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.553, de 27 de dezembro de 2002, devendo o Diretor de Inteligência estabelecer os critérios de sua distribuição e controle.

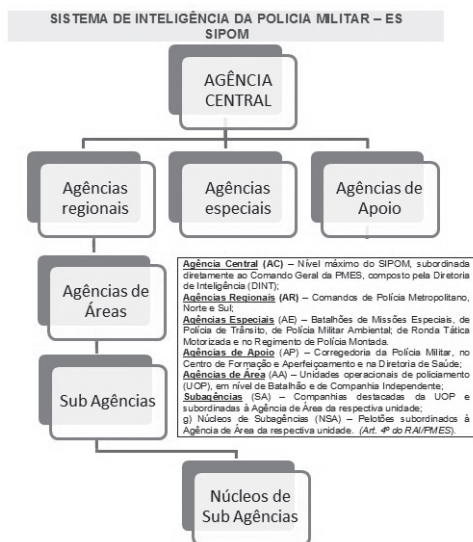
Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Fica revogada a Portaria n.º 319-R, de 18 de julho de 2002.

(Transcrição do BCG n.º 38, de 20.09.2007)

Conforme estabelece o art. 3º da citada portaria, ele recebe a classificação sigilosa de "*confidencial*", nos termos fixados pela Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e, pelo art. 1.º da portaria 450-R de 2007, dispõe que ele "*tem por finalidade normatizar as atividades de inteligência na Polícia Militar do Espírito Santo*", e pelo inciso I, do mesmo artigo, estabelece "*a constituição, destinação, organização, competência, atribuições e ligações funcionais do Sistema*

de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM) e de seus componentes", criando assim, o citado SIPOM e o estruturando da seguinte forma:



O art. 2.º do RAI/PMES instituiu o SIPOM, como componente do Sistema de Inteligência da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (SISPES), sendo constituído pela Diretoria de Inteligência da PMES (DINT) e demais Agências e subagências de Inteligência da Corporação, e nos termos do seu art. 3.º, o SIPOM tem a competência para:

- I – executar a atividade de Inteligência na PMES, visando identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais à segurança pública e a ordem pública, bem como produzir conhecimentos que subsidiem ações para neutralizar, prevenir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.
- II – produzir e proteger dados e/ou conhecimentos necessários ao cumprimento da missão constitucional da Polícia Militar;
- III – produzir dados e conhecimentos aos órgãos oficiais nos níveis estratégico, tático ou operacional, a fim de orientar adequadamente a tomada

de decisões por parte das autoridades competentes, visando a uma eficiente atuação da Polícia Militar na Segurança Pública do Estado do Espírito Santo;

IV – atender as necessidades de outras Agências de Inteligência.

O art. 4.º do citado regimento dispôs o seguinte: o SIPOM será estruturado e dotado de pessoal técnico-especializado em obter, processar e difundir dados e/ou conhecimentos, e nos termos do art. 5.º do Regimento da Atividade de Inteligência da PMES, com exceção das subagências, todas as demais deverão possuir uma Agência de Inteligência (AI), chefiada por oficial, que nos níveis de Batalhões acima, não poderá acumular outra função.

No que diz respeito à estrutura organizacional da Agência Central do Sistema de Inteligência Policia Militar da PMES, o art. 6.º do RAI, dispõe que ela contará uma chefia composta por um chefe e um adjunto, e tem a seguinte estrutura organizacional:



O Parágrafo único do art. 6.º do RAI dispõe que todas as seções subordinadas diretamente à chefia da Agência Central de Inteligência, tendo vinculação técnica aos coordenadores de cada área, e que as atribuições internas da chefia, coordenações e seções serão fixadas por Normas Gerais de Ação (NGA) a serem elaboradas pelo órgão.

O coronel PM Carlos Eduardo Marques Magnago que permanece na gestão da Diretoria de Inteligência da PMES, até o dia 19 de novembro de 2007, quando é substituído pelo coronel PM José Carlos Alves Carneiro.

É pelo Decreto n.º 6.540, de 19 de agosto de 2008, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprova a Estrutura Regimental da Agência Brasileira de Inteligência constante do anexo I, revogando o Decreto n.º 5.609, de 9 de dezembro de 2005, e fixando nos termos do art. 2.º, que a ABIN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral:

- a) Gabinete;
- b) Assessoria de Comunicação Social;
- c) Assessoria Jurídica;
- d) Ouvidoria;
- e) Corregedoria-Geral; e
- f) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração:

- 1. Departamento de Administração e Logística;
- 2. Departamento de Gestão de Pessoal;
- 3. Escola de Inteligência;** e
- 4. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;

II - órgãos específicos singulares:

- a) **Departamento de Inteligência Estratégica;**
- b) **Departamento de Contra-Inteligência;**
- c) **Departamento de Contraterrorismo;** e
- d) **Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência;** e

III – unidades estaduais. (grifo nosso).

A Escola de Inteligência nos termos do art. 11 e seus incisos I a IV tem a competência para capacitar e desenvolver os recursos humanos e a doutrina de inteligência, promover intercâmbio com instituições educacionais nacionais e internacionais, elaborar pla-

nos, estudos e pesquisas para o desempenho e aperfeiçoamento da atividade de inteligência, e formar o pessoal aprovado em concurso.

O Departamento de Inteligência Estratégica nos termos do art. 13 e seus incisos I a IV tem como atribuição, a obtenção, produção, planejamento, coordenação, supervisão, controle, processamento e a implementação de dados e informações no âmbito nacional e internacional na área da inteligência e o Departamento de Contra Inteligência nos termos do art. 14 e seus incisos I a IV tem como atribuição a execução e a proteção da salvaguarda de assuntos sensíveis de interesse de todos no âmbito nacional e internacional.

O Departamento de Contraterrorismo nos termos do art. 15 e seus incisos I a III tem como atribuição o planejamento, controle, orientação e execução da prevenção, coleta, análise e produção de conhecimentos sobre atividades e organizações terroristas no âmbito nacional e internacional e o Departamento de Integração do Sistema Brasileira de Inteligência nos termos do art. 16 e seus incisos I a III tem como atribuição, realizar o intercâmbio e a integração entre todos os setores que compõem e se vinculam ao Sistema Brasileiro de Inteligência, secretariando e fornecendo suporte técnico ao seu conselho consultivo.

Com relação às Unidades Estaduais, as competem nos termos do art. 17, o planejamento, coordenação, supervisão, controle e difusão da produção de conhecimentos de inteligência em suas respectivas áreas de circunscrição.

Além da abordagem anterior com relação à existência de Agências Brasileiras de Inteligência com escritórios estaduais, temos a participação efetiva das Polícias Militares nos termos do art. 21 e seus incisos onde consta que, os cargos de Assessor Militar Especial, Assessor Militar, assessor Técnico Militar (I), Assistente Militar (II) e Assistente técnico Militar (III) serão ocupados respectivamente, por oficiais superiores (I); por oficiais intermediários (II) e por oficiais

subalternos das Forças Auxiliares, as quais são compostas pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados do Brasil.

Assim, a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, oficialmente passa a integrar, a princípio com seus oficiais superiores (coronéis e tenentes-coronéis), oficiais intermediários (capitães) e oficiais subalternos (1.º e 2.º tenentes), a composição dos cargos anteriormente especificados, para a representação estadual da Agência Brasileira de Inteligência.

O coronel PM Robson Luiz Martins Barbosa é nomeado para o cargo de diretor de Inteligência da PMES, e assume no dia 12 de fevereiro de 2009, em substituição ao coronel PM José Carlos Alves Carneiro. O coronel Robson permaneceu no cargo até o dia 11 de março de 2010, quando foi substituído pelo coronel PM Francisco Poncio, o qual dirige o órgão de Inteligência da Corporação Policial Militar capixaba, até o dia 3 de dezembro de 2010, ocasião em que é substituído no cargo pelo coronel PM Anselmo Lima.

No início do ano de 2011, mais uma mudança ocorre no cargo de diretor de Inteligência da PMES, com a nomeação do coronel PM Ocarly Freitas Barros Junior, que assume o citado cargo no dia 7 de janeiro, permanecendo à frente da Diretoria de Inteligência até o dia 5 de agosto de 2011, quando é substituído pelo coronel PM Edmilson dos Santos.

O coronel Edmilson é substituído na Diretoria de Inteligência da PMES pelo coronel Antonio Augusto da Silva, o qual assume o cargo de diretor do órgão no dia 11 de outubro de 2011. Naquele mesmo ano, a presidente da República, Dilma Rousseff, sanciona a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro, que regula os procedimentos a serem observados pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios para garantir o acesso às informações no Brasil, previstos nos seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 5.º, X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Art. 37, II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5.º, X e XXXIII;

Art. 216, § 2.º – Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

A nova lei de n.º 12.527/ 2011, abrange a todos os órgãos públicos da administração direta dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias e fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo poder público em todos os níveis, sendo revogados nos termos do art. 46 da citada legislação, a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005 e os artigos 22 e 24 da lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, em publicação na edição extra do Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011.

O coronel PM Carlos Alberto Liberato é nomeado e assume no dia 6 de junho de 2012, como o novo diretor de Inteligência da PMES, em substituição ao coronel PM Antonio Augusto da Silva, e permanece no cargo até o dia 12 de julho de 2012, ocasião em que é nomeado e assume o cargo de diretor de Inteligência, o coronel PM Ruy Guedes Barbosa Junior, que é substituído pelo coronel PM Marcos Antônio de Souza Nascimento no dia 24 de maio de 2013, conforme divulgação pela mídia, ocasião em que encerramos esta pesquisa.

A Estrutura Organizacional da Diretoria de Inteligência da PMES

A Divisão administrativa da Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Espírito Santo de acordo com o Quadro de Organização Básica da Corporação Policial Militar capixaba está atualmente, assim estruturada:

Estrutura Organizacional da Diretoria de Inteligência da PMES

Comando		
Divisão de Inteligência <u>Seção de Inteligência - 1/SI</u> (Segurança Pública)	Divisão de Busca <u>Seção de Busca - 1/SB</u> (Telemática) Subseção de Busca - SSB (telemática)	Divisão de Contra Inteligência <u>Seção de Contra Inteligência - 1/SICI</u> (Institucional)
Seção de Inteligência - 2/SI (Movimentos Sociais)	<u>Seção de Busca - 2/SB</u>	Subseção de Contra Inteligência - SSCI (SIPOM)
Subseção de Controle e Registro - SSCR	Subseção de Busca - SSB (Equipes)	Subseção de Contra Inteligência - SSCI (Ensino)
Seção de Inteligência - 3/SI (Criminal)	Subseção de Ações especializadas - SSAE	Subseção de Contra Inteligência - SSCI (Credenciamento)
Subseção de Inteligência - SSI (Informática)	Subseção de Assuntos Correntes - SSAC	Subseção de Contra Inteligência - SSCI (Arquivo)
		<u>Seção Administrativa - SA</u> Subseção de Transporte, Armamento e Manutenção - SSTAM

Fonte: Diretoria de Inteligência da PMES

Os Gestores da Diretoria de Inteligência da PMES

Desde a sua criação pelo Decreto n.º 4.328-N, de 28 de agosto de 1998, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Espírito Santo, a Diretoria de Inteligência da Corporação teve como diretores os seguintes coronéis da PMES:



Os coronéis da PMES adiante relacionados, que exerceram seus cargos de diretor de Inteligência nos seguintes períodos:

RELAÇÃO DOS DIRETORES DE INTELIGÊNCIA DA PMES

NOMES	PERÍODO DE GESTÃO
CEL PM JOÃO CARLOS BATISTA	17.09.1998 a 17.02.2000
CEL PM JOSÉ CLAUDIO LIRA	24.02.2000 a 12.02.2001
CEL PM FERNANDO ANTONIO DE ARAÚJO	12.02.2001 a 07.03.2002
CEL PM JULIO CESAR LUGATO	21.03.2002 a 09.01.2003
CEL PM JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA	10.01.2003 a 09.07.2003
CEL PM ROBERTO LUIZ FRANCISCO	10.07.2003 a 06.11.2003
CEL PM ORLADY ROCHA FILHO	06.11.2003 a 13.03.2006
CEL PM MOACIR PROVEDEL	13.03.2006 a 12.04.2006
CEL PM ADILSON SILVA TOLENTINO	12.04.2006 a 08.06.2006
CEL PM MOACIR PROVEDEL	08.06.2006 a 07.06.2007
CEL PM CARLOS EDUARDO MARQUES MAGNAGO	08.06.2007 a 17.09.2007
CEL PM JOSÉ CARLOS ALVES CARNEIRO	19.11.2007 a 12.01.2009
CEL PM ROBSON LUIZ MARTINS BARBOSA	12.02.2009 a 11.03.2010
CEL PM FRANCISCO PONCIO	11.03.2010 a 03.12.2010
CEL PM ANSELMO LIMA	03.12.2010 a 07.01.2011
CEL PM OCARLY FREITAS BARROS JUNIOR	07.01.2011 a 05.08.2011
CEL PM EDMILSON DOS SANTOS	05.08.2011 a 11.10.2011
CEL PM ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA	11.10.2011 a 06.06.2012

CEL PM CARLOS ALBERTO LIBERATO	06.06.2012 a 12.07.2012
CEL PM RUY GUEDES BARBOSA JUNIOR	12.07.2012 a 24.05.2013
CEL PM MARCOS ANTONIO DE SOUZA NASCIMENTO	24.05.2013 atual ...2013

Fonte: Boletins do Comando Geral de 1998 a 2013.

A História Continuará

Assim, por questões óbvias não citamos nesta obra, com exceção dos diretores, os nomes de todos os oficiais e praças, nossos heróis anônimos que ao longo dos anos executaram, executam e vão continuar fazendo a história de Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Espírito Santo, desempenhando a espinhosa e perigosa missão de levantar dados investigativos de forma sigilosa em todos os setores das atividades criminosas, fornecendo sempre com muita lisura, os dados necessários aos esclarecimentos dos delitos praticados por qualquer pessoa contra a segurança da sociedade capixaba.

Referências

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. *80 anos da Atividade de Inteligência no Brasil*. Disponível em: www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/. Acesso em 10 abr. 2013.

BRASIL. Decreto n.º 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Novo regulamento à Inspectoria de Investigação e Segurança Pública. *Coleção de Leis da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 645, 31 dez. 1920.

_____. Decreto n.º 17.999, de 29 de novembro de 1927. Instituí o Conselho de Defesa Nacional. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 2 dez. 1927.

_____. Decreto n.º 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Organiza o Conselho de Defesa Nacional. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 2 mar. 1934.

_____. Decreto-lei n.º 6.378, de 28 de março de 1944. Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências. *Coleção de Leis da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 297, 31 dez. 1944.

_____. Decreto-lei n.º 9.775-A, de 06 de setembro de 1946. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 10 set. 1946.

_____. Decreto n.º 27.583, de 14 de dezembro de 1949. Aprova o Regulamento de Salvaguarda das Informações que interessam a Segurança Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 15 dez. 1949.

_____. Decreto n.º 27.930, de 27 de março de 1950. Dispõe sobre a aplicação do Regulamento de Salvaguarda das Informações que interessam a Segurança Nacional (R.S.I.S.N.). *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 30 mar. 1950.

_____. Decreto n.º 43.810, de 29 de maio de 1958. Cria o Curso de Informações na Escola Superior de Guerra. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 29 maio 1958.

_____. Decreto n.º 44.489, de 15 de setembro de 1958. Dispõe sobre o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) de que trata o Decreto-lei n.º 9.775-A/1946. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 15 set. 1958.

_____. Decreto n.º 60.417, de 11 de março de 1967. Institui o novo Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 17 mar. 1967.

_____. Decreto n.º 68.448, de 31 de março de 1971. Cria a Escola Nacional de Informações (EsNI). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 31 mar. 1971.

_____. Decreto n.º 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 16 set. 2002.

_____. Decreto n.º 6.540, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Estrutura Regimental da Agência Brasileira de Inteligência. *Diário Oficial da*

União. Brasília, DF, 20 ago. 2008.

BRASIL. Lei n.º 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 15 jun. 1964.

_____. Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 8 dez. 1999.

_____. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula os procedimentos a serem observados se para garantir o acesso às informações no Brasil. *Diário Oficial da União*. ed. Extra. Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Medida Provisória n.º 2.216, de 31 de agosto de 2001. Altera dispositivos da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1 set. 2001.

_____. Nota de Instrução n.º 2. Ofício circular n.º 74 – E/3. *Inspetoria Geral das Polícias Militares* (IGPM), Brasília, DF, 2 jun. 1970.

CASTRO, Frei J.J. Pedreira. *Bíblia Sagrada*. 112 ed. São Paulo: Ave Maria, 1997.

ESPIRITO SANTO (Estado). Lei n.º 1.997, de 29 de março de 1964. Dispõe sobre a organização básica da PMES. *Diário Oficial do Estado*. Vitória, ES, 30 mar. 1964.

_____. Lei n.º 3.044, de 31 de dezembro de 1975. Dispõe sobre a organização básica da PMES. *Diário Oficial do Estado*. Vitória, ES, 31 dez. 1975.

_____. Decreto n.º 4.328-N, de 28 de agosto de 1998. Cria a Diretoria de Inteligência na PMES. *Diário Oficial do Estado*. Vitória, ES, 28 ago. 1998.

ESPIRITO SANTO (Polícia Militar). Boletins e Aditamentos da PMES. *Arquivo Geral*, Quartel do Comando Geral, Vitória, 1960 – 2013.

FONTES, Martins. *Terras da Fantasia*. São Paulo: Typographia D. Escholastica Rosa, 1933.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Trad. Eugênio Vinci de Moraes. Disponível em: www.lpm.com.br, acesso em 10 fev. 2013.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. *O Ensino Militar no Brasil*. Rio

de Janeiro: BiBliex, 1958.

WILSON, John Hughes. *Escritos sobre Tolices na Inteligência Militar*.

Disponível em: www.rusi.org/about/staff/ref, acesso em 10 fev. 2013.

TZU, Sun. *A arte da Guerra*. 19 ed. Adap. James Clavell. Trad. José Sanz. Rio de Janeiro: Record, 1983.

NO ES: COTAXÉ, O MOVIMENTO DE MATRIZ MESSIÂNICA MAIS LONGEVO DA HISTÓRIA DO BRASIL

*Elio Ramires Garcia**

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa comparativa que estuda fatos importantes da história do estado do Espírito Santo. A pesquisa concluiu que ocorreu no Espírito Santo um movimento de matriz messiânica em duas fases, uma messiânica, a qual transitou para uma fase política e organizada, transição esta interfaceada pela ação de um ente político com um projeto de abrangência nacional. O Movimento de Cotaxé foi, assim, o único na história do Brasil a apresentar esta singularíssima transição.

Palavras-Chave: Movimentos Messiânicos. Movimento de Cotaxé. Permanências. Transição. Longevidade.

Apresentação

Este artigo é resultante de um trabalho monográfico apresentado ao curso de pós graduação Lato Sensu da Faculdade Castelo Branco, em 2011. Nele são relatados fatos importantes da história do estado do Espírito Santo, na rubrica das lutas camponesas no geral, e, em particular nos movimentos assim ditos messiânicos rústicos. Estudando fatos registrados pela imprensa nas décadas de 1950 e de 1960, ocorridos principalmente no distrito de Cotaxé, município de Ecoporanga a partir de 1955, e também os arquivos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo referentes a duas Comissões Parlamentares de Inquérito, de 1953 e 1962, respectivamente, vários

* É graduado em História pela Universidade de Uberaba (MG) e especialista em História do Brasil pela Faculdade Castelo Branco, de Colatina (ES).

Tem publicado artigos sobre o Movimento de Cotaxé e sobre o período da ditadura militar, com ênfase nos movimentos de resistência e clandestinidade.

pesquisadores conseguiram encadear fatos, contextualizando-os e abrindo caminho para abordagens historiográficas outras. A partir da comparação das informações destas fontes, além de breve resumo destes fatos, neste artigo chega-se à algumas conclusões. Dentre as que se destacam estão as de que ocorreu no Espírito Santo um movimento de matriz messiânica em duas fases, uma messiânica, que, na sequência, transitou para uma fase política, organizada e consciente, interfaceadas pela atuação de um agente político que aplicava uma orientação política de abrangência nacional. Considerando-se suas duas fases, sua longevidade foi de aproximadamente 18 anos. Destarte, o aqui genericamente denominado Movimento de Cotaxé torna-se o único na história do Brasil a apresentar esta singularíssima transição, além de constituir-se no mais longo movimento de matriz messiânica da história do Brasil.

Do "Estado União de Jeovah" à União dos Posseiros de Cotaxé! Singularidades: Transição e Longevidade

1. No extremo noroeste capixaba, o lócus mítico do Estado União de Jeovah

Uma região de florestas exuberantes, a serra dos Aimorés era disputada pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais desde 1903. A região permaneceu praticamente despovoada até a década de 1930. Levas de agricultores sem terra, provenientes primeiramente da Bahia e de Minas Gerais, para lá se deslocavam, em busca de terras para plantio.

Como resultado da construção da Ponte Florentino Avidos, em Colatina, no ano de 1928, que permitia a fácil transposição do rio Doce, inicia-se o fluxo de capixabas para a ocupação daquela que

foi a última área incorporada à fronteira agrícola estadual e ao processo civilizatório. A partir da atuação das madeireiras, intensificou-se o chamado ciclo madeireiro, resultando na construção de estradas e instalação de povoados e vilas que, mais tarde, dariam origem a cidades como São Domingos, São Gabriel, Pancas, Alto Rio Novo, Mantenópolis, etc.

O auge da ocupação ocorre na meação da década de 1940, quando é registrado um acentuado crescimento da população da área. Por essa época, um pregador visionário, oriundo da Bahia, aporta à região. De fala fácil e com um discurso fortemente religioso, Udelino Alves de Matos propõe a construção do paraíso na sua sede verde, a serra dos Aimorés. Com relação ao seu discurso, o pesquisador VILAÇA, 2007, assevera: "havia uma língua para unificar os deserdados: o dialeto da terra de mãos dadas com uma religiosidade que fundia Deus ao metafísico coletivo".

A este discurso da terra acrescenta, em função da dualidade de poder e, ao mesmo tempo, pela ausência dos mesmos, a criação, já supostamente efetivada por Getúlio Vargas, de mais um ente federativo, um novo estado que chamar-se-ia "Estado União de Jeovah".

Chega mesmo a estabelecer os rudimentos de uma organização estatal, com sede de governo, dignitários, ostensórios, bandeira, hino oficial e, inclusive, destacamentos armados, a força armada do novo estado. VILAÇA, 2007, afirma que Udelino, "no córrego Canela da Ema fez construir um barracão, nele localizando a sede do seu governo. O galpão ficava a apenas légua de Cotaxé, povoado escolhido para ser a capital do estado".

A chegada do pregador, o baiano Udelino, deu-se em 1948, ano no qual inicia suas atividades e a sua pregação. Ele agrega o apelo da terra — que ecoava fortemente entre os camponeses sem terra — a um discurso de natureza religiosa na tradição dos movimentos com base no messianismo, buscando a materialização da utopia da

terra prometida, na qual imperariam a abundância, a justiça e a paz social. HASSE, 2002, afirma:

Sua proposta aos "colegas lavradores" para chegar ao paraíso era simples e ousada: naquela terra de ninguém, onde fazendeiros, jagunços, posseiros, grileiros e polícia decidiam a sorte no grito e na bala, todos deveriam unir-se em torno dele, redividir as fazendas, defendê-las com suas próprias armas e, simplesmente, parar de pagar os impostos.

VILAÇA, 2002, recupera o discurso de Udelino através de depoimentos e conclui de forma muito semelhante:

Meus colegas lavradores! O Pai Eterno nos deu o paraíso! Os estados do Espírito Santo e de Minas disputam o mando sobre a nossa terra! A polícia é como um gafanhoto de farda! Precisamos de um grupo forte para enfrentar as autoridades! Não pagaremos mais impostos!

Munido com um memorial contendo 866 assinaturas de posseiros, Udelino dirige-se, em maio de 1952, ao Palácio do Catete, então sede do governo federal, e tenta até mesmo uma audiência com Getúlio Vargas. Em entrevista a O JORNAL, do Rio de Janeiro, denuncia as arbitrariedades dos grileiros e da polícia militar. Há registro confirmado de uma correspondência do secretário de Getúlio, Lourival Fontes, encaminhada a Udelino, dando conta da impossibilidade momentânea de ser atendido o seu pleito (referindo-se à criação do estado União de Jeovah!), em virtude ser necessária uma reforma constitucional para tanto.

Retornando a Cotaxé, Udelino, portando e brandindo folhas de papel com as armas da República, afirmava que ali estava a sua nomeação como Delegado Federal de Terras. A seguir, desmandou-

se, como "delegado de matos", na ação contra grileiros e outros proprietários, legalizados ou não, em atitudes truculentas apoiado pela sua força armada, comandada pelo índio pojichá conhecido como Jorge Come-cru.

Em 1953, o movimento jeovense é liquidado. O estado União de Jeovah desaparece do mapa antes mesmo de nele ter entrado. Em fevereiro daquele ano, o governo do estado do Espírito Santo determina que uma nutrida força policial se desloque para a região, sob o comando do então Ten.PM Jadir Rezende, o qual, usando de extrema violência, liquida o sonho da construção de União de Jeovah. A violência inaudita empregada pela força policial conduz à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em abril de 1953, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).

Foi o dobre de finados para o assim chamado movimento jeovense. Udelino e seu reduzido estado-maior desaparecem, ou são "desaparecidos".

2. Estudando as permanências: um só movimento em duas fases distintas

Contudo, permanecem os fatores que engendraram a atuação posterior dos atores sociais presentes na área, tanto camponeses e grileiros, com seu exército particular de jagunços, quanto madeireiros e pecuaristas.

No contexto político da época, no ambiente de certas liberdades democráticas do período Juscelino, inicia-se a organização de entidades representativas dos interesses do campesinato. A II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em setembro de 1954 na cidade de São Paulo, decide criar a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Bra-

sil). Os anos 50 vivem o início da 1.^a onda de lutas pela reforma agrária no país.

Em 1956, com base nos pioneiros da ocupação, surge a União dos Posses de Cotaxé, imprimindo uma marca política, consciente e organizada a um movimento inicialmente de natureza nitidamente messiânica, mística e religiosa, além de espontânea.

Mesmo desaparecido Udelino e seu sonho de construir o "União de Jeovah", permanecem os fatores que determinarão o recrudescimento da luta pela terra naquela região. Permanece irresolvida a questão da propriedade e da titulação da terra, objetivo maior dos posseiros. Também permanecem a violência institucional e a violência social.

O aparato de Estado permanece presente e atuante na defesa de grileiros e seus aliados, os madeireiros e pecuaristas. Apesar da repressão policial, permanecem na área os mesmos atores sociais do período jeovense, muitos posseiros, inclusive pioneiros da ocupação, e seu oponente de classe, os grileiros, pretensos proprietários das glebas com base em títulos emitidos por cartórios de Minas Gerais, da região de Nanuque e de Carlos Chagas, não raro sem qualquer amparo jurídico.

Posseiros e grileiros, além de seu séquito de jagunços, não raro integrantes da força pública, constituem-se nos ingredientes que propiciarão os acontecimentos ulteriores, mesmo desaparecido Udelino.

No arejado ambiente político do pós-Estado Novo (malgrado Dutra!) e, principalmente, nos períodos Vargas e JK, grupos e partidos políticos com visão social mais avançada, entre eles o PC do Brasil, buscam inserir-se entre os destacamentos mais combativos do campesinato de então.

2.1 Um novo ator político faz sua aparição em Cotaxé

Na década de 1950 passam a ocorrer intensas movimentações camponesas no nordeste, no centro e no sul do país.

Na esteira da redemocratização, após a derrocada da ditadura estadonovista, determinadas forças políticas avançadas passam a propor a reforma agrária e buscam estabelecer ligação com os setores mais mobilizados e aguerridos do campesinato.

A influência do cenário da guerra fria apontava para um redirecionamento da linha política do Partido Comunista, dita de conciliação de classes, para uma explosiva proposta à esquerda, de assalto direto ao poder, delineada pelo chamado *Manifesto de Agosto de 1950*. É neste ambiente político-ideológico que passam a ocorrer intervenções dos grupos políticos de esquerda junto aos camponeses, os comunistas em particular. CUNHA (1997) assevera:

Foi com esta perspectiva de revolução que setores do Partido, entusiasmados com a vitoriosa revolução chinesa e a possibilidade de implementar uma política a ser transposta naquele processo e norteadas por uma concepção *teórica revolucionária do campo cercando as cidades*, lançaram-se ao reforço dos movimentos sociais.

Neste mesmo período, por exemplo, ocorrem lutas pela terra na região de Porecatú, no Paraná, e nas regiões de Trombas e Formoso, no estado de Goiás, estas duas últimas sob a liderança do líder camponês José Porfírio, militante da reforma agrária e também ligado ao Partido Comunista. As Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião e atuando principalmente no nordeste do país, levantam a bandeira da reforma agrária, com o seu conhecido lema, mais como expressão de retórica que de reais intenções, de "reforma agrária, na lei ou na marra".

É no contexto da Resolução de Agosto que o PC do Brasil, no Espírito Santo, faz sua aparição no cenário das lutas camponesas na região de Ecoporanga, município criado em 1955, particularmente nas localidades de Cotaxé, Estrela do Norte e Imburana.

A presença e a atuação do PC do Brasil ocorrem ainda na primeira metade da década de 1950. Desloca-se para Cotaxé, em 1952, o militante político Cleonizeth Alves Tristão com a finalidade de montar uma farmácia e um armazém de secos e molhados. Formalmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Tristão, oriundo de família comunista, passa a estruturar a organização local do Partido Comunista do Brasil (PCB). A partir daí, algumas das lideranças mais influentes e combativas entre aqueles posseiros foram "recrutadas" pelo PCB. Cleonizeth Tristão recruta para as fileiras partidárias o posseiro pioneiro Genuíno da Silva Gama e seus filhos Romualdo, José Genuíno e Benício, além do tabelião Zulmarino Alves Porto, o cavouqueiro Sebastião Baier, o sitiante e dono da pensão de Cotaxé, Francisco Calazans Pinheiro, o Chico Gato, o posseiro Jurandir Pereira Pinto, o sitiante e poeta José Apyro das Virgens e outras combativas lideranças dos posseiros. A organização partidária chega a contar com 30 militantes naquela área, de acordo com os levantamentos do jornalista Luzimar Nogueira Dias.

No centro da atividade do PCB estavam tanto a organização das atividades produtivas, inclusive a formação de grupos de auto-defesa, quanto a discussão da situação do campesinato como classe. Desempenha papel importante o poeta-lavrador José das Virgens, o autor do hino oficial do Estado União de Jeovah. Elemento consciente, das Virgens compreendia a situação de sua classe social e suas necessidades. Defensor e pregador em favor da reforma agrária, difundia a ideia de que apenas a posse da terra e o trabalho conduziriam à obtenção de uma vida feliz.

A partir de então, os posseiros passam contar com orientação política e organizativa, diretivas para a produção agrícola e comer-

cialização de madeiras, além das providências para a autodefesa, nos vários casos de ataques dos grileiros e seu exército particular de jagunços. GARCIA (2011) assinala:

A etapa da conscientização, organização e da articulação com outros movimentos camponeses, é a nova componente orgânica e política e consiste no elemento novo que passa a existir no período pós-Udelino, introduzido pelo PCB.

2.2 Movimento articulado como sindicalismo urbano

A presença e a ação conteudista e organizativa do PC do Brasil conduz à participação dos posseiros de Cotaxé na organização, em novembro de 1957, da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (FLATAES), no bojo do I Congresso Estadual dos Lavradores. Cinco anos mais tarde, em junho de 1962 e com o decidido apoio do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo (CONSINTRA-ES) e de outros sindicatos urbanos associados, realiza-se o II Congresso Estadual dos Lavradores. Ao final deste, e nas condições da nova legislação sindical rural do Governo Jango, é organizada a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (FLATAES).

Os conflitos na área se exacerbam no período de 1959 até 1962, com seu auge em abril daquele mesmo ano. Este período é, por vezes e inapropriadamente, denominado como sendo a revolta camponesa de 1959 a 1962. Mais uma vez a Polícia Militar do Espírito Santo é acionada e passa a atuar contra os posseiros com a violência que lhe é peculiar.

Entre estes, também recrudescem a disposição de resistir às arbitrariedades. Além da resistência, ocorrem reais choques entre posseiros e jagunços, choques à mão armada e resolvidos à bala.

A extrema violência da ação policial suscita, inclusive, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo no ano de 1962.

3. Transição e longevidade

A função dirigente do Partido Comunista, a partir de 1955, era responsabilidade do dirigente comunista camponês Enéas Pinheiro, o qual prestava assistência à organização do Partido no município de Ecoporanga. Com o golpe de abril, Enéas, agora do PC Brasileiro, passa à clandestinidade. Ainda em 1964, em função da presença do PCdoB na área desde 1963, este envia para a região um quadro camponês e garimpeiro, natural de Minas Gerais, aqui conhecido pelo nome de Sampaio. Este deslocamento de quadros prende-se ao fato de que as direções, tanto a nacional quanto a estadual, do PCdoB, propunham-se a organizar, naquelas paragens, um bastião para possíveis ações armadas contra a ditadura militar, como era projeto de abrangência nacional daquele partido, estratégia hoje largamente conhecida e comprovada.

Sampaio é deslocado e, para seu lugar, vai o secundarista cearense, já na clandestinidade, lá conhecido como Parangaba, aqui conhecido como Augusto, cujo nome legal é Carlos Augusto Lima Paes. Em função da real situação existente na área e a impossibilidade de, sob as condições da ditadura militar, manter-se o projeto original, Parangaba retira-se, acompanhando o último líder dos posseiros, Benício Jacinto da Silva, no final do ano de 1966, até o norte do país. Este relata:

Só não fui preso porque não estava em casa. (...) Durante 28 dias fiquei escondido nas matas de Cotaxé, esperando uma oportunidade para fugir

da região. Só consegui com a ajuda do companheiro "Augusto", enviado pelo comitê regional do PC do Brasil (DIAS, 1984).

Este foi ato final da epopéia que ocorreu, por quase 20 anos, no território do estado do Espírito Santo.

A transição de movimento messiânico para movimento político e organizado é o problema central que o estudo monográfico apresentado em 2011 propõe-se elucidar. Em que circunstâncias isso ocorreu, quais foram os fatores subjetivos que se fizeram presentes na área, ao lado dos fatores objetivos, os quais transitaram de uma etapa a outra, e que permaneceram, mesmo depois de liquidada a fase jeovense, qual o fator que interfaceou a transição, estas as questões, esta a problematização proposta no projeto de pesquisa.

4. Conclusões

Mediante uma observação algo acurada dos textos dos principais pesquisadores que estudaram este quase desconhecido episódio da nossa história, este autor conclui, em apresentação esquemática, que:

1 – **Um único movimento em duas etapas:** O movimento de Cotaxé consistiu em um único movimento, com duas etapas nitidamente distintas; a etapa messiânica e espontânea e a etapa política, consciente, organizada e articulada com outros movimentos sociais, o sindicalismo urbano em destaque;

2 – **Permanências:** Importantes e fundamentais atores sociais, como posseiros, grileiros e jagunços, além de madeireiros e pecuaristas, a violência social e institucional, além da irresolvida questão da propriedade da terra, permanecem presentes — e por isso, transitam à etapa posterior — mesmo após o desaparecimento do líder

messiânico Udelino Alves de Matos e a liquidação de seu projeto de construção de um novo ente federativo na região contestada por Minas Gerais e Espírito Santo, nos ermos da Serra dos Aimorés, o estado "União de Jeovah";

3 – **Interface:** o PC e a passagem de uma fase a outra: Além das permanências, de natureza objetiva, novos atores políticos fazem sua aparição no cenário do extremo noroeste. De natureza conteudista e organizativa, a aparição do PC do Brasil torna-se o fator subjetivo que interfaceia a transição de uma etapa a outra, principalmente no período posterior à criação do município de Ecoporanga, em 1955, e à organização da União dos Posseiros de Cotaxé em 1956. Este fator político garante a continuidade, sob nova forma e conteúdo, do movimento aqui genericamente chamado "Movimento de Cotaxé".

4 – **Transição:** Destarte, Cotaxé foi, na história do Brasil, o único movimento que apresentou a singularidade de haver transitado de uma etapa a outra, com diferenças marcantes entre as duas, sendo esta passagem interfaceada por um agente político, o PC do Brasil, o PCB, e, após 1962, o PC do Brasil, o PCdoB, que se fizeram presentes no cenário dos acontecimentos seguindo diretrizes políticas de âmbito nacional em ambos os casos.

5 – **Longevidade:** Tendo seus primórdios no final da década de 1940, este movimento se estende até 1966 quando, sob as condições de existência da ditadura militar, os últimos líderes dos posseiros encaminham uma solução negociada com o então proprietário da área, sendo indenizados pelas benfeitorias e transferindo-se, em seguida, para o norte do país. No tempo, atravessa os governos Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, adentrando-se pelo período da ditadura militar. Torna-se, por isso mesmo, o mais longo dos movimentos de matriz messiânica na nossa história, ainda que praticamente desconhecido mesmo no Espírito Santo.

Conclusão

Em terras capixabas ocorreu, então, o mais longo dos movimentos de matriz messiânica e também o único que, por ação de atores políticos, em destaque o Partido Comunista, transita de uma etapa messiânica e espontânea para uma etapa política, organizada e consciente.

Só recentemente, em livro organizado pelo historiador Rubim Leão de Aquino, o movimento de Cotaxé, pela primeira vez, ultrapassa as divisas do Espírito Santo, ganhando uma referência na historiografia brasileira.

Este movimento, desde suas premissas até seu desfecho, é abordado no capítulo 2 da monografia apresentada em curso de pós-graduação por este autor. Seu título explica-se por si: Lutas camponesas no Espírito Santo — Do "Estado União de Jeovah" à União dos Posseiros de Cotaxé: Transição de movimento messiânico e espontâneo a movimento político, consciente, organizado e articulado — Aspectos singulares: Transição e Longevidade.

Marcadamente incomum e singular, Cotaxé, todavia, permanece desconhecido e ausente da historiografia capixaba.

Parafraseando Luzimar Nogueira Dias, o primeiro autor a abordar de forma mais abrangente o movimento de Cotaxé, esperamos que este trabalho possa, ainda que modestamente, auxiliar a "resgatar a memória do Espírito Santo e compreender seu presente", como contribuição para divulgar um dos mais belos momentos das lutas do povo capixaba.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Rubim Santos Leão de, et alii. *Sociedade brasileira – uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apo-*

geu do neoliberalismo. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Record, 2000

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-7/Artigo-3-p83.pdf. Acesso em 23/08/2010, às 21:47 hs.

DIAS, Luzimar Nogueira. *Massacre em Ecoporanga: Lutas Camponesas no Espírito Santo*. 1ª. ed. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984

GARCIA, Elio Ramires. *Movimentos Camponeses no Estado do Espírito Santo – Do "Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: Transição de Movimento Messiânico e Espontâneo a Movimento Político, Consciente, Organizado e Articulado – Aspectos Singulares: Transição e Longevidade*. Monografia apresentada ao curso de especialização em História do Brasil da Faculdade Castelo Branco, Colatina (ES), em setembro de 2011.

HASSE, Geraldo. *A curta vida de União de Jeová*: Disponível em <http://galileu.globo.com/edic/92/conhecimento1.htm> - acesso em 04/07/2010 - 20:14 hs

_____, Geraldo. *Faroeste caboclo: Meus Colegas Lavradores*. Revista Século. Vitória, n.º 06, ago/2000, disponível na Revista Século, número 06, ano 2000.

MAO, Zedong. *Informe sobre una investigación del movimiento campesino en Junan*. Obras Escogidas de Mao Tse-tung, Tomo I, 1ª. ed. Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968. Disponível em marxists.org.

PONTES, Wallace Tarcísio. *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo.

VILAÇA, Adilson. *Cotaxé: Romance do Efêmero Estado "União de Jeovah"*. 2ª. ed. Vitória: Textus, 1999

_____. *Cotaxé, A Reinvenção de Canudos*. 1ª. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.

_____, Adilson. *As CPIs do Esquecimento*. Disponível na Revista Século, Vitória (ES), número 25, ano 2002.

_____, Adilson. *Faroeste Capixaba: Rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei*. Disponível na Revista Século, Vitória (ES), número 21, ano 2001.

_____, Adilson. *Memórias de um sargento de milícias: nascido para guerrear*. Disponível na Revista Século, Vitória (ES), número 19, ano 2001.

SOUZA, André Luiz Gomes de. *História do Estado União de Jeová*. Disponível em http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes7_AndreLuizGomesdeSouza.pdf. Acesso em 14/07/2010, às 23:39 hs.

O PERFIL FANTASIOSO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO, O MESSIAS DE OS SERTÕES

Jô Drumond (Josina Nunes Drumond)

Focalizaremos aqui apenas a figura um tanto mítica de Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel) da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902. As demais personagens se resumem a oficiais, soldados, jagunços e moradores de Canudos.

O comando político da região de Monte Belo, naquela época, sob a tutela da igreja, pertencia ao barão Jeremoabo, proprietário de mais de 60 fazendas. Havia muitos conselheiros empenhados na conversão dos pecadores e na execução de obras de caridade. Havia também os devotos, chamados de beatos, que se dedicavam à salvação da alma.

Euclides aborda detalhadamente o insulamento causado pelas secas e os antecedentes na formação de Canudos, povoado que mais tarde se tornou por um lado, "estrada para o céu", para os devotos de Antônio Conselheiro, e por outro lado, cenário de carnificina, para a história brasileira.

Antes de traçar o perfil (não muito correto) de Antônio Conselheiro, Euclides remonta à história de seus ancestrais. Segundo ele, o beato era descendente dos Maciéis, família famosa pela contenda sanguinolenta com a família dos Araújo. Seu pai, homem honrado e correto, teve morte traiçoeira, provocada pela família rival. Antônio Maciel foi um adolescente tímido, tranquilo e caseiro. Era caixeiro na casa de negócios de seu pai, em Quixeramobim. Tal qual seu genitor, era calmo e muito correto. Encarregou-se da subsistên-

Obs. esse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla, publicada pela Editora Opção, em 2013, sob o título de *Ecos do sertão: sertões – vozes do árido, do semiárido e das veredas*

cia de suas três irmãs até seus respectivos desponsórios. Por sua vez, fez um casamento desastroso, que o desequilibrava emocionalmente. Viveu em várias localidades e exerceu diversas profissões, como caixeiro, escrivão e requerente, descambando, cada vez mais, para tarefas amenas, rumo à vadiagem. Sua mulher foi raptada por um policial. A vergonha da desonra fez com que ele enveredasse por desconhecidos lugares dos sertões, para se esconder no anonimato. Ficou desaparecido durante dez anos. Surgiu depois na Bahia, como anacoreta, com aparência esquelética, cabelos longos e desgrelhados, que se emaranhavam a quase meio metro de barba. Usava um tipo de túnica azul, de algodão, e apoiava-se a um bastão. O andarilho errante nunca falava de seu passado. Alimentava-se mal e dormia à beira dos caminhos, ao relento. Sua figura misteriosa ganhou prestígio. Por onde passava (interior de Pernambuco e de Sergipe) era o conselheiro favorito e o árbitro de todas as divergências. O passo seguinte foi o de evangelizador. Chegou a Itabaiana em 1874. Vivia de esmolas, mas só aceitava a esmola suficiente para a subsistência do dia. Recusava os excessos. Dormia em tábuas ou chão duro. Espontaneamente, foram surgindo alguns seguidores, que, segundo Euclides, se tratava de "gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mândria e à rapina" (OS, p.180).

Um dos adeptos carregava um oratório tosco, em torno do qual faziam suas preces. Em cada vilarejo, entravam em coro de ladainhas, com o oratório erguido, como se fora um troféu. Erguiam também cruzeiros e bandeiras do Divino. Sua chegada em cada aglomeração urbana correspondia a um grande evento e monopolizava a atenção de todos. Conselheiro rezava, aconselhava e fazia prédicas. Sua fama foi crescendo e, em pouco tempo, pregava a multidões, em improvisados palanques. Por onde passava, construía ou reformava templos, capelas e cemitérios. Os vigários faziam vistas grossas e o

deixavam agir, porque graças à sua atuação junto às comunidades, aumentava o número de batizados, casamentos, novenas, festas, enfim, eventos que aportavam rendimentos à igreja.

Em 1876, o beato foi preso na vila e Itapicuru acusado de assassinato da mãe e da esposa. Foi levado a Salvador e depois solto, devido à improcedência da denúncia. Sua vida íntima, como a de Euclides, romanceada com toda sorte de especulações, transformou-se em tragédia antiga, com diferentes matizes. Euclides foi traído pela mulher, tentou matar o amante dela e acabou assassinado. Anos mais tarde, o filho mais velho resolveu se vingar da morte do pai e acabou igualmente assassinado. Em ambas as situações, o assassino, Dilermano de Assis, foi inocentado por ter matado em legítima defesa.

Antônio Conselheiro, segundo relatos (sem comprovação), foi alertado por sua mãe, a respeito da infidelidade da esposa. Anunciou que ia partir em viagem, deu meia-volta e ficou de tocaia, para um flagrante, arquitetado por sua mãe, que não apreciava a nora. À noite, alvejou um vulto que galgava uma das janelas de sua casa. Logo após, entrou em casa e atirou também na esposa, que dormia. Para sua surpresa, o suposto amante, inerte no chão, era sua mãe travestida de homem. Na tentativa de forjar o flagrante para incriminar a nora, acabou alvejada pelo próprio filho.

Tanto a vida de Euclides quanto a de Antônio Conselheiro se prestam sobremaneira à fabulação trágica para a literatura, cinema e teatro. A de Conselheiro não é passível de comprovações, mas a de Euclides está registrada detalhadamente nos autos do processo judicial.

Outro ponto em comum entre ambos é a misoginia, talvez devido à infidelidade conjugal. Conselheiro era radicalmente misógino. Considerava a beleza feminina a face tentadora de Satã. Nunca olhava para uma mulher. Quando tinha que falar às beatas, mesmo que fossem velhas, fazia-o de costas.

Antônio Conselheiro se tornou chefe espiritual e político de Canudos, pequeno arraial que cresceu vertiginosamente. Na época da quarta expedição, chegou a ter, segundo consta, 25.000 habitantes. Ele não era analfabeto. Havia concluído as primeiras letras completas, que incluía o ensino do latim. Falava como um padre, mas não ministrava sacramentos. Era teocrata, centrado a devoção em Cristo e à virgem Maria. Segundo a teocracia, o poder, vindo de Deus, só podia pertencer aos príncipes. Por esse motivo o Beato era a favor da monarquia por questões religiosas e não políticas. Apesar de ser católico, sua pregação se referia a um estágio anterior ao concílio de Trento. Portanto acreditava no poder divino dos reis, no respeito à propriedade, na defesa da família e na luta contra os inimigos da Igreja (judeus, protestantes, maçons e republicanos). Seu enfrentamento ao Governo começou com o repúdio à cobrança de impostos e a outras medidas governamentais.

Euclides da Cunha aborda de forma magistral, como produto do meio, a "psicose progressiva" do devoto aclamado pelo povo como o apóstolo do Bem.

Segundo ele, a religião do mestiço é também mestiça: misto de antropismo indígena, de animismo afronegro e de fanatismo católico lusíada.

Segundo Euclides, Antônio Maciel, desde jovem, era uma figura obscura, enigmática e errante. Comunicava-se por monossílabos, nunca falava do passado, dormia ao relento e quase não comia:

(...) seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe talvez, o temperamento delirante [...] (a multidão) precisava de alguém que lhe traduzisse a idealização indefinida e a guiasse nas trilhas misteriosas para os céus...

O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato.

Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças.

E cresceu tanto que se projetou na História (OS. p.178/9).

Antes de escrever a obra *La guerra del fin del mundo*, mais volumosa que *Os sertões* (706 páginas), sobre a mesma temática (conflito de Canudos), Mario Vargas Llosa pesquisou acontecimentos, documentou-se sobre o conflito, esteve no sertão baiano para conhecer as pessoas, o clima e a topografia, leu a obra de Euclides da Cunha, ou seja, baseou-se em fatos documentais para, posteriormente, produzir sua ficção.

Llosa focalizou, sobretudo o fanatismo religioso, sob um viés irônico. Em sua obra, Antônio Conselheiro, o "fanático santo" pregava o fim do mundo, a limpeza da alma, para se entrar no paraíso; via os miseráveis e despossuídos de bens materiais como seres mais puros, eleitos de Deus. Suas pregações, na visão de Llosa, davam dignidade aos sertanejos e valorizavam sua maneira de ser. Estes passaram a sentir orgulho de si. Marginais, cangaceiros e ladrões também eram aceitos como "escolhidos do Bom Jesus". Eles se juntavam à comunidade de Canudos, considerada como "o reino dos escolhidos", e tinham fé em alcançar o éden.

Rinaldo de Fernandes, organizador da obra *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*, escreveu um longo ensaio focalizando quatro personagens do livro de Llosa, no qual mostra aspectos positivos e negativos com relação à historicidade do fato.

Parece certo que, preocupado em tratar de um 'absurdo' histórico, Vargas Llosa terminou banalizando um acontecimento extremamente significativo. Vendo a guerra, sobretudo como um choque de 'fanatismos' (que se equivalem), o escritor de certa forma simplificou a história

— e, nesse sentido, foi bem menos penetrante do que Euclides da Cunha [...] Se Vargas Llosa, por um lado, enriquece seu romance ao retratar com propriedade vários personagens e episódios históricos, por outro o empobrece ao justificar as razões da guerra através dos 'fanatismos'. É como se a história fosse suspensa para entrar em cena um bando de 'loucos' que instauram o caos (FERNANDES, 2002, p.411/437).

Após a análise de dois importantes textos de autoria do beato, encontrados após o final da guerra, houve uma mudança do perfil meio fantasioso que se tinha de Antônio Conselheiro (louco ou fanático), corroborado por Euclides da Cunha e Vargas Llosa, na literatura.

Em 1983, o professor e estudioso José Calasans criou o Núcleo Sertão, no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, para o qual transferiu seu grande acervo documental sobre Canudos, fruto de décadas de pesquisa e de busca de provas. Um dos documentos coletados era nada menos que um manuscrito contendo os sermões de Antônio Conselheiro, datado de 1895, com mais de oitocentas páginas, achado em Canudos, num lugar chamado Santuário.

Outro manuscrito do Beato, datado de 1897, contendo 618 páginas, foi resgatado num sebo, e devidamente analisado. Tais documentos mudaram os pareceres equivocados a respeito de Antônio Conselheiro. Na realidade não se tratava de loucura, de heresia nem de heterodoxia. Caiu por terra a concepção de que o arraial de Canudos era formado por um bando de fanáticos, seguidores de um lunático. Antônio Conselheiro sabia se expressar razoavelmente, e pregava a religião segundo a ortodoxia eclesiástica. Apesar de ser chamado reverentemente de Santo Antônio Aparecido, Irmão Antônio, Antônio dos Mares, Santo Conselheiro, Nosso Pai e de Bom Jesus Conselheiro, e apesar também de ser considerado por seus seguidores como milagreiro, no registro de seus sermões não há

nada que possa respaldar tais exageros, nem que possa demonstrar a pretensão de se considerar um santo homem.

Acrescente-se a tais informações a respeito dos manuscritos, extraídas do livro de ensaios intitulado *Eucliana*, de Walnice Nogueira Galvão (2009), o fato de já existir uma edição fac-similar desses escritos à disposição dos pesquisadores, no Centro de Estudos Baianos, da UFBA.

Sabe-se que Conselheiro morreu de desidratação, antes do término da guerra. Foi enterrado no dia 22 de setembro. Terminada a guerra, no dia 5 de outubro, seu corpo foi exumado no dia 6. Sua cabeça foi cortada, levada para Salvador, e exposta na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1905, um incêndio na faculdade reduziu a cinzas o lúgubre troféu de guerra. É interessante observar que, por ironia do destino, o Devoto, que tanto batalhou para a construção de cemitérios, no afã de dar descanso aos mortos, teve seu túmulo profanado e a cabeça indecorosamente exposta em público.

Antônio Conselheiro acabou sendo o estopim do longo conflito de Canudos, que causou tantas mortes, tantos gastos, tantos sofrimentos e tantos dissabores para ambas as partes contendoras. Entrou de forma trágica para a história, arrebanhando consigo, para outra dimensão, uma multidão de fiéis seguidores e outra de "filhos da pátria", convocados pelo Governo para as nefastas campanhas contra Canudos.

REYNALDO SANTOS NEVES POR REYNALDO SANTOS NEVES:
APONTAMENTOS SOBRE A AUTOFICÇÃO EM *SUELI*:
ROMANCE CONFESSO

Karina de Rezende Tavares Fleury

*Não sou eu o personagem de
meus contos: apenas o seu autor.*

Reinaldo Santos Neves

A carga de sinceridade estampada na epígrafe acima (colhida da página 106 da segunda edição de *Sueli: romance confesso*¹, de Reinaldo Santos Neves) parece querer enredar o leitor a se tornar parte de um "pacto de verdade", cuja promessa de dizer a verdade, somente a verdade parece se desfazer na fragilidade dos pronomes "eu" e "meu", na insustentabilidade do verbo "ser" e na indecidibilidade do substantivo "autor".

Foi por meio de Derrida, escreve Evando Nascimento, em "Matérias-primas: da autobiografia à autoficção — ou vice-versa", que "aprendi a desconfiar de tudo o que leva o prefixo 'auto', de toda a carga excessiva colocada no 'eu', no 'me' e no 'mim', além, é claro, do nome dito próprio" (2010, p. 191-192). A provisoriedade do sujeito está diretamente relacionada à impossibilidade da linguagem, e por sua vez, à impossibilidade da escrita de si, ou autobiográfica, responder a perguntas como: "quem sou eu?" ou "quem é esse 'eu' que me/nos fala?". "**Eu sou eu.**/ Eles são eles./ Sueli é você" (grifo nosso) determina Reinaldo numa das epígrafes de *Sueli*.

¹ Publicado em 1989, o livro *Sueli: romance confesso* é ambientado na cidade de Vitória-ES. Tem como enredo a história do amor platônico de Reynaldo por Sueli, uma conhecida repórter de televisão local. A coincidência dos eventos, dos lugares, dos nomes dos protagonistas, e também de nomes de algumas personalidades da sociedade capixaba, inserem o leitor na seara da autoficção.

No entanto, "eu sou quem sou é a frase mais falsa que já se pronunciou no globo" (2008, p. 87), escreveu Nascimento em seu livro *Retrato desnatural* (diários 2004-2007). Isso porque o "eu", na busca de se (re)conhecer e de ser (re)conhecido, está sempre num processo de (re)construção, de re-apresentação de si mesmo. O decadente pensamento cartesiano ("Penso, logo existo"), deu lugar ao moderno, "*Je pense donc je suis*" ("Penso, logo sou"), de Nietzsche, em que não há espaço para se apreender o sujeito plenamente constituído, ahistórico.

O verbo "ser" é provisório e, por isso mesmo, corrói a visão do sujeito como verdade absoluta. O sujeito se performa cada vez que diz "eu sou eu", criando novas máscaras de um "eu" *in progress*.

A câmera move-se lentamente na direção do Teatro Carlos Gomes [...]. O tempo todo ali transeuntes transitam. Um desses euntes entra em cena, pára e olha para dentro do teatro. Está de jeans, camisa Raphy com discreto quadriculado marrom e branco, lembrando remotamente um tartan escocês. Sou eu: eis-me em cena (NEVES, 1991, p. 51).

O autor, com ares de ator, cresce e se desenvolve assim, meio sem roteiro, meio de improviso, com a mesma naturalidade com que a narrativa apresenta as ações cotidianas vividas por ele e pelas demais personagens da trama.

A esse respeito, Elizabeth Duque-Estrada, citando Alan Sheridan, afirma que "o homem como objeto de conhecimento científico, surge quando a linguagem deixa de ser o modelo de conhecimento universal e inquestionável. Quando a linguagem se torna opaca, problemática, um objeto a ser conhecido, o homem segue o mesmo caminho" (SHERIDAN, 1980, apud DUQUE-ESTRADA, 2009, p. 25).

Nesse sentido, o solo onde se edifica *Sueli*: romance confesso é movedição e o limite entre realidade e ficção é embaçado.

Queria ter memórias dela para guardar de souvenir. Queria atravessar, ainda que suave, o curso de sua biografia. Deixar, se não uma marca, um registro: RSN esteve aqui por um momento. Queria amar Sueli simplesmente porque me parecia feita para ser amada por mim (NEVES, 1991, p. 81, grifo nosso).

Quem é o RSN que fez de suas memórias matéria-prima para a literatura? A coincidência nominal entre o protagonista e narrador, Reynaldo Santos Neves, e o autor da obra, Reynaldo Santos Neves (ou RSN para ambos, se preferir) é desmentida pela presença do verbo "estar". Estamos diante de uma falácia cuja fórmula se repete em seu mais recente livro, o segundo volume de *A folha de Hera* (2012), conforme explica Rita de Cássia Maia e Silva Costa, no ensaio "Quando o autor se torna ficção", publicado no Caderno *Pensar, A Gazeta*, do dia 10 de novembro:

[...] a estrutura narrativa se organiza em torno de falsas atribuições, note-se o *savoir faire* do romancista que, ao criar o personagem tradutor Reynaldo Santos Neves, assim com "y", a exemplo do que fizera em *Sueli* (romance de 1989) desvencilha-se do labirinto de referências construído por ele, [...], evidencia que o próprio autor do romance é uma ficção. Ou seja, o escritor inventa a si mesmo como auto (COSTA, 2012, p. 7).

Assim, o autor de *Sueli*, ao contrário do que possa parecer, não apresenta uma identificação dos sujeitos autor, narrador e personagem vividos por RSN, mas, parafraseando Nascimento, uma "intertroca de papéis": "O leitor é convocado a intertrocar papéis com todas essas máscaras ficcionais, atribuindo também algo de sua própria vida, sem o que a literatura permanece letra morta" (2010, p. 199).

Serge Doubrovsky propõe em *Fils* (1977) que o "termo autoficção" seja usado para indicar "o tipo de narrativa em que os nomes do autor, do narrador e do protagonista coincidem" (DOUBROVSKY, 1977, Apud NASCIMENTO, 2010, p. 191). O "auto" grafado nas páginas da "ficção" apresenta uma narrativa escrita em primeira pessoa que se produz sozinha e na frente do leitor:

Mas espera lá: o que é isso que você estou fazendo? Ela passa, no governo dos seus pés, e este idiota continuo andando em frente, sem desviar o curso, e o leitor dirá que sou a mesma pessoa do começo do capítulo, quando não sou. Já estou transformado. Já não está ali em mim quem estava algumas linhas atrás. Estou transtornado (NEVES, 1991, p. 143).

O estranhamento que experimentamos diante do (des)acordo de "você estou" nos remete à famosa frase de Rimbaud: "*Je est un autre*" ("Eu é um outro"), ou para melhor entendermos, o eu nada mais é que o(s) outro(s) que há em mim ficcionalizado(s).

Em *Sueli*, nos deparamos com dados reais, comuns para quem é capixaba: ruas, bairros, bares, empresas, pontos turísticos e pessoas de destaque, como nos fragmentos abaixo:

Este romance tem sua história e sabe por onde começar Mas como começar? O como começa um romance é um abracadabra: daí deriva (é minha opinião), desse toque inicial, toda a mágica do texto [...]. Assim, pra começo de romance, poesia. Tudo começou em poesia ali na **praça Costa Pereira, centro de Vitória, no Teatro Carlos Gomes** (NEVES, 1991, p. 11, grifo nosso).

Em tudo isso a Ceia flutuando conforme a maré, para cima e para baixo. Às vezes acho interessante o que escrevo, às vezes uma merda (Ibid., p. 91, grifo nosso).

Ouçõ falar que ela quer me conhecer porque sou

o autor da **Crônica de Malemort** (Ibid., p. 100, grifo nosso).

Essa amiga tem nome, mas esse nome dessa amiga de Sueli não vai constar do texto do romance. **Paulo Sodré** me pediu cheio de dedos, detestando interferir em obra alheia. Mas pois não: concedo. Só que o seu pedido gera um problema inédito para este romance: a invenção de um nome de personagem. Todos os que entraram em cena até agora (à exceção da moça anônima do capítulo anterior) trouxeram consigo seus próprios nomes, simplificando a minha tarefa (Ibid., p. 100, grifo nosso).

Essas informações estão ladeadas a outras não tão reais assim, o que pode confundir o leitor desavisado de que está preso às malhas de um jogo literário conduzido com maestria por Reinaldo Santos Neves que monta uma essa "estrutura labiríntica" em que "o leitor não encontra um ponto sólido para se apoiar com segurança, ou seja, dados biográficos se misturam à ficção de forma que o terreno se torna instável", como afirma Nelson Martinelli Filho, em "As múltiplas faces do romancista" (*Caderno Pensar, A Gazeta*, 10/11/2012, p. 8).

Pensando bem, é grande o poder que Edna Teixeira detém nas alvas brancas mãos. Ficando no meio, é ela quem recebe e transmite todas as informações. Comanda todos os discursos: tem poder de revisitar e retocar os discursos originais. [...] E se tivesse resolvido dar um toque pessoal a toda informação transmitida – modificar a história de acordo com seu próprio gosto literário e sua fértil imaginação? [...] Como saber o que era ficção e o que não era [...]? (NEVES, 1991, p. 141).

De fato, é grande o poder da literatura, é grande o poder da ficção e não dá mesmo para saber o que é ficção e o que não é (na verdade, isso é o que menos importa na obra), porque o sujeito da

escrita é resultado de uma construção que opera tanto dentro do texto ficcional quanto fora dele (na "vida mesma").

Ainda que o autor imprima de próprio punho a sua assinatura na página em branco do romance, a título de dar fé ou garantir ou endossar sua real condição de autor, como fizera Barthes, em *Roland Barthes por Roland Barthes* (2003), e por Reinaldo Santos Neves, em *Sueli: romance confesso*, ainda não estamos nas entranhas da ficção, onde, pois, a escrita se situa no interstício entre a mentira e a confissão?

Mas Leonor Arfuch não nos deixa esquecer: "não existe coincidência entre a experiência vivencial e a totalidade artística" (ARFUCH, 2005, apud KLINGER, 2007, p. 43).

[...] e me dou conta, só agora, de repente, que em momento algum de todas as vezes (não muitas, é verdade) em que estivemos juntos, em nenhum instante de momento algum Sueli me chamou pelo nome, nem com i nem com y [...]. Hoje exorcizado o demônio está, e Sueli não significa mais que o nome de uma de minhas personagens femininas, que é o que ela realmente é. Para mim, agora, quem existe de verdade é esta Sueli. A outra? A outra não passa de uma ficção sem importância (NEVES, 1991, p. 169).

Se na articulação da escrita narcisista a assinatura do autor pressupôs um quê de veracidade ao texto, a confissão de que a Sueli não passa de mais uma de suas personagens femininas, nos mostra que é nesse espaço, em que "toda verdade sobre si mesmo deve ser considerada ficção" (Barthes), que

o leitor poderá integrar as diversas focalizações provenientes do registro referencial e ficcional num sistema compatível de crenças, e onde poderá jogar os jogos do equívoco, as armadilhas, as máscaras, de decifrar os desdobramentos, es-

sas perturbações da identidade [...] (ARFUCH, 2005, apud KLINGER, 2007, p. 44).

Esse mesmo espaço a que nos referimos acima também pode ser lido no traço grafado pelo autor interposto entre o vocativo "Sueli" e a sua assinatura. Trata-se, sem dúvida, de um lugar de representação onde cada receptor pode inserir a sua própria longa história; um lugar que não se esgota, que não se fecha em torno do que é certo ou errado, do que é sinceridade ou autenticidade.

Mas, se após todas essas reflexões o leitor ainda tiver dúvidas sobre quem foi o responsável por fazê-lo alcançar o prazer do gozo textual ao conhecer Sueli: Reynaldo Santos Neves ou Reinaldo Santos Neves, vale ouvir a voz do mestre: "Tudo isto deve ser considerado como dito por uma personagem de romance" (BARTHES, 2003, p. 11).

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

COSTA, Rita de Cassia Maia e Silva. Quando o autor se torna ficção. *A Gazeta*. Vitória, 10 novembro 2012. Caderno Pensar, p. 6- 7.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. Im/possibilidades da autobiografia. In: _____. *Devires autobiográficos: a atualidade da escrita de si*. Rio de Janeiro: NAU/Editora PUC-Rio, 2009, p. 17-58.

KLINGER, Diana. O retorno do autor ou The personal is theoretical. In: _____. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 36- 57.

MARTINELLI FILHO, Nelson. As múltiplas faces do romancista. *A Gazeta*. Vitória, 10 novembro 2012. Caderno Pensar, p. 8.

NASCIMENTO, Evando. Matérias-primas: da autobiografia à autoficção – ou vice-versa. In: NASCIF, Rose Mary Abrão; LAGE, Verônica

Lucy Coutinho (Org.). *Literatura, crítica, cultura IV: interdisciplinaridade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 189- 207.

_____. *Retrato desnatural* (diários 2004-2007). Rio de Janeiro: Record, 2008.

NEVES, Reinaldo Santos. *Sueli: romance confesso*. 2. ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Ufes; Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 1991.

O ESCRITOR AFONSO CLAUDIO (1859-2009): REPUBLICANO E FOLCLORISTA

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Resumo: Objetivo destacar o valor do escritor Afonso Claudio como republicano e como folclorista. Como republicano, ele, além de participar de movimentos políticos — abolicionistas e fundar a Sociedade Libertadora de Domingos Martins, escreveu a obra *A insurreição dos Queimados*, em que narra a crueldade das forças militares contra um quilombo no município da Serra — ES. Como folclorista, contribuiu para o Folclore Brasileiro com a obra *Trovas e Cantares* onde apresenta textos folclóricos com notas explicativas, dando à obra um caráter científico.

O escritor **Afonso Cláudio de Freitas Rosa**, desde 1938, é o PATRONO DA CADEIRA 27, da Academia de Letras do Espírito Santo — ALES, da qual faço parte e da qual pertenceram homens ilustres, como Eurípedez Queiroz do Valle, Elmo Elton e Roberto Almada, meus antecessores. A prolixidade desse escritor e a sua importância para o Estado do Espírito Santo é destacável e inquestionável. Foi um folclorista, um poeta, um historiador, um advogado e um político capixaba.

Afonso Claudio formou-se em Direito, em Recife, e, no Espírito Santo, exerceu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do ES; participou do movimento republicano e atuou na política do Estado, onde foi o primeiro governador (em 1889), depois de ser proclamada a República. Também atuou como professor de Direito

* doutora em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós doutora pela UNED- Madri, membro do IHGES, da ALES, da AFES, da APEES, professora no PPGL-UFES, tem trabalhos publicados (impressos, online e CDs) em revistas especializadas, em jornais e em anais de congressos com temas referentes às línguas e às literaturas espanhola e brasileira e, ainda, livros didáticos e infantis, tradução de obra, livros de poesia, de crônicas e de ensaios.

Romano, de Administração Civil e de Penal Militar na Faculdade de Niterói e foi advogado, no Rio de Janeiro.

Afonso Cláudio nasceu em Santa Leopoldina, em 02 de agosto de 1859 e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1934. Além de Patrono da Cadeira 27, foi ocupante, na ALES, da Cadeira 01, cujo patrono é Marcelino Pinto Duarte e o atual ocupante o acadêmico Ferdinand Berredo de Menezes.

Hoje são 40 as Cadeiras dessa Academia, mas, quando foi fundada, em 04 de setembro de 1921, possuía apenas 20 membros. Em 18 de julho de 1937, foi filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil e foram preenchidas as vagas dos falecidos acadêmicos e, em 1938, o número de Cadeiras de 20 elevou-se para 30. Nessa ocasião, prestou-se uma homenagem a Afonso Cláudio, colocando-o como patrono de uma nova Cadeira, a 27. Para ocupá-la, por primeira vez, foi designado o desembargador Eurípedez Queiroz do Valle.

Afonso Cláudio fez o seu curso primário em sua cidade natal. O secundário e o superior ele os realizou em Vitória, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. Em Recife, fez amizades com pessoas que se tornariam representativas no Brasil, tais como: Gumercindo Bessa, Clóvis Bevilacqua, Faelante da Câmara, Tobias Barreto e Silvio Romero, a quem mais tarde dedicou a sua obra *Historia da Literatura Capixaba* e por quem mostra admiração pelo seu trabalho de folclorista, dizendo que *Trovas e cantares*, era uma contribuição para o Folclore Brasileiro, "[...] empresa que votou o melhor de sua existência e do seu saber extraordinário o inesquecível Silvio Romero". (p.16). Tanto Silvio Romero como Tobias Barreto foram seus instigadores, ou modelos, para o seu trabalho de folclorista.

A obra *Historia da Literatura Espírito-santense*, fruto de devotada pesquisa, publicada em 1912 e, em 1981, reeditada, fac-símile, pelo Xerox Brasil, tem intenso valor para a historia literária capixaba.

Afonso Claudio, possivelmente, a escreveu com um objetivo patriótico e divulgador, pois nota-se, nela, o desejo de apresentar a identidade cultural do Espírito Santo. Segundo suas palavras, a obra serviria para a "causa das letras da minha Pátria e em particular do meu torrão natal..." Essa obra, junto à história de poetas e de prosadores, traz versos, canções e contos folclóricos capixabas, como os das faceta dos animais inseridos no capítulo que dedica a Candido Vieira da Costa. Nesse conto, observa, criticamente, que, na historiografia capixaba, não se dava a ênfase devida tanto às "lendas e mitos, quanto aos contos tradicionais populares e religiosos" (p. 138). O capítulo que dedica a João Luis Fraga Loureiro, quando menciona a habilidade deste em recitar os versos heróicos dos *Bandos de Santo André*, comenta sobre os versos que Candido Vieira compunha nas festas de São Benedito e sobre a ocasião em que eram recitados nas festividades da Serra. Também explica sobre a origem histórica dos costumes dos Bandos "afixos em manuscritos às portas dos edifícios por ordem dos capitães-mores" (p. 119-121).

Clóvis Ramallete, no prefácio à edição fac-similar de 1981, da Biblioteca Reprográfica Xerox, para a obra *História da Literatura Espírito-santense*, escreve que "Afonso Cláudio cria, paralelo à história de poetas e prosadores, um repositório de folclore da terra capixaba" e diz que Afonso Cláudio, pesquisando a história literária, "por detrás dela descobriu o povo [e] fundou os estudos de folclore neste País, com antecipação que hoje desperta [...] justificada admiração". Assim, com essa obra, pode-se recuperar a memória literária capixaba colocando a literatura desse Estado na evolução do pensamento Geral do Brasil.

Afonso Cláudio foi um aguerrido político com ideias republicanas. Daí ser um abolicionista e fundador da Sociedade Libertadora Domingos Martins. Sensibilizado pela causa da liberdade, dos direitos humanos, em artigo, em praça pública e na imprensa de Vitória,

conclamava a todos pela extinção da escravatura. Escreveu *A Insurreição dos Queimados*, onde relata a crueldade das forças militares contra um quilombo, no município da Serra, ES, tema desenvolvido, na dramaturgia capixaba pelo Prof. Luiz Guilherme Santos Neves.

Liberal nas ideias, ele se dedicou à luta em prol da proclamação da República no Espírito Santo. Por esse seu desempenho é que foi escolhido pelos republicanos para ser o primeiro governador do nosso Estado. Infelizmente, dez meses depois da posse, teve de abandonar o cargo por impedimentos da saúde. Escreveu obras de Direito, de História e de crítica, de sociologia, de etnografia e fez vários discursos. Entre os seus livros, publicados entre 1885 e 1923, estão: *A Insurreição do Queimado* (crítica histórica); *História da literatura Espírito-Santense*; *História da Propaganda Republicana*; *Biografia do Dr. João Clímaco* (crítica bibliográfica); *Bosquejo Biográfico do Dr. Clóvis Bebiláqua*; *As Tribos*; *Negros importados e sua distribuição no Brasil*; *Os grandes mercados de escravos*; *Comentário à lei da organização judiciária do Estado do Espírito Santo*; *Guia Oficial do Registro Civil*; *Estudo de Direito Romano*; *Filosofia do Direito*; *Trovas e Cantares Capixabas*, onde Afonso Cláudio, seguidor de Sílvio Romero, colocou no papel suas lembranças de menino da Fazenda Mangarai, em Santa Leopoldina.

A importante atuação desse escritor no Espírito Santo levou a receber um município o seu nome. Se o seu trajeto literário é destacável não é menos o relacionado ao Direito e outras áreas. Mostrou-se um jurista talentoso — abordava leis romanas, internacionais e nacionais. Na área relacionada à história, apresenta-se como um crítico competente e, segundo o professor Estilaque Ferreira dos Santos, um criador da identidade negra no Espírito Santo. Quanto às obras referentes à política, revela-se um humanista, um estadista, como disse Francisco Aurélio: "uma ponte entre a modernidade e o futuro, um profeta da modernidade", "um ícone de nossa invenção

democrática"¹. Mas nas obras que Afonso Claudio trata do folclore capixaba, ele se apresenta como um cientista e um amante das manifestações folclóricas.

Em todas as áreas em que atuava Afonso Cláudio era um pensador militante, um "precursor", como já disse Francisco Aurélio. E nas palavras do Prof. Guilherme Santos Neves (1980):

Colhendo, com mão segura, em tantas searas do conhecimento humano, estranhável seria não versasse Afonso Cláudio, da mesma forma e com o mesmo interesse, os estudos do folclore [...] Ninguém, antes de Afonso Cláudio, focalizara o folclore capixaba com aquele *quê* científico e sério por ele aprendido principalmente através das lições de seu colega e amigo Sílvio Romero e de seu mestre Tobias Barreto. De fato, suas caminhadas, por meio da história, da sociologia e da etnografia, por certo, levaram Afonso Cláudio a esta outra ciência do Homem, cujos atalhos iniciais ele abriu em terras do Espírito Santo: o folclore, ou seja, a sabedoria popular — palavra de origem inglesa — da união de *folk* (povo) e *lore* (sabedoria popular).

Corresponde o folclore a um conjunto de crenças, lendas, superstições, festas, artes e costumes de um povo, passados, geralmente, de geração em geração, por meio de ensinamentos e de participação real dos festejos e dos costumes. Contudo, a sabedoria popular se transforma no contacto entre culturas diferentes. As credences e tradições se transmitem através de lendas, cantos, provérbios, canções, danças, artesanatos, jogos, religiosidade (como orações e benzimentos), brincadeiras infantis, mitos, adivinhações, festas e outras atividades culturais que nascem e se desenvolvem com o povo. A autoria é anônima. Há uma tendência ao esque-

¹ Ambas citações foram registradas por mim, durante uma palestra na ALES.

cimento de certas particularidades e ações tradicionais. Mas, para manter-se viva, a herança folclórica deve ser bem administrada e é preciso realizar festejos e exposições de arte, organizar concursos, publicar obras sobre o folclore, registrar em vídeos manifestações culturais e determinar datas festivas.

O escritor espanhol Federico García Lorca, em uma conferência sobre EL CANTO JONDO, fala do valor da cultura popular: "a arte popular não só é criação impessoal, vaga e inconsciente, mas também a criação 'pessoal' que o povo recolhe por adaptar-se à sua sensibilidade".

Afonso Cláudio conhecia a força do folclore na conservação da cultura do Espírito Santo. Organizou o livro pioneiro de copulação do folclore espírito-santense, *Trovas e Cantares Capixabas* (1923), e lhe deu um ar científico, porque seu trabalho não foi o resultado de uma mera inserção de textos, mas de um minucioso estudo com notas explicativas. Essa obra foi reeditada por órgãos governamentais e trouxe uma introdução e notas do Prof. Guilherme Santos Neves o nosso grande estudioso do folclore e estimulador desse veículo de conservação da cultura regional. Sobre a importância dessa obra, na ocasião de sua republicação, em 1980, Bráulio do Nascimento, diretor, nessa época, do Instituto Nacional do Folclore, disse que "publicada há mais de meio século, tornou-se um documento raro de difícil acesso aos estudiosos", logo se impunha uma publicação "[...] não apenas pela importância do conteúdo, mas também pela necessidade de que as novas gerações conheçam e avaliem o trabalho [...]". (1980, p. 07)

Afonso Cláudio quis registrar o folclore do Espírito Santo por reconhecer a sua força dinâmica. Segundo ele "[...] os contactos entre povos diferentes, ainda que por tempo limitado, sempre deixam um resíduo que persiste e lhes sobrevive quando cessam". (p. 21). Para ele, o indivíduo só existe no social.

Na introdução de *Trovas e cantares* cita como exemplo o caráter, os costumes e hábitos do "crioulo", miscigenação do africano, branco ou índio, que, com esse cruzamento e influenciado pelo meio em que vive, tem aptidões diferentes das do africano e adquire dupla influência em sua etnia. Assim escreve retratando o "crioulo":

[...] compraz-se na liberdade e na licença; prefere o trabalho em comum ao isolado; mais depressa se liga à mulher de cor parda ou branca do que à negra; nos seus folgares e descantes, a figuração das danças e temas dos desafios não conservam a monotonia dos *sambas*, nem o regougo simiesco do canto avoengo. (p. 21)

Em sua coleta e publicação de textos folclóricos, Afonso Cláudio procura apresentá-los com maior fidelidade não só colocando notas explicativas como também procurando conservar, em forma ortográfica, numa tentativa de reproduzir foneticamente o modo de falar do povo. Segundo sua opinião (transcrita pelo Prof. Guilherme Santos Neves, p. 13) a conservação da ortografia é "consoante ao modo por que foram as quadras escritas e [...] a poesia inculta para ser estudada não consente a menor alteração. A simples correção de um vocábulo pode importar a destruição do ritmo de um verso e por isso julgamos imprescindível o cunho original". Com esse trecho comprovamos o que dissemos sobre o caráter científico que deu à *Trovas e cantares*.

Quando publicou essa obra, aos 64 anos, e, segundo a sua filha Judite Freitas de Almeida Melo (1980, p. 10), com um entusiasmo de um jovem "cantando quadrinhas, interpelando vários portadores de folclore, fazendo ressurgir lembranças que lhe brotavam do subconsciente...", Afonso Cláudio disse que escrevia em colaboração com o Prof. da Escola Normal do ES, Elpidio Pimentel, e que deixava para uma outra publicação explicações e interpretações de outros textos. Ele justificou essa diminuição pelo problema da publicação: o preço

do papel, a impressão e a mão de obra. Também explica que o leitor poderá nessa obra imperfeita reconhecer a contribuição que a ela dava "para o levantamento do edifício maior, o folclore Brasileiro".

Trovas e Cantares Capixabas está dividida em quatro partes:

– Na primeira, estão as trovas e glosas, as cantigas de salão e de brindes.

Nas **trovas e glosas** há versos infantis, amorosos e satíricos que se cantavam em geral, nas brincadeiras de roda ou em reuniões familiares. Os temas dos quartetos são variados e muitas vezes para se falar de um amor ou desilusão ou problemas amorosos utiliza-se de um animal, principalmente pássaros. Há trovas para vender camarões, há cantos de louvor à Virgem e há versos de festas de salão. Citamos algumas trovas:

1) Infantis:

Sou pequenina Criança mimosa, Trago nas faces As cores da rosa	Mandei fazer um barquinho, Da casaca do camarão, O barquinho sal pequeno, Só coube meu coração
Tenho um cachorrinho Chamado Totó: Ele é malhadinho, De uma banda só.	O formoso pica-pau, Que do pau fez um tambor, Foi tocar alvorada, Na porta do seu amor. (2009, p. 27)

2) Amorosas:

Atirei c' um limão doce Na janela de meu bem Acode a vizinha: "—Enganou-se, É seu alvo muito além".	Papagaio come milho, Periquito leva a fama, Cantam uns e choram outros, Triste sina é de quem ama. (2009, p. 29)
--	---

3) Satíricas:

Sátira para quem conseguiu uma posição por favor de um pistolão. Tatu assobe pau? Num pode sê; Assim <i>cumo assubiu</i> , Há de descê... (2009, p. 30)	Azeitona bem curtida Tem um singular sabor, Só me lembro dos amigos, Quando lhes bebo o licor!...
--	--

4) Cantiga para vender caranguejo:

— Negra pega os caranguejos. Vai pra fora cozinhar, Que o mestre titio não tarda, <i>Aiuê</i> , Seu dinheiro vir buscar. (2009, p. 31)	Caranguejo anda <i>atá</i> , A procurar as entradas, Chegou o mestre titio, <i>Aiué</i> Fez de caranguejos cambadas. ²
--	--

As cantigas de salão eram produções poéticas do final do século "cantadas ou recitadas nos salões espírito-santenses, com acompanhamentos de cravo, espineta, violão, guitarra e bandurra", que se tornaram populares "nos cantares da rua, nas serenatas e passeios marítimos e fluviais e nas festas nupciais, etc". (1980, p. 110)

Afonso Cláudio explica que as *saúdes* (brindes) eram improvisadas, podiam ser cantadas ou recitadas, e os "bardos" eram as pessoas mais instruídas do lugar. Segue um exemplo de uma saudação de saúde por motivo de casamento: (1980, p. 41):

Unido pelo himeneu
Aqui está um par ditoso;
Neste dia jubiloso
Em que ela se prometeu
Por consorte ao venturoso
Mancebo que a desposou;
Venham os cantores e flores
Consagrar laços de amores
Que esta festa consumou.
Enquanto eu no alaúde,
Canto, bebendo à saúde
Dos bem-casados de agora.
Venha de vinho um almude³

² *Atá* . à toa > derivada do árabe *attarrha*.

Aiuê > dialeto africano, olé significado de sim senhor. (2009 p. 108).

Cambadas = porção de coisas enfiadas.

³ Almude é o nome de uma antiga medida de capacidade, correspondente a

Do melhor e do mais puro.
Seja de rosas senhora,
Vosso caminho futuro.

Nos versos de salão, encontra-se o poema anônimo "O treno do Beija-flor" (p. 33-34), no qual descreve delicadamente o vôo desse passarinho e transcreve o seu diálogo com uma rosa e um botão e o seu pedido de perdão às flores pela necessidade que tem de se alimentar. Seguem as primeiras estrofes:

Travesso colibri vi num jardim,
Ruflando as asas junto a flor mimosa,
Ali sorvendo o néctar do jasmim,
Aqui em torno dum botão de rosa.

Penas recurvas, a tremer, louco febril,
Qual se alcançara traiçoeiro espinho;
E depois, num adejo rápido, sutil,
Entre rosa e o botão pousou mansinho.

Pende a rosa ao peso do tirano
Que o dorso lhe verga, e o botão erguido
No hastil, que o mantém ativo e ufano,
Como que deixa escapar leve gemido!...

-Filho, sofres?... alguma dor pungente?
Indaga a rosa e o rebento lhe responde:
-Não vês como se queda este insolente,
Que as suas intenções tão mal esconde?

cerca de 32 litros. O termo almude vem do árabe e era usado em Portugal.

Murmura o beija-flor: - Formoso entre formosos!
Se amas a quem te embalou no seu regaço,
Ouve deste peito os sons angustiosos
Da confissão que sem malícia faço. [...].

Segundo Afonso Cláudio em nota explicativa (2080, p. 100), esse poema é "sem par na lírica espírito-santense e uma das mais belas da lírica brasileira pela delicadeza, colorido e graça, quer da concepção quer da execução". Ele valoriza os trovadores locais por serem "contemplativos da arte de dedilhar a lira para aliviar o coração de momentâneas aflições".

- Na segunda parte de *Trovas e cantares*, há algumas poesias anônimas, versos satíricos em forma de décima, diálogo ou solilóquio, que nos lembram as cantigas de mal dizer dos Cancioneiros Medievais, e/ou as sátiras de Bocage. Nessa parte estão algumas poesias anônimas. Exemplificamos com "Solilóquio do Penedo", onde estão umas estrofes de crítica aos capixabas e aos políticos.

Entram brigues e sumacas,
Patachos por sua vez;
Uns trazem cirurgiões
E outros doutor em leis.

De tudo aqui se precisa
Tenha ou não certa valia;
É de fora o nhonhô vindo?
Domina a Capitania...

Por amor à novidade
Põe-se ao lado o capixaba;
O arribado prospera,
O nosso mesquinho acaba!

Os que foram pra Assembleia
São doutores no berreiro
Finda a ração vão voando,
A catar noutro terreiro [...] (2009, p. 61)

— Na terceira parte há poesias populares (improvisadas ou desafios), religiosas, orações em versos como os se diz a Santa Luzia para tirar ciscos dos olhos e para curar erisipela ou luxações:

Santa Luzia Passou por aqui Com seu cavalinho Comendo capim; Dei-lhe pão, disse que não, Dei-lhe vinho, disse que sim.	O que coso? Carnes mortas Que foram quebradas; Jueios rendidos de encontro ás portas; E pra que fiquem saradas Isto mesmo coso Padecente, pro vosso bom repouso. (p. 77; 78)
---	---

Provérbios e adivinhas.

Quem aos vinte não barba, Aos trinta não casa, E aos quarenta não tem, Não barba, não casa, não vai nem vem. Junta-te aos bons e serás um deles; Junta-te aos maus e serás pior do que eles.	O que é o que é, Igrejinha branca, Sem porta e sem tranca? R... Ovo Qual o alojamento que ninguém constrói e todos os animais possuem? R....Pavilhão da orelha.....p. 82; 84
---	---

– Na quarta, há contos populares e místicos.

Finalmente, Afonso Cláudio, homem humanitário e de ideia política avançada, concebia o folclore com uma ampla manifestação dos sentimentos populares e considerava atividades folclóricas não só os contos, danças, desafios, motes, glosas, festas religiosas com procissões e leilões, mitos, puxada de barcos, fincamento de mastros em louvor a santos, regatas, mas também saúdes (saudações) em datas de aniversário, batizados e nos casamentos, nos improvi-

sos cantados ou recitados que se procuram festejar em reuniões e, com o fim de transmitir verdades, registrou seus pensamentos nas várias obras já mencionadas aqui..

Referências Bibliográficas

CLAUDIO, A. *Trovas e Cantares Capixabas*. Introdução e notas de Guilherme Santos Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC-SEAC-FUNARTE,, Instituto Nacional do Folclore, 1980.

_____. *Trovas e cantares capixabas*. Introdução e notas de Guilherme Santos Neves. 3. ed. Vitória: Secretaria de Cultura: 2009. (Coleção José Costa)

_____. *História da Literatura Espírito-Santense*. Prólogo de Clovis Bevilaqua. Rio de Janeiro: Xerox, 1981.

_____. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/>

MINHA TERRA CAPIXABA, MEU ENCANTO!

*Aldo José Barroca**

Em qualquer canto de Vitória do Espírito Santo, me encanto. Cada recanto, é meu canto...

Ah, tenho sim, o direito de ser ufanista! Nasci na Nação de Jucutuquara, fui criado no Santuário, ou seja, em Santo Antônio, com a proteção de Nossa Senhora da Vitória, a benção de Nossa Senhora da Penha (obrigado, Vila Velha) e São Benedito, do alto da Serra, velando por nós. E ainda viver sob a proteção do manto sagrado do Espírito Santo! Daí, a euforia: Já, ó: sou capixaba! Botando pra pocar. E renascendo o capixabês, sem gastura...

Maravilhoso ter nascido e viver sempre e para sempre na Cidade Presépio, essa Ilha do Mel que é uma delícia. Como me emociono quando comento o amor que sinto por minha terra natal.

Como me fazem bem as lembranças! O som estridente do jovem mulato, anunciando o quebra-queixo pelas ruas, tocando uma haste de ferro em uma argola de aço, equilibrando o tabuleiro na cabeça. E também os garotinhos negros, cativando a freguesia com sua voz infantil: "mendoin torradinho". Dona Domingas, com seu saco às costas, negra, miúda, batalhadora, e os moleques não ousavam caçoar dela, como faziam com as demais figuras folclóricas.

O Parque Moscoso, sem muro e com espetáculos na Concha Acústica, os programas de auditório da Rádio Espírito Santo, no Centro da cidade, o Teatro Carlos Gomes com mais filmes que teatro, o Cine Teatro Glória, os cines Vitorinha, Jandaia, São Luís, Santa Cecília etc.

Os passeios na Praça Costa Pereira, tão bucólica era, os encontros na Praça Oito, os bailes nos clubes sociais, as domingueiras em residências ou em clubes, os banhos de mar nas Praias do Canto, do Suá, Cumprida...

* Professor aposentado pelo INSS e escritor, é associado ao IHGES.

Os jogos dos times de bairro, nos vários campos existentes em Vitória e nas cidades vizinhas, com destaque para o campo do "Sobe e desce", da Ilha das Caieiras, pois tinha um lado mais baixo que o outro. De Santo Antônio à ilha, era uma viagem, de caminhão, por estrada sem calçamento e ladeada pela mata. Aliás, caminhão era o meio de transporte dos futebolistas de fim de semana.

Vendo as fotos antigas de Vitória, compreendo o motivo pelo qual jamais pensei em deixar minha cidade. E não tenho arrependimento: a cidade que era um presépio, pagou o preço do progresso, mudou, perdeu muito de seu bucolismo e de intimidade, pois praticamente todos se conheciam, mas continua linda, com suas belezas naturais e as obras realizadas no decorrer dos anos.

O Porto de Vitória evoluiu, a Fafi, em cujos porões foram aprisionados adversários da ditadura, depois foi palco de agradáveis encontros da juventude e atualmente abriga a Biblioteca Municipal, aulas de dança e teatro e outras atividades culturais.

As Cinco Pontes continuam prestando serviços, com sua beleza tradicional, ligando Vitória a Vila Velha, a Terceira Ponte, imponente, encurtou a distância entre as duas cidades e a Ponte da passagem, que já foi uma pinguela, agora é bonita e facilita o tráfego de Vitória para a Serra.

O Teatro Carlos Gomes agora cumpre sua missão: é teatro e música, o Parque Moscoso, embora agora seja murado, continua bucólico, só falta a Concha Acústica voltar a nos presentear com espetáculos culturais, a Rádio Espírito Santo não está mais no centro da cidade nem tem mais programa de auditório, mas continua com boa programação. Adquirido pelo SESC, o Teatro Glória será Centro Cultural.

Que maravilha a Baía de Vitória, o Penedo, nosso manguezal, berçário do mar, abrigando seres vivos, cujas vidas devemos preservar. A Pedra da cebola, hoje ladeada pelo parque que leva seu nome, a Pedra dos Dois Olhos, as Praias de Camburi, Curva da Jurema, Ilha do Boi...

A moqueca que é primeira e única, pois o resto é peixada, a deliciosa torta capixaba, as tradicionais e batalhadoras panelleiras, produzindo a nossa inconfundível panela de barro e as benzedadeiras de fé inabalável. O congo, ao som da casaca, trazendo alegria em nossos festejos folclóricos e abrilhantando a Festa das Panelleiras, imperdível evento anual.

Tudo isso e muito mais, embelezando e mantendo ativa a cidade, seja por obra generosa da natureza, seja por nossas tradições e nosso folclore, seja pela genialidade de nosso povo.

À beleza de Vitória, unem-se as maravilhas das demais cidades que hoje compõem a Grande Vitória, como o Monte Mestre Álvaro, na Serra, e suas praias, o Monte Mochuara em Cariacica e o Convento da Penha, em Vila Velha, também com suas praias. E as bandas de congo são tradicionais na Grande Vitória, como a Puxada do Mastro na Serra e o Congo de Roda D'Água, em Cariacica.

Destaque interessante: as suaves e belas cores de nossa bandeira são as mesmas das vestes da padroeira de nosso estado, Nossa Senhora da Penha: azul, branco e rosa.

Muitas saudades, sem melancolia: Vitória antiga era maravilhosa, não há lugar para tristeza, as mudanças acontecem naturalmente, em todos os lugares. Muito amor, sem ciúmes: conheço muitas pessoas que vieram de outros estados e têm amor sincero por nossa terra, e isso é motivo de alegria para nós, capixabas.

Ah, não posso esquecer a dupla felicidade: meu primeiro filho nasceu no dia oito de setembro, dia da cidade de Vitória!

Cada vez que viajo, reafirmo meu sentimento pela eterna Cidade Presépio: o retorno é um reencontro de amor com a deliciosa Ilha do Mel.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DE SUA CRIAÇÃO, PRESERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DENTRO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

*Monique Ellen Farias Barcelos**

*Silvia Tamie Matsumoto**

Resumo: A criação de Áreas de Preservação no Brasil tem gerado grande desenvolvimento ambiental e inúmeras controvérsias, quando que comparado a crescimento econômico no país. Com o intuito de se haver uma queda da perda da biodiversidade, tem-se criado as Unidades de Conservação (UCs), uma prática de estabelecer reservas naturais em meio a expansão do desenvolvimento social como prática política mundialmente exercida. Tal eficiência está interligada a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, uma vez que as incorporações destes centros ecológicos conceituam a ampliação da denominação da sustentabilidade e interferem no desenvolvimento de cidades, contrapondo com o objetivo de atender as necessidades de uma comunidade e indução de impacto ambiental. O Estado do Espírito Santo possui uma das mais importantes reservas de Mata Atlântica da região Sudeste e Sul do Brasil, juntamente com outros Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, grande parte desta remanescente é reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Sítio do Patrimônio Mundial.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação, Biodiversidade, Espírito Santo.

Introdução

A criação de Áreas de Preservação no Brasil tem gerado aumento desenvolvimento ambiental, com inúmeras controvérsias, quando se comparado ao crescimento econômico no país. Um dos idealizadores do pensamento de sustentabilidade, em relação a éti-

* Monique Barcelos é Bióloga/Especialista em Engenharia Ambiental/Mestranda do Programa de Fisiologia Vegetal – UFES.

* Silvia Matsumoto é Prof. Departamento de Ciências Biológicas/UFES.

ca conservacionista no Brasil foi André Rebouças, de formação Engenheiro civil, botânico, geólogo e abolicionista, defendeu com veemência a criação de parques nacionais no país havendo sugestão de áreas para implantação.¹

Anos após sua morte iniciou-se a preparação de mapas de localização dos Ecossistemas brasileiros, que por Luis Felipe Gonzaga de Campos, em 1912 publicou o mapa que proporcionou com sucesso a criação da Reserva Florestal do Território do Acre no início do século passado. Contudo, ao citar história mundial de estabelecimento das Unidades de Conservação (UCs), têm-se fiel participação da União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), que teve o principal papel de organizar e avaliar decorrentes dados/experiências e propor diretrizes, com cunho indicativo, que possam auxiliar países a alcançar a desejada conservação da biodiversidade. Porém cada país possui uma forma diferenciada de ressaltar, entender e visualizar as necessidades e objetivos da conservação da natureza, sendo isso decorrente das suas especificações políticas, econômicas, culturais e recursos naturais que possui. Com estas diferenças foram sendo criadas várias categorias de manejo das UCs, estando diferenciadas entre si pelos objetivos que buscam sendo mais ou menos restritivas quanto ao uso dos recursos naturais.²

Com o passar de dois séculos, foi evidenciado uma intensa modificação e imposição a ambientes naturais. Com o intuito de diminuir a perda da biodiversidade, tem-se criado as UCs, uma prática de estabelecer reservas naturais em meio à expansão do desenvolvimento social como prática política mundialmente exercida. No

¹ RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. Unidades de Conservação Brasileiras. *Megadiversidade*. Minas Gerais, v.1, n.1, p. 27-35, 2005.

² BRITO, M.C.W. Unidades de Conservação: Intenções e Resultados. Selo Universidade. FAPESP São Paulo, 1.^a ed., 2000.

Brasil as UCs foram iniciadas a partir de 1937, atualmente o território brasileiro é pontilhado por tais unidades que foram criadas tanto por incentivo estadual ou governamental.³ Anos antes, em 1872 foi criado o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em meio a revolução industrial pelo mundo, o que culminou em um marco histórico de áreas naturais protegidas, e com o decorrer dos séculos houve um aumento de tais áreas.⁴

As UCs tem o intuito de conservar a biodiversidade, sendo mais atuantes na da Amazônia, com o objetivo de conter o desmatamento. Contudo, apenas a criação de UCs não é o suficiente, é necessário eficiência destas unidades.⁵ Tal eficiência está interligada a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, uma vez que as incorporações destes centros ecológicos conceituam a ampliação da denominação da sustentabilidade e interferem no desenvolvimento de cidades, contrapondo com o objetivo de atender as necessidades de uma comunidade e indução de impacto ambiental. Esta relação de sociedade e meio ambiente se deu início na década de 70, quando são viabilizadas publicações sobre a relação capitalista com impactos ambientais. Desse modo, a conceitualização de sustentabilidade é enfática sob inúmeras denominações, com relevância de levar/mostrar a problemática ambiental dentro da visibilidade política.⁶

³ BRITO, loc. cit.

⁴ MENDES, S.L; PADOVAN, M.P. A Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa. *Boletim Museu Biológico Mello Leitão*. Espírito Santo, n.11, v.12, p.7-34, 2000.

⁵ RYLANDS & BRANDON, op. Cit., p.30, nota 1.

⁶ JACOB, P.R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, n.2, p. 233-250, 2005.

Antecedência Social: Interação Homem–Ambiente

Diversas pesquisas relacionando as dimensões humanas são conhecidas como interação homem-ambiente e são diferenciados pela pesquisa disciplinar de vários modos. Tais pesquisas de mudança mundial devem ser relacionadas como pesquisa interdisciplinar decorrente aos complexos fatores de interação. Tais variáveis são coordenadas por um Programa de Dimensão Humana o "International Human Dimensions Programme-IHDP", que a partir de 1996 passou a exercer papel fundamental em criar grupos de pesquisas com o objetivo de estudar as mudanças mundiais, metabolismo industrial e a segurança humana. No entanto, em 1989, a pedido de estudiosos da atmosfera e o clima, passou a ser articulado um programa de pesquisa em mudanças do uso e cobertura da terra em proporção humana ambiental global "human dimensions of global environmental change-HDGC". Este último possui raízes dentro das ciências sociais, por meio de filósofos greco-romanos, árabes, iluministas e posteriormente compactaram a base para as ideias de hoje sobre a relação impacto — ambiente na sociedade, originando três temas a serem observados dentro da história intelectual ocidental até meados do período da década de 50 que tentam explicar estas interações: Determinismo ambiental, possibilitismo e adaptacionismo.⁷

A Ecologia humana se baseia de conceitos oriundos da ecologia, ou seja, de subcategorias/áreas da biologia, tal não é necessariamente vista como uma das ramificações da ecologia. Para muitos historiadores e estudiosos, estudar a relação do homem com o ambiente inclui inúmeros fatores como: econômicos, sociais e psicológicos, que a ecologia humana transcende a ecologia. Porém, para

⁷ MORAN, E.F.; OSTROM, E. *Ecossistemas Florestais: Interação Homem-Ambiente*. São Paulo, Ed Senac, EdUSP. 544 p, 2009.

outros a ecologia humana possui o foco e metodologia mais específica que abrange o entendimento de um comportamento humano sob variáveis ambientais, para tal implica em perda de precisão. No século passado, a ecologia humana percorreu vertentes diferenciadas, de acordo com sua origem disciplinar.⁸

A busca do conhecimento sobre a Terra e o Universo são implicações que norteiam e acompanham a humanidade desde antigos filósofos gregos até a ciência moderna. A sociedade vem acompanhando uma série de problemas envolvendo o modo de interação com a natureza com o processo de produção e reprodução do espaço geográfico, abrindo uma questão sobre o conceito de natureza. Portanto, o pensamento de preservação de hoje faz-se alusão ao modo de produção capitalista, na forma de compreensão das mudanças que houve dentro da sociedade conforme o modo de pensar, interagir e produzir a natureza.⁹ De acordo com Karl Marx, século XIX, é necessário buscar a unidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser dissertada como algo externo a sociedade, onde esta interação é um produto histórico. Marx acreditava que a natureza e suas leis existem independentes da forma de pensamento e desejos humanos, e tais leis só podem ser formuladas com o auxílio de categorias sociais. Sendo a natureza dialética, e tal se dá em função da relação do homem com a natureza.¹⁰

⁸ BEGOSSI, A. Ecologia Humana: Um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciencia*. n.18, v.3, p.121-132. 1993.

⁹ OLIVEIRA, A.M.S. Relação Homem/Natureza no modo de produção capitalista. *Revista Pegada*. v.3, n. especial, 2002.

¹⁰ MARX, Karl. *O Capital*. Nova York: Internacional Publishers, 1967.

Unidades de Conservação

A Unidade de Conservação consiste no empenho científico dentro de Ecossistemas que determinam a variabilidade qualitativa e quantitativa da fauna e flora dentro da mesma. Baseado nisso pode-se explicar que a biodiversidade é resultante de três bilhões de anos de evolução, podendo ser conceituado como representação total de genes, espécies ecossistemas de uma determinada localidade. Tal definição foi primeiramente definido por Norse e MAcNamur em 1980, na qual correlacionava dois conceitos: a de Diversidade Genética, que inclui a variabilidade genética dentro de uma mesma espécie; e a Diversidade Ecológica, onde leva em consideração o número de espécies existentes dentro de uma comunidade.¹¹ Portanto, a biodiversidade não é garantida a sua conservação apenas com a criação das UCs, uma vez que ao longo de cerca de 60 anos do desenvolvimento da atividade de conservação no Brasil e esta quando analisada as experiências de mais de um século com o resto do mundo mostram inúmeras falhas nas criações e gerenciamento das UCs. Destas muitas brasileiras são denominadas de "ficções jurídicas", uma vez que muitas destas unidades nunca saíram do papel. No entanto, a relação de conservação da biodiversidade e dados de bancos genéticos é um dos fatores cruciais para manutenção destas UCs entre outras áreas de preservação, reforçando a ideia de que nestas áreas a presença humana deve ser altamente restritiva e de cunho científico.¹²

Atualmente no Brasil, as Unidades de Conservação são regidas pela Lei 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que é composto por unidades de conserva-

¹¹ ARAÚJO, M.A.R., *Unidades de Conservação no Brasil: da República a Gestão de Classe Mundial*. SEGRAC, Belo Horizonte, 2007

¹² BRITO, op.cit, p. 16, nota 2.

ção federais, estaduais e municipais. Essa lei estabelece dois grupos de unidades de conservação: O integral, que estão contidas cinco categorias de manejo, que possui objetivo principal de preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, e o grupo das unidades de uso sustentável, que contempla sete categorias de manejo, com o objetivo de compartilhar a conservação da natureza de forma sustentável de parcela dos seus recursos naturais.¹³

No Brasil existe a quarta maior superfície terrestre coberta por UCs em todo o mundo, ficando para trás apenas dos Estados Unidos, Rússia e China. Com esta representação mundial, a implantação do SNUC tem enfrentado vários problemas tais como: regularização fundiária das terras que foram declaradas como UCs, déficit de funcionários e de infraestrutura básica, ausência de plano de manejo ou revisão dos planos de manejo existentes, além da deficiência de investimento como principal causa destes problemas, que podem vir a serem agravados por perspectivas de integração de novas UC nos próximos anos.¹⁴ Juntamente para apoiar o cumprimento das metas globais que foram assumidas pelos países signatários na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), foi instituído, em 2005, o Grupo Temático de Sustentabilidade Financeira no âmbito do Fórum Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente. Em conjunto ao SNUC foi criado um Sistema de Projeção de Investimentos Mínimos para a Conservação (IMC), que é elaborado a partir de um modelo que tem o objetivo de calcular todos os custos e investimentos mínimos para que haja consolidação de áreas protegidas. O principal desafio para a formação de uma UC consiste em assegurar

¹³ MEDEIROS, R.; YOUNG C.E.F.; PAVESE, H. B. & ARAÚJO, F. F. S. 2011. *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo*. Brasília: UNEP-WCMC, 44p.

¹⁴ MEDEIROS, R.; YOUNG C.E.F.; PAVESE, H. B. & ARAÚJO, F. F. S., op.cit., p.11, nota 9.

um mecanismo que venha a proporcionar a efetividade sustentável financeira. Diversas fontes de recursos apontam para inúmeras alternativas, uma vez que atributos naturais disponibilizados geram grandes variáveis, abrangentes e economicamente significativos. Conservando para assegurar futuros investimentos biotecnológicos, como para dar garantia de valores culturais e espirituais ligados à natureza.¹⁵

Proteção da Biodiversidade

A proteção de espécies e vida natural tem como base as crenças religiosas e filosóficas que relacionam o valor de conservação, sendo este valor conservacionista encontrado em muitas culturas em todo o mundo ha milhares de anos. Muitas destas crenças sentem a necessidade de fazer com que o homem viva em harmonia com a natureza. Alguns filósofos tais como: Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau mensuram a natureza como um elemento importante para o desenvolvimento moral e espiritual do homem. Já John Muir e Aldo Leopolds, defensores da vida natural, denotam a importância da preservação das paisagens e a manutenção da saúde dos ecossistemas naturais.¹⁶

Outra percepção é a Hipótese de Gaia que identifica na Terra as propriedades de um "super organismo", cujo os componentes biológicos, físicos e químicos sofrem interação para manter as características da atmosfera e do clima¹⁷. Assim, aceitores desta ideia exaltam

¹⁵ FREITAS, A.; CAMPHORA, A.L. Contribuição dos Estados Brasileiros para a Conservação da Biodiversidade: Diagnóstico Financeiro das Unidades de Conservação Estaduais Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Série Técnica Sustentabilidade Financeira de áreas protegidas. *The Nature Conservancy*. Vol 1.2009

¹⁶ PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina, 2001.328 p.

¹⁷ LOVELOCK, J. *A vingança da Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

a importância da redução parcial e/ou até total do trabalho industrial que venham causar qualquer tipo de perturbação ao meio natural. Concomitante a isso, a ideia conservacionista, Gifford Pinchot difundiu a ideia de que os bens encontrados na natureza são considerados recursos naturais da qual deveriam ser bem gerenciados para que haja o favorecimento do maior número de pessoas e havendo relação deste favorecimento por maior tempo possível.¹⁸

A diversidade de organismo dentro de um Ecossistema é um fator positivo, uma vez que o homem possui uma pré-disposição para gostar da diversidade sendo denominado de biofilia. O sistema ecológico pode ser determinado por um organismo, uma população, um conjunto de populações vivendo juntos (comunidade), um ecossistema ou a biosfera inteira da Terra.¹⁹ Consequentemente a complexidade ecológica é também positiva já que as variáveis mais importantes da diversidade biológica aparecem apenas em ambientes naturais, como as interações ecológicas e a coevolução entre as mais variadas espécies. Outro fator positivo é a evolução, pois é um processo altamente eventual que leva a geração de novas espécies e ao aumento da diversidade biológica, portanto, permitir que as populações evoluam em ambiente *in situ* é positivo. Existem evidências mais que conclusivas de que as mudanças da biodiversidade e perda de espécies e mudança de paisagem são provenientes de ações antrópicas. De todas as mudanças uma parece ter maior relevância em fator de impacto, a mudança na cobertura vegetal.²⁰

Com a intensa degradação de florestas e comprometimento dos recursos hídricos se tem uma alta repercussão sobre o equilíbrio ambiental e qualidade de vida das populações. Diante da alta demanda

¹⁸ PRIMACK & RODRIGUES, op. cit., p. 8, nota 12.

¹⁹ RICKLEFS, R.E. *A Economia da Natureza*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 503 p., 2003.

²⁰ MORAN, E.F.; OSTROM, E. *Ecossistemas Florestais: Interação Homem-Ambiente*. São Paulo, Ed Senac, Ed. USP. 2009, 544p.

dos recursos naturais, aumentam as medidas para controlar/minimizar/mitigar a sua utilização. Inúmeros debates em torno de preservação e conservação da vegetação nativa, sobretudo aquela que está a margem de cursos d'água, nascentes e regiões de topografia tênue, sendo um objetivo de estudo de pesquisadores e discussão de ambientalistas para objetivar a importância e proteção destes recursos.²¹

Atualmente existe uma crise em relação a biodiversidade, uma vez que a proporção dos recursos disponíveis representa uma pequena fração do que se é necessário.²² Tem-se como a maior dificuldade da biologia da conservação a possibilidade do desenvolvimento de técnicas que propiciem a conservação destas áreas, havendo minimização de custos para tal, assim o direcionamento de áreas prioritárias pode ser redirecionado estrategicamente as decisões de conservação. Porém, a questão de se manter a biodiversidade não é uma questão estática de tempo e espaço, estando amplamente ligada e dependente de fatores tais como: disponibilidade de recursos e condições ambientais favoráveis.²³

Unidades de Conservação: Estado do Espírito Santo

O Espírito Santo é um Estado de pequena faixa territorial, porém com grande variedade de habitats.²⁴ Esta heterogeneidade é

²¹ NASCIMENTO, M.C.; SOARES, V.P.; RIBEIRO, C.A.A.S.; SILVA, E. Uso do Geoprocessamento da Identificação de Conflito de uso da Terra em áreas de preservação permanente na Bacia Hidrográfica do Rio Alegre, Espírito Santo. *Ciência Florestal*. Santa Maria, v.15, n.2, 207-220, 2005

²² BALMFORD, A.; WHITTEN, T. Who should pay for tropical conservation, and how could the costs be met? *Oryx*. Cambridge, n37, v.2, p.238-250, 2003.

²³ VIEIRA, T.B.; MENDES, P.; OPREA, M. Áreas prioritárias para conservação de morcegos do Espírito Santo sob cenários atuais e futuros. *Neotropical Biology and Conservation*. n.7, v.2, p.88-96, 2012.

²⁴ WEBSTER. *Webster's encyclopedic unabridged dictionary of the english language*. New York. GRamercy Books, 2078 p., 1989.

evidenciada pelas variações da forma de seu relevo, havendo formações de Zonas Naturais. Estas zonas é a divisão de qualquer área contínua, sendo diferenciada em algum aspecto ecológico em relação às áreas vizinhas.²⁵

Com esta heterogeneidade é cabível a existência de macrofaunas, porém existem inúmeros variações dentro de cada uma das regiões, tais como: Região Serrana, Tabuleiros e Planícies Costeiras. Dentre as diferenças está à variação de temperatura, umidade, recursos de água e nutrientes para as mais variadas formas de vida, além das atividades produtivas.²⁶

Em toda a totalidade territorial do Espírito Santo (ES), sul da Bahia (BA) e parte de Minas Gerais (MG) está compreendido o esforço de uma conexão de paisagem denominada de "Corredor Central", este possui o foco de criar interligações que garantam o fluxo de espécies de fauna e flora. O Conceito de Corredores Ecológicos está previsto na Lei 9.985 (citar), e está caracterizado como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, interligados por unidades de conservação possibilitando o fluxo gênico e movimentação da biota, facilitando a dispersão das espécies e recolonização de áreas degradadas bem como a manutenção da população já existente. Tal projeto de corredores ecológicos é um uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e parceria com governos estaduais.²⁷ Cerca de 95% da área deste corredor está localizado dentro de áreas particulares, onde seu sucesso de implantação passa por iniciativas do setor privado, não-governamental e de instituições que participam e promovem atividades sustentáveis, tais como: Ecoturismo,

²⁵ LANI,J.L.; RESENDE,M.; RESENDE,S.B.; FEITOZA,L.R. *Atlas de ecossistemas do Espírito Santo*. NEPUT, Viçosa, 504 p., 2008.

²⁶ LANI,J.L.; RESENDE,M.; RESENDE,S.B.; FEITOZA,L.R, loc cit.

²⁷ LANI,J.L.; RESENDE,M.; RESENDE,S.B.; FEITOZA,L.R, op. cit., p.266, nota 26.

agrossilvicultura, criação de RPPNs, incentivos de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente. O processo de ocupação do ES tem-se início com as entradas paulistas a partir do século XVII e com a posterior implantação de engenhos de açúcar, no entanto, sua total ocupação deu força com o plantio de café na região a partir do início do século XX. Conseqüentemente a isso, cerca de 88% de Mata Atlântica, que dominava a maior parte do território, foi perdida devido a desmatamentos indevidos, na localidade de Cachoeiro de Itapemirim teve a menor concentração de população que a capital, mantendo presente remanescente de floresta dentro de fazendas no período do café e mesmo com o relevo acidentado não impediu o desempenho da extração mineral, da qual abastece 80% do mercado brasileiro.²⁸

O ES possui um dos maiores números de unidades de conservação, quando que comparado com os demais estados brasileiros, mesmo tendo perdido cerca de 90% de seus ecossistemas originais. Ao todo são seis UCs federais e 10 estaduais que estão englobadas no grupo de Unidades de Proteção Integral, além de mais de 20 unidades municipais. Contudo grandes partes destas unidades são de baixa área de concentração o que impede e inviabiliza a preservação dos processos ecologicamente naturais além de algumas áreas de reserva não são legalmente instituídas pelo poder público.²⁹ De acordo com Freitas & Camphora,³⁰ a distribuição das UCs no Espírito Santo pode ser melhor evidenciada mediante a Tabela 1.

²⁸ RIBEIRO, H.B.; FIERI, E.; MÁXIMO, N.; SANTOS, D. *Minha terra protegida; História das RPPN's da Mata Atlântica. Fundação SOS Mata Atlântica/ Conservação Internacional*. 272 p. 2007.

²⁹ MENDES & PADOVAN, op.cit., p.9, nota 4.

³⁰ FREITAS, A.; CAMPHORA, op.cit., p.44, nota 15.

Tabela 1: Unidades de Conservação Estaduais do Espírito Santo

GRUPO	Categoria	Número de UCs	Área (ha)
Proteção Integral	Monumento Natural	01	861
	Parque Estadual	06	7.595
	Reserva Biológica	01	2.910
Uso sustentável	Área de Proteção Ambiental	06	23.015
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	01	954
	Área de Relevante Ecológica	01	573

Diante das ações preservacionistas dentro do Estado do Espírito Santo, teve-se início somente no período da década de 40, através da criação da Reserva Florestal Biológica de Barra Seca em 1941, e Reserva Biológica de Sooretama em 1943.³¹ Para fins de contextualização, as RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Nacional) são previstas em lei desde o primeiro Código Florestal desde 1934. Juntamente a isso, foi criada a primeira RPPN do Espírito Santo, a RPPN Cafundó e posteriormente foi contestado como a maior reserva de Mata Atlântica do estado.³² A partir desta época passou a se ter uma série de ações de conservacionismo da flora do Estado com a justificativa de que o meio ambiente já vinha sofrendo com as agressões de cultura de café e pela pecuária extensiva além da especulação florestal, conforme proposto por Augusto Ruschi, a partir destas medidas e propostas foram iniciadas inúmeras UCs a nível federal, estadual e municipal totalizando, em valores aproximados, 90.200 hectares preservados havendo representativa de apenas 1,98% da área total do Estado do Espírito Santo.³³

³¹ MEDONÇA-FILHO, W.F.; QUEIROZ, D.L.M. Unidades de Conservação no Estado do Espírito Santo. Floresta e Ambiente- FLORAM, Rio de Janeiro, v.3, p.200-207, 1996.

³² RIBEIRO, H.B.; FIERI, E.; MÁXIMO, N.; SANTOS, op.cit., p.5, nota 28.

³³ MEDONÇA-FILHO, W.F.; QUEIROZ, D.L.M, loc. cit.

O Estado do Espírito Santo possui uma das mais importantes reservas de Mata Atlântica da região Sudeste e Sul do Brasil, juntamente com outros Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, grande parte desta remanescente é reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Sítio do Patrimônio Mundial. Essas áreas protegidas contribuem para a qualidade de vida de uma grande parte da população brasileira, gerando benefícios diretos e indiretos.³⁴

Conclusão

O Estado do Espírito Santo possui alta diversidade ecológica. No entanto, com a intensa modificação do meio pela ação antrópica, no decorrer dos séculos, inúmeros problemas vêm dificultando a criação das unidades de conservação e incentivo a sustentabilidade. Contudo, as UCs vêm se mantendo dentro do Estado através de incentivos privados e/ou governamentais que visam à importância de aludidas áreas, não somente pelo bem-estar social como também empenho científico que lhes conferem. Pode-se afirmar que o cunho científico é de alta relevância para garantir futuras descobertas sobre fauna e flora, além da preservação das mesmas, isto porque as unidades não estão conseguindo cumprir, por completo, os objetivos para os quais foram criadas.

³⁴ FREITAS, A.; CAMPHORA, op.cit., p.44, nota 15.

O TEMPO METEOROLÓGICO: OBSERVAÇÕES SOBRE OCORRÊNCIAS DE TEMPESTADES ATMOSFÉRICAS NO ESPÍRITO SANTO E NO BRASIL.

*Ricardo Brunow Costa**

Resumo: Neste artigo tratamos, de modo geral, de vários eventos concernentes a descargas elétricas da atmosfera, compreendendo tempestades, com a presença de relâmpagos, raios e trovões que ocorreram nos últimos anos sobre o nosso território estadual, como também, de outras partes do território nacional. Outrossim, relatamos algumas consequências desses fenômenos atmosféricos sobre os habitantes e, bem assim, como certas medidas necessárias para minimizar ou mesmo evitar determinadas situações perigosas frente a referidos fenômenos naturais.

Palavras-chave: Tempestades. Descargas elétricas. Trovões. Para-raios.

Introdução

A atmosfera terrestre é extremamente dinâmica. O ar atmosférico está a todo tempo em deslocamento constante, tanto no sentido horizontal, como verticalmente. Daí, que, para seu estudo e compreensão há necessidade de serem observados vários dos diversos fenômenos que se processam nesse vaivém desses deslocamentos que são tratados pela ciência meteorológica. Esta, sem dúvida, presta enormes serviços às mais variadas atividades humanas. Por isso, cada vez mais a meteorologia cresce em importância no seu mister de fornecer a previsão de tempo para os inumeráveis setores e atividades da sociedade moderna.

Uma das definições que podemos propor para a ciência meteorológica seria a de que: a meteorologia é a ciência que estuda a atmos-

* Geógrafo, Professor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

fera e os fenômenos que ocorrem no seu interior, sendo suas aplicações principais a previsão do tempo e a climatologia (Mourão, 1979).

De outra maneira podemos dizer que a meteorologia é uma das ciências que estudam a atmosfera terrestre, tendo por foco o estudo dos processos atmosféricos e a previsão do tempo, procurando o entendimento dos fenômenos da atmosfera e as interações entre os seus estados dinâmicos, físicos e químicos, com a superfície terrestre subjacente.

Os fenômenos meteorológicos estão relacionados com variáveis que existem na atmosfera que são principalmente: a temperatura, a pressão e a umidade do ar, suas relações e suas variações com o passar do tempo.

Outra definição para a meteorologia: Estudo científico dos fenômenos atmosféricos cuja análise permite a previsão do tempo.

Até mesmo Platão (427–347 a.C) tinha algo a dizer quando definiu a meteorologia como sendo a pesquisa ou tratado sobre os corpos ou fenômenos celestes.

Na verdade, desde os tempos mais recuados da história da humanidade, o estado do tempo sempre foi importante para os homens. Os fenômenos atmosféricos, como as descargas elétricas da atmosfera, sempre provocaram não só o medo, mas, também, a curiosidade das populações em todos os quadrantes do planeta, tanto que há registros sobre esses fenômenos na Mesopotâmia, com a datação de 4.000 anos atrás. Também entre os antigos gregos os raios eram associados ao Deus maior Zeus; Na China, os raios eram considerados como se fossem armas da deusa Tien Mu; na mitologia nórdica e germânica, os raios pertenciam ao domínio do deus Thor.

E assim, pode-se deduzir que nas tribos ou povos dos mais antigos, devido ao tremendo impacto que os fenômenos processados na atmosfera como os trovões, relâmpagos, raios e as tempestades em geral, passavam grande temor aos nossos antepassados quando presenciavam todos esses eventos naturais. Diante disso, surgiram

mitos e crenças e mil interpretações, como por exemplo, aquelas que concebiam ser tais fenômenos como provenientes de manifestações dos seus deuses.

A seguir, vamos adentrar no que as organizações especializadas nos têm a dizer sobre as ocorrências dos fenômenos que se processam na atmosfera e os efeitos, que por vezes desastrosos, já foram suportados pela população brasileira.

Alguns dados científicos sobre Tempestades com Raios, Relâmpagos e Trovões

Foi somente após a descoberta da eletricidade na atmosfera no início do século XVIII, que a natureza elétrica da atmosfera começou a ser desvendada. Após a descoberta das primeiras propriedades elétricas da matéria, tornou-se evidente que os relâmpagos deveriam ser uma forma de eletricidade associada às tempestades.

O estadunidense Benjamin Franklin foi o primeiro a executar um experimento para provar a natureza elétrica do relâmpago, em 1750. Em 1752 o francês Thomas François D'Alibard também demonstrou que os relâmpagos são um fenômeno elétrico.

Daquela época até os nossos dias os estudos sobre a atmosfera de modo geral, assim como as descargas elétricas atmosféricas tiveram um grande avanço e inúmeros instrumentos foram inventados desde então, permitindo um conhecimento cada vez mais detalhado sobre os fenômenos que se processam no nosso envoltório gasoso, incluindo a compreensão das atividades elétricas deste.

Hoje, sabe-se que o nosso planeta sofreu um aquecimento de 0,6 graus nos últimos trinta anos e poderá vir a aquecer-se de 2 a 8 graus até o final deste século, devido ao aquecimento global provocado pela ação da poluição, conseqüente das atividades do homem.

A situação é agravada pelas evidências acumuladas na última década, as quais indicam que esses eventos extremos tais como furacões, ondas de calor e tempestades severas, associadas a vendavais, tornados e altas taxas de incidência de raios, estão se tornando mais frequentes em todo o planeta.

As tempestades são decorrentes da formação de nuvens que se formam em geral durante as épocas mais quentes do ano, quando as temperaturas são altas, como também a umidade do ar. O calor originário da radiação solar aquece o solo que, por sua vez, aquece o ar das camadas mais baixas da atmosfera. O ar então, se expande e sobe, e subindo, vai ceder calor ao ar das camadas mais altas, e, aí se esfria; esfriando, o ar ascendente se condensa, formando nuvens chamadas cumulo-nimbus ou nuvens de tempestades.

As tempestades de determinado local dependem de vários fatores, como: a topografia, a latitude, a proximidade de massas d'água e a continentalidade.

Quanto aos relâmpagos, estes são uma corrente elétrica muito intensa que ocorre na atmosfera, com típica duração de meio segundo e trajetória de cinco a dez kms. O relâmpago é consequência do rápido movimento de elétrons de um lugar para outro. Como esses elétrons movem-se muito rápido, eles fazem o ar ao seu redor iluminar-se, resultando em um clarão que aquecendo-se, resulta em um som que é o trovão (ver adiante). Apesar de estarem relacionados a tempestades, os relâmpagos também podem ocorrer em outras ocasiões.

Os relâmpagos de bola também chamados de globulares são ainda pouco compreendidos. Têm duração de aproximadamente 4 segs, apresentando-se com forma esférica, diâmetro de 10 – 40 centímetros, as cores variando do branco, amarelo e azul. Brilho semelhante a uma lâmpada fluorescente, emitindo som sibilante (som agudo) e despreendendo odor forte (de enxofre), terminado numa explosão ou desaparecendo repentinamente.

Relativamente aos raios, estes podem ocorrer entre nuvens, não atingindo o solo, como podem ocorrer dentro de uma mesma nuvem. Também ocorrem entre o solo e as nuvens e entre as nuvens e o solo. Entretanto, as que mais preocupam são as descargas nuvem-solo, evidentemente. Segundo estimativas, devem ocorrer aproximadamente cem milhões de raios nuvem-solo por ano no Brasil, a maioria na Amazônia. As descargas da nuvem-solo correspondem a 99% dessas descargas elétricas.

Quanto aos trovões que apavoram tanta gente, na verdade não oferecem perigo algum, assim como as trovoadas que são a consequência da sucessão das descargas elétricas. Ora, o relâmpago provocado pela descarga elétrica produz um aquecimento muito elevado no meio aéreo causando uma expansão do ar, originando o som de grande intensidade que nada mais é do que o trovão.

Estima-se que para cada grau de aumento de temperatura ocorra um aumento de cerca de 10% no número de tempestades, fato preocupante aos nossos dias, uma vez que devido ao efeito estufa, a tendência no aumento da temperatura do planeta tem sido registrado em muitas partes do mundo.

Pode parecer exagero mas, a verdade é que em média, de 50 a 100 descargas elétricas atmosféricas acontecem a cada segundo, considerando-se toda a superfície do planeta, comprovações essas que são realizadas por aparelhos ou instrumentos especiais destinados para este fim e corroborados por imagens de satélites artificiais.

Em 99% dos casos os raios começam das nuvens para baixo da atmosfera, atingindo assim o solo. Em 1% dos casos acontece o contrário, o raio começando no solo e se propagando para cima em direção às nuvens. Esses casos acontecem, principalmente, em torres instaladas em locais elevados, como em altos edifícios ou nas montanhas. Algumas árvores atraem mais os raios: quanto mais seiva dentro do caule e mais profunda as raízes mais chance de ser atingida.

Um raio pode atingir várias vezes o mesmo lugar; em lugares de grande incidência, a chance aumenta. Portanto, é mito dizer que o raio não pode cair no mesmo lugar mais de uma vez.

Outro mito proveniente de áreas interioranas é aquele que diz que os espelhos atraem os raios. Não é verdade; não tem sentido, é puro mito.

A seguir, de modo sucinto, descreveremos sobre os eventos que julgamos importantes concernentes às tempestades com aparecimento de raios, ocorridos no nosso Estado e em algumas partes do nosso país, nos últimos anos.

Ocorrências de Descargas Elétricas Atmosféricas no Espírito Santo e no Brasil

O Brasil é o país onde há maior incidência de tempestades atmosféricas do planeta. São aproximadamente 500 mil por ano, sendo que 1% delas são consideradas como severas, são tempestades acompanhadas de ventos acima de 100 km/h, com altos índices de descargas elétricas nuvem-solo.

Tanto é grande a incidência de raios no território nacional que, de cada 50 mortes por raio no mundo, uma acontece do Brasil.

De acordo com a estatística a media atual de óbitos no país, por ano, gira em torno de 130, e feridos ou acidentados chega em torno de 200, enquanto os prejuízos materiais atingem a cifra de 1 bilhão de reais, num cálculo aproximado.

Há um projeto denominado RAMMER (Rede automatizada multicâmeras para o monitoramento e estudo de raios), o qual permitirá que se realizem gravações de uma tempestade em três ângulos distintos, quando, então, será possível analisar as características dos raios que ainda hoje não podem ser devidamente estudados.

Como devido ao aumento da poluição atmosférica e do aquecimento do nosso envoltório gasoso tende a crescer (caso não haja um controle efetivo por parte das nações), irá naturalmente aumentar o número de raios e o risco de um maior número de vítimas e prejuízos materiais.

Ocorrências no Estado do Espírito Santo

No nosso Estado, na última década, um total de dezesseis pessoas faleceram atingidas por raios. O território estadual tem uma média de cento e cinquenta mil raios/ano, de modo aproximado.

A seguir podemos visualizar no quadro abaixo o ocorrido no dia 28 de março do corrente ano, quanto à densidade de descargas elétricas por km²/ano, nos municípios integrantes da Grande Vitória.

Município	Área/ Km ²	População conf. IBGE, Censo 2010	Mortes por Raio	Densidade des- cargas km ² /Ano
Vitória	84	325.423	0	1.74
Viana	312	64.999	0	2.11
Vila Velha	211	414.420	0	1.71
Serra	556	409.324	0	2.43
Cariacica	280	348.933	1	2.16

Já em 2007/2008, Guarapari apresentou o maior percentual de variação com comparação ao biênio 2005/2006, com 335% a mais em descargas elétricas, seguido da Serra com 125%; Vila Velha com 53% e Cariacica com 23%.

No dia 7 de março de 2009 o número de raios registrados no Estado atingiu a cifra de 224 descargas elétricas.

A incidência de raios em Vitória no ano de 2009 cresceu 88%, índice este que foi considerado o maior entre as capitais brasileiras,

segundo o ELAT (Grupo de Eletricidade Atmosférica) do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE). Foi inclusive a maior variação entre as capitais pesquisadas, em nove Estados brasileiros. Brasília apresentou o índice de 44,4%; Goiânia 34,7%; São Paulo 20,3%; Porto Alegre 18,8%. No início da tarde do dia 11 de março de 2013, na Grande Vitória, foram detectadas queda de raios nos municípios de Cariacica, Serra, Fundão e em Vitória. Nesta, a temperatura atingiu 35,9°C (sensação térmica de 40°C), mas por volta das 2h da tarde os termômetros caíram para 25,2°C. Evento propício para o aparecimento de resfriado da população, pois que, por questão de poucas horas houve um decréscimo de 10°C na temperatura.

Na região serrana sensores de descargas atmosféricas detectaram a queda de raios em Marechal Floriano, Domingos Martins e Santa Leopoldina.

Santa Teresa registrou recorde de calor 30,6°C, mas o abafamento foi refrescado por uma pancada de chuva que fez a temperatura cair para 20,1°C. Sensores de descargas elétricas e imagens de satélite confirmaram a presença de nuvens carregadas de alguns raios entre Santa Tereza e Santa Maria de Jetibá por volta das 15:30 hs.

De acordo com a Incaper, em Iúna, depois de 23 dias sem chuva, um temporal acumulou 44,6 mm de precipitação entre 15h e 16h; em apenas uma hora houve queda brusca de temperatura de 31,8°C para 18,5°C.

Em Domingos Martins a pancada de chuva acumulou 23,2 mm entre 16h e 17h, na estação meteorológica da Incaper, próxima a Pedra Azul. A temperatura caiu de 27,3°C para 19,5°C.

Em Alegre a temperatura variou de 32,1°C para 25,9°C.

Em Vitória houve apenas chuviscos.

O dia mais quente do ano no Espírito Santo foi registrado na segunda-feira de 11 de março de 2013. Os termômetros chegaram à marca de 39,5°C, às 15h, no município de Pinheiros, segundo a

Incaper. Outros municípios da região norte também registraram recorde de calor: Mucurici, 39,3°C, às 15h; Linhares, 37,1°C, às 14h; São Mateus, 35,5°C, na mesma tarde.

O jornal *A Gazeta* de 16 de março de 2011 publica que houve 1435 descargas elétricas no Estado e que 163 mil pessoas estavam enfrentando problemas devido às chuvas.

O município de São Jose do Calçado é o líder do ranking das quedas de raios, com 5 por Km quadrado por ano.

Em 6 de maio do corrente ano houve uma tempestade eólica que atingiu varias regiões do nosso Estado. O fenômeno aconteceu devido o encontro do ar seco e quente que permanecia no Estado, com o avanço de uma massa de ar fria, proveniente do sul. Os ventos foram extremamente fortes para os padrões que estamos acostumados a sentir.

A maior velocidade dos ventos, ou melhor, de rajadas de ventos, aconteceram no vão central da ponte Castelo de Mendonça ou da Terceira Ponte como é conhecida popularmente. Ali houve momentos em que rajadas de ventos chegaram à velocidade de 119km/h, fato realmente excepcional. Durante a ventania, entretanto, a velocidade variou de 45 a 90 Km/h. A temperatura baixou de modo repentino, despencando de 31°C para 22°C, em menos de 1h. Em vários outros municípios o fenômeno foi também sentido.

Os prejuízos causados foram muitos: casas destelhadas, quedas de outdoors, postes e árvores derrubadas, além de prejuízos a quem comercializava produtos perecíveis, como carne e peixes, pois que, houve falta de força e luz em muitos locais.

Nos dias subseqüentes os ventos ainda continuaram porém, de forma bem mais branda, felizmente para todos.

Ocorrências no Brasil

O Brasil por sua grande extensão territorial oferece muitas distintas regiões e sub-regiões geográficas, tanto do ponto de vista físico com o humano e econômico. Devido ao seu relevo e sua extensão, abrangendo desde o paralelo de 5 graus norte do equador até o de 34 graus sul aproximadamente, dá ensejo a que apresente, também, condições meteorológicas diversas e, conseqüentemente, possua diversidades climáticas bem diferentes. Buscando uma generalização, podemos dizer que o território brasileiro tem uma grande região equatorial (Amazônia) e parte do nordeste; uma imensa região tropical, inserida até o trópico de Capricórnio; e deste trópico até o sul do estado do Rio Grande do Sul, uma região que representa a parte subtropical. Devido a estas características, há uma maior complexidade dos eventos meteorológicos. Assim, os tipos de tempestades e a incidência de raios são diferentes conforme a região. Há áreas ou regiões onde a incidência de raios é quase nula por quilometro quadrado por ano ou, então, o fenômeno ocorre a cada dois ou três anos. Por outro lado temos regiões onde caem 20 raios por quilometro quadrado por ano.

No Brasil, a cidade com maior número de ocorrência de mortes por raio é Manaus, que se encontra numa região com alta incidência de raios onde um número elevado de pessoas exerce atividades a céu aberto. Em seguida, vem a cidade de São Paulo, onde as pessoas não têm tantas atividades a céu aberto mas, em compensação, a população passa de 11 milhões de habitantes, sendo também, uma região de grande incidência de raios. Recife é a cidade onde a incidência de raios é pequena, sendo que na ultima década, só uma pessoa foi atingida pelo fenômeno. No Nordeste, Piauí é o estado onde há maior incidência de raios. Segundo a estatística do ELAT do total de 1488 mortes entre os anos de 2000 e 2011, 414 casos

aconteceram no sudeste, número bem superior ao das outras regiões. Explica-se esse número elevado devido ao maior contingente de pessoas vivendo nessa região.

A causa dessa enorme incidência de raios no país é explicada, em grande parte, pelo fato de ter uma área grande muito quente e, por isso mesmo, facilitadora de formação de tempestades. Entretanto, apesar disso, o território brasileiro, mesmo tendo tantas quedas de raios, não é campeão de mortes, cabendo essa infeliz ocorrência com a China, naturalmente devido ao seu elevado índice populacional. Ali, calcula-se em 700 pessoas atingidas por raio/ano.

Felizmente, no caso brasileiro, as estatísticas também mostram que há uma tendência de diminuição de casos de morte por raio; não que tenham diminuído as quedas de raio, mas, porque, a população, graças às informações recebidas pela mídia, tem procurado precaver-se das consequências funestas dos raios.

Num artigo de revista do SESC, número 393, de 2009, sob o título de "O Risco Fulminante que vem dos Céus" destaca que no ano de 2008 setenta e cinco brasileiros morreram fulminados pelos raios e em 2007 foram 47 os casos fatais. Segundo os pesquisadores do Grupo de Eletricidade Atmosférica (ELAT) do INPE, no ano de 2007 mais de sessenta milhões de raios caíram no Brasil, muitos deles provocando vítimas fatais, na maioria na região sudeste.

Entre as causas dessa quantidade de descargas elétricas está a atuação da "La Niña", que, como sabemos, esfria as águas do oceano Pacífico, na costa peruana, modificando o clima no nosso continente, gerando um aumento significativo de tempestades.

Dados fornecidos pelo INPE registram 89 mortes por raios em 2010, no Brasil. São Paulo lidera o ranking com 12 mortes, seguido do estado do Pará com 8, Minas Gerais e Tocantins com 7 cada um, Rio de Janeiro e Paraná com 1 em cada.

Principais precauções para evitar acidentes com os Fênomenos das DEAs

Sabe-se que o Brasil é o país com maior incidência de raios no mundo. Por isso mesmo, para evitar acidente com eles algumas medidas podem nos ajudar, como por exemplo, o abaixo descrito:

Quando formos surpreendidos por uma tempestade se possível, não podemos permanecer na rua durante o seu desencadeamento, pois os raios oferecem perigo se as pessoas facilitarem sua ação.

Deve-se procurar abrigo nos seguintes lugares:

– nas moradias ou prédios, de preferência que possuam proteção contra raios;

– Abrigos subterrâneos, tais como metrô ou túneis;

– Grandes construções com estruturas metálicas;

– Barcos ou navios metálicos fechados;

– Carros não conversíveis, ônibus ou outros veículos metálicos não conversíveis;

– Desfiladeiros ou vales.

Se estivermos dentro de casa devemos evitar:

– Usar telefone, a não ser que seja sem fio;

– Ficar próximo de tomadas e canos, janelas e portas metálicas;

– Tocar em qualquer equipamento elétrico ligado à rede elétrica.

Se estivermos na rua, devemos evitar:

– Segurar objetos metálicos longos, tais como vara de pesca, tripés e taças de golfe;

– Empinar pipas e aerodelos com fio;

– Andar a cavalo;

– Nadar;

– Ficar em grupos.

Dentro do automóvel fechado a pessoa está 100% segura. Dentro de sua residência o indivíduo está seguro não 100%, porque pode ser atin-

gido pela rede elétrica; não falar no telefone com fio; evitar tomar banho num chuveiro elétrico ou ficar encostado numa geladeira; também a pessoa corre risco à beira da praia; num campo aberto; numa estrada etc.

Considerações Finais

Se não houver uma providência mais drástica a respeito do controle da poluição atmosférica no mundo, principalmente daqueles países mais poluidores, a temperatura média do planeta deverá ter um aumento de 4 graus C até o final do século 21.

Em consequência disso haverá um aumento da incidência de quedas e raios, principalmente em regiões onde já exista uma maior predominância desses fenômenos, como é o caso do Brasil.

Disso tudo resulta — segundo conclusão de alguns especialistas — que larga faixa brasileira, abrangendo os estados litorâneos (e aí incluído e de Minas Gerais que não possui área litorânea) terá grande possibilidade de ficar submetida ao aumento de quedas de raios na proporção de 90%, enquanto outras regiões brasileiras poderão apresentar um aumento ainda maior do que esse índice.

As descargas elétricas da atmosfera estão na ordem dos fenômenos naturais mais importantes para toda a humanidade e abrange tanto para fatos negativos, devido as consequências desastrosas que podem provocar, como aspectos positivos de grande importância acontecidos nos primórdios da vida terrestre como nos tempos presentes.

Quanto aos aspectos negativos podemos apontar as consequências funestas quando a descarga elétrica atmosférica ou raio atinge as linhas de transmissão de energia que se encontram a céu aberto, como quando atinge animais, seres humanos, construções das mais variadas, equipamentos e estruturas de telecomunicações, sistemas computacionais, aparelhos elétricos domésticos, etc.

Já quanto aos aspectos positivos, segundo demonstrou o químico norte — americano Stanley Miller, os raios foram os propiciadores do aparecimento dos aminoácidos (que tiveram estrutura indispensável para a formação de vida em nosso planeta), quando da época da atmosfera primordial.

Outro fato de elevada importância é que as quedas de raios ajudam, sobremaneira (por uma ação química), como fertilizante natural formando o óxido de nitrogênio, elemento de grande valor na agricultura.

E, para finalizar, propomos uma pergunta: Será possível que num futuro, talvez ainda longínquo, poderá a ciência conseguir que a energia dos raios possa ser armazenada e utilizada para emprego na indústria, nos transportes e nas residências?

Vitória, julho de 2013.

DO CASO AO DESCASO: O PARADOXO NA UTILIZAÇÃO DA ARQUITETURA NO ENSINO DE HISTÓRIA NO ESPÍRITO SANTO.

*Bruno César Nascimento**

"Moldam-se as plantas pela cultura,
e os homens pela educação".
(Jean-Jacques Rousseau)

Resumo: O que é mais produtivo ao profissional de educação do que a utilização prática de ferramentas visuais e táteis que possam despertar em seus alunos o interesse por um dado assunto ou um melhor entendimento de uma perspectiva apresentada? Será essa análise que faremos ao apresentar a utilização dos parques arquitetônicos históricos da região metropolitana da Grande Vitória como uma janela para o ensino de História na rede regular de educação. Teremos como objeto de discussão o antagonismo na utilização de certas áreas arquitetônicas, que foram totalmente descaracterizadas pela ação urbana, em detrimento de outras, que mantiveram traços arquitetônicos com um maior grau de fidelidade.

Palavras-chave: Ensino. Patrimônio. Arquitetura. Identidade. Consciência.

Introdução

O tempo é uma ausência. Chegou, já passou — e o movimento não cessa. O tempo é uma presença. Passa, mas fica — deixa heranças. Invisível, pode riscar memórias profundas. Intocável, alcança a tudo e a todos. Com seu toque, molda paisagens, construções, destruições, experiências. Ergue e desmonta. Transtorna perspectivas. Marca.

Falar de um prédio histórico é falar do tempo — dos vários tempos que o esculpiram. Do tempo que construiu, destruiu, reconstruiu. Do tempo que faz, refaz e refará — intermitentemente. Do tempo que

* Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.



Placa de identificação e tombamento fixada pelo IPHAN na parede externa da Igreja São Gonçalo, Centro, Vitória - ES. Acervo do autor, data 21 de Julho de 2013.

opera pelas mãos dos homens, que orienta pelos anseios e crenças da cultura, que determina pelos interesses da economia e que governa pelos braços da política. Do tempo que se materializa em gerações e que define eras em intervalos de existências (MATINUZZO, 2009, p. 10).

O ano é 1535, o mês é maio, dia 23. Típico dia da região dos trópicos em um período de outono, no entanto, para a capitania hereditária que, a partir de então, ficará conhecida como Espírito Santo o quadro é outro. Marca-se a data da colonização do solo Espírito-santense e o início de uma trajetória que, inconscientemente, culminará com a construção de um parque arquitetônico significativo para o estudo da história desse Estado.

Até aqui foram muitos os acontecimentos, tantos que nem mesmo uma obra referencial como a de José Teixeira de Oliveira¹ conse-

¹ Citando a obra: OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3 ed. Coleção Canaã (Vol. 8). Vitória: Arquivo Público de Espírito Santo/ Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

guiu abarcar, porém, não é de interesse se alongar nessa querela, mas sim, destacar que inúmeros edifícios por todo o estado se tornaram, após o seu período de contribuição para com a administração pública ou eclesiástica, locais de estudo, análise e acima de tudo de ensino da história e dos costumes dos viventes dessas paragens.

Possuidor de toques refinados da história e de memórias imensuráveis, a fonte arquitetônica, assim como os monumentos naturais, possui certo grau de perenidade em suas características, que, mesmo sob a constante ação das intempéries conseguem ser preservadas. Analisar fixamente os rastros e os vestígios da história que de certo modo permanecem ocultas sob as toneladas de pedra e cal é uma tarefa que a muito fascina o homem, que constantemente está em busca de respostas no passado, e contagia os estudantes do ensino regular, que nesse contexto vislumbram poder levemente "tocar" o passado e procurar entender uma perspectiva que a muito se distanciou dos traços hoje vividos.

Assim sendo, o complexo arquitetônico constituído é portador lógico de traços de uma vida que a muito já nos abandonou, mas, que nesses grandiosos monumentos do passado ainda marcam com emoção e resquícios de memória que possuem o "poder" mágico de nos deslocar no tempo.

O Poder da Sedução

Antes de perseguirmos, com certa avidez, nosso objeto de estudo, teremos primeiro que buscar entender o poder de fascinação da história contida nas artes e na arquitetura.

Por suas características próprias os complexos arquitetônicos possuem o dom de em primeiro lugar sobrevir ao tempo e ao espaço (neste ponto é válido frisar que essa aparente resistência somente

toma forma a partir do início do século XIX, quando na França foi criado o primeiro comitê da preservação e de inventário do patrimônio arquitetônico e artístico do mundo e que somente passou a ter força e adesão na segunda metade do século XX) — característica essa que seduz por seu poder de transmitir informações; em segundo, pela riqueza dos detalhes incrustados em suas fachadas e interiores, assustam e encantam por suas características constitutivas; em terceiro é a ação, do complexo, como agente construtor de uma característica sócio-cultural formadora que de acordo com Paulo Ormino de Azevedo contribui para a elevação da auto-estima e amor próprio da população de uma dada localidade (AZEVEDO, 2011, p. 26), que acaba se efetivando na valorização do bem, local ou estrutura.

O fato é que a partir da segunda metade do século XX houve um avanço urbano significativo, incontrolável, e, visando dar o direito de sobrevivência a esses monumentos culturais regionais ou nacionais houve um movimento de apoio a criação de uma legislação específica de preservação e tombamento do patrimônio cultural, que culminou, no Brasil, com a criação da lei 216 constante na Constituição Federal de 1988, que determina as diretrizes básicas de tombamento e inventariado do patrimônio histórico.

No caso do Espírito Santo a inserção de uma arquitetura sólida tem para Clara Luiza Miranda a ação de agente civilizador (MIRANDA, 2011, p. 93) — ressalte-se que essa era a perspectiva da maior parte das construções surgidas no início do período colonial — e que o espaço para uma dada utilização é concebido tendo como base o projeto mundo da entidade que o pretende utilizar, além do aspecto cenográfico e estratégico, para a melhor exemplificação a autora cita a perspectiva do Palácio Anchieta (no período jesuítico denominado Colégio de São Tiago) que anteriormente era utilizado para a residência, colégio, fazenda e sede administrativa da Ordem da Companhia de Jesus na capitania, e era ponto de partida para a

propagação da fé católica, da catequização dos nativos e um centro gerador de membros e personagens comuns que pudessem ser difusores dos costumes. Hoje a citada localidade fora convertida, com as determinadas perspectivas que lhe convém, em Palácio e sede administrativa do governo. Sob o prisma dessa perspectiva, podemos inserir esse monumento nos moldes anteriormente apresentados, ou seja, perenidade (construção base do século XVI), riqueza de detalhes (pinturas, obras de arte, fachada externa e desenho e disposição do interior), e por fim autoestima (resgatada principalmente após as restaurações efetuadas, que trouxeram a tona os fatos e acontecimentos memoriais que aconteceram sob aquele teto).

Então o patrimônio histórico constituído por estruturas arquitetônicas é posta sob a classificação de monumentos, que de acordo Françoise Choay é originada do termo latino *monumentum*, que remete ao ato de advertir, chamar a atenção para algo, lembrar, local edificado por uma nação ou comunidade que visa remeter a futuras gerações a obrigação de respeito, veneração e adoração (CHOAY, 2001, p. 17), termos exemplificados claramente nas edificações de catedrais góticas europeias dos séculos XIII, XIV e XV, principalmente na Itália, França, Alemanha e Inglaterra, que tinham como principal objetivo demonstrar a pequenez do homem perante o monumental (ato de advertir) poder e solidez de Deus.

Fica óbvio que independentemente de seu fim a atração pelos complexos arquitetônicos dá-se irremediavelmente pela emanção de poder que a edificação possui, a exigência de respeito imposta pela mesma e a veneração obtida, não importa se oriunda de um poder militar, político, e principalmente eclesiástico, para Choay:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre

o passado e fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio a entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento." (CHOAY, 2001, P.18)

Do Conceito de Identidade

Podemos entender identidade como um conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa por meio das quais é possível individualizá-la, já por identidade cultural podemos considerar um conjunto de características ou práticas que distinguem uma localidade, um povo ou uma nação.

Identidade. Metáfora chave para a ampliação de sentimentos extremados que pudessem unir sob uma só perspectiva a recém-surgida nação brasileira no ano de 1822, porém há um pequeno detalhe nessa perspectiva, se identidade — e nesse caso identidade cultural — é um conjunto de características que identificam um povo, como lidar com a enorme pluralidade regional deste país continental? Para Manoel Luis Salgado Guimarães, a criação, em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), vem apontar

em direção à materialização desse empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso (GUIMARÃES, 1988, p. 6) e sobre o pano de fundo mais amplo (...) o IHGB encaminhará suas reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira (GUIMARÃES, 1988, p. 7). Nesse conceito o patrimônio é representado, metaforicamente, como uma das bases concretas de sustentação da identidade nacional, assim, confere objetividade a nação por meio de sua materialização em objetos, prédios, monumentos, etc. (CHUVA, 2009, p. 44).

No Brasil, embora o conceito de identidade já estivesse sendo discutido desde a formação do Primeiro Reinado, pouco se avança em termos de consenso, a preocupação primeira atrelada a esse está à ideia de unidade — unidade territorial — que a muito vinha sofrendo ameaças constantes, somente com o surgimento de instituições interessadas em fomentar discussões de caráter intelectual e científico é que o debate ganha corpo, porém, somente após mais de um século de integralização do território é que a formação de uma identidade apoiada na perspectiva visual que fornecesse o caráter representativo da nação volta ganhar força, o principal marco dessa nova gênese é a Semana de Arte Moderna de São Paulo ocorrida no ano de 1922 que culminou com a criação no ano de 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), detentor da responsabilidade de "proteger", como descrito no art. 1.º de seu estatuto, o conjunto de bens existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A partir desses momentos tornam-se prioritárias as ações visando principalmente à educação e conscientização populacional para a conservação do "patrimônio da nação", fator assistido no Compromisso de Brasília redigido e assinado por vários governadores, prefeitos e secretários de cultura, interessados na conservação patrimonial e que recomenda:

1 – Defesa do acervo arquivístico;

2 – Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação regional, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição;

3 – Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico;

4 – Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de Marinha;

5 – Apoio e incentivo a pesquisa sobre a história e características socioeconômicas regionais além da formação e capacitação dos profissionais da educação de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e interesse pelo ambiente histórico-cultural;

6 – Divulgação dos acervos nos vários meios de comunicação.

Assiste-se que o fator de formação da identidade, apoiada na perspectiva artística, está, para os órgãos gestores, ligado diretamente à necessidade da educação e conscientização de demandas de conservação do patrimônio material e imaterial da nação ou região.

Parques Arquitetônicos

A formação de parques arquitetônicos providos de classificação de patrimônio histórico é designada por um bem ou cultura de usufruto da comunidade e constituído do acúmulo contínuo de bens ou estruturas que se congregam em transportar um passado

comum, logo esse patrimônio não está estigmatizado somente na solidificação de uma única peça constitutiva, mas, em um conglomerado de edificações ou de malha urbana e esta constituição é consequência direta do sistema coletivo de construção de identidade e memória que age sobre o indivíduo e engendra um sentimento de dever em face da aparente fragilidade que está agindo sobre a unidade histórica.

Para melhor exemplificar a construção de uma unidade patrimonial ou de uma malha urbana patrimonial histórica citaremos o trabalho constituído pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo – CEC e pela Governadoria do Estado do Espírito Santo, esse, utilizando de suas prerrogativas, desenvolveu um trabalho de restauração e revitalização do, hoje, Palácio Anchieta e em paralelo buscou insuflar o espírito histórico sob aquela unidade patrimonial em oposição à imagem de lócus político que ali era desenvolvida como atividade principal. Já o primeiro iniciou no ano de 1982 o processo massivo de tombamento dos edifícios que possuíam alguma relevância histórica por todo território estadual o que acabou contribuindo para a construção da malha histórica de Vitória que somente no curto intervalo de espaço compreendido entre a Curva do Saldanha – No Forte do São João – e a Ponte Florentino Avidos – Na Ilha do Príncipe – apresentam 51 (cinquenta e uma) localidades tombadas ou defendidas pelo sistema de bens públicos tombados ou inventariados, desses, oito estão incluídos no programa Visitar da Prefeitura municipal de Vitória e administração direta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Seja um local, objeto ou malha urbana, o fato é que a acelerada urbanização, já prevista por Carlos M. Fayet em 1978² teve que ine-

² *Revista da Fundação Jones dos Santos Neves*, Ano I, Nº 3, Julho/ Setembro de 1978. ISSN 0100-2295. Pag. 4.

xoravelmente ceder ao sistema de humanização e historicização das cidades. Fayet apresenta que as cidades devem adotar critérios para a expansão da malha urbana e para instalação de novas localidades, dentre eles a primazia deverá ser pela atenção aos aspectos não renováveis ou ecológicos, paisagísticos e agrológicos e posterior a esses os sistemas de critérios sanitários³. Uma década mais tarde, em 1987, o IPHAN irá, por meio da Carta de Petrópolis, ratificar a perspectiva de Fayet, ao apresentar no 1.º Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos a seguinte perspectiva:

A preservação do sítio histórico urbano deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço. (Carta de Petrópolis. 1.º Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos).

O Patrimônio Arquitetônico na sala de aula, ou melhor, fora da sala de aula

A educação patrimonial contribui para adentrarmos na história local, de forma que possamos participar do processo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio. Conhecer a história local colabora no processo de construção da identidade, fundamental para o exercício da cidadania (HACK, 2013, p. 37).

Mas afinal o que torna um patrimônio material "histórico"? Aliás, sempre que se fala em patrimônio histórico, a problemática de ensino é inescapável; ao definir algo como histórico, está presente a preocupação de comunicar, ensinar, fazer conhecer e lembrar.

³ *Revista da Fundação Jones dos Santos Neves*, Ano I, Nº 3, Julho/ Setembro de 1978. ISSN 0100-2295. Pag. 7.

Ao preservá-lo, temos um ato educativo que se pretende perene, um verdadeiro currículo em pedra, posto a criar conhecimentos, reconhecimentos ou, no mínimo, afinidades e identificações (CERRI, 2008). O ensino de história por meio do véis da Educação Patrimonial poderá contribuir para a formação dos alunos, como cidadãos conscientes da preservação e valorização do Patrimônio Cultural para a sua identidade pessoal e cultural (MENDONÇA, 2011).

No que concerne o processo de construção da nação, as práticas de proteção do "patrimônio nacional" configuraram estratégias bastante eficazes no processo de construção de uma autoimagem da nação, recorrendo a objetos cuja materialidade conferia estatuto de verdade à história contada por meio de vestígios (CHUVA, 2009).

O professor e o livro didático não podem ser as únicas fontes do saber histórico. Caso contrário não é dado ao aluno à oportunidade de buscar e formular as respostas que o inquietam, pois ele não é visto como capaz de construir a sua própria aprendizagem ou dispor de conhecimento a partir de sua própria experiência social.

A Gênese para a Educação Patrimonial no Espírito Santo

No ano de 1979 a revista da Fundação Jones dos Santos Neves em seu exemplar de nº 4 emite um dossiê sobre os aspectos degradantes que se encontravam as estruturas patrimoniais históricas do Espírito Santo. Na abertura da revista, na sessão Carta do Editor, o então diretor executivo apresenta nitidamente um apelo pela salvaguarda do patrimônio, ele disse:

O Espírito Santo está ameaçado de ficar sem memória. A documentação, a contribuição arquitetônica, o legado indígena, as artes, enfim, as manifestações culturais agonizam de forma

inexorável. O patrimônio ambiental e natural não sobreviverá se não for apreciado pela comunidade, notadamente pelas novas gerações. O objetivo desta edição é alimentar os esforços para o despertar de uma consciência do valor das expressões culturais de cada época. A luta em favor da preservação do patrimônio cultural e da identidade do povo espírito-santense é de todos nós, norteados pela necessidade constante de entendimento de nossa realidade e do processo histórico que lhe deu origem. É essencial a conscientização da nova geração e a incorporação de todos os segmentos da comunidade no sentido de evitar a destruição do patrimônio cultural e natural em processo no Estado.

(Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, Ano I, N.º 3, Julho/ Setembro de 1978.)

O dossiê apresenta como fator predominante para a degradação do patrimônio histórico, o descontrolado processo de expansão urbana sofrido por Vitória na década de 1970, vindouro do desencadeamento industrial.

O trabalho desenvolvido pela Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN) tinha em vista dois propósitos básicos, o primeiro era a inserção de Vitória no programa nacional de cidades históricas (processo de historicização de uma malha urbana) que destinava fundos para o processo de revitalização, recuperação e manutenção de bens históricos e naturais, o segundo é o de inculcar na comunidade a existência de um patrimônio cultural e natural e a demanda de se preservar e conter a ameaça de desaparecimento, a curto prazo, do patrimônio.

Do patrimônio elaborou-se uma listagem de edificações e dos principais espaços edificados a serem preservados, classificados segundo os grupos de historicidade, caracterização, conservação, representatividade, raridade, valores culturais e paisagísticos. Esse

diagnóstico também apresentou possíveis ações a serem adotadas para a conservação e manutenção dos parques arquitetônicos, mas o que fica explícito é a necessidade de remover a comunidade da letargia que se encontrava por meio de um processo de educação e conscientização que, em longo prazo, irá refletir nos meios escolares, preocupação explicitada pela arquiteta Helena Gomes quando ela defende que:

Um dos instrumentos mais eficazes para problemática do patrimônio constitui-se de divulgação e educação do legado existente, pois só conhecendo, a população terá condições de preservar, respeitar e se apropriar do que lhe pertence, isto, seu legado histórico e suas criações culturais e que se constituem nos fundamentos de sua identidade. No Brasil ainda não existe uma política definida quanto a programas de educação e de divulgação dos bens culturais. Poderiam ser criados programas de educação, nível curricular, nas escolas, programa de educação de massa, através de documentários veiculados pelo rádio e pela televisão, promoção de eventos culturais, publicações, promoções de exposições fotográficas e iconográficas, palestras, audiovisuais, concursos que incentivem a pesquisa e outros. Enfim, existe uma série de mecanismos que poderão ser úteis para a educação e conscientização do legado cultural e natural existente.

(Patrimônio: o difícil caminho da preservação. Helena Gomes. In: *Revista da Fundação Jones dos Santos Neves*, Ano II, n.º 4. Pag. 32.)

A partir das "denúncias" elaboradas pelo dossiê da FJSN, as Secretarias de Cultura e Ação Social do Estado e dos Municípios passam a desenvolver ações visando uma aceleração no processo de recuperação e conservação do patrimônio histórico material e imaterial. Para afirmar as ações necessárias, buscam apoio logístico

e financeiro de Órgãos como o IPHAM e o Instituto Pró Memória, no caso dos municípios, além dos já citados, o CEC.

O que se pode aferir disso é que em um espaço curto de tempo ações e medidas de preservação foram adotadas por conselhos estaduais e municipais e que a presença de práticas pedagógicas em locais preservados passam a estarem constantemente presentes visando à construção de uma responsabilidade e identidade social, agentes constantes da formação de uma cultura escolar pertinente não só a demandas educacionais de preservação, mas também, como defende Dominique Julia, das demandas próprias da comunidade, que insufla sobre o ambiente escolar uma perspectiva de responsabilidade formadora de um cidadão comprometido com a memória, com a identidade, com o *lócus social* e com a perenidade dos costumes.



Casa da sede da Fazenda da Freguesia de Carapina, doada por Vasco Fernandes Coutinho, no ano de 1577, a Vicente Vaz. Construção tombada pelo Conselho Municipal de Cultura da Serra – ES. Avançado estado de degradação. Datada de meados do século XVI. Acervo do autor. Data de 23 de julho de 2013.

A Cultura Regional na sala de aula, o caso do Espírito Santo

A inclusão da perspectiva educacional na demanda de tombamento e conservação do Patrimônio Histórico é visível, no entanto, o desgaste apresentado pelas estruturas físicas não possibilitaram, até bem pouco tempo, um alargamento da participação das áreas de ensino regular de História na utilização do material ou imaterial cultural para a construção de uma identidade ou de uma consciência de conservação.

O CEC-ES iniciou suas atividades, definitivamente — levando em consideração a data de criação de instituições como o IPHAN e Pró Memória — em 1976, com o tombamento da área do Porto de São Mateus⁴ e somente em 2009 um livro com a relação dos bens imóveis tombados chegou às bibliotecas e escolas de nosso estado, demonstrando um leve atraso na formação conclusiva das demandas anteriormente apresentadas.

O Estado do Espírito Santo incluía em sua pauta, no ano de 2009, uma lista de 108 bens imóveis tombados, desses, 68 se espalha pelo interior do estado, estando em sua maioria localizados no município de Santa Leopoldina — 41 desse total, e os 40 restantes estão na Grande Vitória — 25 somente em Vitória.

No entanto, desse total, o maior número de construções que sofreram drásticas alterações estruturais estão visivelmente em Vitória, porém, mesmo com esse alto teor de descaracterização a apelação histórica em torno das construções nessa cidade localizada é elevada, mas não suficiente para que a movimentação possa ser caracterizada como formativa ou até mesmo educacional.

O investimento em educação local, que geralmente possui somente o patrimônio cultural como ferramenta, é, comparando-se

⁴ CEC. *Arquitetura*. Vitória: SECULT, 2009. P 18.

com a gama de conteúdos gerais, ínfimo, até mesmo letárgico, pois a História local não está inserida no conteúdo dos livros didáticos e a "logística" de apoio para atividades extracurriculares nas redes de ensino não são ferramentas engendradas e fomentadas. Em análises complementares, coletamos informações que corroboram as seguintes perspectivas: O patrimônio e os guias existem, mas há dificuldade de deslocamento; a formação de professores e materiais didáticos específicos são precários; a valorização do patrimônio histórico de Vitória sobrepõe tanto em apresentação de perspectiva como em quantidade, a das demais cidades, o que acaba por sobressaltar as qualidades de uma localidade em detrimento de outras áreas.

Em suma assistimos uma demanda social — inclusão do ensino de História local na ementa de ensino — que deveria ser parte da cultura escolar⁵ e que infelizmente é marginalizada.

Mas a problematização que, de certa forma, guiou essa análise foi: porque, no ensino de história, o parque arquitetônico de Vitória possui tamanha força em face aos demais sítios? A resposta que consideramos válida é: a partir do ano de 1975, Vitória passou por um processo de reurbanização intenso e um crescimento demográfico expressivo. O êxodo rural causado pelo esgotamento de terras, início do processo de mecanização do campo e inclusão de parques industriais no entorno da Capital tornaram atrativas as condições de migração de pessoas de outras cidades ou estados para o centro capixaba, no entanto, o centro de Vitória, principalmente a localidade hoje conhecida como Cidade Alta, nesse período é ocupado,

⁵ Utilizando a perspectiva de cultura escolar de Dominique Julia, quando o mesmo afirma que a mesma é: "um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos" JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, Autores associados, n.º 1, p 9 – 43, jan/ jun 2001.

em sua maior parte, pela elite capixaba, que buscou reafirmar seu papel de poder frente à ocupação conservando e mantendo os seus monumentos ao poder. Outro ponto que é válido destacar é que na década de 1970 a Universidade Federal do Espírito Santo expande consideravelmente a sua área de influencia. Novas turmas de Historiadores, de formação e ofício, passam a inundar o ambiente e a presença deles em diversas esferas do poder público contribui significativamente para a expansão dos parques históricos e a necessidade de se preservar para entender.

Conclusão

Então, qual o sentido de preservar o patrimônio histórico? Objetos, palavras, prédios, estátuas, praças, canções, falares, tudo isso fornece às novas gerações que chegam um léxico para escrever as frases com as quais darão sentido ao tempo. Mas História não é só libertar do passado, é libertar da ditadura do presente contínuo, e libertar do futuro já previsto. A História não é a ciência do passado, mas dos seres humanos na dinâmica temporal. Olhando por esse ângulo, os marcos do passado, contam outras histórias, são fundamentais no processo de conscientização histórica. Os marcos históricos retomam o centro da cena, nesse quadro, podem-se oferecer perigo à reprodução dos padrões de sentido do tempo, se a preservação for ato de discurso e de surpresa, não só de colecionadores do passado pelo passado. O passado também precisa ser libertado do preservador, porque esquecer é parte integrante do lembrar. Para isso é preciso também deixar ir, deixar morrer.

Problematizamos as relações entre ensino e patrimônio histórico, considerando projetos de construções históricas e a necessidade de afirmar hegemonias, que, no caso do patrimônio histórico,

evocam interesses de grupos sociais dominantes, tendo em conta que a luta de classes deve ser considerada quando se pensa em interesses divergentes. Nessa perspectiva, entendemos ser de grande importância buscar compreender o processo ativo de produção da memória e do esquecimento histórico. Indagamos como o ensino de história pode referendar e se posicionar a favor de interesses dominantes, evocando uma memória que consagra esses interesses políticos. Por outro lado, afirmamos que o ensino pode, também, refletir sobre uma história a contrapelo que evoca o direito à História e à Memória de grupos silenciados ao longo do processo histórico, enfatizamos a ideia de que todos têm direito ao passado, à História, ao Patrimônio e à Memória.

Assenhoreando-se das palavras da Professora Maria Aparecida, podemos afirmar que, nesse sentido, no que tange às relações entre História e seu ensino, essa abordagem é contributiva, pois, obrigará a refletir sobre a História no confronto com a memória e tornar mais claras as tradições historiográficas, culturais, acadêmicas e escolares que historicamente as envolve. Além disso, ensinará a pensar em todos esses campos a partir de uma "história de disciplina". Ou seja, de um processo de institucionalização de práticas e profissionalização dos quadros professorais, que pode traduzir contribuições relevantes para a compreensão dos perfis adotados pela disciplina que compõe os currículos escolares e acadêmicos (TOLEDO, 2004, p. 15).

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Inventariar para valorizar e proteger. In: *A construção da cidade portuguesa na América*. Org. PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto. Rio de Janeiro: PoD, 2011.
- CEC. *Arquitetura*. Vitória: SECULT, 2009.

CERRI, Luis Fernando. *Currículos de pedra Patrimônio histórico e ensino de história: notas para a pesquisa e o ensino*. In: Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR "Patrimônio Histórico no Século XXI". Paraná, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Ed. Estação Liberdade/ Ed. UNESP. 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: socio-gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística*. 2 ed. Vitória: Secretaria de Estado da cultura/ APEES, 2010.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In. *Revista Brasileiro de História da Educação*. Campinas, Autores associados, n.º 1, p 9 – 43, jan/ jun 2001.

Estatuto do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Revista Estudos Históricos*. n.º 1. São Paulo. 1988.

HACK, Édina Francine Simão. Entre o ensino de História e a educação patrimonial: em busca da investigação de bens culturais locais. *Revista Confluências Culturais*. N. 1. V. 2, 2013.

Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Petrópolis*. 1.º Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos. 1987.

Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Compromisso de Brasília. 1.º Encontro dos governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. 1970.

MARTINUZZO, José Antônio. *Palácio Anchieta – Patrimônio Capixaba*. Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

MENDONÇA, Francicélia Maria. *Alfabetização cultural: o ensino de história e o patrimônio cultural na educação básica*. In: I Seminário didática e ensino de História. Natal – RN, 2011.

MIRANDA, Clara Luiza. A arquitetura e esfera pública. O palácio Anchieta e o sítio fundador de Vitória/ES. In: *A construção da cidade portuguesa na América*. Org. PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto. Rio de Janeiro: PoD, 2011.

Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, Ano I, Nº 3, Julho/ Setembro de 1978.

Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, Ano II, Nº 4, Outubro/ Dezembro 1979.

TOLEDO, Maria Aparecida L. Tursi. A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina. In: *Revista História* n.º 23. V. 1. São Paulo: UNESP, 2004.

CULINÁRIA CAPIXABA: MISTURA DE RAÇAS E SABORES. GASTRONOMIA – CULINÁRIA CAPIXABA – IMIGRANTES

*Evandro Ferrari**

Falar da gastronomia capixaba é falar de uma mistura de muitos sabores. O que se come nessas terras é herança de povos que aqui chegaram ao longo de cinco séculos. Na edição n.º 64 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* relatamos que em 1535, quando os portugueses aqui chegaram, comandados por Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, trouxeram na bagagem uma culinária influenciada pelos árabes. Aqui encontraram índios que tinham seus próprios hábitos alimentares, tendo como base peixes, frutos do mar e mandioca. Tudo muito bem misturado por mãos e costumes africanos. E assim permaneceu até o início do século XIX, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808.

No início da segunda metade do mesmo século algumas mudanças foram acontecendo no cenário político da Europa e também no Brasil. Tanto a Itália quanto a Alemanha passavam por uma desintegração de sua estrutura feudal. Muitos camponeses que eram apenas servos ficaram sem o trabalho e sem o direito de morar nas terras, ao mesmo tempo em que a população aumentava. Sem terra para cultivar e conseqüentemente sem comida migravam para as cidades e somavam ao número de proletariados. A imigração também não acontecia somente por insatisfação social com as novas perspectivas do século XIX. Nessas mudanças sócio-econômicas que agitavam o continente europeu, a indústria desenvolveu as cidades e causou o despovoamento dos campos.

Então, a princípio, os governos europeus incentivavam e encorajavam a emigração como válvula de controle do aumento da população nos grandes centros. Surge a máquina a vapor e inovações como

* Jornalista, Gastrônomo e professor de Gastronomia.

o transatlântico com propulsão a hélice. Milhões de pessoas se movimentavam entre os continentes, em uma emigração que não obedecia a nenhum planejamento, dependendo somente de decisões pessoais, entre elas a insatisfação, o medo, ou o desejo de uma vida melhor.

O Brasil também se agitava politicamente. A instalação da República e o fim da escravidão eram eminentes. Sobrava terra e faltava mão-de-obra. Por isso, a imigração alemã e italiana no Brasil foi, inicialmente, uma iniciativa de colonização e povoamento. Este projeto foi arquitetado pelo Rei D. João VI e, posteriormente, pelo imperador D. Pedro I. A colonização continuou a ser efetuada pelo imperador D. Pedro II, durante o Segundo Reinado.

A concentração da colonização alemã no sul do Brasil possui uma explicação: grande parte da região estava despovoada e as fronteiras com as ex-colônias espanholas ainda não estavam bem definidas. Em consequência, a falta de povoadores na região poderia culminar numa fácil invasão estrangeira. Com a Independência do Brasil, a imigração portuguesa declinou por um certo tempo. O governo brasileiro se viu obrigado a procurar novas fontes de imigrantes: vieram alguns suíços, porém foram os alemães aqueles que ficaram incubidos de colonizar o sul do país.

Espírito Santo

No Espírito Santo, os principais imigrantes de origem germânica foram os *pomeranos* (provenientes de uma área entre a Alemanha e a Polônia). A imigração alemã se deu entre 1847 e 1879, e se estabeleceram principalmente no centro-sul do estado. A primeira colônia fundada foi a de *Santa Isabel*, em cuja sede, denominada pelos primeiros alemães de Campinho, foi construída a primeira igreja luterana da América do Sul.

No século XIX, entraram no Espírito Santo 3.933 alemães e foi computada a entrada de 79 alemães a partir do ano de 1900, to-

talizando a entrada de 4.012 indivíduos. Embora contados como "alemães", a maioria desses indivíduos eram provenientes da então província da Pomerânia, principalmente da parte oriental daquela província, das cidades de Belgard, Greifenberg, Kolberg (Kołobrzeg), Kowak, Labes (Łobez), Regenwald e arredores. Essa região, desde a II Guerra Mundial, foi anexada à Polônia.

Os *pomeranos* começaram a chegar ao estado no ano de 1859, se dirigiram um pouco mais ao norte que os alemães, se estabelecendo principalmente em Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins. Os pomeranos estabeleceram suas colônias em total isolamento do resto da província, preservando muito de sua cultura e hábitos, como por exemplo o idioma, sendo a cidade de Santa Maria de Jetibá uma cidade bilíngue.

Esse número reduzido de alemães que imigrou para o Espírito Santo a partir do ano de 1847 se multiplicou e deu origem a uma quantidade considerável de descendentes. Segundo estimativas do historiador Jean Roche, no ano de 1930 havia 30 mil descendentes de alemães no estado (cerca de 4% da população total), número que saltou para 70 mil indivíduos em 1961 (aproximadamente 5% da população capixaba).

Problemas

Quando chegaram ao Espírito Santo os alemães ficaram na capital até o governo distribuir os documentos das terras. Enquanto aguardavam, construíram a praça que fica em frente ao Palácio Anchieta. A maior decepção tiveram ao chegar aos seus "prazos". Não haviam as casas prometidas e, na maioria dos casos, nem os terrenos tinham sido demarcados. Além disso, mal começaram a se instalar, os índios de Viana desapareceram na floresta. O governo provincial, temendo um ataque à colônia, mandou que os colonos alemães voltassem para Viana, sob proteção militar, até que o grupo de botocudos fosse novamente contactado e apaziguado.

Começaram então outros problemas. Os gêneros alimentícios que deveriam receber não chegavam em tempo e os colonos de Viana não queriam vendê-los a eles. Tinham que comer coisas de que nunca tinham ouvido falar na Europa: aipim, farinha de mandioca, cará, pão de milho e principalmente feijão preto e arroz. Quanto à carne, abasteciam-se de caça, o que lhes roubava muito do tempo necessário ao trabalho na lavoura.

Doenças desconhecidas, agravadas pela falta de médicos, causavam terror. Esse sentimento, aliado ao medo dos índios, das cobras venenosas e dos animais selvagens, piorava o estado de ânimo dos imigrantes. Estavam acostumados a trabalhar e, por isso, aos poucos foram progredindo, principalmente quando começaram a cultivar café.

Quanto à alimentação, ao vestuário e às casas, tiveram que se adaptar aos costumes locais, logo de início, por causa de seu isolamento nas florestas. Apenas os pomeranos de Santa Leopoldina puderam beber sua cervejinha aos sábados, na venda e nas festas, porque lá havia uma fábrica de cerveja, como informa Graça Aranha no seu *Canaã*. Também os pomeranos continuaram a pintar de branco suas casas e igrejas, com janelas e portas azuis. As cores da Pomerânia.

Segundo Pedro Marques Neto, mestre e doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), de todos os estados da região sudeste, o Espírito Santo é o mais deslocado, em função de suas influências. Enquanto os portugueses e escravos moldaram boa parte dos hábitos de cariocas, mineiros e paulistas, os capixabas têm uma presença muito forte da culinária indígena — especialmente na capital, Vitória.

"O Espírito Santo faz uma comida com influência indígena e caíçara", explica Rita Corsi, coordenadora do curso de gastronomia da FMU. Por outro lado, o português é pouco presente, diz a professora. O prato mais expressivo é a moqueca capixaba — que, ao contrário da sua "prima" baiana, não leva azeite de dendê e nem leite de coco, ingredientes mais usados pelos afro-brasileiros.

"A base da moqueca capixaba é água (na capixaba adquirida dos temperos e do próprio peixe), peixe e urucum — semente tipicamente brasileira. Os temperos são os mesmos, mas na peixada baiana eles entram de uma maneira mais rude. A cebola, por exemplo, é cortada em um quatro. As salsas são colocadas em ramo. A técnica é bem mais simples", explica Rita. Os dois pratos, porém, são feitos em panelas de barro. "Reza a lenda que a feitura das panelas foi passada dos índios para os escravos."

Deixando a capital, Vitória, e seguindo rumo às montanhas o cenário é outro, muda completamente. Ali, conhecemos as principais influências que são dos imigrantes italianos e alemães, com um repertório de iguarias muito semelhante àqueles encontrados no sul do país, como o *tortei* de abóbora e o *agnolini in brodo* (sopa de capeleti). Os alemães se destacam com os tradicionais *eisbein* e *apfelstrudel* (joelho de porco e torta de maçã, respectivamente), o *goulasch*, ensopado de músculo de boi e o *brot*, pão de milho.

Para a autora Caroline Eidt, (*Deutsche Welle*), a Alemanha é um país de diversidades, tanto nas marcas de cerveja — mais cinco mil do Mar do Norte até os Alpes — quanto no dialeto e temperamento de seus moradores, que variam de acordo com a região. O que muitas pessoas ainda não sabem é que essa heterogeneidade também se faz presente na culinária.

A gastronomia alemã vai muito além do chucrute, das "cucas" (da palavra alemã *Kuchen*, bolo) e das salsichas acompanhadas pelos mais diferentes tipos de mostarda. Há, ainda, variedades de almôndegas de carne, batata e farinha (*Knödel*), sem contar os tipos de massas *Spätzle* e *Schupfnudeln* servidos como acompanhamento.

Cada região tem suas próprias especialidades, preparadas a partir dos recursos disponíveis.

Uma culinária autêntica e tradicional, além da carne de porco e das batatas, consumidas com mais frequência por serem produtos baratos e de fácil acesso o ano todo, existem muitos outros que

fazem parte do cotidiano dos alemães e que tornam a culinária do país autêntica e tradicional.

A autora Sandra Medeiros, em sua obra *Espírito Santo – um estado singular*, conclui que o Espírito Santo é o resultado de uma mistura, um encontro de raças que faz a sua história rica de tradição e costumes.

A herança europeia está presente nas montanhas do interior do Espírito Santo nas danças italianas, pomeranas, alemãs, holandesas e polonesas que resistem e renovam-se. Elas foram incorporadas à cultura popular capixaba e suas apresentações são demonstrações de pura alegria. Na culinária, uma variedade de pratos. Dos italianos, temos o *minestrone*, o *anholini*, o *tortei*, sopa, pavese, risoto, e a famosa polenta. Dos alemães, chucrutes, geleias, biscoitos caseiros, café colonial e o brot (pão caseiro). Nos municípios de Domingos Martins (sede e distrito de Pedra Azul), Marechal Floriano e Santa Teresa, municípios originários de colônias de imigrantes europeus, acontecem anualmente festivais que chegam a receber 30 mil pessoas, como a Festa da Polenta, em Venda Nova do Imigrante, Festa do Vinho, em Santa Teresa, a do Morango, em Pedra Azul e a Sommerfest, em Domingos Martins.

Os Italianos

A colônia alemã no Espírito Santo é bem representativa, mas foram os italianos que aqui aportaram em massa. Vindos principalmente do norte da Itália, os motivos que os trouxeram foram iguais aos dos alemães. Na bagagem, além das lágrimas de saudade dos que ficaram, o sonho de ser dono da terra e suas riquezas. Afinal, a propaganda feita por Tabachi era de que na América o ouro surgia à flor da terra.

Assim como os alemães, os imigrantes encontraram trabalho duro, mata fechada, animais ferozes e uma culinária bem diferente da

que estavam acostumados. Também o abandono do governo se fez presente e cada família se virava como podia. Tanto que em 1898 o governo italiano proibiu a emigração para o Brasil. No romance "Karina", da escritora capixaba Virgínia G. Tamanini, ela descreve como se deu a vinda dos italianos e com dados históricos, passados de geração em geração. Remonta como aconteceu a fusão das duas gastronomias, a existente da época da colonização e a trazida pelos imigrantes italianos.

Ela conta que no dia em que foram ao armazém do Lopes buscar os mantimentos encontraram sacos com o que acharam ser queijo ralado ou *fromaggi*, como eles chamavam. E recebeu, cada família, um pedaço de charque. Perguntaram se aquilo se comia, pois parecia sola de sapado e tinha mau cheiro. Lopes respondeu que sim, que era carne secada ao sol. Todos jogaram fora. Bom, com seus suprimentos devidamente ensacados voltaram às suas casas. Mas uma das esposas. Karina, que acompanhavam os italianos resolveu, às escondidas, juntar toda a carne seca jogada fora e levar escondido para casa.

Na história, depois de uma semana, num domingo, o almoço era coletivo, afinal várias famílias de italianos no meio da floresta formavam um núcleo. E o prato seria minestrone. Feito com abóbora e batatas doces, encontradas na vizinhança. Quando vai servir, a personagem que juntara os pedaços de charque, adiciona ao prato de minestrone um punhado do que achava ser queijo ralado. Estranhou que a sopa absorveu o queijo e virou papa. Provou e exclamou: "É pó de pau! Deve ser a tal farinha de que os tropeiros tanto falam." Na verdade receberam de Lopes sacos de farinha de mandioca.

Em outro domingo, enquanto acabava a reza, a personagem relata o que fez com o charque que recolheu às escondidas. "Na véspera, provando a carne seca que trouxera, achei-a de paladar agradável, embora muito salgada. Pensei: ... a água lava tudo. Tirei um bom pedaço, espetei num pau e deixei-o no córrego, num lugar meio oculto para que ninguém o descobrisse." Nesse dia, bem cedo, descreve a autora, foi apa-

nhá-lo e cortou-o todo em fatias finas. Deitou banha na frigideira, deixou que esquentasse, juntou um dente de alho esmagado, três pimentas malaguetas bem maduras. Depois despejou a carne na frigideira. Um cheirinho "gostoso", picante, se espalhou pelo ambiente. Com a colher, deu uma virada, provou uma lasquinha. Faltava sal. A água lava tudo...

No terreiro fez-se um movimento de surpresa. Alguns descobriram logo de onde vinha o cheirinho excitante. Outros destampavam os panelões do terreiro, confundidos. Somente aqueles que já passaram pelos imprevistos de uma vida desajustada e difícil poderão compreender como o homem, à simples perspectiva de um bocado melhor, pode ser tomado de tão grande entusiasmo. Por isso, quando apareci com a panela fumegante, correram todos a me cercar. — Que milagre é este, Karina? — alguém perguntou. — Sola de sapato — respondi. — Aquela que vocês jogaram fora.

Virgínia Tamanini continua descrevendo as reações com a nova descoberta. Conta ela que

diante da notável descoberta a alegria se tornou contagiante. O menor acontecimento entre nós era comemorado com grandes efusões. E nesse dia, depois do grande almoço, — feijão, farinha, aipim e carne seca! — enquanto as mulheres juntavam os pratos para lavar no córrego, um grupo se organizou para cantar. O coro foi crescendo, tomando vulto, enchendo a clareira, penetrando na mata, envolvendo tudo no calor das almas transmitido às vozes. Todas as canções da pátria distante foram lembradas.

Os italianos eram muito religiosos e sempre estavam a se reunir para rezar. E foi numa reza, numa tarde de domingo, que o nome do lugarejo, chamado Antônio Prado, mudou. Nossa protagonista, Karina, assim o relatou:

[...] subimos pequena ladeira e chegamos ao platô onde o terreno fora acertado à sombra de uma enorme árvore que se alargava sobre ele. Havia muita gente reunida ali. Um grupo de homens se organizava para o coro. Não tínhamos, ainda, nem igreja e nem capela. À sombra daquela árvore nos reuníamos, aos domingos, para rezar. Nessa tarde, pouco antes de começar a reza, subiu a ladeira e se juntou ao grupo Thereza Malon. Portava pequeno quadro que trouxera consigo da Itália. Uma estampa de Santa Theresa, sua devoção. Aquele dia, 15 de outubro, era o dia da Santa. A Malon aproximou-se da árvore e tentou prender o quadro num dos galhos. Era baixa, não conseguiu. Molinari tomou-lhe o quadro das mãos e o prendeu o mais alto que pôde, voltado para o nascente. Por muito tempo ali ficou, até que a primeira capelinha foi erguida. A Santa troneou-se padroeira do lugar. "Antônio Prado" passou a chamar-se Santa Thereza.

Num domingo, já morando na localidade de Conde D'Eu, hoje Ibirajú, a família de Karina convidou o padre Martinelli e outro amigo para almoçar. E assim aconteceu.

Domingo, cedo, a lenha crepitava no fogão de barro e o braseiro piscava na lata que cobria a assadeira onde um pedaço de carne chiava espalhando cheiro de vinha-d'alho. À hora marcada, chegou. A mesa estava arrumada e eles tiveram expressão de admiração diante dela. A toalha de linho, que só saía do gavetão em dias especiais, ali estava, esticadinha de goma, servindo de fundo aos copos que Pinota polira com açúcar até vê-los brilhar. E os pratos estampados de azul, tendo ao lado talheres reluzentes como joias tiradas do estojo, formavam bonito contraste.

Os olhinhos do padre brilhavam surpreendidos. Karina entrou na sala trazendo duas garrafas de vinho tinto. Pinota e Landa começaram a servir o almoço. Primeiro a sopa de capeleti. Em seguida, Pinota apa-

receu com a travessa de alface e tomates temperados somente com sal, como o padre gostava. Landa trouxe o frango assado e o talharim feito em casa, puro de ovos, amarelinho como ouro, regado à manteiga e queijo. Por fim a carne assada e a polenta à tirolesa, cortada em fatias arrumadas em camadas e banhadas com manteiga derretida, pulverizadas com pimenta-do-reino e recobertas de queijo ralado.

Numa outra ocasião, quando Karina retorna ao Brasil depois de visitar seus parentes na Itália, um almoço gigantesco e festivo foi preparado para dar-lhe as boas vindas. E assim foi descrito:

O almoço foi servido. Fiquei encantada ao ver a mesa. A toalha branca e bem engomada, a sopeira azulada, de onde escapava um cheirinho "gostoso" de capeleti ao caldo. Todos elogiaram o bonito arranjo da mesa. E quando começaram a chegar, em grandes travessas e já trinchados, perus, frangos e leitões, houve aplausos e vivas. O bom vinho, legítimo italiano, passava continuamente das garrafas para os copos. E havia cerveja para quem quisesse.

Nas festas tradicionais também a gastronomia diferente se fazia presente. Na festa de São João viram como se fazia a batata doce assada e a garapa de cana-de-açúcar quente. Sem faltar e boa e gostosa cangica. Mas havia uma data especial para os italianos, o dia do casamento. No livro *Karina* a autora também relata essa festa. "Bianca ia se casar com Alfredo Beicher e havia chegado gente de toda parte. A festa, segundo o costume, devia começar na casa dos pais da noiva. O almoço, bem organizado, regado a bom vinho, estava correndo bem. Os noivos, à cabeceira da mesa tomada de convidados, davam um cunho de cerimônia a um sentido de festa ao ambiente".

A festa de casamento é tradicional entre os italianos. A escritora Maria Stella de Novaes assim descreve uma legítima festa de casamento italiana.

Antes o noivo, acompanhado de pessoas amigas, vai à casa da noiva buscá-la para então levá-la à igreja. É servida uma sopa de galinha, com vinhos e carnes. Após o casamento, realiza-se o grande banquete. O brodo ou sopa de galinha, vinhos preferidos os da região, guardados especialmente para a festa, pratos frios, saladas, e etc .Assados: perus, leitoas, bifes, garrotes e, finalmente, a macarronada, à moda da península, preparadas pelas mestras da arte. Depois...a sobremesa (doces variados), ao espocar dos vinhos, acompanhados das velhas canções italianas, canções garibaldinas [...]

A noite, ao som de acordeões, violões e cavaquinhos começam as danças. De meia em meia hora serve-se café com bolinhos de trigo, de várias formas e receitas. Maria Stella conta que uma informante de Baixo Guandu, contou que no seu casamento foram consumidos cinquenta galinhas e frangos, três leitoas, um porco, um boi, quatro patos, macarrão, doces (quatro latas de querosene com doces de goiaba, cidra, mamão e laranja), pudins, pão-de-ló, sacos de biscoitos, entre outros quitutes. A festa durou dois dias, em dois salões, um para os italianos e outro para os negros. Os negros não podiam dançar com os brancos, conta ela.

Com os braços fortes desses colaboradores, soergueu-se principalmente a lavoura de café, na fase transitória da vida rural, seguinte à Abolição da Escravatura. Em seguida ao café, lucraram os cereais, as videiras, a pecuária, para o leite e para o corte, os ovos, a alimentação em geral.

É certo que os descendentes conservavam o hábito da boa alimentação, com ovos, leite, feijão, verduras, tubérculos, queijos, frutas, massas, arroz e etc.. Conservavam a carne de porco, preparada em banha, e a carne de sol (carne bovina, salgada e seca ao sol). A polenta é o forte no café com leite, de manhã, ao almoço, no repasto (merenda). No jantar, usam a *minestra*, sopa de feijão e arroz, leite e carnes, A polenta é o verdadeiro angu mineiro, feito com água e sal

fervendo, na qual se põe fubá e mexe-se até soltar-se do fundo da panela. Bem cozido, forma uma grande bola, que se joga numa tábua especial, posta na mesa. É cortada em fatias, com um fio de linha; os retângulos ou nacos são apreciados com ovos ou pedaços de linguiça.

Registra-se ainda o pão-de-sal e o pão-doce, que são deliciosos. Levedados e bem assados, são consumidos com manteiga ou nata, no desjejum. Outras delícias da cozinha italiana no Espírito Santo são o *rizoto*, que é o arroz misturado com pedaços de galinha, batata picada e etc.. O *ossocollo* é a carne de porco, tal como fiambre, conservada no redanho, ou peritônio de boi. O *coteghino* (escudiguin) é uma linguiça feita com a pele do porco bem picada e temperada, metida em pedaços de tripa do mesmo animal.

Fazem ainda o Panetão, que é um pão enorme, preparado com trigo, fubá, sal, açúcar e ovos. Sua variedade é pinça, recheada de torresmos. "Uma delícia" — dizia a sr^a Maria Maggione César, de Baixo Guandu. Mas se os italianos conservavam suas comidas, como o nhoque, a macarronada e o ravióli, assimilaram igualmente nossos costumes: o feijão, por exemplo, a carne seca, a princípio detestada, a farinha de mandioca, tomada de início como formaggio ralado e o café.

Referências Bibliográficas

FERRARI, Ângela de Biase. *Notas sobre os alemães no Espírito Santo*. Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros. Rio: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1968.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Série Maria Stella de Novaes, 1, 1980.

WAGEMANN, Ernst. *A Colonização Alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

REDES DE INFLUÊNCIA: FAMÍLIA E AMIZADE NA POLÍTICA CAPIXABA¹

Geert A. Banck*

Introdução

No mundo político, o primeiro semestre de 1996 no Brasil foi caracterizado por manobras referentes às escolhas partidárias para as eleições municipais de outubro, a maior aspiração sendo as indicações para prefeito. Enquanto a luta por vagas nas câmaras municipais também provocava, evidentemente, transações e acomodações políticas em larga escala, a conquista da chefia do poder executivo estava, como ainda está, no centro das atenções. Esse é essencialmente o caso das grandes cidades e, de maneira mais específica, o das capitais dos estados brasileiros. Não somente porque muito dos poderes econômicos e políticos estão concentrados em tais cidades, onde são mais elevados os valores dos imóveis nos quais se baseia o principal imposto municipal. Mas também porque elas recebem uma parcela desproporcionalmente maior dos impostos estaduais, em comparação com os outros municípios. Desse modo, Vitória, a capital do Espírito Santo, um pequeno estado incrustado entre o Oceano Atlântico e os poderosos congêneres do Rio de Janeiro,

¹ Comunicação apresentada no *XX International Congress of the Latin American Studies Association*, Guadalajara, México, 17-19 de abril de 1997, com o título *Webs of influence: family, friendship in an urban setting: a case study of the Brazilian state of Espírito Santo*. Este texto é a primeira versão, destinada à apresentação, ainda sem todas as referências. Por várias razões, nunca mais revisei o texto e o mantenho assim. Agradeço a tradução do inglês e edição de texto elaboradas por Fernando Achiamé, que acrescentou os termos entre colchetes e as notas com suas iniciais.

* Centro de Estudos e Documentação da América Latina, Amsterdam, e Departamento de Antropologia, Universidade de Utrecht.

Minas Gerais e Bahia, ganhava naquele ano por volta de 23% dos repasses de impostos estaduais, enquanto que o vizinho município de Cariacica, com aproximadamente o mesmo número de habitantes, recebia somente escassos 3%. Prefeitos das capitais dos estados têm muito mais fundos públicos à sua disposição e, pelo menos em termos relativos, podem exercer com mais desenvoltura sua capacidade administrativa.

Assim, a conquista da prefeitura de Vitória tornou-se o troféu mais desejado, especialmente por ser um poderoso trampolim para a disputa pelo governo do estado, que sempre acontece dois anos depois². Dessa maneira, políticos importantes têm vivo interesse em concorrer à prefeitura da capital, assim como seus partidos almejam fortalecer suas posições políticas. Dois fatores são muito importantes nessas estratégias. Primeiro, o Brasil pratica um sistema político multipartidário e não é exequível para partidos muito pequenos disputar as eleições de forma isolada devido às despesas de campanha (Banck, 1994). Depois, nem sempre eles têm à disposição candidatos populares, o que até mesmo ocorre em partidos consagrados. Isso faz com que o processo de escolha seja um esforço contínuo para construir coalizões, ao mesmo tempo em que os aspirantes aos cargos procuram fortalecer suas posições³. Em 1996, isso era mais urgente por outra razão numa cidade como Vitória.

² As eleições municipais ocorrem separadamente dos pleitos em âmbito estadual e federal.

³ Devido a mudanças na lei eleitoral, em 1996 o processo de escolha dos candidatos foi bastante complicado porque os partidos ficaram impedidos de fazer coalizões justamente para as eleições proporcionais (que escolhem os vereadores). No entanto, os partidos pequenos são os que precisam fazer tais coalizões porque, caso contrário, enfrentarão severas restrições no número de candidatos. Mas qualquer coalizão tem que se formar em torno do candidato a prefeito (eleições majoritárias), permitindo que surja o fenômeno do candidato "laranja", de fato uma candidatura falsa.

Nas eleições para prefeito, cidades com mais de 200.000 votantes podem ter um segundo turno entre os dois candidatos mais votados, se nenhum deles conseguir a maioria simples dos votos válidos no primeiro turno. Como Vitória, na época com cerca de 197.000 votantes, possuía menos do que aquele número, a escolha para prefeito tinha que ser feita no primeiro turno, de qualquer maneira.

Até agora descrevi o processo de escolha em termos políticos formais. Mas as coisas não ocorrem de forma tão simples no processo eleitoral brasileiro. Como Scott Mainwaring (1992) apontou, a organização partidária no Brasil é notoriamente "subdesenvolvida", com os políticos facilmente mudando de partido. Assim, o que à primeira vista aparenta ser uma coalizão partidária, com frequência resume-se a uma rede de alianças pessoais. Não é preciso dizer que as disputas políticas normalmente se devem a questões de ideologia. Mas, devido às limitações antes mencionadas, não existe um ambiente propício à transparência ideológica. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), por meio do governador [Victor Buaiz], pretendia sustentar a candidatura do jovem presidente da Assembleia Legislativa Estadual [Ricardo Ferraço], o qual apoiava o governo do PT. Este último político trocou a aliança partidária com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para obter o apoio da facção que detinha a presidência do diretório municipal do partido. Essa facção também foi recompensada com um importante posto no governo estadual. No entanto, o esquema falhou e o presidente da Assembleia Legislativa deixou o PMDB novamente. Apesar de ele possuir um prestígio crescente, sua carreira estava de fato estreitamente vinculada à proeminência do seu pai [Theodorico Ferraço] na política do Espírito Santo. Este último é um líder bastante clientelista, com seu eleitorado baseado no sul do estado, onde ele próprio foi candidato à prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, a mais importante cidade

da região. Uma vez que o esquema governamental do PT falhou, o filho sentiu-se livre de novo para fazer campanha para seu pai de direita, e deixou o PMDB⁴. Além disso, a facção do PMDB no esquema era controlada de fato por uma influente família de políticos [Hugo Borges e seus filhos Sérgio, Paulo e Hugo]. Isso não contribuiu para aumentar a transparência ideológica, e alguém poderia se admirar com a influência do parentesco na política do Espírito Santo.

A esse respeito, outros candidatos importantes foram também envolvidos de um modo ou de outro numa rede de influência baseada no parentesco. Uma deputada federal que finalmente conquistou a indicação do PMDB para disputar a prefeitura de Vitória era esposa de um importante senador e ex-governador [Rita e Gerson Camata], e seu companheiro de chapa [Luiz Buaiz] — candidato a vice-prefeito — pertencia a uma importante família de políticos, cuja influência remonta aos anos 1950. Além do mais, apesar de adversários ideológicos,⁵ ele era parente distante do governador do PT [Victor Buaiz]. O candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) [Luiz Paulo Veloso Lucas] também era de uma família altamente influente na política, sua mãe [Mariazinha Veloso Lucas] sendo presidente do Tribunal de Contas do Estado em 1996 (adiante, ver também as circunstâncias da sua indicação).⁶

Essa presença muito marcante de ligações de parentesco nas eleições municipais de Vitória em 1996 foi um tanto ocasional. Mesmo

⁴ Na sua curta carreira, ele já foi membro do Partido Democrático Social (PDS), do Partido da Frente Liberal (PFL), do PTB e do PMDB.

⁵ Nos últimos quatro anos (texto escrito em 1997), ele concorreu ao cargo de prefeito de Vitória pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) (1992), foi deputado federal pelo PFL (1994) e agora pertence ao Partido Liberal (PL). Os dois últimos partidos são conservadores, apesar de, em 1992, ele ter sido apoiado pelo governador do PDT.

⁶ Incluem-se entre seus membros três antigos prefeitos municipais [sendo um deles Antonio Gil Veloso em Vila Velha].

se considerarmos também os outros quatro municípios que, com Vitória, constituem (1997) a região metropolitana, localmente denominada Grande Vitória, o quadro mostra, por exemplo, as famílias Mauro e Anders em Vila Velha e, na Serra, a família Feu Rosa. Isso seria de admirar se em 1996 nessa região portuária, altamente urbanizada e industrializada com seus 1.2 milhão de habitantes e sua siderúrgica, a oligarquia ainda predominasse. Se acreditarmos em muitos capixabas, esse predomínio ocorreu com frequência, e ainda ocorre. Quando políticos parecem misturar as coisas de novo, a culpa é atribuída às "elites", às "oligarquias". Esses lamentos quase rituais sugerem uma continuidade, na qual um pequeno grupo de detentores do poder sabe como sobreviver. Tais lamentos também indicam a consciência de que, não interessando o processo democrático ou a vontade do povo, os privilegiados sabem como isolar essas pressões sociais, e efetivamente pilhar os "fundos públicos" para seu próprio proveito. Na realidade, é o mesmo de novo? Se alguém estuda as origens, por exemplo, dos componentes da elite política estadual (governadores, senadores, deputados federais e estaduais), eles são provenientes, em sua maioria, das classes médias (ver Silva et al., 1993) e sua rotatividade é alta. Desta maneira, as coisas não parecem tão evidentes no que se refere a esses eternos oligarcas. Por outro lado, existem ainda as ligações familiares, as redes de amizade e hostilidade, que não podem ser facilmente descartadas. Mas então, como procuro demonstrar, as chamadas oligarquias dos tempos antigos também não gozavam de estabilidade. Regras de herança repartiram riquezas, lutas políticas acabaram em ostracismo, melhores oportunidades econômicas em outros lugares eram às vezes mais atraentes. Nesta comunicação, apresento uns poucos casos de famílias politicamente importantes ao longo do tempo, relacionado-as de modo necessariamente resumido com o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Na conclusão, discutirei as principais questões em jogo.

Oligarquia Local e Desenvolvimento — A República Velha

O Espírito Santo, um estado pequeno, sempre teve uma elite diminuta. Devido a fatores de ordem geográfica e militar, viveu bastante tempo separado do rico território a oeste, as Minas Gerais. Enquanto o porto natural de Vitória, considerando a distância da região aurífera de Minas, poderia ter sido um grande escoadouro das riquezas mineiras, razões fiscais e de segurança levaram o governo colonial a concentrar a exportação de ouro e diamantes pela capitania do Rio de Janeiro. Após a descoberta do metal precioso, o Espírito Santo foi destinado a ser principalmente defesa militar contra possíveis invasores estrangeiros e contrabandistas, sua região serrana, habitada pelos temidos índios botocudos, servindo como uma barreira natural. No século XIX, as mudanças começaram a acontecer de forma bem lenta, mas na segunda metade daquele século o café tornou-se o rei da economia capixaba. A região em torno de Vitória, com suas antigas fazendas, tirou certo proveito disso, mas o verdadeiro auge econômico aconteceu na região sul, então coberta por florestas praticamente virgens da Mata Atlântica. Em tal região, uma imensa e dinâmica fronteira agrícola foi aberta pelos colonizadores vindos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Contudo, no decorrer do Império com seu governo muito centralizado, aquele auge econômico não se traduziu em maior poder de decisão para a elite local.

Como em outros lugares, os presidentes de província eram nomeados pelo governo imperial, e sempre estranhos ao Espírito Santo. Mesmo seu único senador vitalício, um cargo eletivo, era sempre um forasteiro, dado o controle do governo central sobre a política local (Banck, 1986, 1996). De novo o porto de Vitória não era utilizado, nesse caso para exportar a produção de café do sul, embarcada pelo Rio. Esta situação somente não incomodava o chefe liberal

local [Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, futuro barão de Monjardim], recompensado com a inspetoria da alfândega, e que contemplava as receitas serem escoadas pelo Rio de Janeiro. Havia um sentimento generalizado entre a pequena elite de Vitória que a província se encontrava marginalizada e sua capital destinada a permanecer uma localidade estagnada. Por meio de viagens e da importação de livros e periódicos da Europa e do Rio, eles estavam bem conscientes deste perigo, e as contínuas epidemias de febre amarela e varíola eram outro lembrete de que as coisas deveriam mudar nessa pequena cidade com cerca de 15.000 habitantes. Não somente importava sua própria situação, mas também o futuro dos seus filhos. Esses sentimentos eram expressos por meio de ataques nos jornais locais. Assim, numa série de editoriais, "Cartas ao Imperador", publicados no jornal liberal *A Província do Espírito Santo* o único lamento é sobre a "esquecida zona". E, para manter a argumentação desse jornal, a província do Espírito Santo era denominada de "filha espúria da comunhão brasileira"⁷. Esse sentimento de marginalização, associado à convicção de que Vitória possuía uma posição geográfica vantajosa em relação ao interior de Minas e à região cafeeira do sul, deu ensejo ao que pode ser chamado de um projeto local para o desenvolvimento regional. Ele não foi formulado exatamente com essas palavras, mas focalizava o desenvolvimento ferroviário, a imigração estrangeira para desbravar a ainda fechada e imensa Mata Atlântica, maiores obras portuárias, modernização urbana de Vitória, e melhoria da educação local, especialmente no nível secundário. Esta última era de considerável importância, porque a educação tornou-se uma importante vantagem para se construir uma carreira, especialmente na política.

⁷ Biblioteca Nacional II-73-6-13. *Cartas ao Imperador*. Editoriais de *A Província do Espírito Santo*, folha diária redigida por Muniz Freire e Cleto Nunes. Vitória, 1885. [Existe uma edição desta obra de Muniz Freire publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) em 2012 (FA)].

No século XIX, dificilmente algum capixaba formava-se no nível superior, e praticamente toda a educação secundária era obtida fora do Espírito Santo. Assim, por ocasião do advento da República em 1889, somente poucos capixabas eram formados, sobretudo em direito, e estes eram invariavelmente políticos destacados. Afonso Cláudio, um advogado recém-formado, tornou-se o primeiro governador e algum tempo depois outro advogado, Muniz Freire, passou a ser o líder político incontestado do estado até 1902, cumprindo dois mandatos de governador⁸. Tendo sido um dos editores do jornal antes mencionado, ele se credenciou como a voz mais expressiva das preocupações da elite capixaba em relação ao desenvolvimento local. Muniz Freire começou a construção da primeira grande ferrovia no estado, investiu em projetos de colonização e educação, e encomendou um projeto para nova urbanização da capital. O que significou a vinda para o Espírito Santo de muitos profissionais de fora. Na mesma ocasião que a nova geração de capixabas estudava direito principalmente, mas também medicina e engenharia civil, o estado recém-criado recrutava juízes e procuradores de não importa que procedência para formar o poder judiciário estadual. O mesmo aconteceu com médicos e engenheiros. Assim, já durante o Império, médicos foram contratados para trabalhar em projetos de colonização destinados a transformar imigrados da Europa em pequenos proprietários. Engenheiros vieram para o Espírito Santo construir ferrovias e outras obras de infraestrutura iniciadas por Muniz Freire. Outros foram convidados para fazer uma grande reforma urbana em Vitória e transformar a pequena, colonial, doentia e obscura aglomeração numa cidade moderna. Muitos desses profissionais casaram-se na elite local, e alguns deles passaram a exercer importantes papéis políticos. Nesse

⁸ Muniz Freire era de Vitória, Afonso Cláudio do interior de Vitória. Na região cafeeira sulista, Bernardo Horta e Gil Goulart eram os maiores políticos regionais; na região norte, Graciano Santos Neves chegou a ser um líder político, apesar de bastante contestado. Todos eram graduados em curso superior.

meio-tempo, como já vimos, uma nova geração da elite local formou-se no nível superior e pavimentou seu caminho para uma carreira política. A ela pertenciam os irmãos Monteiro, seus parentes e amigos. Eles detiveram as fontes do poder de 1908 até 1928 e, por meio de um ramo colateral, permanecem influentes até hoje.

Os Monteiro

A família Monteiro tem origem em Minas Gerais e participou, como muitos outros mineiros, do desbravamento da Mata Atlântica que cobria quase todo o sul do Espírito Santo, criando uma fronteira dinâmica de fazendas de café. Nos anos 1850, Francisco de Souza Monteiro veio para Cachoeiro de Itapemirim e tornou-se um fazendeiro bem sucedido. Dois de seus filhos eram advogados, um era engenheiro e outro tomou posse como bispo do Espírito Santo em 1902. O filho mais velho [Antônio] estudava medicina, mas teve que desistir do curso para tomar conta da fazenda após a morte do pai em 1887. Enquanto ele permaneceu solteiro, dois irmãos [Bernardino e José] se casaram com filhas de Gil Goulart⁹, advogado e líder político local, outro irmão [Jerônimo] com a filha de um rico e influente empresário de São Paulo que, no entanto, teve um negócio de sucesso em Cachoeiro. Todas as três filhas esposaram forasteiros formados em curso superior. Uma casou-se com um médico de Alagoas, que tinha migrado para o Espírito Santo, e as duas outras contraíram núpcias com engenheiros do estado do Rio de Janeiro.¹⁰

⁹ Ele chegou a Cachoeiro como diretor da agência local do Banco do Brasil, obviamente uma indicação política. Posteriormente, retornou para Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ Bárbara casou-se com o engenheiro Carlos Adolfo Lindenberg, Maria (Maricota) com o médico Manoel Leite de Novaes Melo e Henriqueta com o engenheiro Florentino Avidos [FA].

O patriarca Francisco de Souza Monteiro veio para o Espírito Santo com seu sogro, o rico comerciante Bernardino Rios, e comprou sua primeira propriedade em 1851. Ele tornou-se um rico plantador de café e líder do Partido Conservador. Quando morreu em 1887, deixou a rica fazenda Monte Líbano que possuía uma casa-grande com 58 janelas. Apesar de sua viúva continuar morando na sede da fazenda, a gestão do filho mais velho foi um fracasso total e a propriedade diminuiu muito de valor, antes de ser dividida entre a viúva e todos os descendentes (incluindo as filhas), de acordo com a lei brasileira de sucessão. Assim, não restou nenhuma grande riqueza, mas a família tornou-se, como temos visto, altamente bem sucedida na política. O primeiro deles, Fernando, tornou-se bispo do Espírito Santo e deteve grande influência política. Seus irmãos exerceram atividades políticas. O advogado Jerônimo tornou-se governador em 1908, teve como sucessor um parente de consideração e aliado político [Marcondes Alves de Souza, de 1912 a 1916], e depois, de 1916 a 1920, o seu irmão Bernardino exerceu a governadoria. O próximo governador [Nestor Gomes, de 1920 a 1924] era amigo da família, e foi sucedido por Florentino Avidos, um engenheiro que fora casado com uma de suas irmãs [Henriqueta, da qual já enviudara quando assumiu o governo]¹¹. Em outro lugar, irei tratar em detalhe desse período de dominação dos Monteiro. Aqui quero somente demonstrar que seria inteiramente errôneo considerar que isso era um empreendimento familiar tocado com facilidade.

Na década de 1890, no começo de suas carreiras, Jerônimo e Bernardino estavam em diferentes campos políticos. Jerônimo integrava o partido do governador Muniz Freire. Bernardino, no entanto, era leal ao seu sogro Gil Goulart, chefe político em Cachoei-

¹¹ Antônio e José de Souza Monteiro foram deputados estaduais e o último integrava a direção do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) nos anos 1920 [FA].

ro de Itapemirim, e inimigo declarado de Muniz Freire. Este tinha estipulado num contrato relativo à ferrovia de Vitória a Cachoeiro de Itapemirim que durante vinte anos estava impedida a construção de uma ligação ferroviária desta última cidade ao vizinho porto de Itapemirim¹². Além do mais, os irmãos possuíam visões de mundo ligeiramente diferentes. Ambos formaram-se na famosa Faculdade de Direito de São Paulo, um nicho do pensamento positivista. Bernardino também frequentou um seminário e permaneceu católico devoto, enquanto Jerônimo era positivista, como Muniz Freire. Este último casou-se com uma mulher muito piedosa [Colatina Azevedo Muniz Freire] e Jerônimo era muito ligado ao seu irmão bispo, um ultramontano radical; assim, as posições não eram extremadas na pequena comunidade, o Espírito Santo daquela época. Além disso, os irmãos nunca partilhavam idênticas posições políticas, apesar de frequentemente agirem em comum acordo. Quando Jerônimo rompeu com Muniz Freire, não cerrou fileiras com seus parentes, mas fundou o Partido da Lavoura em 1900. Embora pesquisa adicional precise aprofundar esse tema, sua iniciativa reflete um acordo geral entre os fazendeiros de café de São Paulo e Minas Gerais para defender seus interesses em relação aos preços em queda do produto. Em Minas, os interesses dos cafeicultores estavam unidos no Partido da Lavoura e Comércio (Wirth, 1977, 122-123). De qualquer modo, Jerônimo organizava assim um grupo de seguidores, baseado principalmente nos interesses do campo. Apesar das

¹² Pode-se nuançar essa situação política: Bernardino começou a carreira política no governo municipal de Cachoeiro de Itapemirim, eleito pelo Partido Republicano Construtor (PRC) de Muniz Freire, quando este ainda estava no governo e Jerônimo era deputado estadual pelo mesmo partido e Gil Goulart senador também pelo PRC. Pouco depois, Gil Goulart, cujo mandato terminou, rompeu com o partido de Muniz e Bernardino o acompanhou, mas não Jerônimo, eleito deputado federal no ano seguinte. Este rompeu com o PRC em 1898, quando Muniz Freire estava na Europa [FA].

mudanças significativas que aconteceram em Vitória no decorrer do seu governo (Banck, 1993, 1996), o poder político de Jerônimo permaneceu vinculado às áreas rurais. Elas compreendiam, cada vez mais, as colônias agrícolas de imigrantes europeus com seus chefes políticos, já que a velha economia apoiada nas fazendas cafeeiras muito se ressentiu após a crise do café no começo do século XX. Em contraste, e de acordo com estudos locais, Bernardino tem sido identificado com a classe comercial exportadora (Silva, 1995; Vasconcellos, 1995). É difícil estabelecer a posição de Bernardino, mas com seu irmão controlando boa parte das áreas rurais, seu recrutamento eleitoral teve que se dirigir para setores mais urbanos. De qualquer maneira, a sucessão de Bernardino em 1920 dividiu os irmãos até o confronto armado; Jerônimo, e com ele seu grupo, foram colocados no ostracismo, apeados de todas as posições. Apesar de este ter sido o mais dramático conflito, os Monteiro e seus parentes, que assumiram o poder em 1912 sucedendo a Jerônimo, brigaram também de modo bem hostil. Isso indica que a candidatura de Bernardino em 1916 foi intensamente contestada.¹³

A eleição em 1924 do cunhado deles, Florentino Avidos, de novo não foi um tranquilo arranjo familiar. Ele começou a ter influência no governo iniciado em 1920, que sucedeu a Bernardino. Sua relação, especialmente com Jerônimo, estava longe de ser cordial, para dizer o mínimo. Segundo as "Memórias" datilografadas de Henrique Novaes, seu casamento com a irmã deles teve renhida oposição de Jerônimo, pois a mãe de Avidos era filha bastarda de um grande proprietário de escravos do Rio e, assim, ele era mestiço (pp. 200-201). Avidos pavimentou o caminho político para uma nova e promissora família, os irmãos Aguiar, todos eles formados em cursos superiores. Enquanto

¹³ Tal contestação originou a Revolta do Xandoca, que confrontou o poderio dos Monteiro [FA].

Florentino Avidos tornou-se senador, e seu filho Moacir prefeito de Vitória, os Aguiar participaram de um governo quase familiar de 1928 a 1930, quando o governador teve que se exilar devido à tomada do poder por Getúlio Vargas. Jerônimo, obrigado a permanecer na oposição, ensaiou um retorno com outro Partido da Lavoura, mas como seu irmão Bernardino em 1930, faleceu pouco tempo depois (1933). Diferente do filho de Bernardino¹⁴, o filho de Jerônimo [que tinha o mesmo nome do pai] exerceu alguma influência política por curto período. Mas sem maiores projeções, pois devido ao mandato de senador do pai ele tornou-se profissional mais bem sucedido no Rio do que outros membros da família. O verdadeiro herdeiro político dos Monteiro foi um sobrinho, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Ele se apropriou do eleitorado rural de Jerônimo, e após o Estado Novo (1937-1945) tornou-se governador, reeleito em 1958. Também foi eleito senador por dois mandatos e permaneceu o político mais influente do estado até pelo menos 1979, tendo falecido em 1991. Nesse meio tempo, sua família desenvolveu uma poderosa empresa de comunicação. Em 1948, Lindenberg comprou o jornal *A Gazeta*, e nos anos 1960 o canal de televisão da empresa passa a integrar a Rede Globo de Comunicação. Hoje (1997) são disparados o jornal e a estação de TV mais importantes do estado, mas a empresa permanece um negócio familiar. Seu filho, que devido ao pai parecia ser predestinado a tornar-se um líder político, e por algumas vezes atuou como tal, permaneceu empresário no final das contas. Aqui se pode estabelecer um ponto em comum com o dono da Rede Globo, Roberto Marinho, que usualmente é chamado de fazedor de presidentes. Apesar de Lindenberg Filho não ser o único proprietário (sua mãe e seu tio são presidente e vice-presidente,

¹⁴ Nelson Goulart Monteiro, que fez longa carreira política, iniciada na Primeira República, como deputado estadual (1919-1930) e continuada após 1930, como deputado estadual, secretário de governo e deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) em duas legislaturas [FA].

sua irmã também participa da firma, e existe uma cota de 30% com capital de fora da família)¹⁵, ele é muito influente do ponto de vista político, mas como Marinho, de maneira bem discreta.

Assim, da bem grande família Monteiro, somente um ramo permaneceu bastante visível na política e pode ser considerado rico. Boa parte da família foi para o Rio e outros lugares no Brasil; apesar de alguns de seus componentes ascenderem à classe média alta, não mantiveram importância real do ponto de vista político e econômico. Isso pode ser chamado de dispersão nas classes médias; aparentemente, é também o caso da família que já foi considerada a mais importante de Vitória, os Monjardim.

Da Posição Central para a Dispersão: A Família Monjardim

Em 1781, Inácio João Monjardino veio para o Espírito Santo como capitão-mor, governador e comandante militar, e por fim sua família enraizou-se naquela capitania. Durante o Império, seu filho, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, foi o líder incontestado do Partido Liberal na região de Vitória, enquanto que no nível provincial ele se alternou no cargo de vice-presidente com o barão de Itapemirim, radicado na região cafeeira do sul. Um dos filhos de Monjardim, Alfeu Adelfo, consolidou a posição de liderança do Partido Liberal. Apesar de possuir rendimentos originados da agricultura, parcialmente provenientes da herança de sua primeira esposa¹⁶,

¹⁵ Entrevista de Cariê, Carlos Lindenberg Filho, "Um Império ou uma Empresa?", in *ES Agora*, 1977, p.40.

¹⁶ Na verdade, a família não era rica; um irmão teve que seguir a carreira militar, e de outro se dizia que seu principal patrimônio era a pobreza (Forjaz, 1987, 30). Monjardim também foi acusado de manipular a herança de parentes em seu próprio interesse (cf. Banck, 1987). A casa-grande de sua parentela,

ele vivia em Vitória e, coerente com a tradição paterna, deteve o posto de inspetor da alfândega (importante para o controle dos impostos do comércio exterior) por longo período, tendo se aposentado no cargo. Mais do que uma fonte de renda, essa era também uma das suas formas de distribuir patrocínio (ver Banck, adiante).

Em 1889, com o advento de República, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida (agraciado com o título de barão de Monjardim apenas poucos meses antes de o imperador ser depositado), enfrentou tempos difíceis ao ser considerado suspeito de lealdade à monarquia. Ainda assim, dois anos depois foi eleito governador. Na luta pelo poder entre o presidente Deodoro da Fonseca e seu vice, Floriano Peixoto, ele apoiou o primeiro. Quando Deodoro perdeu, Monjardim também foi apeado do poder. Ele envolveu-se numa áspera contenda com Muniz Freire¹⁷, o virtual chefe político do Espírito Santo de 1889 a 1905. Contudo, como indiquei em outro lugar, eles fizeram uma nova aliança política em 1898, precedida pelo casamento de um dos filhos de Monjardim com uma filha de Muniz [o casal Argeu Hortêncio Monjardim e Izilda Muniz Freire Monjardim]. Por meio desta aliança, o "barão", na qualidade de um Monjardim, continuou a ser consultado, permanecendo uma espécie de eminência parda.¹⁸

Dos filhos do barão de Monjardim, dois eram advogados, dois médicos, enquanto que os outros dois não tinham nenhum diploma universitário. Cinco deles tiveram por algum tempo cargos políticos importantes: um foi deputado federal (1900-1909) [José Francisco Monjardim], outro vice-governador (1904-1908) [Argeu

chamada de Solar Monjardim, ainda existe e é atualmente um museu federal; está situada dentro da cidade de Vitória.

¹⁷ Os pais de Muniz e Monjardim foram amigos e firmes aliados políticos; durante o Império ambos pertenciam ao Partido Liberal.

¹⁸ Foi deputado federal de 1909 a 1911 [FA].

Hortêncio Monjardim], um terceiro senador (1924-1930) [Manoel Silvino Monjardim], e cada um de outros dois foi, por duas vezes, prefeito de Vitória — um durante o Estado Novo e em 1946-1947 [Américo Poli Monjardim], outro nos anos 1950 e 1960 [Adelfo Poli Monjardim]. Apesar de serem politicamente influentes, nunca conseguiram se sobressair na política estadual. No entanto, o que causa maior estranheza é a circunstância de que todos tiveram ocupações que direta ou indiretamente estavam relacionadas com o poder público. Eles foram respectivamente, enumerando do mais velho para o mais novo dos irmãos:

- diretor de escola¹⁹ e presidente do Conselho Federal da Caixa Econômica [José Francisco Monjardim];

- diretor do Banco do Espírito Santo [Argeu Hortêncio Monjardim];

- médico na Estrada de Ferro Vitória-Minas [Manuel Silvino Monjardim];

- diretor da penitenciária estadual e da Companhia de Armazéns;

- secretário do notoriamente clientelista Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo;

- corretor da Bolsa de Café, também uma indicação estatal.

Difícilmente outra profissão é mencionada. Os dois irmãos mais velhos atuavam também como jornalistas, mas isso era especificamente uma atividade política por serem editores de jornais pertencentes ao seu pai e, na continuação de suas carreiras, a Muniz Freire²⁰. Somente o filho mais novo trabalhou por algum tempo num banco comercial inglês. Outro, depois de o Banco Hipotecário e Agrícola ser liquidado em 1931, foi para o Rio e algum tempo

¹⁹ A Escola de Aprendizes Artífices, depois Escola Técnica de Vitória e atual Instituto Federal de Ensino – IFES [FA].

²⁰ Jornais se autoproclamavam veículos da luta política, até cerca de 30 anos atrás (texto escrito em 1997).

depois estava trabalhando numa firma de exportação de café e em seguida, por um curto período, numa exportadora de minério de ferro. Mas, no caso, ele trabalhou para e com parentes.

A firma exportadora de café era uma das mais importantes do Rio de Janeiro e pertencia a Pedro Vivacqua, nascido no Espírito Santo e de ascendência italiana. Em duas gerações, sua família construiu um dos mais importantes impérios de comércio de café no estado. Ademais seus componentes tinham uma posição importante numa companhia de colonização, que vendia terrenos na zona de influência da Estrada de Ferro Vitória–Minas no norte do estado. Atilio Vivacqua, também um famoso jurista, ocupava uma diretoria naquela companhia (controlada pelo estado)²¹ e, ao mesmo tempo, já era considerado nos anos 1920 uma liderança política promissora no Espírito Santo.

Pedro casou-se com a filha do irmão Monjardim mais velho, e assim o tio de sua esposa obteve um emprego na firma. A exportadora de minério era uma atividade conjunta com José Bley. Este último, um parente do interventor João Punaro Bley, tinha trabalhado antes na ferrovia Vitória–Minas que depois passou a pertencer à estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e casou-se com outra filha do Monjardim. O interventor Bley, após a fundação da CVRD em 1942, tornou-se um dos seus diretores (ver próxima seção) e indiscutivelmente há aqui uma ligação com a carreira do seu sobrinho. A CVRD, sendo uma mineradora de ferro campeã e companhia exportadora, nos dá outra pista.

No que se refere aos contratos de núpcias, todos os irmãos se casaram com mulheres de famílias locais; três delas poderosas politicamente, a mais importante sendo a de Muniz Freire com a

²¹ Era a Companhia de Colonização do Norte do Estado, com sede em Colatina [FA].

qual foi feita a já mencionada aliança. Outro casamento realizou-se dentro do campo de influência de Muniz (com a filha de Graciano Santos Neves), e outro ainda na família Tovar, que pertencia à facção torquatista, assim chamada devido a Torquato Rosa Moreira. Essa facção se manteve independente e na oposição por um longo tempo, mas eventualmente se juntou aos grupos de Muniz Freire e dos Monteiro.

Novamente, como no caso dos Monteiro, a maioria das famílias parece não ter sido muito rica (salvo o caso excepcional do casamento com o rico Pedro Vivacqua). A herança do barão naturalmente teve que ser dividida entre seus oito filhos. A terceira geração aparenta pertencer principalmente a uma classe média bem sucedida (médicos, advogados), mas muitos deles são mencionados como simples servidores civis (alguns filhos do irmão que foi prefeito nos anos 1940 têm ou tiveram cargos na prefeitura). Muitos foram para o Rio de Janeiro para seguirem carreira. Os Monjardim foram virtualmente banidos da cena política depois do último mandato na prefeitura nos anos 1960. Somente um parente por afinidade conseguiu tornar-se secretário de estado em 1972 [Raul Monjardim Castello Branco]. No ano de 1970, uma lista de escolhidos para participarem de um curso da Escola Superior de Guerra mostra, contudo, os nomes de muitos Monjardim²², sugerindo que eles eram parte da elite socioeconômica. Apesar de os Monjardim terem sido todo-poderosos durante grande parte do Império e, no decorrer da República Velha, continuarem a exercer influência (ao ocuparem os cargos de deputado federal, senador e, num curto período após o advento da República, governador), os anos 1930 assinalaram, de fato, o seu declínio.

²² Tanto do lado paterno quanto do materno.

Elites Locais e Desenvolvimento

O fim da República Velha assistiu Vitória se transformar numa cidade moderna, apesar de pequena. As ferrovias a ligavam ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais. Por meio de aterros na baía ao longo da encosta na qual a maior parte da antiga vila estava situada, foi criado um novo centro urbano com traçado regular, junto com instalações portuárias modernas em parte da orla. A elite já tinha trocado o centro histórico por bairros novos e espaçosos. A educação secundária foi ampliada e, pela primeira vez, se realizou a aspiração de oferecer na cidade educação de nível superior, uma Faculdade de Direito, integrada nos anos 1950 a uma universidade. Enquanto Vitória não era mais considerada um lugar atrasado, as lideranças locais de modo algum estavam satisfeitas. O café permaneceu quase que o único produto de importância econômica, mas a crise mundial de 1929 trouxe de volta a necessidade de se buscar a diversificação econômica. No entanto, ela demorou a chegar. Um importante passo foi dado pelo governo federal na época de Vargas: a fundação de uma empresa estatal de mineração e exportação de ferro, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942. O porto de Vitória passou a ser a saída para o minério de ferro de Minas Gerais. Ainda que no começo os progressos tenham sido vagarosos: numa mensagem de 1953 à Assembleia Legislativa Estadual o governador alertava para a contínua dominação do café, por ser ele totalmente dependente das "sístoles e diástoles da circulação internacional do produto"²³. Somente nos anos 1960, quando a produção local do café foi severamente afetada por uma praga e por política federal de erradicação dos cafezais improdutivos, a diversificação econômica

²³ *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1953 pelo Sr. Jones dos Santos Neves, Governador do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1953, p. 6.

e a modernização da infraestrutura saíram do papel, especialmente após o advento do regime militar em 1964. A construção de um grande porto em mar aberto (o terminal de Tubarão), a modernização da ferrovia para Minas, a edificação de usinas de pelotização de minérios finos foram as primeiras iniciativas de uma série, levadas a efeito pelo governo federal, localmente chamadas de "grandes projetos", sendo os maiores uma siderúrgica, e uma fábrica de celulose. Ainda assim, as lideranças estaduais sentiam intensamente que o Espírito Santo, e com ele Vitória, estavam sempre negligenciados pelo resto do país.²⁴

A Revolução de 1930 afetou o equilíbrio político no Espírito Santo, e os anos seguintes foram de acomodação face ao governo central de Getúlio Vargas, que tinha indicado como interventor no estado o capitão João Punaro Bley, um tenentista e forasteiro. Quando ele tornou-se um dos diretores da CVRD em 1943, transmitiu o poder para Jones dos Santos Neves.

Jones dos Santos Neves e os 'Jonistas'

Em 1943, Vargas designou Jones dos Santos Neves, um farmacêutico, como interventor no Espírito Santo. Sua família era procedente de São Mateus, cidade situada no norte do estado, e um dos seus parentes, Graciano, já tinha sido um político influente — alia-

²⁴ Na mensagem de 1953, o governador ressalta o fato que o estado "é frequentemente esquecido e quase sempre preterido. Outros estados estão sempre recebendo vultosos auxílios do Tesouro federal, o que raramente é o caso do Espírito Santo". Ibid. p. 30-1. Localmente muito conhecido é o slogan "Pobre Espírito Santo, o Nordeste sem SUDENE", cunhado por um governador [Christiano Dias Lopes Filho] na segunda metade dos anos 1960, após o Nordeste ter obtido, a partir de 1959, subvenções por meio dessa entidade.

do de Muniz Freire, foi governador do estado durante um curto período em 1896-1897. E convidou o pai de Jones, o médico João, a vir para Vitória e prestar seus serviços para trabalhadores da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, em construção. João dos Santos Neves retornou para sua cidade natal, tendo sido presidente do governo municipal até 1904, quando foi trabalhar na recém-criada Estrada de Ferro Vitória-Minas, na qual ficou até 1907, ocasião em que a família voltou para Vitória definitivamente. Ele trabalhou no hospital da Santa Casa, mas era também coproprietário de uma padaria por bastante tempo, para auferir renda adicional. Paralelamente, fez-se sócio em uma farmácia, onde também mantinha consultório. Todas essas atividades profissionais eram necessárias. Sua grande popularidade e, por conseguinte, sua influência como médico estavam em grande parte baseadas no fato de atender a população sem cobrar honorários. Ele pertencia a uma categoria que localmente era então chamada de "médicos compadres". Um dos seus sócios e grande amigo era Arnaldo Magalhães²⁵, que por sua vez tornou-se um dos mais próximos amigos do interventor Punaro Bley. Outros amigos de João dos Santos Neves eram Antenor Guimarães, um negociante muito influente, considerado seu amigo-irmão (Cypreste, 1984, 21), e políticos como Manuel Silvino Monjardim [também médico e conhecido como Dr. Duquinha], que foi deputado federal e senador de 1921 a 1930 e o único Monjardim a possuir de fato alguma influência política nos anos 1930. Mas ele próprio, o Dr. João, não entrou para a política. Contudo, seu filho Jones nela ingressou inteiramente. Ele estudou farmácia no Rio e se casou com Alda Hitchings Magalhães, filha do primeiro casamento do sócio de

²⁵ Bley, em uma entrevista refere-se a ele como líder no Espírito Santo da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido fascista brasileiro (Revista do IJSN, 1985 (4-6), 53).

seu pai, Arnaldo Magalhães²⁶. Desde 1933, quando o Partido Social Democrático do Espírito Santo (PSD-ES) foi fundado para dar a Bley uma base política com vistas às eleições do ano seguinte, Jones integrou o diretório da agremiação. No PSD-ES, logo se encontrou com Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que por essa época herdara de Jerônimo Monteiro a máquina política dos correligionários do interior do estado. Jones não possuía vínculos diretos com os interesses da agricultura, nem uma rede de redutos e de distritos eleitorais controlados por chefes políticos locais. De fato, ele era um cidadão urbano, e certamente suas preocupações coincidiam com o impulso para a industrialização imprimido pelo regime de Vargas. Jones ocupou diversas funções no governo de Bley, e quando este se afastou em 1943 para ocupar uma diretoria da CVRD, Vargas designou-o seu sucessor.²⁷

À medida que ficavam evidentes a derrocada do Estado Novo e o retorno das eleições, Jones estabeleceu uma aliança com Lindenberg e, ao mesmo tempo, destruiu a base política que Bley tinha deixado no estado. Lindenberg tornou-se governador em 1947, e Jones senador. Este se elegeu para a chefia do governo estadual em 1950, após uma campanha em que a participação de Getúlio Vargas revelou-se muito importante. Ele foi o primeiro governador a pôr em execução um pla-

²⁶ A pequena Alda, descendente de ingleses por parte de mãe, ficou órfã com um ano de idade e foi criada pela tia, Edith Magalhães (Cypreste, 1984, 24).

²⁷ Vargas tinha que escolher um nome de uma lista tríplice. De acordo com Bley, Vargas lhe disse: "Você tem sido uma pessoa que teve para comigo uma lealdade a toda prova e quero recompensá-lo por isso. Você pode indicar dos três candidatos quem você preferir" (Entrevista de Bley, Revista do IJSN, 1985 (4-6), 54). Em outro lugar está dito que, entre os candidatos, Vargas optou por escolher o mais jovem, Jones no caso (Cypreste, 1984, 24). Uma anedota, indicativa da insignificância do Espírito Santo, era assim contada: "Getúlio estava em dúvida sobre quem indicar para novo interventor no estado, entre um médico, um advogado e um farmacêutico. Então exclamou: Quem devo escolher? O Espírito Santo é mesmo uma droga; então vou nomear o farmacêutico".

no econômico, enfatizando a importância de sinergia entre os setores objeto de planejamento na sua mensagem de 1953. Ele também se refere com algum entusiasmo a obras de planejadores como John Vieg e Henry Churchill²⁸. Jones era amigo de Alexandre Buaiz e um de seus filhos, Américo Buaiz, fundou tempos depois duas federações, uma para congregar os industriais e outra para reunir os comerciantes. Juntamente com agências estatais, elas manteriam um esforço sustentado para mudar a base econômica estadual de agrícola para outra com predomínio industrial e comercial (importação e exportação).

Os parentes de Jones eram inexpressivos politicamente. Mas ele tinha outros adeptos leais, os jonistas. Por exemplo, Alexandre Buaiz também fundou um jornal para apoiar Jones. Descendente de libaneses, ele começou sua vida profissional com uma mercearia de secos e molhados nos anos 1920, mas sua riqueza aumentou com o comércio atacadista e, durante o governo de Jones, obteve a concessão federal para construir um grande moinho de trigo, que por sua vez foi o começo de um dos mais importantes conglomerados familiares do estado nos dias atuais (1997). Dois de seus filhos também gozaram, por tempo considerável, de posições políticas importantes nos institutos de previdência social²⁹. No entanto, os seguidores mais leais de Jones integravam um grupo de jovens aspirantes a políticos, a maioria provinda da classe média modesta, a assim chamada Ala Moça do PSD. Como Jones, esses "Jovens Turcos" eram influenciados pelas ideias nacionalistas do desenvolvimentismo, e eles associaram suas carreiras a um compromisso com o desenvolvimento regional. Dois deles acabaram por se tornar governadores sob o regime militar — Christiano Dias Lopes Filho em 1967,³⁰ e Élcio Álvares em 1975,

²⁸ Ver *Mensagem* de Jones dos Santos Neves à Assembleia Legislativa em 1953, op. cit., p. 5, 8 e 14.

²⁹ José Buaiz, que foi deputado estadual pelo PTB, e o médico Luiz Buaiz [FA].

³⁰ Filho de político importante na Primeira República e neto, por parte de mãe, de grande coronel de São José do Calçado.

hoje líder do governo no Senado (1997). Apesar de estes últimos serem inimigos pessoais desde sempre, o legado desenvolvimentista de Jones combinava quase perfeitamente com os planos econômicos do regime.

Esse também era o pano de fundo quando da escolha para governador em 1970. Alheia às conveniências políticas, uma nova geração de universitários locais formados em economia e engenharia tinha se destacado e estava para participar da arrancada rumo ao desenvolvimento no estado, e alguns o fizeram até mesmo no âmbito federal. Em 1970, Marcos Vianna, filho de um político jonista, foi nomeado presidente do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); outro, Ernane Galvêas, foi ministro da Indústria e Comércio; e um terceiro, também filho de político jonista, foi indicado governador do estado.

A Indicação de 1970: Arthur Carlos Gerhardt Santos

Em 1967, o governo militar impôs eleições indiretas para os governos estaduais. Os diretórios estaduais da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido pró-governo, submetiam ao presidente da República uma lista com nomes de pessoas elegíveis. Ele, após consultas, indicava um dos nomes como candidato oficial, que devia ser eleito pelas bancadas estaduais controladas pela ARENA. Ainda que, em tese, os deputados estaduais tivessem autonomia em seus votos, eles sempre homologavam o nome escolhido pelo presidente da República.³¹

³¹ Salvo no antigo estado da Guanabara, que compreendia a cidade do Rio de Janeiro que, até a mudança da capital do país para Brasília, tinha sido o Distrito Federal. Ali o partido oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) detinha a maioria. O regime militar indicava um emedebista, que era invariavelmente escolhido pela bancada estadual.

O Espírito Santo apresentou uma lista com seis candidatos, alguns deles eram políticos experientes e outros considerados técnicos. O regime militar tinha deixado claro que, antes de tudo, os governadores estaduais deveriam ser leais executores dos planos federais de desenvolvimento, e jovens preferencialmente. De fato, essa era uma maneira de dizer às lideranças locais que os velhos políticos carreiristas não eram bem-vindos. Aos diretórios estaduais da ARENA foi sugerido considerar a chamada solução técnica para a indicação. Dessa maneira, o diretório do Espírito Santo incluiu na lista alguns candidatos que, em outras circunstâncias, não teriam sido levados em conta. Eles tinham recebido uma sólida formação universitária, e apesar de não carecerem de alguma experiência política, suas carreiras foram feitas em cargos do poder executivo e eles nunca se candidataram a mandatos eletivos. No final, um dos técnicos foi o escolhido para ser governador de 1971 a 1975: Arthur Carlos Gerhardt Santos. Nascido em 1928, ele era relativamente jovem e um engenheiro civil competente, com experiência tanto no setor privado quanto no público. Talvez ele fosse o melhor dos seis, mas o mérito pessoal isoladamente não era o critério essencial e precisamos examinar a situação mais de perto.³²

O processo decisório compreendia duas fases determinantes: a inclusão na lista elaborada pelo diretório estadual da ARENA, e a escolha final pelo presidente da República. A primeira fase era caracterizada por pressões das diversas facções dentro da ARENA, algumas das quais remontando a clivagens partidárias pré-1964, outras por disputas internas originárias de conflitos de políticos com o governador em final de mandato. Além do mais, a sugestão de Brasília para incluir técnicos contribuía para uma complicação extra. Nesse

³² Não pretendo conhecer todos os pormenores do processo de escolha, já que geralmente as decisões eram tomadas de forma secreta.

jogo de xadrez, Gerhardt Santos possuía uma boa posição inicial. Por um curto período, foi secretário de estado do governador que saía; este depois o nomeou presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES), posteriormente transformada no banco de desenvolvimento do estado (BANDES). Nessa posição, foi responsável pela participação do estado na realização de vários projetos industriais e de infraestrutura destinados a fazer de Vitória um importante polo de desenvolvimento regional. De novo o papel central é desempenhado pela onipresente Companhia Vale do Rio Doce. Antes e durante a presidência de Gerhardt na CODES, um grande terminal marítimo e uma planta de pelotização de minério de ferro foram construídos, enquanto que a ferrovia ligando Vitória a Minas Gerais foi modernizada. Por essa época, também eram debatidos os planos para construir uma siderúrgica por meio de empresa controlada pelo governo federal, bem como a construção de uma grande fábrica de celulose um pouco ao norte de Vitória. Assim, pode-se argumentar que Gerhardt, no nível do estado, estava numa posição extremamente vantajosa. Certamente tal circunstância conferiu-lhe privilégio naquele contexto. Além disso, o governador em fim de mandato, que certamente teria preferido para sucedê-lo um político de carreira seu aliado, tinha uma boa opção na área técnica. Contudo, esse não era certamente o único capital político de Gerhardt Santos, pois ele era muito bem relacionado do ponto de vista político, devido a laços de parentesco e amizade.

Relações de parentesco o vinculam de diversas maneiras a facções políticas importantes dentro da ARENA. Seu pai [Otaviano de Almeida Santos] tinha sido um político influente. Sua principal base eleitoral mais importante era um município rural e de colonização alemã nas vizinhanças de Vitória [Domingos Martins], base que "herdou" de parentes de sua esposa. Nos anos 1930, ele foi um integralista, como muitos líderes das comunidades alemãs e italia-

nas. Como o seu cunhado antes dele [Arthur Gerhardt], ocupou por diversas vezes o cargo de prefeito municipal e, nos anos 1950, era deputado de prestígio na Assembleia Legislativa Estadual. No entanto, não foi somente por meio de sua esposa que permaneceu na política. Ele também possuía relações indiretas de parentesco com Jones dos Santos Neves. Quando este foi eleito governador pelo PSD em 1950, o pai de Gerhardt tornou-se um dos seus mais estreitos aliados. Ambos eram provenientes de famílias de São Mateus, importante cidade no norte do Espírito Santo, e um irmão do governador Jones era casado com uma prima do pai de Gerhardt [trata-se do casal Guilherme e Marília de Almeida Santos Neves]. O governador que estava no poder em 1970 era também considerado um jonista, pessoa leal a Jones dos Santos Neves e, como Arthur Carlos Gerhardt Santos, pertencia a essa linhagem política. Mas a família deste último, por meio do seu tio materno [Arthur Gerhardt], tinha também vínculos de amizade política com Carlos Lindenberg, o político mais influente do estado naquela época. A esposa de Gerhardt [Maria Clementina Veloso Santos] também provinha de uma família politicamente importante, remontando aos anos 1910, quando Thiers Veloso era um advogado, jornalista e político influente na Primeira República, aliado de Jerônimo Monteiro na campanha política que deu origem à Revolução de 1930. Assim, Gerhardt podia reunir o apoio das duas mais importantes correntes políticas do estado.³³

Esse fato, em si mesmo, não significava que Gerhardt era a mais óbvia escolha deles, mas a "solução técnica" lhe ofereceu espaço inesperado na arena política e sua inclusão na lista a ser submetida ao diretório nacional da ARENA.

³³ Ligadas às agremiações extintas pelo Movimento de 1964, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) [FA].

Para conseguir sua indicação, ele novamente podia reunir apoio por meio de sua rede de influência. Jornais da época, próximos do governador que se retirava, indicavam o senador Lindenberg e outro colega dele como tendo sido apoiadores, mas a interferência decisiva para a escolha de Gerhardt veio de outras pessoas. Primeiro, através de um irmão do senador Lindenberg, o marechal José Lindenberg. Apesar de politicamente estremecidos, nesse caso eles agiram em conjunto. Como um militar de alta patente, tinha acesso à presidência e conhecia o presidente Médici pessoalmente. Além do mais, o marechal tinha sido um diretor influente da CVRD, e assim teve participação na expansão da companhia e em outros projetos industriais a serem implantados na área de Vitória. O mesmo pode ser dito em relação a Ernane Galvêas, então presidente do Banco Central. Ele nasceu no Espírito Santo e era amigo íntimo de Gerhardt, e podia exercer influência no processo de tomada de decisão. Gerhardt também podia mobilizar outro militar importante, o general Wolmar Carneiro da Cunha. Um dos seus irmãos [Heliomar Carneiro da Cunha] casou-se na família Veloso em 1927,³⁴ e ele mesmo foi um dos tenentes que vieram para o Espírito Santo, após a bem-sucedida tomada do poder por Vargas em 1930. E mais importante, o general Wolmar era da mesma turma na academia militar que o presidente da República, o general Médici³⁵. Essas as circunstâncias particulares da troca de guarda da governadoria em 1970.

Tudo na Família?

Enquanto em 1970 a ARENA, o partido pró-governo militar, dominava a política local, o MDB, partido oposicionista, ganhou com

³⁴ *Vida Capichaba*, 23 maio 1927.

³⁵ Ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV, verbete Gerhardt, Arthur.

uma margem enorme de votos a eleição para prefeito em Vila Velha, o segundo maior município do Espírito Santo (Banck, 1979). Se o governo apertava o cerco, com a repressão a todo vapor, porque o MDB foi vitorioso? Nesse município em rápida urbanização (1960 cerca de 55.000 habitantes; 1970 por volta de 123.000 e agora [1997] totalizando em torno de 270.000) o candidato a prefeito do MDB obteve uma vitória esmagadora, enquanto o seu partido conquistou uma maioria segura na Câmara Municipal. Era 1970, a época escancarada da repressão, e a campanha não mostrava nenhuma oposição ideológica aparente. Max de Freitas Mauro, o candidato vitorioso para a prefeitura foi eleito, no entanto, devido à força política de seu pai [Saturnino Rangel Mauro]. Este tinha sido um líder importante no sindicato dos estivadores. Ele consolidou seu poder ao ser nomeado, como representante dos empregados, para a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, uma entidade corporativa nascida no período do Estado Novo varguista. Leal a Vargas, e obedecendo às suas ordens pessoais, ele veio a ser um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eleito deputado estadual por aquele partido em 1946, ele também foi autor, para empregar uma expressão local, da lei que devolveu a autonomia ao município de Vila Velha, separando-o de Vitória, a capital do estado. Seu filho Max foi secretário municipal da saúde em Vila Velha de 1966 a 1968. O prefeito a que servia [Hugo Antônio Ronconi] teve, no entanto, o seu mandato cassado e Max logo foi forçado a se demitir, pois o vice-prefeito [Gottfrio Alberto Anders] integrava outra tendência dentro do MDB e, talvez mais importante, pertencia a uma família rival na política. Assim, Max precisou se empenhar para tornar-se conhecido pelo eleitorado, seu único crédito pessoal sendo sua profissão de médico. Ele se lançou como médico do povo, uma tática populista muito comum. A força verdadeira se constituía da máquina política que seu pai montou. Este ainda era detentor de prestígio político

que conquistou principalmente junto a seus seguidores do sindicato. Continuava essa situação mesmo após um ano de Max ter assumido o cargo de prefeito; a mais concorrida fila de pessoas solicitando favores em Vila Velha permaneceu na casa de seu pai (todos os filhos moravam nas vizinhanças) e não no gabinete da prefeitura.

Coerente com a herança política recebida do seu pai, Max Mauro sempre permaneceu no partido de oposição durante o regime militar e atuou dentro de uma linha ideológica de centro-esquerda. Tornou-se um dos mais hábeis políticos do estado e sua carreira política finalmente o levou a ser eleito governador (1987–1991). Ele nomeou diversos membros da família para cargos na administração estadual, e um dos seus irmãos [Arnaldo Antonino de Freitas Mauro] chegou a ser secretário estadual. Além disso, seu secretário de planejamento, Albuíno Azeredo, um engenheiro negro de origem bem humilde e também de Vila Velha, era um dos diretores e coproprietário de uma firma de consultoria em construção ferroviária, o outro sócio sendo um dos irmãos do governador [Saturnino Rangel Mauro Filho, na empresa Enefer]. O secretário Albuíno começou sua carreira na Companhia Vale do Rio Doce, um grande conglomerado controlado pelo governo federal. A principal atividade da CVRD no Espírito Santo é a exportação de minério de ferro e pelotas, sendo o minério transportado pela mais eficiente ferrovia do país. Com Max no poder, o governo estadual imediatamente tornou-se um dos principais defensores da expansão da ferrovia até o cerrado no interior do país, formando o chamado Corredor Centro-Leste que, a propósito, já tinha sido o sonho da elite vitoriense por mais de um século (Banck, 1996). Essa política foi incrementada nos anos recentes pelo governador seguinte, que era o ex-secretário de planejamento do Max! E o governador Albuíno nomeou de novo um dos irmãos de Max como secretário de Educação [Saturnino Filho], enquanto outro foi para o Departamento de Estradas de Rodagem [Arnaldo Mauro]. Esse

departamento era importante para cooptar os prefeitos do interior, e assim, constituía-se em formidável trampolim para alguém com aspirações políticas. Na verdade, Arnaldo tinha um projeto político. Ele aspirava ser prefeito de Vila Velha nas eleições de 1992. Para sua grande surpresa, seu irmão não o apoiou. Max lançou seu filho de 25 anos como candidato à prefeitura, como seu pai tinha feito com ele em 1970. Desta maneira, um rompimento familiar foi inevitável, e o irmão disputou numa chapa concorrente. Max Mauro também teve problemas com Albuíno Azeredo (cf. Banck, 1994:143-44; sendo que a ruptura final ocorreu em 1993). Ambas as chapas podiam ser rotuladas de esquerdistas. Max, ao menos nos seus discursos, sempre se declarava o continuador da herança trabalhista do seu pai, como vimos acima. Em 1992, ele e seu filho eram membros do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o partido socialista e populista chefiado por Leonel Brizola. Seu irmão migrou para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), um pequeno partido socialista, e formou uma chapa com o PT. No entanto, Max viu-se com sérios problemas. Devido ao fato de agora remar contra a maré, já que não detinha nenhum cargo politicamente importante, como o que controlava as obras rodoviárias, ele teve que se humilhar tornando-se candidato a vice-prefeito na chapa do seu filho. O resultado das eleições foi desastroso para ambas as chapas integradas por membros da família Mauro. Outro populista de esquerda obteve a prefeitura [Vasco Alves de Oliveira Júnior, em segundo mandato], embora integrando a chapa do PSDB, que era controlada por mais um grupo político de base familiar, cujo patriarca [Gottfrio Alberto Anders] era predecessor de Max em 1970 e que o demitiu da secretaria municipal de Saúde em 1968.

Em 1994, Max tentou um retorno concorrendo de novo para a governadoria. Na ocasião, ele se defrontou com inimigos ferrenhos, entre os quais o seu antecessor [Gerson Camata] e o seu sucessor [Albuíno Azeredo]. Integrou-se a uma aliança potencialmente po-

derosa com alguns empresários importantes e politicamente influentes e seu companheiro de chapa para o cargo de vice-governador [Jones dos Santos Neves Filho] era deputado federal pelo conservador Partido Liberal (PL), e filho de Jones dos Santos Neves — interventor durante o Estado Novo (1943-1945) e governador eleito (1951-1955). Jones Filho foi por vários mandatos presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), e secretário durante vários anos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apesar da campanha de Max Mauro não ter falta de dinheiro, ele concorreu com problemas. Teve que se virar sem a máquina administrativa, a qual sustentava um candidato de centro-direita [Cabo Dejair Camata], e com seu predecessor nos seus calcanhares. O governador em final de mandato [Albuíno Azeredo] foi muito ativo em Vila Velha, o reduto de Max, fazendo "chover" obras para beneficiar seu próprio candidato. E Gerson Camata fazia campanha para se reeleger senador, com sucesso quase garantido por meio de sua grande popularidade, especialmente no interior do estado. Sua campanha de fato não era propriamente para sua reeleição, mas para influenciar o processo eleitoral de modo direto no sentido de Max ser destruído, o que de certa forma ocorreu de uma maneira a mais humilhante, sendo o único consolo a eleição de Max Filho para deputado estadual. Além do mais, na eleição para prefeito de Vila Velha em 1996, Max e seu grupo não foram capazes de impor um candidato de seu próprio partido, o muito obscuro Partido Municipalista Brasileiro (PMB), para o qual migraram após Albuíno Azeredo ter obtido o controle do PDT. Durante algum tempo, esta agremiação abrigou Max, após ter deixado o PMDB, partido pelo qual um dia se elegera governador. Max e seu filho estão no momento (1997) sem partido, o que torna mais difícil um recomeço em 1998.

À Guisa de Conclusão

Apesar de, em certo sentido, esse caso ser peculiar, por envolver um político que já ocupou o cargo de governador, não é um caso único. Enquanto em Vitória, a capital do estado, essa política de base familiar está mais ou menos ausente, quase todas as importantes cidades do estado conhecem tais círculos íntimos. Há evidentemente mudanças importantes, comparando-os com a oligarquia de base familiar no estado da Paraíba na República Velha, como analisada por Linda Lewin (1987; descobertas que devem ser mais ou menos corroboradas por material de arquivo e por fontes secundárias que coletei para aquele período, mas que ainda devem ser analisadas em detalhe). Mesmo que os habitantes locais ainda usem a palavra oligarquia para designarem essas famílias, esses operadores políticos atuam num cenário urbano altamente complexo.

Na República Velha, economia e política andavam de mãos dadas, e uma família com origem em proprietários rurais, os Monteiro, dominou a cena política por muitos anos (mas travando disputas internas pelo poder que fazem lembrar o caso de Max Mauro). As famílias de hoje não mais possuem esse poderio, mas seria um erro dizer, por exemplo, que o poder econômico tornou-se separado do poder político. Muitos empresários estão ligados, de um modo ou de outro, a políticos, ao menos como amigos em "panelinhas"; alguns dos mais importantes desses empresários são descendentes diretos da velha oligarquia.

Naturalmente, do ponto de vista teórico, eu não considerarei parentesco (e amizade) como um "resquício" do passado da maneira que, com frequência, acontece em estudos de política contemporânea. E não somente devido ao fato de que estudos históricos sobre parentesco em política demonstrarem que relações familiares mudaram de forma inequívoca e substancial ao longo do tempo

(Lewin, 1992; Levi, 1987; apesar de Chandler [1972] mostrar uma continuidade impressionante naquelas relações, seu trabalho refere-se a uma área extremamente remota). Além disso, outros estudos históricos recentes comprovam que desde os tempos coloniais as relações familiares no Brasil sempre foram dinâmicas (Borges, 1992; Kuznesof, 1986, 1993; Metcalf, 1992; Nazzari, 1991). Não obstante serem necessários estudos contemporâneos e de qualquer profundidade sobre parentesco, não existe nenhuma razão para acreditar que, por um golpe do destino, esse dinamismo tenha se ossificado de forma repentina na "família patriarcal", lugar-comum frequentemente invocado. Nem significa que eu tenha relegado a família ao nível de um mero reflexo e um simples simulacro de mudanças econômicas. Ela precisa ser considerada como uma instituição a ser analisada caso a caso; um dos quais (como o aqui tratado) interage com a política. É o "âmago" do domínio do pessoal, como definido por DaMatta. Enquanto a história política de, por exemplo, Max Mauro na esfera pública está vinculada, do ponto de vista discursivo, ao trabalhismo populista e esquerdista, seu discurso pessoal é o da lealdade, se não paixão, familiar. E essa lealdade ultrapassa o domínio do parentesco e se estende para sua base eleitoral. Seu caso não é um incidente trivial. É um exemplo, entre outros, pelo qual os brasileiros navegam entre dois códigos morais, articulam as ambiguidades e paradoxos herdados. Como DaMatta disse:

[...] as características que compõem nossa tradição são menos importantes que as relações entre elas [...] Precisamos encarar essas relações como atores e contornarmos as situações. Do contrário nós continuaremos a praticar uma sociologia de interesses e indivíduos quando de fato vivemos em sociedade onde eles coexistem com amigos, parentes, compadres e jeitinhos. (DaMatta, 1990, 19).

Referências Bibliográficas

- BANCK, Geert A. 1979. The Persistence of Local-Level Factionalism. An Anthropologist's Assessment for Brazilian National Process. *Ciência e Cultura* 31(8): 851-859.
- BANCK, Geert A. 1987. Política Regional e Poder Central: a Província do Espírito Santo no Império. In: Antonio Annino et al. (eds): *América Latina: dallo Stato Coloniale allo Stato Nazione*. Milano: Franco Angeli. p. 1015-1033.
- BANCK, Geert A. 1993. Signifying Urban Space: Vitória, Brazil. Cultural and Political Discourses behind Urban Imagery. In: Peter Nas (ed.): *Urban Symbolism*. Studies in Human Society vol. 8. Leiden/New York: Brill. pp. 104-11
- BANCK, Geert A. 1994. Democratic Transparency and the Train of Joy and Happiness. Local Politicians and the Dilemmas of Political Change in Brazil. In: Jojada Verrips (ed.): *Transactions. Essays in Honor of Jeremy F. Boissevain*. Amsterdam: Spinhuis. p. 135-156.
- BANCK, Geert A. 1996. The Enthusiasm of Fear: A Brazilian Local Elite and the Transition from Empire to Republic: Espírito Santo 1880-1908. Manuscrito para ser publicado em 1998.
- BORGES, Dain. 1992. *The Family in Bahia, Brazil. 1870-1945*. Stanford: Stanford University Press. 422 p.
- CHANDLER, Billy Jaynes. 1972. *The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns. The History of a Family and a Community in Northeastern Brazil, 1700-1930*. Gainesville: University of Florida Press.
- CYPRESTE, Arlette. 1984. *Um grande administrador – Jones dos Santos Neves*. Vitória: [s.n.].
- DAMATTA, Roberto. 1990. For an Anthropology of the Brazilian Tradition or *A Virtude está no meio*. Washington: The Wilson Center. Working Paper Number 182, Latin American Program. pp. 22.
- FORJAZ, Jorge Pamplona. 1987. *Os Monjardinos: uma família genovesa em Portugal, Açores e Brasil*. Açores: Ed. Angra do Heroísmo.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. 1986. *Household Economy and Urban Development*. São Paulo, 1765 to 1836. Boulder: Westview Press.

- LEVI, Darrell E. 1987. *The Prados of São Paulo, Brazil. An Elite and Social Change, 1840-1930*. Athens: University of Georgia Press.
- LEVINE, Robert M. 1978. *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press. 236 p.
- LEWIN, Linda. 1987. *Politics and Parentela in Paraíba. A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press. 497 p.
- MAINWARING, Scott. 1992. Brazilian Party Underdevelopment in Comparative Perspective. *Political Science Quarterly* 17(4):677-707.
- METCALF, Alida C. 1992. *Family and Frontier in Colonial Brazil. Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press.
- NAZZARI, Muriel. 1991. *Disappearance of the Dowry. Women, Families, and Social Change in São Paulo, Brazil (1600-1900)*. Stanford: Stanford University Press.
- NOVAES, Henrique. *Memórias*. Datiloscrito inédito.
- NOVAES, Maria Stella de. [1971]. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo. 455 p.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. 1975. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. aumentada. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo. 596p.
- SILVA, Marta Zorzal e. 1995. *Espírito Santo. Estado, Interesses e Poder*. Vitória: SPDC/UFES/FCAA.
- SILVA, Marta Zorzal e; ROCHA, Yara Regina Candelária da. 1993. *Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo*. Relatório de Pesquisa 1993/1990. Vitória: UFES.
- VASCONCELLOS, João Gualberto M. 1995. *A Invenção do Coronel. Ensaio sobre as Raízes do Imaginário Político Brasileiro*. Vitória: SPDC/UFES.
- WEINSTEIN, Barbara. 1982. Brazilian Regionalism. Review Essay. *Latin American Research Review* 17(2):262-276.
- WIRTH, John D. 1977. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press. 322 p.

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS
HOMENAGEM AOS SÓCIOS FALECIDOS*

Carlos Loadir Pazolini

Carlos Loadir Pazolini ingressou na Escola de Aprendizes e Artífices com 12 anos, conseguindo a primeira colocação no processo de seleção dos novos alunos. Dentre todos os cursos ofertados, escolheu o de Tipografia e Encadernação.

Como aluno, Loadir destacou-se. Revelou detalhes a respeito do programa de ensino do curso naquela época. Segundo ele, pela parte da manhã, os alunos assistiam a aulas básicas: português, matemática, história, ciências; e pela tarde, aprendiam o ofício técnico das artes gráficas. As disciplinas do curso de tipografia e encadernação se dividiam em matérias práticas: composição manual, composição mecânica, impressão, encadernação; e uma matéria teórica denominada tecnologia. Os alunos faziam provas todo o mês, tanto teórica quanto prática.

Além disso, questões gráficas quanto à proporção dos corpos e estilo entre as tipografias utilizadas era direcionada pela própria professora de português, também destacou que a composição do jornal se restringia a linotipo e sua impressão à impressora plana.

Não muito tempo depois, com 19 anos, retornou à escola como professor de composição mecânica e inovou demonstrando conhecimento exemplar quanto ao processo dessa área.

Pazolini, que chegou a exercer o cargo de diretor do jornal "E.T.V.", Faleceu a 28.05.2013, deixando trabalho importante em sua área de atuação.

* Discurso proferido pelo presidente de honra do IHGES Gabriel Bittencourt em homenagem aos sócios falecidos.

Clementino Dalmácio Santiago

Clementino Dalmácio Santiago. Entrou para o Inst. Histórico em 2000. Lançou em 14 de novembro de 2008 o livro *Um importante Mixuruca: meus casos minha vida*. Não teve uma vida comum. A começar, porque era comunista, diria "de carteirinha e coração".

E mesmo entre os "camaradas" não era comum, pois nascera em 1908, em Santa Leopoldina, antes da Revolução russa, portanto (1917). Do alto de seus 105 anos de vida, Celestino era, no Espírito Santo, um dos poucos líderes remanescentes do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Representava a memória viva do "Partidão", que ajudou a construir e preservar no Estado. E a preservação — embora frágil e, talvez, condenada da corrente ideológica que, em tese, sempre defendeu o "bem comum", o fim das injustiças sociais e da "opressão do homem pelo homem".

O martelo e a foice da vida marcada pelo trabalho incansável. Teve muitos empregos em cem anos, em Vitória e na Região Serrana e pela militância partidária e sindical foram que substituídos pela bengala para amparar o corpo, debilitado pela idade. E foi envergando a bengala e o boné vermelho que passou os últimos anos quase esquecido em Vitória.

Para juntar os fragmentos de memória, escreveu o livro *Um importante mixuruca: meus casos, minha vida*, autobiografia lançada por ocasião do centenário. Em tempos pós-Muro de Berlim, em que o comunismo já teve o óbito atestado por muitos pensadores o ancião seguiu fiel aos princípios que balizaram sua vida. Órfão de pai aos quatro anos foi criado pela mãe junto com um irmão.

Devido à necessidade de trabalhar para o próprio sustento, ficou menos de dois anos na escola, mas então já se destacava. Auto-didata, aprendeu o bastante para, mais tarde, se inteirar de tudo, que cercava sua vida, lendo até os clássicos de Marx e Lenin. "Chofer de praça" e caminhoneiro foram seus principais ofícios nos anos 30.

A infância no interior e a juventude na Vila Rubim foram repletos de brigas com colegas e professores, para lhe conferir dignidade desde cedo, a mãe não permitia que chegasse a casa "apanhado", e das primeiras discussões com os empregadores, nos serviços informais que realizava, por melhores soldos e condições de trabalho, chegou a ser dispensado mais de uma vez por não aceitar as imposições.

Daí para o "PCBão" foi um pulo. Nessa época, o partido já se firmava país a fora, impulsionado pelo movimento tenentista e pela Coluna do Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, cujo nome inspirou o batismo do primeiro filho de Clementino. Nos idos dos anos 30, incentivado por amigos, passou a frequentar as reuniões da Juventude Comunista. "Éramos uma meia dúzia", admite. Aos poucos ia assimilando e se identificando com as ideias "vermelhas" e, enquanto construía a família e ajeitava a vidinha em Santo Antônio, começava a "resvalar", como coadjuvante, em eventos políticos históricos.

Melhor exemplo foi a Intentona Comunista, movimento da Aliança Nacional Libertadora para depor Vargas em 1935. Os camaradas capixabas estiveram prestes a tomar de assalto o quartel de Vitória, mas os planos se frustraram com o fracasso no Rio e em Natal. Clementino seria o motorista da fuga. Em 1937, com a promulgação do Estado Novo, o partido mergulhou na clandestinidade, rotina dali em diante. Sua principal missão era transportar incógnitos importantes dirigentes.

Confiável e bem relacionado, o agora estivador chegou a assumir o cargo de secretário-geral do PCB no Estado. Participou de congressos nacionais onde deliberava com o próprio Prestes nos "comitês". Sua atividade política sempre esteve intimamente relacionada à luta pelos direitos trabalhistas, quer como estivador, quer como motorista foi um dos fundadores do "Sindicato dos Choferes". E era dali, da realidade experimentada, que formava as convicções que no partido ganhavam eco. Também lutou pela estatização

de empresas nacionais. Contribuía religiosamente com o "dízimo" partidário e chegou a passar fome no Rio por causa da "causa".

Em 1944, quando o Brasil entrou na Segunda Grande Guerra junto aos Aliados, aplicou-se em treinamento militar porque queria ajudar os italianos a tirar Mussolini do poder. Mas jamais foi recrutado. Seguiu "guerreando" por aqui, como gerente do jornal "Folha Capixaba", que divulgou as ideias socialistas no Estado de 1955 a 31 de março de 1964, data do Golpe Militar.

Graças ao trabalho no jornal e ao já afamado engajamento, virou alvo permanente dos agentes do regime. Respondeu por oito anos a inquérito policial, enfim arquivado em 1972. Foi preso duas vezes em 1970, após a edição do AI-5, e cassado por dez anos como jornalista embora não o fosse. Chamava à pretensa "revolução" de "golpe fascista de 1.º de abril" (uma farsa).

Para não enferrujar como o regime, seguiu militando em movimentos populares como o da feira livre de Gurigica. Em 1983, conheceu a Moscou do decadente "socialismo real", para onde, aliás, enviara a filha Marieta anos antes. Antes de aderir de vez à bengala, ainda teve forças para bater o martelo por duas vezes, com a luta pela lei do passe livre para idosos e a criação de duas associações capixabas: a dos idosos e a dos aposentados.

Clementino Dalmácio Santiago, com seu jeito calmo e tranquilo, foi um dos maiores dirigentes do Partidão, ao lado de Aldemar de Oliveira Neves, Hermógenes Lima Fonseca, Benjamin de Carvalho Campos e Caetano Magalhães. Não teve a leitura que iluminou seus companheiros de "politburo", mas sempre foi um conselheiro vital para jovens militantes recrutados pelo responsável pela ala estudantil dos comunistas na clandestinidade, como Perly Cipriano, nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964.

Taxista com ponto na Praça Costa Pereira, sempre estava disponível para dois dedos de prosa ou para transmitir palavras de or-

dem, distribuir a "Voz Operária", jornal clandestino do velho Partido Comunista Brasileiro, ou para marcar pontos, repassar senhas, agendar reuniões. Antes do golpe, estava sempre no jornal "Folha Capixaba", dirigido por Hermógenes Fonseca, que funcionava numa velha tipografia no início da Rua Duque de Caxias.

Em 1970 encontra-se preso no quartel do 38.º BI juntamente com todo o comitê estadual do PCB. Naquele ano, para facilitar a vitória dos candidatos da Arena contra os do MDB em todo o país, os militares prenderam mais de duas mil pessoas no Brasil, sobretudo lideranças e formadores de opinião. De 30 de outubro a 14 de novembro, ficaram mais de 100 pessoas detidas sem culpa formada e sem direito a nada primeiro no quartel do Exército, depois na Penitenciária Pedra D'Água (depois IRS, na Glória) que teve uma ala de presos comuns desocupada para recebê-los.

Hermógenes e Clementino eram os que mais os animavam.

(Notas aproveitadas do texto do jornalista **Rubinho Gomes** – internet)

Waldir Vitral

Nasceu no município de Alegre, ES, e, 1926. Diplomou-se em Direito pela Universidade do Espírito Santo, em 1953 (federalizada em 1961). Exerceu as funções de Promotor de Justiça e de Juiz de Direito no Estado. Sempre atento aos acontecimentos que ocorriam a tudo que se dizia e escrevia nos processos, acumulou formidável material para as futuras publicações, sobretudo após aposentar-se da magistratura, quando passou a dedicar-se à docência jurídica.

Foi ele o criador do Memorial do Tribunal de Justiça do Espírito Santo em 2001. Poeta e trovador produziu farta colaboração na imprensa do Estado. Além de membro da AEL, era, também, cor-

respondente da Academia Cachoeirense de Letras – ACL, entre outras. Deixou uma vasta obra, sobretudo de caráter jurídico: *Manual das falências e concordatas*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1974; *Vocabulário Jurídico. V A-Z*. Rio de Janeiro: Forense, 1979; *Manual de Direito Marítimo*. São Paulo: 1975; *1000 perguntas: falências e concordatas*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982; *Antologia da saudade*. Rio de Janeiro: Galo Branco. 1999. *Pitorescos*. Vitória UVV, 2002.

Deontologia jurídica e o dia-a-dia do Foro

Nesse sentido, é necessário se fazer menção a uma obra que, embora não se tenha originado diretamente de trabalhos de campo nem da observação empírica da realidade fática do foro, origina-se de uma atividade de reflexão e recolha de material de um juiz de direito sobre o dever-ser da atividade forense.

Trata-se de *Deontologia do Magistrado, do Promotor de Justiça e do Advogado*, publicado pela Editora Forense em 1992, em que o Acadêmico Waldir Vitral expõe o conjunto de deveres profissionais daquelas classes de trabalhadores do Direito através de decálogos, mandamentos, preces, máximas e pensamentos, de sua recolha e seleção.

Mas é de registrar (o que tem total relevância e nos traz de volta ao tema tratado neste texto), que o Acadêmico Waldir Vitral, também ele magistrado aposentado, tem em uma das facetas de sua obra literária a recolha de material referente ao dia-a-dia da sua atividade no Foro. Entre suas obras publicadas se conta, também, um volume de pitoresco judiciário, em que dá o resultado da recolha de casos interessantes que viveu nas suas carreiras de promotor de justiça e juiz de direito, atuando em Comarcas do norte do Espírito Santo, ou de que tomou conhecimento ao longo de seus vários anos de atividade jurídica: o livro *Pitorescos*, publicado em 2000.

Neste trabalho, Vitral dá testemunho de seu poder de observação e revela sua inclinação de colecionador e sistematizador, numa obra

que, em não sendo lida como simples repositório de fatos engraçados tem também importância como crônica bem humorada do cotidiano da atividade do profissional do Direito no interior do Espírito Santo de então — época da questão de limites geográficos com Minas Gerais na região do Contestado, quando as Comarcas do interior chegavam mesmo a ficar muitos dias de viagem distantes da Capital.

Professor Aly da Silva

Em agosto deste tivemos, também, a notícia do passamento do professor Aly da Silva falecido aos 87 anos de idade (Publicada em 22/08/2012). Fundador da Universidade Vila Velha – Espírito Santo (UVV-ES). Idealizador da Instituição era o seu chanceler. O professor ALY DA SILVA era filho de imigrantes libaneses que chegaram ao Brasil no início do século XX. Nascido em Vitória que exerceu a docência por mais de 50 anos. O professor costumava dizer: "tive todas as chances de ser comerciante e dar sequência aos negócios de família, mas não quis, abduquei em favor de um irmão, pois nasci com a intelectualidade enraizada em minha alma e a minha vida era trabalhar pela educação. Dar dez aulas por dia sempre foi um imenso prazer".

Aly foi professor de ensino médio — tendo lecionado, entre outras instituições, no Colégio Estadual — numa época em que não havia a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Lutou incansavelmente pela criação da Faculdade de Ciências Econômicas do Espírito Santo e a dirigiu por várias gestões.

Formado em Direito, Economia, Filosofia, Geografia e História e Mestre em Ciências Sociais, Prof. Aly mobilizou em torno de si, na Faculdade de Ciências Econômicas, um grupo que escolheu como próxima meta a instalação de uma Universidade no Estado. Aly da Silva participou ativamente do processo de federalização da Ufes, liderou a construção do

processo de Federalização e foi o responsável por entregar, nas mãos do então presidente da República Juscelino Kubitchek, o memorial redigido pelo grupo de docentes, solicitando a criação da Universidade.

Como homenagem, Aly da Silva foi o primeiro diretor nomeado pelo presidente da República para as Ciências Econômicas, já integrada à Ufes, onde foi professor até se aposentar, em 1986. Na Universidade, fez carreira como professor de Geografia Econômica e em outras disciplinas na área das Relações Humanas, integrou e presidiu comissões importantes, inclusive a que escolheu o primeiro Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, onde também foi diretor, vice-reitor e exerceu a reitoria por um ano, entre o mandato de Manoel Ceciliano Salles de Almeida e de Rômulo Augusto Penina.

O seu maior desafio nasceu em fevereiro de 1975, quando criou a SEDES UVV-ES, Sociedade mantenedora do Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha, que iniciou atividades em cinco de março de 1976 e foi autorizado a ofertar o primeiro vestibular, pelo Conselho Federal de Educação, em 13 de abril daquele mesmo ano. Tornando-se esta a maior Instituição privada de Ensino Superior do Espírito Santo começou a tomar forma de Universidade por ação do presidente da República que, no início de 2001, assinou o decreto que transformou o então conjunto de Faculdades em Centro Universitário.

Em dezembro de 2011, a atual gestão, ainda sob a orientação dele, conquistou a homologação do tão desejado título de Universidade, consolidando, definitivamente, o grande sonho do professor Aly da Silva, de oferecer ao Estado, uma UNIVERSIDADE privada com ensino de nível, pesquisas aplicadas e extensão comunitária para os capixabas. Em maio de 2012 o prof. Aly da Silva participou da solenidade de implantação da UVV-ES.

Atualmente, com o reconhecimento do curso de Medicina, após ele ter completado os 87 anos partiu o professor Aly, com a certeza do dever cumprido.

José Ângelo Fernandes da Silva

Em janeiro deste o **Sindicato das Empresas de Jornais, Periódicos, Revistas e Similares no Estado do Espírito Santo (Sindjores)**, em nome de seus dirigentes e todos os seus associados, comunicou o falecimento de seu presidente e fundador, José Ângelo Fernandes da Silva, ocorrido nesta quarta-feira (16/01). Ângelo também era o atual vice-presidente da **Federação Nacional da Imprensa (Fenai/Faibra)** e presidente da **Associação Espírito-Santense de Imprensa (AEI)**.

Ângelo Fernandes, antes de se dedicar ao jornalismo foi, também, jogador de futebol em Pernambuco e em Minas Gerais. Em Vitória, para onde se transferiu é que fundou e presidiu o **Sindjores**.

José Lugon

Professor, poeta, escritor e compositor, José Lugon participou de inúmeros concursos nacionais de poesias, contos e crônicas, sempre conseguindo classificação nos mesmos, com destaque. Agraciado com as Medalhas Cultural Revista Brasília, nos anos 1991, 1992 e 1994, em Brasília (DF). Classificado em concursos de poesias e contos no Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Conquistou a Medalha de Ouro no VI Concurso Nacional de Contos da Revista Brasília em 1993. Era detentor das Medalhas Enciclopédia Literária Brasileira em 1993, Cruz do Mérito Cultural da Revista Brasília, em 1994. Medalha de Prata no 1.º Concurso Nacional de Poesias da Arte Real do Rio de Janeiro, (RJ) Medalha D'Almeida Vitor em Brasília (DF), e Colar do Mérito Cultural também da Revista Brasília. Participante da Enciclopédia da Literatura Brasileira Contemporânea no Rio de Janeiro (RJ). Obteve o 5.º lugar no Concurso Internacional patrocinado pelo Instituto Internacional de Poesia de Porto Alegre (RS), Membro do

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e Acadêmico fundador da Academia de Estudos e Pesquisas de Brasília.

Athair Cagnin

Nascido em Caschoeiro de Itapemirim, em 20 de novembro de 1918, Athair Cagnin era filho dos imigrantes italianos Urbano Cagnin e Josefa Volpato Cagnin. O Curso primário realizou no tradicional e centenário Grupo Escolar Bernardino Monteiro, fundado a 15 de fevereiro de 1913, e o secundário em exames de madureza no Externato Pedro II. Depois de ter passado pelo Ginásio Pedro Palácios e Instituto Popular do professor João de Barros. Graduado em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Vitória, iniciou suas atividades profissionais no Muncípio da Serra-ES.

Com Newton Meireles, Deusdedit Batista, Newton Braga, Elycio Imperial, Ormando Moraes e Rage Miguel, fundou o jornal A Época, em Cachoeiro de Itapemirim.

Iniciou nas letras ainda muito jovens, colaborando nos jornais e revistas do Estado, também nos livros *Trovadores do Brasil e Nossas Poesias* (Coletânea organizada por Aparício Fernandes). Em 1948, publicou tese de concurso sob título *O aparelho fonador e a articulação dos fonemas* para professor catedrático do ensino secundário do Espírito Santo. Em 1965 conquistou também para a cadeira de Ciências Físicas e Biológicas do Liceu "Muniz Freire", tendo sido ali Diretor. "Professor Emérito" da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Madre Gertrudes de São José, Presidente da Academia de Letras de Cachoeiro de Itapemirim, da Academia Espírito-santense de Letras e, naturalmente, membro do IHGES, deixou uma série de obras publicadas, sobretudo em poesia. A revista *Cachoeiro Cult*, de 15 de fevereiro de 2009, dedicou-lhe matéria de capa intitulada "Athair Cagnin, A última cigarra".

Mário Moura

Nascido na Baía dos Félix, às margens do Cuiabá, na região do Pantanal Mato-grossense, Mário Bem Dias de Moura, filho de Djalma Bem Dias de Moura e de D. Clemência de Araújo Moura, radicou-se em Vitória desde 1966. Era, portanto, capixaba de adoção.

Os estudos primários e secundários realizaram-se no Rio de Janeiro. Mas a formação universitária já é fruto da vivência acadêmica em Vitória, na Universidade Federal do Espírito Santo, onde se graduou em Geografia em 1970. Era, também, diplomado como técnico em Contabilidade, em 1964, pela Escola Técnica Luiz Gama Filho.

Entrou para o IHGES por indicação nossa e de Fernando Achiamé, sendo como era de praxe, e escolhido pelo Conselho Deliberativo da Casa, da qual se tornou membro de destaque. Pontificou na docência por muito tempo: no Colégio Salesiano de Vitória, na rede municipal da Prefeitura da Cidade e, principalmente, na Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, a EAMES, onde entrou como professor concursado de Estudos Sociais.

Talvez, por isso, o interesse ao tema "Ilha da Trindade" na junção da vocação de mestre de marinheiros à condição de Geógrafo, no escopo do estudo regional, particularmente voltado para — baluarte avançado do Estado na imensidão do Atlântico — um verdadeiro santuário ecológico tornado capixaba, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que extinguiu os *Territórios Federais*, como equivocadamente o eram nas constituições precedentes. A própria Constituição, aliás, transformaram em Estados os territórios de Roraima e Amapá, e possibilitou a inclusão entre os bens do Estado do Espírito Santo da ilha oceânica objeto do estudo, assim como do arquipélago de Martim Vaz.

Seu livro *Trindade. Um Paraíso Tropical Capixaba no Atlântico*.

Trata-se de pesquisa geográfica, mas logo se percebe que o autor, Mário Moura, procurou apresentar, para a memória do regio-

nal, uma viagem ao passado da Ilha, na conjuntura da historiografia nacional. Nela, desfilam os primórdios e controvérsias da sua descoberta, as lendas sobre os tesouros que ali teriam sido deixados, e as tentativas de ocupação por ingleses e portugueses.

É neste ponto que chamamos a atenção para a primeira tentativa de colonização organizada em território hoje capixaba, com a presença de casais de açorianos que foram enviados para ocupar a antiga Ilha de Ascensão, em fins do século XVIII. Muito antes, portanto, da criação da Colônia de Viana, considerada a 1.^a organizada no Espírito Santo.

Embora se tratasse apenas de oito casais de imigrantes, o exíguo solo agricultável da ilha foi logo esgotado pela agricultura extensiva então praticada, remanejando-se os colonos para o Rio de Janeiro em outubro de 1795.

Ocupada de maneira intermitente por guarnições militares, a Ilha notabilizou-se como presídio político após o Movimento Tenentista de 1922, quando 26 oficiais ficaram ali confinados, alguns jamais retornados porque vítimas de doenças graves encontraram sepultura na própria Trindade.

A região foi definitivamente ocupada pela Marinha, a partir do ano de 1956, com a efetivação do Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade no ano seguinte.

O trabalho então publicado é fruto da viagem do professor Mário, em fevereiro de 1985, ali permanecido por uma semana. Esse estudo decorre de suas observações a propósito das condições geográficas, topográfica e ecológicas, desse pedaço exótico do Espírito Santo, localizado a mais de 1500 quilômetros do litoral capixaba só alcançado após três dias de viagem.

É obra de interesse a todos que se preocupam com o tema, pela qualidade ambiental da região e pela memória histórica e natural que ela encerra. Uma área com referências quase tão antigas que se confundem com a própria descoberta do País. A leitura, mesmo

que rápida, do trabalho, confirma nossa assertiva. Sem dúvida, é um estudo para ser lido e apreciado.

Mário Moura foi, ainda, Secretário Parlamentar da Assembleia Legislativa, Assistente Técnico de Ensino do SENAC, Coordenador de Atividades e Projetos da Secretaria de Estado da Educação e Assessor do Secretário do mesmo órgão d 1975 a 1977. Era, também, professor de inúmeros outros colégios, públicos e particulares.

Sua esposa Beatriz, um mês após seu passamento (19.02.2013), fez publicar em periódico da Capital, uma nota de saudade pelos 20 anos de vida em comum, como uma homenagem ao ilustre professor.

DISCURSO DE POSSE NO IHGES*

Ilustríssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,
Autoridades presentes,
Caros consócios,
Senhoras e senhores,

Venho, em nome próprio e dos demais empossados, primeiramente agradecer a nobre honraria da escolha que sobre nós recaiu de agora em diante fazermos parte desta insigne instituição.

E temos honra ainda maior, de passarmos a integrá-la, no dia em que a mesma faz aniversário, agora 97 anos de sua criação, motivo de grande júbilo dos que dela fazem parte.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, como seus demais congêneres estaduais e nacional, está na vanguarda do pensamento, da cultura e da ciência, mormente do estudo da História, Geografia e ciências afins, seu escopo principal, consoante deflui de suas próprias disposições estatutárias.

Mas, não é o simples fato de se consignar entre seus objetivos a busca pelo conhecimento que o torna importante ou que lhe faz sobressair-se entre outras entidades que comunguem com finalidades semelhantes.

Não! A importância do Instituto está na sua própria história e no que foi feito ao longo dela, por seus diferentes membros, para o engrandecimento da cultura capixaba, e do conhecimento sobre o Estado do Espírito Santo.

Não é possível deixar de prestar homenagem e relembrar alguns dos tantos luminares que perolaram a entidade ao longo de

* Discurso de posse pronunciado por Ronald Kruger Rodor, no dia 12 de junho de 2013.

seu quase um século de vida: os três idealizadores, Antonio Francisco Athayde, Archimino de Mattos e Carlos Xavier Paes Barreto; além de muitos outros como Elmo Elton, Celso Calmon Nogueira da Gama, Heráclito Amâncio Pereira, Ceciliano Abel de Almeida, Nelson Abel de Almeida, Renato José Costa Pacheco, apenas para citar alguns nomes, até porque, qualquer que fosse a lista, dificilmente abrangeria todos aqueles que deram contribuição importante ao Instituto e ao Espírito Santo.

Para o orador, em particular, a importância do Instituto se materializou de maneira bastante concreta, posto que ao deparar-me recentemente com a tarefa de registrar a história da instituição na qual exerço a minha profissão, a Justiça Federal do Espírito Santo, após a triste constatação da quase inexistente preservação da memória desta última em seu próprio meio, imaginei, corretamente, que aqui no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo encontraria, como de fato encontrei, importantes informações para a realização daquela missão em particular.

Esse singelo exemplo demonstra ser o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo um dos principais repositórios de livros, estudos e documentos com assuntos relacionados ao Espírito Santo.

A preservação dos fatos, acontecimentos e personalidades que explicam o passado de nosso Estado constitui uma das bases de sustentação do Instituto. Afinal, a memória coletiva acaba por constituir a nossa própria identidade cultural. Acredito, piamente, que aqui se faz jus ao nome de Mnemósine, deusa grega associada à memória.

Mas, este Instituto não é apenas um arquivo ou uma biblioteca, é também um indutor do conhecimento, gerando debates, divulgando a cultura e os assuntos capixabas e incentivando pesquisas sobre os mesmos.

Portanto, estuda e preserva o passado, mas sempre com os olhos voltados para o futuro, para a ampliação de nossas capacidades enquanto estudiosos e propagadores do patrimônio cultural de nossa terra.

Vejam então, que responsabilidade a dos empossados!

Dar continuidade, juntamente com seus consócios, ao trabalho de preservação de tudo aquilo que foi produzido, amalhado, compilado e desenvolvido por nossos antecessores para o bem da cultura de nosso povo e, ao mesmo tempo, trazer novos enfoques, visões e colaborações em relação ao que está documentado, além de procurar inovar, produzindo pesquisas e material a ser agregado ao já farto acervo da Casa do Espírito Santo. E, por fim, e não menos importante, agir como agentes multiplicadores e propagadores do amor e da paixão pela cultura capixaba.

Tais colaborações se farão presentes, tenho certeza, em distintas áreas de interesse, não só naquelas referidas na própria designação de nossa acolhedora instituição, a História e a Geografia, mas também nas ciências artísticas, jurídicas, políticas, econômicas, na Sociologia e na Antropologia, e tantas outras que colaboram de alguma forma para a formação da identidade capixaba e de nosso patrimônio cultural.

É a chamada transdisciplinaridade, ressaltada por Fernando Antônio de Moraes Achiamé, em seu discurso na comemoração dos 95 anos do IHGES, que caracteriza esta instituição desde o seu nascedouro.

Seus pioneiros já mostravam essa faceta da entidade. Não é um sindicato ou uma corporação de ofício, mas sim uma associação de diferentes profissionais, com diferentes formações acadêmicas, com perspectivas diversas e com experiências culturais e laborais próprias e singulares, mas que somam-se e que congregam-se para uma finalidade comum, que é a valorização, o aperfeiçoamento e a evolução de nossa cultura.

Se somos advogados, engenheiros, historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos, magistrados, servidores públicos em geral, comerciantes, pouco importa! Estamos todos unidos, tendo um

desiderato comum. E o nosso pluralismo constitui uma de nossas maiores virtudes, pois possibilita a compreensão dos mesmos fenômenos sob diferentes perspectivas, bem como permite a abordagem de matérias distintas com igual rigor científico, características distintas de uma entidade dinâmica, infensa a qualquer estrutura de pensamento que seja monolítica.

Não tenho dúvidas que os empossados estão imbuídos de todos os propósitos altaneiros que são a marca do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Alessandro Daros Vieira, Diovani Favoreto Alves, Eliana Barbosa de Souza, Everaldo Simões Souza, Fábio Lisboa Pirajá, Gisele da Luz Rodrigues Pedro, Levi Basílio, Luciene Pessotti de Souza, Márcia Selvática Tourinho, Marcos Prado Rabelo, Maria Suzi Costa Nunes, Nelson Pôrto Ribeiro, Ronald Krüger Rodor, o orador, além dos correspondentes nacionais Armando Alexandre dos Santos, Edivaldo Machado Boaventura e Olegário Venceslau da Silva, e o correspondente internacional Fábio Paiva Reis, somos todos gratos pela consideração e pela honra que nos foi conferida, estando todos nós cientes de nossos deveres para com a instituição e para com o Estado do Espírito Santo.

Divulgar conhecimento gera mais conhecimento! Precisamos cada vez mais expandir esse conceito. Seremos nós, também, vetores desse propósito.

Encerro, fazendo minhas as palavras de um colega de profissão, dr. Affonso Correa Lyrio, aqui ingressado na longínqua data de 23 de junho do ano de 1923, que, em seu discurso de posse acentuou "(...) a honra insigne que vós outros me conferistes não me dava, absolutamente, o direito de a recusar e não vacilei um instante sequer em acorrer ao vosso nobre conclamar ... E porque recusa-la se a mim me estimulava a certeza segura de vir acolher-me à esplêndida sombra, se me animava a segurança íntima de chegar a entestar e tratar mais de perto, em admirável, portentosa comunhão, velhas

afeições que aqui se encontram reunidas e congregadas neste verdadeiro cenáculo de colaboradores do progresso espírito-santense?"

A mesma apaixonada declaração de agradecimento falo eu em nome de todos os empossados.

Muito obrigado.

ABERTURA DA SEMANA DE 23 DE MAIO DE 2013 EM VILA VELHA*

Como presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a mais antiga instituição cultural deste Estado, só tenho a louvar a iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura de Vila Velha, de festejar condignamente a semana que lembra o início da colonização do solo espírito-santense; vale dizer, lembra o início do próprio Estado do Espírito Santo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, do alto do seu papel institucional de guarda da memória deste estado, sempre cuidou de lembrar a data festiva de 23 de maio, o que vem fazendo ao longo dos últimos noventa e sete anos. Nas páginas de sua Revista, o mais antigo periódico cultural em circulação no Espírito Santo, são inúmeros os artigos versando sobre os temas do início da colonização, sobre Vasco Fernandes Coutinho, sobre Frei Pedro Palácios e o Convento da Penha.

Em boa hora veio a Casa da Memória de Vila Velha propor e, após aprovação da Secretaria Municipal, trazer a público uma exposição que conta um pouco dessa história. Porque achamos nós do Instituto Histórico e Geográfico que não se pode esquecer a história, pena de se perder a própria identidade. Se a Casa da Memória de Vila Velha sem dúvida tem um papel fundamental nesse processo, o de resgate da memória do município de Vila Velha, dele vem se desincumbindo de forma muito satisfatória desde 27 de outubro de 1997, data de sua fundação, o que é público e notório.

Como morador de Vila Velha orgulho-me de dizer que em termos de cultura nosso município tem, hoje, duas entidades bastante

* Discurso pronunciado pelo presidente do IHGES, Getúlio Marcos Pereira Neves na Abertura da Semana de 23 de Maio de 2013, data em que se comemora a Colinização do Solo Espírito-santense.

atuantes: a Academia de Letras Humberto de Campos, de que sou membro, e a Casa da Memória. Encontrando, essas instituições, frequentadas e mantidas ao longo dos anos por abnegados, encontrando respaldo na concepção atual de gestão cultural do Município, muito haverá a realizar, e sem dúvida muito será realizado por meio dessa parceria que desejamos - e nos empenharemos, no que depender de nós — para que seja a mais profícua possível.

O Instituto Histórico e Geográfico, atento a esses movimentos de valorização da história e das tradições locais, das coisas do Espírito Santo, onde quer que estejam, tem o papel institucional de fomentar e difundir esse espírito, que é o espírito que tem animado cada uma das realizações da Casa da Memória de Vila Velha. Por esse motivo, e na certeza da pureza de propósitos e da retidão na execução dos projetos é que cuidou de obter a adesão da nossa Casa da Memória ao movimento de Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros, e assim é que a Casa da Memória de Vila Velha, por decisão soberana de seus associados, virá se constituir em Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha, a Casa da Memória do município. Virá a se tornar, assim, um braço do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo neste município, como acontece atualmente em muitos outros municípios do deste estado. Vale dizer que o Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha, após sua constituição, conservará a mesma autonomia administrativa e financeira que tem sob a forma atual, mas estará irmanado à Casa estadual pela natureza de nossas aspirações comuns e pela amizade entre os nossos integrantes.

De forma que é com muito prazer, repetindo o início, que assisto hoje, do pórtico da Igreja do Rosário, a segunda mais antiga do Brasil, à materialização dos esforços da nossa afilhada canela-verde; é com muito orgulho que vejo essa ideia de conservação de nossas tradições, que é a ideia que norteia a atuação do Instituto Histórico

e Geográfico do Espírito Santo, tão bem materializada aqui, no município que é o berço do Espírito Santo, nessa semana de comemorações que se inicia nesta data.

Ao prefeito municipal Rodney Miranda, à secretária municipal de cultura, Simone Modolo, ao meu amigo sub-secretário de cultura José Roberto Santos Neves, a toda a equipe da Secretaria Municipal de Cultura de Vila Velha, meus agradecimentos por realizarem esse evento e por permitirem a continuação do trabalho da Casa da Memória de Vila Velha. Em última análise, o que vemos aqui são os esforços da sociedade civil organizada, na parceria com o Poder Público, rendendo frutos de interesse público.

Aos meus consócios da Casa da Memória de Vila Velha, às vésperas de se tornar nossa mais nova afiliada, os meus parabéns e o desejo de que continuem com o mesmo entusiasmo, agora que o seu destino vem se unir ao da Casa de Domingos José Martins.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em Dezembro de 2013.

Tiragem: 300 exemplares.